

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL DAS RELAÇÕES POLÍTICAS**

AMARILDO MENDES LEMOS

**AGORA É MAX
A TRAJETÓRIA POLÍTICA DE MAX DE FREITAS
MAURO (1970-1990)**

**VITÓRIA
2014**

AMARILDO MENDES LEMOS

AGORA É MAX
A TRAJETÓRIA POLÍTICA DE MAX DE FREITAS
MAURO (1970-1990)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em História. Área de concentração: História Social das Relações Políticas.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Cláudio Moisés Ribeiro

VITÓRIA

2014

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)

(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

Lemos, Amarildo Mendes, 1980-

L557a Agora é Max. A trajetória política de Max de Freitas Mauro (1970-1990) / Amarildo Mendes Lemos. – 2014.

311 f. : il.

Orientador: Luiz Cláudio Moisés Ribeiro.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Partido do Movimento Democrático Brasileiro. 2. Partido Democrático Trabalhista (Brasil). 3. Espírito Santo (Estado). Governador (1987-1991 : Max Mauro). 4. Trabalhismo. 5. Ciência política. 6. Espírito Santo (Estado) - História. 7. Espírito Santo (Estado) - Política e governo. I. Ribeiro, Luiz Cláudio Moisés. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

AMARILDO MENDES LEMOS

AGORA É MAX

A TRAJETÓRIA POLÍTICA DE MAX DE FREITAS

MAURO (1970-1990)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em História. Área de concentração: História Social das Relações Políticas.

Aprovado em _____, _____, de 2014.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Luiz Cláudio Moisés Ribeiro
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientador

Prof. Dr. Pedro Ernesto Fagundes
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Dr. Vitor Amorim de Ângelo
Universidade de Vila Velha

Prof. Dr. Uéber José de Oliveira
Universidade Federal do Espírito Santo – CEUNES

Prof. Dr. Valter Pires Pereira (suplente)
Universidade Federal do Espírito Santo

DEDICATÓRIA

A meu pai, Antônio Augusto Lemos, que me ensina a caminhar com sabedoria na vereda da justiça.

A minha mãe, Elizete Mendes Rodrigues, que me mostra o caminho do coração e da humildade.

A minha esposa, Simone Mion da Silva, que percorreu esse longo caminho ao meu lado suportando todas as intempéries. Por me aceitar assim, vivendo tão perto e tão distante em muitos momentos de nossa vida. Um amor para a vida inteira!

A minha filha, Ana Luísa da Silva Lemos, presente do Senhor na minha vida que faz valer a pena todo o sacrifício cotidiano. Amor inestimável.

A minha irmã Luana Mendes Vezula, que veio a esse mundo para trazer alegria para nossa família. Te amo minha irmãzinha.

A minha irmã, Simone Regina Mendes Lemos, que abriu mão de muitos momentos de sua adolescência e juventude para ajudar a criar nossa família.

A minha irmã, Lilian Rejane Mendes Lemos, que seguiu os passos do irmão na faculdade de História, um anjo da guarda em minha vida.

A minha avó, Derli Mendes Rodrigues, que ajudou a me criar e sempre tratou as pessoas com muita humildade.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus pelo fôlego de vida. Agradeço também a minha esposa Simone pelo amor, pela tolerância, paciência e suporte necessário.

Devo muita gratidão ao Professor Doutor Luiz Cláudio Moisés Ribeiro que depositou confiança nessa empreitada e me trouxe importantes considerações e orientações para construção desse trabalho. Foi muito importante para mim seus comentários, suas advertências e conversas. A experiência do professor me trouxe segurança nesse longo trajeto que percorremos. Muito obrigado por tudo!

Agradeço especialmente ao Professor Doutor Pedro Ernesto Fagundes que tem contribuído com minha formação desde antes da entrada no Mestrado. Agradeço todas as sugestões tanto na disciplina História dos Partidos Políticos que cursei como aluno especial, quanto no Exame de Qualificação. Agradeço também pelo primeiro aceno no sentido da minha aceitação no Programa de Pós-Graduação em História da UFES.

Agradeço ao Professor Doutorando André Malverdes que tem participado de minha formação na faculdade de História na UFES desde o final da década de 1990. Agradeço pelas leituras, orientações, disponibilidade para conversar com o amigo, pelos caminhos abertos, por ensinar os caminhos e pelo exemplo de superação. Contrariando todas as adversidades tornou-se um reconhecido professor da Universidade Federal do Espírito Santo.

Agradeço ao Professor Doutor Vitor Amorim Ângelo pelos comentários, pela preocupação em direcionar o trabalho. As considerações foram de grande serventia na continuação do estudo proposto.

Agradeço ao amigo Michel Dal' Col Costa, grande historiador que sempre mostrou seu valor. Agradeço pelas leituras, pela clarividência sempre presente, pela contribuição comentando boa parte desse trabalho e por toda disponibilidade e atenção que o amigo dispensa aos que estão ao seu redor.

Ao professor Altamiro Pires Borges que nos ensina a unir a teoria com a práxis. Que vive a práxis revolucionária numa profunda preocupação com o ser humano.

À amiga Alyne dos Santos Gonçalves, grande pesquisadora que sempre demonstrou rigor e clareza em seus estudos e trabalhos acadêmicos, que contribuiu concedendo importantes fontes para esse trabalho ainda na fase de construção do projeto de pesquisa.

Aos funcionários do setor de Coleções Especiais da Biblioteca Central da UFES, Marta e José Roberto, que sempre nos atendeu com muita atenção e alegria.

Aos funcionários da Divisão de Coleções Especiais da Biblioteca Pública do Espírito Santo: Débora Valle, Kátia Lima e José Luiz Bortolini. Com eles as pesquisas foram mais agradáveis. Aos três sou muito grato pela atenção dispensada e pela

preocupação com os pesquisadores que necessitam desse importante acervo conservado pelo Governo do Estado do Espírito Santo.

Aos funcionários do Centro de Memória da Assembleia Legislativa do Espírito Santo, em especial a Adriana dos Santos Ferreira Franco Ribeiro pelo atendimento e atenção dispensada ao pesquisador.

Aos funcionários do Arquivo Público Estadual (APE-ES), em especial a Juliana Sabino Simonato e Michel Caldeira de Souza, que contribuíram na pesquisa dos documentos da extinta Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS).

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História da UFES, em especial aos que ministraram disciplina no mestrado, Márcia Barros, Maria da Penha Smarzaró Siqueira e Valter Pires, que participaram com seus ensinamentos desse grau de formação. Ao padre e Professor Doutor José Pedro Luchi, do Departamento de Filosofia da UFES. Também ao Professor Doutor André Ricardo Vale Vasco Pereira que me orientou nas minhas primeiras pesquisas acadêmicas. Agradeço também aos funcionários que atendem o PPGHIS e a UFES em outras modalidades, sem vocês seria mais difícil.

Ao ex-governador Max de Freitas Mauro que se dispôs a me receber e disponibilizar seus acervos familiares para consulta. Grato por toda a atenção e consideração dispensadas.

Ao ex-deputado estadual e promotor aposentado Salvador Bonomo que me recebeu para entrevista em sua residência.

Aos professores Antônio Fábio Memelli, Bruno Moura Prado e Ádila Motta Leite Seferino, colegas de trabalho que contribuíram muito para que este trabalho fosse realizado, o primeiro na Prefeitura Municipal de Vitória, e os outros dois, no Instituto Federal do Espírito Santo. Agradeço também ao IFES – Nova Venécia, bem como ao IFES – Colatina, especialmente e respectivamente, aos diretores Jayme Santos e Luiz Braz Galon.

A Conceição Duarte, Gerente de Ensino Fundamental da secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de Vitória em 2012, que reconheceu a importância desse trabalho. Aos professores que lutaram pela possibilidade de uma licença para estudos nessa rede de ensino.

Seria impossível nessas linhas agradecer a todos que direta ou indiretamente fizeram parte deste trabalho. Muitos nomes não foram registrados, mas participaram de minha formação como intelectual e como pessoa nessa da vida.

RESUMO

O presente trabalho trata da trajetória política de Max de Freitas Mauro no Espírito Santo e sua ligação com o trabalhismo. Nesse sentido, iniciamos nossa dissertação com uma investigação das origens dessa ideologia política no Brasil. Essa doutrina política se associou ao nacionalismo, ao reformismo e se consolidou em um partido que atraiu para si o prestígio dos trabalhadores entre 1946 e 1964. Nesse período, o pai de Max Mauro, Saturnino Rangel Mauro, foi um político de destaque na fundação do PTB no Espírito Santo. Saturnino ascendeu politicamente a partir da vinculação com a estrutura política implementada no Brasil com a Revolução de 1930. A partir da representação dos trabalhadores Saturnino alcançou o posto de deputado estadual pelo PTB em 1947. A experiência democrática desse período foi, contudo, abortada pelo golpe militar de 1964 que trouxe nova orientação política para o Brasil, alinhando nossa economia com a estadunidense, intensificando a concentração de renda e a exclusão social. Os impactos das políticas econômicas no Espírito Santo são discutidos nesse trabalho, uma vez que, a forma como aconteceu a modernização econômica capitalista nesse estado se relaciona com o contexto estrutural vivenciado pelos capixabas na década de 1980. Desta forma, fazemos uma conexão entre a modernização econômica na década de 1970 e a exclusão social da década seguinte, que foi palco de inúmeros conflitos sociais também abordados nesse trabalho. A trajetória política de Max Mauro se sobrepõe a esse percurso histórico vivido pela sociedade capixaba. Assim, a partir da investigação em jornais, revistas, documentos oficiais e acervos privados, apresentamos uma narrativa que procura evidenciar aspectos estruturais e conjunturais, ou seja, diante daquele contexto conflituoso e de disputa por hegemonia apontamos algumas decisões tomadas pelo governador e sua relação com os poderes estabelecidos diante da sociedade. Para tanto, analisamos a relação de Max Mauro com a Assembleia Legislativa, com os poderes locais e com os centros de poder, representados pelas empresas: Companhia Siderúrgica Tubarão, Aracruz Celulose e Companhia Vale do Rio Doce. Diante desse quadro montado passamos a investigar o processo de fragmentação de Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e a ligação de Max Mauro com o partido liderado pelo herdeiro do getulismo, Leonel de Moura Brizola, e sua participação, como governador do estado Espírito Santo, na ascensão do Partido Democrático Trabalhista (PDT) nessa unidade da federação.

Palavras-chave: História do Espírito Santo, Max de Freitas Mauro, Trabalhismo, Política, Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido Democrático Trabalhista (PDT).

ABSTRACT

The present work deals with the political career of Max de Freitas Mauro in the Espírito Santo and its connection with labour. Accordingly, we began our research with a dissertation origins of this political ideology in Brasil. This political doctrine associated with nationalism, reformism and consolidated at a party that attracted to itself the prestige of workers between 1946 and 1964. During this period, the father of Max Mauro, Saturnino Rangel Mauro, was a prominent politician in the foundation of PTB in the Espírito Santo. Saturnino ascended politically from linking with the political structure implemented in Brazil with the “Revolução de 1930”. From the representation of employees Saturnino attained the rank of state representative for PTB in 1947. The democratic experience of this period, however, was aborted by the 1964 military coup that brought new policy for Brazil, aligning our economy with U.S. by increasing concentration of income and social exclusion. The impacts of economic policies in the Espírito Santo are discussed in this work, since the way it happened capitalist economic modernization that state relates to the structural context experienced by Espírito Santo in the 1980s. Thus, we make a connection between economic modernization in the 1970s and the social exclusion of the next decade, which was the scene of numerous social conflicts also addressed in this work. The political career of Max Mauro overlaps this historical journey experienced by capixaba society. Thus, from research papers, journals, official documents and private collections, present a narrative that seeks to highlight structural and cyclical aspects, ie before that conflicted and contention for hegemony context we point some decisions taken by the governor and his relationship with the established powers. To this end, we analyzed the relationship of Max Mauro the Legislative Assembly, with local authorities and with the centers of power, represented by the companies: Companhia Siderúrgica Tubarão, Aracruz Celulose and Companhia Vale do Rio Doce. Given this situation we assembled to investigate the process of fragmentation of the Brazilian Democratic Movement Party (PMDB), and Max Mauro connection with the party led by the heir Getulism, Leonel de Moura Brizola, and his participation as state governor Espírito Santo, the rise of the Democratic Labor Party (PDT) in this federal state.

Keywords: History of the Espírito Santo, Max de Freitas Mauro, Labour, Politics, Party of the Brazilian Democratic Movement (PMDB), Democratic Labor Party (PDT).

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Eleição para Governador do Estado do Espírito Santo – 1986	197
TABELA 2 - Padrão de Carreira dos deputados eleitos	202
TABELA 3 - Eleição da Mesa Diretora -1987	208
TABELA 4 - Eleição da Mesa Diretora -1989	219
TABELA 5 – Atividade parlamentar 1987-1990	222
TABELA 6 - Eleição para Governador do Estado do Espírito Santo - 1994 - 1º turno	261

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Crescimento populacional do Espírito Santo (1950-1991)	107
GRÁFICO 2 - Índice geral de preços ao consumidor	112
GRÁFICO 3 - Evolução do salário mínimo	142
GRÁFICO 4 – Movimentação do secretariado por categoria	230

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. A QUESTÃO SOCIAL E O SURGIMENTO DO TRABALHISMO NO BRASIL ...	47
1.1 Liberalismo na Primeira República	51
1.2 Revolucionários na sociedade brasileira	57
1.3 Emergência das massas e relações sócio-políticas no contexto republicano: positivismo, comunistas e estado varguista	62
1.4 O trabalhismo no período democrático (1946-64)	71
1.5 A supressão do trabalhismo pela ditadura militar e o retorno com a nova república	80
1.6 O restabelecimento do trabalhismo na ordem do dia	86
1.6.1 A Carta de Lisboa	86
1.6.2 A fundação do PDT	87
1.6.3 A atuação de Saturnino Rangel Mauro no Espírito Santo e o novo trabalhismo	90
2. MODERNIZAÇÃO ECONÔMICA E CONFLITO SOCIAL NO ESPÍRITO SANTO NA DÉCADA DE 1980	100
2.1 O milagre e a maldição	101
2.2 Reestruturação produtiva e migração	106
2.3 A década perdida? Crise econômica e conflito social nos anos 80	115
2.3.1 Perseguição aos pobres: limpeza social e vadiagem nos anos 80	119
2.3.2 Terra e liberdade: os 'senhores do campo' contra os trabalhadores rurais ..	132
2.3.3 Capital e trabalho: a luta pelos salários e pelo poder	149
3. TRAJETÓRIA POLÍTICA DE MAX MAURO.....	165
3.1 Max Mauro e as associações pró-melhoramentos: organização comunitária como trama contra o regime militar	165
3.2 Max e o MDB nos arquivos da repressão e da resistência: controle ideológico e prática política	168
3.3 Convenção partidária e eleições para governador: Max e o PMDB entre 1982 e 1986	179
3.3.1 Convenção do PMDB de 1982	182
3.3.2 Agora é Max: construção da candidatura e as eleições de 1986	190
4. O GOVERNO MAX MAURO NO ESPÍRITO SANTO (1987-1990)	209
4.1 Eleição da Mesa Diretora 1987	215
4.2 Governabilidade ou "jogo fisiológico do é dando que se recebe"	223
4.3 O começo do fim: a sucessão política e a ascensão do homem de ferro	244
4.4 Da implosão do PMDB à ascensão do PDT	252
4.4.1 Ascensão e fragmentação do PMDB na década de 1980	254

4.4.2 O PDT como legenda para ex-aliados da ditadura militar	259
4.4.3 Do PMDB para o PDT	262
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	277
6. REFERÊNCIAS	284
7. APÊNDICES	295
8. ANEXOS	305

INTRODUÇÃO

O governo de Max de Freitas Mauro (1987-1990) representou avanço das forças progressistas no estado do Espírito Santo? Foi uma continuidade em relação aos governadores do PMDB, Gérson Camata e do seu vice José Moraes, como o próprio Max afirmou durante as campanhas em 1986,¹ ou se distanciou desses políticos e de suas práticas na administração pública? A divergência entre Max Mauro e Gérson Camata, governador que o antecedeu, pode ser observada desde o período em que ambos exerciam mandato na Câmara dos Deputados, em debate no qual Max se opõe às invasões de terras indígenas promovidas pela Aracruz Celulose, com seus “estranhos poderes”,² enquanto que seu adversário defende essa empresa alegando que a mesma estaria produzindo empregos.

O trabalho aqui realizado se coloca como contribuição à história do estado do Espírito Santo e do Brasil, e pelo recorte cronológico, se apresenta como história do tempo presente. Trata-se, portanto, de uma dissertação com foco na Nova República, de um período em que uma nova organização política foi engendrada em meio às disputas que polarizaram movimentos sociais organizados, setores progressistas da Igreja Católica, partidos políticos de esquerda de um lado, defendendo direitos sociais, e entidades patronais e partidos políticos de direita de outro, em defesa do direito de propriedade com motivação meramente especulativa.

A interpretação desse período da história capixaba passa pela redemocratização política em todo o território brasileiro, bem como pela dinâmica histórica do Brasil republicano. O trabalhismo, doutrina política que foi base da formação de diversos partidos no Brasil no período republicano, se coloca como temática desse trabalho. O trabalhismo forjado por Getúlio Vargas e seus aliados influenciou *mutatis mutandi* a organização e a vida política dos partidos capixabas, o que pode ser verificado por meio da consulta aos acervos privados de Saturnino Rangel Mauro, pai de Max de Freitas Mauro.

A herança do trabalhismo getulista foi invocada por Leonel Brizola quando houve a abertura política após a Ditadura Militar. Brizola liderou a fundação do Partido Democrático Trabalhista (PDT), partido para o qual migrou Max Mauro no contexto

¹ MAX diz que PFL representa passado. A Gazeta. Vitória. 27 out. 1986, p.2.

² MAURO, 1979, p. 26.

de fragmentação do PMDB que se deu em todo o Brasil e também nesta unidade da federação.

A história política do Espírito Santo do período de atuação política de Max Mauro no governo do estado do Espírito Santo entre 1987 e 1990 não foi diretamente abordada em uma obra específica, porém diversos trabalhos trataram da história do Espírito Santo nesses dez anos de funcionamento do Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações da Universidade Federal do Espírito Santo e devido ao recorte temporal os autores tiveram que tratar desse político de destacada atuação desde a Ditadura Militar até a Nova República.

A interpretação sociológica do período republicano, sobretudo da chamada Segunda República em diante, inaugurada com a Revolução de 1930, consolidou uma visão negativa dos políticos brasileiros que se voltaram para reformas sociais e políticas e também participaram da fundação do trabalhismo no Brasil. Esta doutrina foi levada a cabo dentro do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e, mais recentemente, após crise da ditadura militar com abertura política entre 1974 e 1985, no Partido Democrático Trabalhista (PDT). Os políticos filiados ao trabalhismo getulista receberam a pecha de populistas juntamente com outros que pouca ou nenhuma afinidade possuíam com a ideologia trabalhista formulada durante o Estado Novo e que se tornou uma tradição da cultura política enquadrada entre as mais importantes do Brasil, tanto na política partidária como no meio sindical.³

O conceito de populismo adotado pelos cientistas sociais Otávio Ianni e Francisco Weffort fundamenta-se em duas ideias principais, a de atraso das classes populares, que enseja outra, a de manipulação dessas pessoas.⁴ De acordo com Weffort o populismo,

como estilo de governo, sempre sensível às pressões populares, ou como política de massas, que buscava conduzir, *manipulando suas aspirações*, só pode ser compreendido no contexto do processo de crise política e de desenvolvimento econômico que se abre com a revolução de 1930. Foi a expressão do período de crise da oligarquia e do liberalismo, sempre muito afins na história brasileira, e do processo de democratização do Estado que, por sua vez, teve que apoiar-se sempre em algum tipo de autoritarismo, seja o autoritarismo institucional da ditadura Vargas (1937-1945), seja o

³ GOMES, 2007, p.56.

⁴ DEBERT, 1979, p.19.

autoritarismo paternalista ou carismático dos líderes de massa da democracia do pós-guerra (1946-1964)⁵. (destaques meus)

O trabalhismo foi forjado a partir das políticas públicas empreendidas por Getúlio Vargas junto com outros reformistas na sociedade brasileira. Nesse contexto, a questão social passou a ser considerada de forma distinta. O trabalhismo incorporava interpretações voltadas para a defesa das classes trabalhadoras e a perspectiva de transformação da condição dos trabalhadores. Ganhou corpo no programa político dos trabalhistas essa perspectiva de proteção social, apesar de ter sido apresentada, no período 1889-1930, dentro do legislativo federal de forma minoritária. Diferentemente do Partido Comunista, que apregoava o fim do Estado e da propriedade privada, o partido político que representou o trabalhismo no Brasil após 1945, o PTB, pretendia a efetivação de reformas no Estado, ou seja, encontrava no reformismo⁶ a estratégia para amenizar as contradições entre o capital e o trabalho.

O mesmo fenômeno interpretado pela “sociologia paulista”, que aponta o caráter manipulatório na relação política levada a cabo pelos trabalhistas, ganhou contornos diferentes na interpretação de Ângela de Castro Gomes, de Jorge Ferreira, de Lucília de Almeida Neves, entre outros estudiosos do período republicano no Brasil. Esses historiadores observaram as políticas levadas a cabo por Vargas e seus correligionários a partir de conceitos como getulismo e trabalhismo. Levam em conta a chamada via de mão dupla que é a relação da classe política com os eleitores, com a sociedade, se afastando, portanto do conceito de populismo e utilizando o de trabalhismo na interpretação histórica. Responde Gomes:

Mas do que efetivamente eu queria me afastar? Por um lado, queria recusar radicalmente as ideias de uma classe trabalhadora passiva e sem ‘uma verdadeira consciência’, sendo, por isso, manipulada e enganada por políticos cínicos e inescrupulosos que, sem bases partidárias, fundavam sua representatividade em prestígio pessoal. Por outro lado, queria enfatizar as ideias de uma classe trabalhadora sujeito de sua história, que se relacionava com políticos cujas bases de atuação excediam o personalismo e se combinavam com instituições partidárias e sindicais, e também com políticas públicas de alcance social, em parte implementadas.⁷

⁵ WEFFORT, Francisco Correa. *O populismo na política brasileira*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 61.

⁶ Reformismo diz respeito à perspectiva de reforma do Estado, no qual a exploração do capital sobre o trabalho é limitada por meio do intervencionismo e de uma legislação que protege o trabalhador ao mesmo tempo em que garante a existência propriedade privada e do capitalismo.

⁷ GOMES, Ângela de C. *Reflexões em torno do populismo e do trabalhismo*. *Varia História*, Belo Horizonte, nº 28, 2002.

De acordo com Jorge Ferreira está entre os fundamentos da noção de populismo a ideia de “culpabilizar o Estado e vitimizar a sociedade”.⁸ Ferreira e Castro acompanham o revisionismo marxista nos estudos da cultura política da classe operária. O interesse pela identificação da representação social se associa com o estudo da prática política e do discurso oficial. Assim, Gomes pode concluir que, “como encarnação da nação e como grande inspirador do ideário trabalhista, Vargas torna-se um símbolo de justiça social e de progresso econômico para a população do país”⁹.

O trabalhismo expressou desta forma, interesses populares voltados para o enfrentamento das mazelas do mundo moderno, onde as massas não podem ser ignoradas pela classe política e as questões sociais ganham novos contornos.

O PTB foi um partido cujos membros não constituíam um grupo homogêneo, pelo contrário, a herança cultural e política da primeira república não foram superadas simplesmente pela mudança política e econômica nos rumos do país. Existem fenômenos que se inserem na longa duração e se transformam lentamente.

A política estadual no período de 1946 a 1964 no Espírito Santo não deve ser estudado sem ser levada em consideração a base socioeconômica do estado. A população estava concentrada no campo e os interesses das elites mercantis e agrárias eram hegemônicos. O relatório das eleições de 1947 dá conta de impugnação de urnas eleitorais por as mesmas estarem instaladas em fazendas, por excesso de votos, por violação da urna durante o período de votação, enfim o controle do processo político eleitoral é flagrante e o mesmo se faz com vistas a se apropriar dos cargos, verbas e demais recursos públicos.¹⁰

Não investigaremos a história política do Espírito Santo no período em que Max Mauro foi governador a partir da atuação das classes trabalhadoras, mas a partir da análise da prática política observada nos noticiários de jornais e revistas do período, buscar uma interpretação das alianças e conflitos políticos entre atores estabelecidos na esfera estatal e a relação desses no conjunto geral das relações

⁸ 2001, p.63.

⁹ GOMES, Ângela de C. *Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1964): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base*. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.) *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964). As esquerdas no Brasil. Vol.2*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. P.57

¹⁰ Ver no site <http://www.tre-es.gov.br/internet/callPage.jsp?page=pages/resultados_eleicoes.jsp>, eleições 1947, em acesso em 27/06/2011.

sociais. Importa identificar no contexto da dominação, exercida pelo grande capital que passa a incluir o Espírito Santo em seus projetos, a natureza da mesma. Nesse sentido, conforma alerta José Murilo de Carvalho, detectar a natureza da dominação é fundamental tanto no debate teórico e nas pesquisas empíricas.¹¹

Para tanto, conforme Carvalho, o historiador deve distinguir entre o papel dos conflitos de classe e da expansão do poder do Estado pelos atores políticos. O domínio econômico não está separado do político. Apesar de esses setores guardarem suas particularidades, os fatos econômicos, políticos e sociais a serem narrados e interpretados guardam conexão entre si. Desta forma, a teoria marxista se faz importante nesse estudo por levar em consideração a “totalidade social e os fundamentos de poder, isto é, as classes sociais”.¹²

Segundo o historiador Fernando Achiamé, diferentemente do contexto que pode ser identificado na década de 1980, no Espírito Santo na década de 1930,

a contradição entre o capital (fazendeiros e comerciantes de café) e o trabalho (jornaleiros e meeiros) pode ser tomada como a contradição fundamental no interior do bloco histórico (...). Contudo, tal contradição não se encontrava explicitada politicamente nessa época.¹³

O trabalhismo getulista se inseriu na realidade política brasileira por meio da atuação do Estado que se colocou como promotor de reformas sociais. Pretendia-se, por meio das reformas, dirimir conflitos gerados pela exploração dos trabalhadores. Achiamé estudou a atuação do interventor João Punaro Bley entre 1930-1937 e que procurou “esclarecer de que modo se processou a rearticulação das forças oligárquicas espiritosantenses e seus representantes políticos diante do projeto reformista autoritário.”¹⁴

O reformismo que entrou na ordem do dia com Getúlio Vargas com a Revolução de 1930, ganhou contornos democráticos após a segunda guerra mundial e conteúdos radicais na década de 1960.

[...] o trabalhismo, apesar de um viés paternalista getulista que era sua semente e que o marcou como tatuagem desde os primeiros tempos, não só

¹¹ CARVALHO, 1997.

¹² MENDONÇA, Sônia Regina e FONTES, Virgínia. *História e Teoria Política*. In: CARDOSO e VAINFAS. *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p.70.

¹³ ACHIAMÉ, Fernando. *O Espírito Santo na era Vargas (1930-1937)*. Rio de Janeiro: FGV, 2010, p.70.

¹⁴ ACHIAMÉ, 2010, p. 27.

correspondeu a um programa de reformas sociais, nacionalistas e desenvolvimentistas, como também constituiu-se em uma doutrina caracterizada por apresentar um projeto de cidadania bastante específico, no qual se mesclaram elementos da social-democracia e do assistencialismo estatal.

A trajetória do movimento trabalhista no Brasil, especialmente a partir de 1945, quando foi fundado o Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, foi bastante marcada pela estreita vinculação do referido partido com um projeto para o Brasil, que tinha como suporte principal uma concepção distributivista de bens e benefícios.¹⁵

O reformismo radical defendido por Leonel Brizola, líder dos trabalhadores na redemocratização em 1979, também se transformou após a perseguição empreendida pela Ditadura Militar (1964-85). Durante a abertura política, Brizola retorna ao Brasil após realizar a (re) fundação do PTB em Portugal, sob a influência da social-democracia e dos novos movimentos sociais (minorias étnicas, mulheres). Nesse novo contexto permanece a herança trabalhista getulista, de caráter nacionalista e desenvolvimentista agora sob o rótulo de *socialismo moreno*, formulado por Darcy Ribeiro.¹⁶

Diferentemente do contexto nacional, o desenvolvimentismo capixaba ganhou bases sólidas somente no último quartel do século XX. No Espírito Santo o desenvolvimento das forças produtivas, no caso o processo de industrialização que trouxe modernização econômica ao estado, está vinculado ao Primeiro e, especialmente, ao II Plano Nacional de Desenvolvimento, os quais foram lançados pelo general presidente Ernesto Geisel (1971-74).

Como demonstrado em tese de doutorado da professora Maria da Penha Smarzaró Siqueira, a política levada a cabo pelos militares se fez sob a égide do grande capital e promoveu intensificação da exclusão social. Por isso que chamamos de pseudo-desenvolvimentista o que foi levado a cabo pelo governo militar. Caracterizado pelo seu caráter autoritário, esse projeto promoveu, no Espírito Santo, além do crescimento da desigualdade social, o empobrecimento urbano. Esses fenômenos foram observados de forma bem nítida na década de 1980.¹⁷

Apesar do crescimento apresentado pelo setor industrial, até 1975 ainda predominavam no Estado os pequenos e médios estabelecimentos

¹⁵ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964)*. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O Populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 175-175.

¹⁶ VAINFAS, 2007.

¹⁷ SIQUEIRA, Maria da Penha S. *Industrialização e Empobrecimento Urbano: o caso da Grande Vitória (1950-1980)*. 2ª Ed. Vitória: Grafitusa, 2010.

industriais. A estrutura desse setor vai reverter-se a partir daquela data, com a presença marcante dos Grandes Projetos Industriais, vinculados a grandes investimentos estatais e estrangeiros, que vão inaugurar uma nova fase na economia capixaba: a da inserção do Espírito Santo no modelo de crescimento da economia brasileira, que, por sua vez, estaria ligado às formas de articulação do capitalismo internacional.¹⁸

O crescimento da economia capixaba reflete também, como sustenta Siqueira, a hegemonia do Grande Capital.¹⁹ Assim, levamos em consideração que os atores políticos têm na década de 1980 uma base socioeconômica diferenciada do período anterior e um quadro em que o conflito entre capital e trabalho é mais intenso. O êxodo rural decorrente desse processo histórico modificou a composição demográfica, promovendo inchaço urbano e toda a sorte de problemas decorrentes desse processo.

Pelo cenário apresentado, a interpretação das relações políticas na década de 1980 sugere a utilização do conceito de populismo, uma vez que existe uma população urbana recém-chegada do campo e ocorre a emergência do discurso social na linguagem política. Até mesmo os liberais se apropriam dessa forma discursiva. O fenômeno da urbanização se apresenta, assim, como um fato novo e consolida o rompimento com a tradição política de base agrária na qual o voto estava estabelecido. Nesse novo contexto o candidato não tem assegurado os votos, deve, portanto, ir atrás da arraia miúda, do povo, não com a autoridade de um coronel, mas como um aliado e defensor dos interesses populares.

É nesse momento histórico que o governador, eleito em 1986, levantou a bandeira do desenvolvimento social como base de campanha. Essa afirmativa nos sugere uma série de questões. Como os interesses do trabalho, que estão subentendidos na ideia de desenvolvimento social, se confrontam com os capitalistas nesse contexto de hegemonia econômica do Grande Capital? Como a relação com os poderes locais são resolvidos na prática política do chefe do executivo estadual? Como as alianças pragmáticas estabelecidas com vistas à vitória eleitoral influenciaram no governo de Max Mauro? De que forma Max Mauro se relacionou com a Assembleia Legislativa no sentido de garantir aprovação de seus projetos? A oposição no parlamento capixaba promoveu alteração nas decisões governamentais?

¹⁸ Ibidem, p. 105.

¹⁹ SIQUEIRA, 2010, p. 102.

Essa problemática é investigada juntamente com a reorganização do trabalhismo no Espírito Santo, em especial do PDT, partido para o qual migrou Max Mauro em 1992, no contexto da implosão do PMDB e após ficar sem partido político desde 1990. O fortalecimento do PDT em terras capixabas iniciou-se com esse evento, a ida grupo político do governador para o partido deu projeção aos pedetistas que, no Espírito Santo, até as eleições de 1988 não possuíam destaque em cargos eletivos nem em movimentos sociais.

Em 1989 os partidos que possuíam a maior quantidade de prefeitos filiados foram PFL, PMDB e PTB com 23,17 e 10 prefeituras administradas. O PDT estava em quinto lugar com apenas 3 membros na condição de chefe do poder executivo. Em 1992 houve uma inversão da composição partidária no Espírito Santo. O PDT aumentou em 17 a quantidade de prefeituras administradas enquanto todos os outros partidos perderam prefeituras, exceto o PRN que não possuía nenhuma e passou a ter uma, fato explicado pelas eleições presidenciais quando Fernando Collor de Mello (PRN) assumiu a presidência, ou seja, nesse caso o polo de atração foi o executivo federal. PMDB e PFL foram os partidos que mais sofreram nesse processo, perdendo 8 e 7 prefeituras respectivamente cada um.

José Eugênio Vieira, que participou ativamente na administração estadual como Secretário de Administração (1988), Secretário de Educação (1988-91) e, já no governo Albuíno a partir de 1991, como chefe da Casa Civil, escreve a respeito desse fenômeno que fortaleceu o PDT:

A explicação é simples: no final do Governo Max Mauro, mais precisamente em 15/02/1990, a parte mais nitidamente 'maxista' do PMDB migrou para o PDT, nela incluído o Governador Albuíno Cunha Azeredo, eleito por essa sigla. Com a posse de Albuíno, em março de 1990, uma nova leva de políticos preferiu o partido do Governador, atraída por acenos de crescimento ou mesmo por questões pessoais.²⁰

No calor dos acontecimentos a simples explicação talvez possa estar sendo de alcance limitado, uma vez que não esgota a questão. Vieira também reforça o argumento sobre a dependência dos municípios em relação a recursos dos governos Federal e Estadual, mas não ultrapassa a explicação do fenômeno. Dessa forma nos perguntamos ainda:

²⁰ VIEIRA, José Eugênio. *História Política e Eleitoral do Espírito Santo de 1982 a 1992*. Vitória: Vida Editora, 1993, p.41.

Por que o Governador Max Mauro migrou para o PDT? Quais as motivações que levaram a esse resultado? Eram mesmo todos eles ‘maxistas’ como afirma Eugênio? Foi um movimento homogêneo ou grupos rivais (“maxistas” e “camatistas”) também participaram desse movimento em direção ao partido encabeçado por Leonel Brizola, que era apontado como primeiro lugar nas primeiras pesquisas de opinião das eleições de 1989 para presidente do Brasil?

Max Mauro apoiou o governador da Bahia Waldir Pires na Convenção do PMDB de 1989, que escolheu Ulisses Guimarães como candidato. Pires migrou para o PDT pouco tempo após perder a disputa. Em relação à bancada federal do PMDB Max alinhava-se com a chamada ala esquerda, que perseguia um conteúdo reformista para a Constituição Federal, entre eles estavam o senador José Ignácio, os deputados federais Nelson Aguiar e Hélio Carlos Manhães. Nelson Aguiar, já em 1988 migrou para o PDT ocupando o cargo de presidente regional passando a se colocar como interlocutor de Max com o PDT estadual. Além disso, Max também possuía contatos diretos com Leonel Brizola.

Devemos atentar para o que José Murilo de Carvalho diz sobre a definição dos conceitos. A explicação do estilo de governo *maxista* vem, amiúde, acompanhada dos adjetivos vingativo, autoritário, centralizador.

Para sustentar o conceito de *ultrapresidencialismo estadual*, Fernando Abrúcio, afirmou que “os líderes locais, se quiserem ter suas demandas atendidas pela União, precisarão mais dos governadores do que dos parlamentares federais.”²¹ Nesse contexto, no entanto, a empiria aponta para denúncias de um “governo paralelo” realizado pelo senador Gérson Camata que, ao direcionar recursos para as prefeituras, conseguia compor alianças com poderes locais estabelecidos nos municípios do interior. Nesse caso, esse argumento explicativo para o fortalecimento dos executivos estaduais destoa da realidade política estadual. O controle do orçamento do chefe do executivo estadual conferiu a Max, na condição de governador, “um poder sem contrapesos, anti-republicano”?²²

O Estado não deve ser confundido com o governante eleito, com o chefe do Poder Executivo. As transformações não dependem somente desse ator, o que não quer

²¹ ABRÚCIO, Fernando. *Os Barões da Federação: os governadores e a redemocratização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 2002, p.19.

²² *Ibidem*, p.20.

dizer que ele não tenha parte no processo. Em sua fundamentação teórica Fernando Abrúcio, aponta que o ônus e o bônus políticas públicas realizadas pelos governos se concentram na figura do chefe do executivo.²³ Abrúcio aponta que o privilégio na formulação da peça orçamentária permitiu aos executivos estaduais o controle da agenda política, quando o chefe do executivo teria agido cooptando deputados para formar sua base de sustentação. Neste caso, o governo atuaria de forma positiva e os deputados de forma passiva.

Esse pressuposto teórico tem sido questionado. Atualmente, recuando alguns séculos em relação ao nosso objeto de estudo, o revisionismo histórico vem buscando relativizar a ideia de centralidade do poder do rei, entendida a partir do conceito de Absolutismo. Ao mesmo tempo a centralidade do poder dos chefes de Estado, do poder executivo, no século XX, também passa por questionamentos. No Brasil, Antônio Manuel Hespanha, João Fragoso, Laura de Mello e Souza, Maria Fernanda Bicalho, Maria de Fátima Gouveia são exemplos de historiadores do Brasil, no período colonial, que tem atentado para a complexidade dos mecanismos de negociação, e, dessa forma, relativizado o poder real, identificando a necessidade de flexibilização que os poderes locais impunham ao poder central, no caso, em relação ao controle da metrópole personificada pelo rei de Portugal.²⁴

Em relação às últimas décadas do século XX, a perspectiva de análise que vê a relação entre o poder executivo e o legislativo como um jogo em que duas partes são polos ativos se contrapõe ao pensamento formulado por Fernando Abrúcio. Apesar de reconhecer uma relativização no âmbito federal Abrúcio não aceita essa tese para os governadores durante a redemocratização. Argelina Figueiredo e Fernando Limongi representam a corrente que aponta que o executivo tende a oferecer cargos sob o seu controle para líderes de bancadas com vistas a manter a governabilidade, realizando desta forma uma coalizão de governo. Esses autores

²³ ABRÚCIO, 2002.

²⁴ Ver BICALHO, Maria F; FURTADO, Junia F; MELLO e SOUZA, Laura (orgs.). *O Governo dos Povos: relações de poder no mundo Ibérico na época Moderna*. São Paulo: Alameda, 2009 e também BICALHO, Maria F; GOUVEA, Maria de Fátima; FRAGOSO, João (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos (séculos XVI-XVIII)*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. Nessas obras a revisão historiográfica realizada vai de encontro com os fundamentos da obra de Raymundo Faoro, *Os Donos do Poder*, na explicação dos mecanismos de dominação colonial.

estudaram os partidos políticos e a relação entre os poderes executivo e legislativo, em âmbito federal no Brasil, no período entre 1989 e 1994.²⁵

Essa discussão realizada no âmbito da Ciência Política nos traz subsídios para a realização de nosso trabalho historiográfico. A metodologia que orienta os estudos empíricos da Ciência Política está voltada para a manutenção do equilíbrio de poder e concede mais destaque à esfera estatal. Diferentemente, como chama a atenção o historiador René Remond, o marxismo e o chamado “movimento de 1968”²⁶ reduziram o papel do indivíduo e do Estado na organização política.

Na interpretação marxista de viés estruturalista a esfera estatal foi, conforme Rémond, reduzida ao plano da superestrutura, governada pela infraestrutura. E, já para Michel Foucault e outros do movimento de 1968, o poder foi identificado na prática discursiva, como algo difuso. Diferentemente dessas duas correntes de pensamento, a história política do século XIX levou o historiador a trilhar um caminho que reduziu seu trabalho ao ordenamento de fatos realizados pelos chefes de Estado, procurando demonstrar o brilhantismo destes estadistas. Da mesma forma, a pesquisa social que se concentra nas relações políticas corre o risco de privilegiar alguns personagens, em detrimento das multidões laboriosas, combatentes, sofredoras.

Recuperando a importância da História Política, René Rémond chamou a atenção do meio acadêmico em relação à possibilidade da história política reverter o quadro de descaso e abandono no meio acadêmico. Para tanto, propôs uma nova história política, na qual novos objetos são elencados (como opinião pública, mídia, discurso) e os temas tradicionais são observados levando-se em consideração a crítica empreendida por Marc Bloch e Lucien Febvre e pelos Annales, por meio da história econômica e social, da história problema.

A revalorização da narrativa e do sujeito na historiografia aconteceu em meio a um ambiente que vê as “as estruturas duráveis mais reais e determinantes que os

²⁵ FIGUEIREDO, Argelina e LIMONGI, Fernando. *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

²⁶ RÉMOND, 2003, p.26.

acidentes da conjuntura.”²⁷ Rémond defende uma vinculação dos acontecimentos às suas causas profundas.

Acompanhando Rémond, dois estudiosos franceses, Chauveau e Tétard apresentam os historiadores do político como vanguarda da história do tempo presente. Esta é para eles resultado de dois fatores: “o impacto de geração e o fenômeno concomitante da demanda social”.²⁸ Reúnem-se nesse movimento pesquisadores que vivenciaram os fatos por eles mesmo narrados e explicados. O ressurgimento de um volume expressivo de pesquisas em história política foi concomitantemente ao interesse dos historiadores que viveram o pós-guerra e o entreguerras.

Experiências traumáticas para a vida humana geram a vontade de trazer inteligibilidade para fenômenos cuja característica marcante é a irracionalidade, como é o caso das guerras, que deixam nos combatentes o cheiro de morte gravado em suas memórias. A morte afinal é uma realidade inquestionável. Não há um ser humano sequer que não se deparará frente a ela.

O estudo dos partidos, das eleições, dos grupos de pressão, das associações, das ideias políticas e inclusive da história a partir de protagonistas, de indivíduos com destaque no conjunto das relações sociais e políticas, enfim, o estudo de objetos vinculados ao setor político ganha reforço em sua projeção no meio acadêmico a partir deste movimento. Como sustenta esse movimento, a sociedade quer conhecer os instrumentos que permitiram a existência de uma realidade imersa na violência. A explicação de viés puramente econômico e social, conforme atesta a Nova História Política de René Rémond, não dá conta de entender os regimes totalitários vivenciados na primeira metade do século XX.

O crescimento dos estudos em história política está vinculado aos novos objetos e à mudança na abordagem dos ‘velhos’ objetos. Esta renovação metodológica se fez com novos problemas, novos campos e novas apresentações. Segundo Jean Pierre Rioux a História do Tempo presente é fruto mais de uma impaciência do que de um

²⁷ RÉMOND, René. *Uma história presente*. In.: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2ªed. Rio de Janeiro: 2003, p. 16.

²⁸ CHAUVEAU, A. e TÉTARD, Ph. *Questões para a história do tempo presente*. In.: CHAUVEAU, A. e TÉTARD, Ph. *Questões para a história do tempo presente*. Bauru, SP: Edusc, 1999, p.15.

imperativo historiográfico.²⁹ Os historiadores do político defenderam a possibilidade de recortes temporais que incluíam experiências vividas pelos próprios historiadores. Esse debate teórico-metodológico é complementado pela definição do conceito de poder. Em sua história política, adverte Rémond,

Já que não se pode definir o político por uma coleção de objetos ou um espaço, somos levados a definições mais abstratas. A mais constante delas é pela referência ao poder: assim a política é a atividade que se relaciona com a conquista, o exercício, a prática do poder, assim os partidos são políticos por que têm como finalidade, e seus membros como motivação, chegar ao poder. Mas não a qualquer poder! O abuso, a partir de 1968, da noção de poder e a extensão de sua aplicação desencadearam sua diluição: tudo seria relação de poder, no ensino, na família, nas relações interpessoais. Seriam então a escola e a família sociedades políticas, e os conflitos de que são teatro conflitos políticos? Só é política a relação com o poder na sociedade global: aquela que constitui a totalidade dos indivíduos que habitam um espaço delimitado por fronteiras que chamamos precisamente de políticas. Na experiência ocidental, ela se confunde com a nação e tem como instrumento e símbolo o Estado. É também o único grupo humano ao qual se reconhece o direito de decidir por todos, a capacidade de impor a obediência às leis e o direito de punir as infrações. Entretanto, se o político é aquilo que tem uma relação direta com o Estado e a sociedade global, ele não se reduz a isto: ele se estende também às coletividades territoriais e a outros setores por esse movimento que ora dilata e ora encolhe o campo do político.³⁰

O poder supremo, aquele que se exerce numa sociedade global, no interior de um território definido por fronteiras, dispondo de poder de coerção, definindo a regra com a lei e sancionando as infrações, é o único que tem todos esses atributos. Mas há também a conquista e a contestação desse poder e a relação do indivíduo com a sociedade global política – de onde o estudo de comportamentos, das escolhas, das convicções, das lembranças, da memória, da cultura. O político toca a muitas outras coisas. Não é um fato isolado. Ele está em evidente relação, também, com os grupos sociais e as tradições de pensamento.³¹

René Rémond traz para o debate historiográfico, junto com seu novo olhar para a história política, uma epistemologia que se contrapõe ao marxismo ortodoxo e à história social e econômica. Ele se refere aos setores da realidade, aquilo que poderia ser classificado também como subsistemas da realidade que dão forma a um sistema. Ao se afastar da determinação econômica do marxismo, com sua perspectiva de totalidade social e também de uma história total, Rémond escolhe o ‘setor’ político como seu campo de observação e percebe na realidade compartimentos com a prerrogativa de produzirem a si mesmos. Esse movimento

²⁹ Ibidem. P.46.

³⁰ RÉMOND, René. *Do político*. In.: RÉMOND, René (org.). Por uma história política. 2ªed. Rio de Janeiro: 2003, p. 444.

³¹ Idem. *O retorno do político*. In.: CHAUVEAU, A. e TÉTARD, Ph. Questões para a história do tempo presente. Bauru, SP: Edusc, 1999, p. 58.

auto-poiético percebido na realidade é identificado nas palavras de Rémond, quando afirma que,

Cada vez menos pesquisadores acham que infra-estruturas governam superestruturas, e a maioria prefere discernir uma diversidade de setores – o cultural, o econômico, o social, o político – que se influenciam mútua e desigualmente segundo as conjunturas, guardando mesmo tempo cada um sua vida autônoma e seus dinamismos próprios. E também sua especificidade: a política é um lugar de gestão do social e do econômico, mas a recíproca não é verdadeira.³²

A história escrita com vistas a gerar pessoas libertas do fetiche do capital, quando estas podem controlar suas condições materiais de vida e promoverem a revolução socialista, entra em colapso com o fim da própria experiência revolucionária dedicada teoricamente a esta causa, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Muitos intelectuais brasileiros se abrigaram neste país durante a ditadura militar no Brasil (1964-1985), quando o marxismo também ditou cátedra nas universidades brasileiras. A conjuntura brasileira foi marcada pela existência de um Estado que, em nome da Segurança Nacional, executou muitas mortes entre outras formas de violência e levou muitos historiadores a se dedicarem ao estudo do tempo presente.

Ao mesmo tempo, a inexistência de uma revolução que revertesse o rumo assumido pelo país levou ao entendimento do período a partir da ideia de desvio de uma finalidade histórica necessária. Desta forma, a emancipação da classe trabalhadora aconteceria inevitavelmente segundo a crença corrente na década de 1960 e 70, que pode ser observada nas palavras de Enrique Dussel, no final dos anos 70.

A história e a esperança escatológica nos dão uma paciência infinita! A esperança dos povos é igualmente sagrada e nos apóia para irmos nesta longa “passagem”, nesta “páscoa” através do deserto! Não serão quarenta anos como os do povo judeu, libertando-se do Egito! Possivelmente serão muito mais! Talvez o hipotético historiador de 2100 ainda possa observar alguma nação capitalista, mas é difícil que assim seja, pois a história caminha com muita rapidez em nossos tempos!³³

A impossibilidade de realização no mundo da prática de uma filosofia da história nestes moldes deu alento à ideia de fim da história e do capitalismo como ponto de chegada. Nas décadas de 1980 e 1990 o discurso em defesa do modelo político

³² Idem. *Introdução*. In.: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2ªed. Rio de Janeiro: 2003, p. 10.

³³ DUSSEL, Enrique. *De Medellín a Puebla uma década de sangue e esperança*. De Medellín a Sucre – 1968-1972. Vol. 1. São Paulo: Edições Loyola, 1981, p.20. Esta edição em português é posterior à mexicana de 1979.

neoliberal torna-se hegemônico na economia globalizada. O noticiário dos principais jornais impressos e na televisão mostram as dificuldades da URSS como resultado da economia planificada, à qual ainda se associava a existência de um partido único detentor de um poderoso aparato repressivo. Os estudos acerca das classes trabalhadoras e também sobre partidos, eleições e outros eventos que se relacionam diretamente à política não deixavam, neste contexto, de ocupar espaço na produção acadêmica.

Ao mesmo tempo, a relação entre o Estado e as classes trabalhadoras passou a ser percebida como uma via de mão dupla ganhava projeção na academia e se contrapunha à visão do Estado como algoz e do povo como vítima. As práticas estatais não são determinadas somente pelo seu poder coercitivo, mas também pela representação do consenso estabelecido na sociedade, a qual aceita que o Estado puna determinadas ações consideradas indesejáveis.³⁴

Num artigo sobre o conceito de poder de Hanna Arendt, Habermas afirma:

No Estado moderno, que completa essa sociedade econômica [capitalista], a luta pelo poder é normalizada, além disso, pela institucionalização da estratégia (admitindo uma oposição, a concorrência de partidos e associações, a legalização das lutas operárias, etc.). (...) As instituições políticas não vivem da violência, mas do reconhecimento.³⁵

O conceito de poder em H. Arendt segue o modelo comunicativo da ação, ou seja, o poder se dá nas relações sociais, é fruto da vontade comum, detectada quando as pessoas dispõem dos meios necessários à comunicação e através destes chegam a um ponto de equilíbrio, estabelecendo um consenso (acordo mínimo) entre os interesses diversos no seio da sociedade. O poder assim é algo difuso e que só pode ser utilizado para o entendimento recíproco.³⁶ A teoria política de Arendt desloca o foco do poder, se comparada com a ideia de que o mesmo está localizado nas instituições criadas que arrogam para si o direito de se estabelecer impostos, medidas administrativas, leis, do uso legítimo da violência, etc.

³⁴ A coletânea de artigos organizada por Jorge Ferreira traz uma série de referências e uma grande quantidade de autores que discutem a relação entre Estado e classe trabalhadoras no Brasil e em outros países. Esse movimento conhecido revisionismo traz a perspectiva do consenso nas relações desiguais entre as partes.

³⁵ HABERMAS, J. O conceito de poder de Hanna Arendt. In: HABERMAS: sociologia. São Paulo Ática, 1980, p. 112.

³⁶ Ibid, p. 101.

H. Arendt traz a ideia de que da formação do consenso surgem as normas, as instituições, os acordos, etc.

O que investe de poder as instituições e as leis de um país, é o apoio do povo, que por sua vez é a continuação daquele consenso original que produziu as instituições e as leis... Todas as instituições políticas são manifestações e materializações do poder; elas se petrificam e desagregam no momento em que a força viva do povo deixa de apoiá-las. É o que Madison quis dizer quando afirmou que todos os governos se fundam, em última instância, na 'opinião'.³⁷

Não chegaremos ao extremo adotado por Arendt de excluir a violência como instrumento que participa da sobrevivência das instituições políticas, ela gera, além do fato em si, o medo e, se não total ao menos parcialmente a obediência em função disso. Participam do processo político não só a violência como a estratégia no estabelecimento do consenso. A ação estratégica caracteriza-se por ser teleológica e voltada para a execução de fins planejados e executados mediante a influência ou mediante a força.³⁸ De acordo com Habermas, Hanna Arendt, em sua teoria da sociedade

Tem de pagar o preço de: a) excluir da esfera política todos os elementos estratégicos, definindo-os como violência; b) de isolar a política dos contextos econômicos e sociais em que está imbuída através do sistema administrativo; c) de não poder compreender as manifestações da violência estrutural.³⁹

No pensamento desta autora a democracia liberal com partidos e eleições das massas torna-se um perigo. A este respeito escreve Habermas:

Enquanto os teóricos do elitismo democrático (seguindo Shumpeter) valorizam o governo e os partidos representativos, por canalizarem de forma restritiva a participação política de uma população despolitizada, H. Arendt vê o perigo exatamente nisso. A mediação da população através de administrações públicas, partidos, associações e parlamentos, altamente burocratizados, completa e consolida as formas de vida privatistas, que possibilitam a mobilização do apolítico, ou seja, que fornece as condições sócio-psicológicas da dominação totalitária.⁴⁰

O estudo das relações políticas não pode prescindir de deixar claro o alcance deste conceito. A violência por si somente não garante poder às instituições estabelecidas mas ela também não pode ser excluída no entendimento da realidade política.

³⁷ ARENDT, H. *Macht und Gewalt*. p.42. Apud. HABERMAS, J. op. cit., p.103.

³⁸ HABERMAS, J. op. cit., p.106.

³⁹ Ibidem. p. 110 e 111.

⁴⁰ Ibidem. p. 106.

Preocupado com a atuação dos intelectuais⁴¹ na organização da cultura, Antônio Gramsci escreveu:

A relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata, (...), mas é mediatizada, em diversos graus, por todo o contexto social, pelo conjunto das superestruturas, do qual os intelectuais são precisamente os 'funcionários'. Poder-se-ia medir a "organicidade" dos diversos estratos intelectuais, sua mais ou menos estreita conexão com um grupo social fundamental, fixando uma gradação das funções e das superestruturas de baixo pra cima (da base estrutural pra cima). Por enquanto, pode-se fixar dois grandes "planos" superestruturais: o que pode ser chamado de "sociedade civil" (isto é, o conjunto de organismos chamados comumente de "privados") e o da "sociedade política ou Estado", que correspondem à função "hegemonia" que o grupo dominante exerce em toda a sociedade àquela de "domínio direito" ou de comando, que se expressa no Estado e no governo "jurídico". Estas funções são precisamente organizativas e conectivas. Os intelectuais são os "comissários" do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso "espontâneo" dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce "historicamente" do prestígio (e portanto, da confiança) que o grupo dominante obtém, por causa de sua posição e de sua formação no mundo da produção; 2) do aparato de coerção estatal que assegura "legalmente" a disciplina dos grupos que não "consentem", ativa nem passivamente, mas que é constituído por toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais fracassa o consenso espontâneo.⁴²

A análise de Antônio Gramsci não se prende à orientação marxista economicista, em sua interpretação da história chama a atenção para a superestrutura, para a organização da cultura e do Estado, além de se preocupar, é claro, com a dominação econômica que se consolida na esfera estatal. Sem aderir ao nihilismo, excluímos de nossa interpretação a expectativa de Dussel e de Gramsci em relação à revolução socialista que permitiria às classes trabalhadoras por fim à dominação burguesa.

Esses autores estavam imbuídos de um espírito que se fez presente nos movimentos populares orientados pela filosofia da história de viés marxista que almejava uma revolução que poria fim à propriedade privada e ao Estado. Gramsci também não está totalmente imune a esta filosofia que no movimento da história vê a sociedade "queimando etapas".⁴³ Apesar disso, sua reflexão é muito importante para entendermos dois aspectos importantes na hegemonia social e no governo político: o consenso espontâneo e a coerção estatal.

⁴¹ Todos os homens que fora da sua profissão contribuem "para manter ou para modificar uma concepção do mundo, isto é, para promover novas maneiras de pensar" GRAMSCI, Antônio. Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, p.8.

⁴² Ibidem, p. 10-11.

⁴³ GRAMSCI, 1968, p.19.

Dessa forma, consideramos que o monopólio da violência é um componente importante na investigação da esfera estatal. Nas décadas de 1980 e 1990 a criminalização das greves, dos protestos e dos movimentos sociais buscou suprimir o direito de defender direitos. O conflito entre as classes trabalhadoras e as classes dominantes em relação à propriedade da terra, à ocupação do solo no campo e na cidade, motivou crimes, homicídios. A lista de mortos nestes conflitos é extensa, e a questão agrária permaneceu como um desafio para a classe política. Para as famílias as mortes constituem-se em perdas irreparáveis e para os estudos acadêmicos dados, empiria, fatos a serem explicados.

O estudo da organização dos partidos políticos na “Nova República” com vistas à disputa pelo poder nas eleições deverá levar em consideração estes conflitos no conjunto geral das relações sociais. O historiador do tempo presente precisa considerar todos os aspectos relacionados diretamente à produção historiográfica. Inclusive sobre o contexto acadêmico e os modismos intelectuais.

O historiador, queira ou não, sofre os efeitos da moda, não por ‘parisianismo’, mas por que mesmo se trabalha e pesquisa como quer, onde quer, sobre o que ele quer, seu esforço é mais ou menos sustentado pelo interesse dos editores, das revistas, dos outros historiadores, da opinião de moda global... (...). Não precisamos esconder o rosto, a história do presente é frequentemente um fenômeno de moda.⁴⁴

Não existe individualidade fora da coletividade e vice-versa, não existe coletividade sem individualidades. O sujeito possui interesses particulares, porém também existem os projetos coletivos. Entendo que teoria social deve se engajar nestes projetos, ao invés de ficar debruçada sobre um pensamento estéril que acaba por se reduzir a proposições sobre proposições que afirmam e/ou contrariam outras proposições.⁴⁵

⁴⁴ BECKER, Jean-Jacques. Marxismo e comunismo na história recente. In: CHAUVEAU, A. e TETARD, F.(orgs.). Questões para história do tempo presente. São Paulo: EDUSC, 1999, p.66.

⁴⁵ É inegável a tendência atual de submeter tudo ao crivo do logicismo, que normatiza ou disciplina a realidade a partir de seu exterior, por um mero exercício formal. Por exemplo, quando se diz “esta casa é bonita” o pensamento instrumental, favorecido pelo pensamento fenomenológico que não admite uma essência fora do exterior das coisas e as tornam meios para execução de fins utilitaristas, não vai em primeiro lugar olhar para a casa e ver se aquela realidade coincide com seu gosto, mas sim elaborar uma proposição sobre a proposição dita esvaziando assim o conteúdo da primeira, e isto ocorre sucessivamente com as “n” proposições que aparecem. Tal logicismo pode ser apresentado inclusive de forma matemática onde a frase “esta casa é bonita” aparece como a seguinte sentença (S-P). Daí temos: S – [S – (S – P) – P] – P. Que também poderia se expressar assim: Esta casa é bonita. A frase: “esta casa é bonita” é verdadeira. A sentença “a frase: ‘esta casa é bonita’ é verdadeira” é falsa, e assim num infinito num esvaziamento do conteúdo de cada frase colocada. Em suma, numa retórica sobre proposições de uns e de outros desloca-se o foco da realidade a qual se pretende investigar.

A nova história política ressalta que os partidos políticos ocupam importante função na sociedade contemporânea uma vez que operam a mediação política. O Estado é organizado por meio do processo eleitoral e dos partidos. A ocupação dos cargos de legislador e de chefe do executivo são exclusivamente mediatizados pelos partidos. Nas regras de funcionamento da democracia moderna o indivíduo não ascende a estes cargos sem filiação a um partido político.

Conforme salienta Fernando Achiamé, é possível ampliar o alcance do conceito de partido e identificar Maçonaria, Rotary Club, Revista Vida Capichaba, Igreja Católica e sindicatos neste âmbito como recurso metodológico da análise política e do papel da sociedade civil organizada nas relações de força. Porém, Gramsci não confunde o papel de entidades de classe com o dos partidos políticos, não apresenta-os de forma idêntica. Novamente em sua obra sobre o papel dos intelectuais lemos:

Que todos os membros de um partido político devam ser considerados como intelectuais, eis uma afirmação que se pode prestar à caricatura; contudo, se pensarmos bem, veremos que nada é mais exato. Dever-se-á fazer uma distinção de graus; um partido poderá ter uma maior ou menor composição do grau mais alto ou mais baixo, mas não é isto que importa: importa, sim, a função, que é diretiva e organizativa, isto é, educativa, intelectual. Um comerciante não passa a fazer parte de um partido político para poder comerciar, nem um industrial para produzir mais e com custos reduzidos, nem um camponês para aprender novos métodos de cultivar a terra, ainda que alguns aspectos destas exigências do comerciante, do industrial, do camponês possam ser satisfeitos no partido político. Para estas finalidades, dentro de certos limites, existe o sindicato profissional, no qual a atividade econômico-corporativa do comerciante, do industrial, do camponês, encontre seu quadro mais adequado. No partido político, os elementos de um grupo social econômico superam este momento de seu desenvolvimento histórico e se tornam agentes de atividades gerais, de caráter nacional e internacional. Esta função do partido político apareceria com muito maior clareza mediante análise histórica concreta do modo pelo qual se desenvolveram as categorias orgânicas e as categorias tradicionais dos intelectuais, tanto no terreno das várias histórias nacionais quanto no desenvolvimento dos vários grupos sociais mais importantes no quadro das diversas nações; notadamente daqueles grupos cuja atividade econômica foi sobretudo instrumental.⁴⁶

De acordo com Gramsci a participação dos atores econômicos nos partidos políticos levam estes indivíduos a ocupar funções cujas atividades vão além da simples representação classista. Ressalta-se para as finalidades deste estudo que os trabalhos dos cientistas políticos ocuparam lugar de destaque na produção de conhecimento sobre estas instituições, mudando as “perspectivas de abordagem e a

⁴⁶ GRAMSCI, 1968, p. 25.

natureza do questionamento sobre os partidos políticos enquanto organizações”.⁴⁷ Tais mudanças na abordagem deste objeto influenciou na produção historiográfica que por sua vez incorporou-as na explicação dos fenômenos históricos.

Para Serge Bernstein a pesquisa sobre partidos políticos caiu em descrédito devido à natureza dos trabalhos produzidos que se deu por dois motivos. Monografias destinadas a “reconstituir o tecido factual da vida dos partidos”, que, apesar de produzir material necessário ao historiador, recebem críticas justamente por serem factuais. E, estudos voltados para a dimensão ideológica que definem o partido pelo seu projeto sociedade ensejaram um recorte que privilegiou os partidos com ideologia marxista, enquanto que formações partidárias de cunho reformista ou liberal foram, “na maioria das vezes, soberbamente ignoradas pelos historiadores”.⁴⁸

O partido como espaço de mediação materializa-se nas forças políticas representadas por seus componentes, a classe política, que tem como função “articular, na linguagem que lhes é própria, as necessidades ou as aspirações mais ou menos confusas da população”⁴⁹. Ao historiador cabe a importante tarefa de realizar a separação entre discurso e realidade na compreensão dos fenômenos históricos, além de determinar em que medida a prática política afasta-se ou aproxima-se do discurso político.

Serge Bernstein considera o papel de outras forças políticas como clubes, clientelas, grupos parlamentares, facções, entre outras, porém, realiza uma distinção entre estas e os partidos políticos a partir da definição adotada por cientistas políticos americanos e feita segundo os seguintes critérios: duração no tempo, extensão no espaço, aspiração ao exercício do poder e vontade de buscar o apoio da população.

Os partidos políticos modernos são um fenômeno tardio e geograficamente restrito. De acordo com Bernstein, Maurice Duverger foi o primeiro a tentar uma explicação global para o nascimento dos partidos. Duverger apresenta duas formações às quais se encaixam os partidos: partidos de quadros, formados a partir de lideranças interessadas em controlar os comitês que canalizavam os votos, e partidos de origem externa ao parlamento, constituídos por grupos de pressão, sindicatos,

⁴⁷ BERSTEIN, Serge. *Os Partidos*. p.60. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2ªed. Rio de Janeiro: 2003.

⁴⁸ *Ibid*, p.58.

⁴⁹ *Ibid*, p.61

sociedades de pensamento, Igrejas, associações de ex-combatentes, que formam uma base militante representada nos congressos que são a fonte do poder partidário.⁵⁰

Independente da origem do partido, ele existe e se define em relação ao parlamento, é produto da democracia parlamentar espreada na civilização ocidental, correspondendo então a

um determinado estado da sociedade resultante das conseqüências da revolução industrial, do avanço das ideias liberais, do desenvolvimento de burguesias e classes médias que ascendem à cultura e desejam, através do regime representativo, desempenhar um papel na vida política.⁵¹

Bernstein destaca que a sobrevivência da agremiação partidária, que não surge fortuitamente, depende não só da imagem que ela transmite de si mesmo, mas também da forma como ela realiza a mediação política.⁵²

Bernstein adverte que o historiador deve estar atento ao fato que existe um “atraso quase estrutural” entre as organizações políticas e as aspirações da população, as situações que requerem gerência da por parte da classe política. Para ele este atraso revela que existe uma autonomia do órgão político que nunca é um “simples reflexo de uma problemática, mas adaptação desta a variáveis especificamente políticas, cultura política e tradições, peso das estruturas, papel das personalidades”.⁵³

O partido político agrega pessoas que pretendem uma ação comum sobre o poder ou a organização da sociedade e desta forma permite ao historiador vislumbrar as relações de força que influenciam no comportamento político. Serge Bernstein apresenta “duas abordagens fundamentais” para o estudo destas instituições, os partidos.

Bernstein, primeiramente destaca o estudo das formações políticas por geração entendida no sentido dado pelos sociólogos. Nesta primeira abordagem a contemporaneidade dos atores políticos é ponto de partida da análise empreendida sobre o partido. Parte do entendimento que os atores políticos por viverem em um

⁵⁰ BERNSTEIN, 2003, p.65.

⁵¹ Ibid, p.66.

⁵² Ibid, p.68

⁵³ Ibid, p.71

mesmo ambiente cultural foram submetidos aos mesmos determinantes, que possuem influência fundamental no comportamento político e são capazes de explicar ações concretas na vida partidária. Bernstein cita como exemplo a geração antes de 1930 e a depois de 1936 que compuseram o Partido Radical. Este historiador levanta, neste sentido, a questão da distribuição das diversas gerações no interior do partido, ou seja, qual o papel ocupado em relação ao quadro de dirigentes.

A segunda abordagem se relaciona com a análise da composição social dos partidos políticos, estudada por especialistas em sociologia política. Esta perspectiva observa a imagem sociológica que o partido apresenta de si mesmo e também a filosofia social que subentende sua ação. Para tanto, faz-se necessário que esta imagem produzida seja confrontada com sua composição sociológica e complementada com explicações sobre “a maneira como o eleitorado em seus diversos componentes socioprofissionais percebe o partido político a ser estudado”.⁵⁴ A formação de uma caracterização do eleitorado do partido por categoria socioprofissional relaciona-se com a estrutura sociológica do eleitorado. A partir destes dados o historiador deve atentar para a questão principal, ou seja, saber se os interesses de classe condicionam o voto.

Além disso, é preciso saber também se o partido vai constituir um programa que vá satisfazer as aspirações de sua clientela. Bernstein chama a atenção ainda para a importância da formação da clientela e das relações sociais e políticas entre ela e a classe política distribuída nos partidos. Devido à diversidade de interesses entre o eleitorado e os componentes do partido muitos conflitos internos devem ser resolvidos no estabelecimento de um programa e na formação de alianças para alcançar seu objetivo máximo, controlar o poder do Estado.

De acordo com Bernstein, quanto maior a chance de chegar ao poder maior a pressão sobre o partido para articular compromissos,

um partido político importante, em condições de exercer o poder é sempre levado a articular compromissos aos quais o obrigam a heterogeneidade de seus apoios e a necessidade de levar em consideração, para governar, os pontos de vistas dos adversários. *Só os grupos minoritários, eternamente condenados à oposição, podem permitir a intransigência doutrinária (destaques meus).*⁵⁵

⁵⁴ BERNSTEIN, 2003, p.75-76.

⁵⁵ Ibid, p.77.

A democracia liberal pensa a chegada ao poder através da via eleitoral embora este caminho não tenha sido uma constante no século XX. Nesse caminho constitucional, da via eleitoral, as alianças políticas se colocam, portanto, como forma necessária para a chegada ao poder. Esta é ainda mediatizada pelas formações partidárias.

O partido não é um simples reflexo de sua composição sociológica, embora esteja ligado ao papel de mediação política entre grupos sociais. A diversidade social se associa a outras diferenças entre correntes ideológicas, tradições culturais, contextos regionais, etc. A abordagem sociológica destaca a importância da maneira como o partido articula os interesses da base a partir do exame do programa e da prática política.

Outra questão importante na organização partidária, levantada no texto de Bernstein, diz respeito ao financiamento partidário, do qual o historiador “raramente é informado”, sobretudo por que aquilo que é declarado muito dificilmente corresponderá à verdade sobre as verbas arrecadadas. No Brasil, por exemplo, a prática do “caixa dois” (verba arrecadada e não declarada) é tratada pelos políticos como uma verdade inexorável e prática comum no meio político, como foi declarado pelo ex-presidente Lula ao defender seus correligionários e a si próprio no processo do chamado Mensalão (Ação Penal 470, Supremo Tribunal Federal), quando foi utilizado o recurso de associar o episódio à formação de caixa dois que repercute em penas mais brandas por ser crime eleitoral, não tipificado no código penal.

Neste sentido, Serge Bernstein questiona, se o empresariado exerce uma influência determinante, isto anularia toda a vida democrática no partido financiado? O historiador deve se perguntar até que ponto o financiamento dos partidos políticos pelo empresariado determinou suas práticas, e buscar demonstrar como isso ocorre, associando esse fenômeno às suas causas estruturais.

A organização interna dos partidos políticos também se caracteriza pela existência de uma estrutura hierárquica. A distribuição de poder dentro do partido apresenta-se como outro elemento que põe em xeque a democracia interna. A este respeito, afirma Serge,

a experiência mostra que a simples existência de um partido, com sua organização estruturada, secreta naturalmente uma oligarquia de dirigentes

profissionais que se tornam praticamente inamovíveis, representam o partido aos olhos da opinião pública e parecem dirigi-lo sem restrições.⁵⁶

Quem representa esta autoridade? Quem realmente detém o poder no partido político? Estas perguntas se relacionam também à existência de pessoas que reconhecem a autoridade e o poder de determinadas pessoas, ou seja, os militantes. Estes apresentam, segundo Bernstein, o “desejo de ser conduzidos com firmeza” e um sentimento de veneração aos chefes, fato que se encontra na origem desta oligarquia de dirigentes profissionais, que se consolida pelo reconhecimento de suas competências, bem como pelo controle das promoções e da distribuição de cargos e pelo monopólio da informação.⁵⁷

Acerca da veneração a essa oligarquia no Partido Radical francês escreveu Bernstein que “o essencial do poder era detido por uma elite mínima de dirigentes, aos quais os membros do partido dedicavam um verdadeiro culto que era a base real de sua autoridade, e que permitia (...) uma considerável margem de manobra.”⁵⁸

Apesar e além disso conclui que, em partidos de tradição democrática, o poderio de qualquer oligarquia no interior dos partidos pode ser limitado por adversários que esperam vencer seus oponentes a partir da defesa das teses defendidas pela maioria dos militantes. A manutenção do poder no interior dos partidos requer, desta forma, a incorporação por parte dos líderes, em seu comportamento político, das aspirações da base. Assim, existiria uma linha democrática, formada por tendências da base, que equilibraria o poder das oligarquias internas.⁵⁹

O consenso estabelecido entre as partes permite vislumbrar o direcionamento assumido pelo partido, conservador ou progressista, que explicita assim sua ideologia que é a “coluna vertebral” das formações políticas. A ideologia do partido, que raramente está apoiada em bases filosóficas, se apresenta através de um sistema de crenças que é compartilhado pelos seus membros, militantes ou eleitores.⁶⁰

Quando o partido está organizado a partir de uma doutrina que não permite um reordenamento da instituição, como é o caso dos partidos totalitários, estudados por

⁵⁶ Ibid, p. 83.

⁵⁷ Ibidem, p.83.

⁵⁸ Ibidem, p.84-85.

⁵⁹ Ibidem, p.85.

⁶⁰ Ibidem, p.86.

Hanna Arendt, ele passaria então a se assemelhar a uma igreja e seus militantes a um “exército de crentes”. Esse caso limite não é o foco da análise de Bernstein para quem “a referência doutrinária da ideologia é uma nebulosa que invoca uma grande família de pensamento, sem nem por isso ser claramente explicitada no discurso cotidiano do partido, de tal modo que este dá a impressão de ser desprovido de qualquer doutrina”.⁶¹

A ideologia se apresenta sob a forma de uma base doutrinária e sob uma cultura política, por meio de uma linguagem comum simplificada, compreendida facilmente pelos membros do grupo, ainda que estes não consigam realizar uma discussão teórica como as elites intelectuais. Os valores, o sistema de crenças ao qual estão filiados os membros de um partido político formam assim uma cultura política que está intimamente ligada ao “domínio das crenças instintivas” e escapa a “toda crítica da razão”.⁶²

Desta forma, a ideologia política do partido

dá a seus fiéis uma grade comum de leitura dos acontecimentos que funda sua solidariedade de ação; permite exprimir, em termos de interesses gerais e escolha da sociedade, dando-lhes um alcance geral, decisões e atitudes cuja origem está muitas vezes na conjuntura mais imediata; constitui enfim, para além de toda finalidade puramente prática, um conjunto de crenças que permite integrar os membros do partido numa comunidade quase espiritual.⁶³

Por meio da cultura, inserida no quadro das estruturas mentais, da longa duração cujos rumos se alteram lentamente e podem ser percebidos na “escala de geração”, unidade de medida destinada ao estudo das mutações culturais⁶⁴, pode-se, segundo Bernstein, explicar a duração dos partidos e a permanência de dirigentes por longo tempo na direção destas instituições, que também ocupam o “papel primordial de seleção das elites políticas”.⁶⁵ Além de assumir a função de estruturação eleitoral, eles circunscrevem os limites precisos do jogo político, onde participam “forças identificadas e mensuráveis” disputando a partir de “regras conhecidas e tacitamente aceitas”.⁶⁶

⁶¹ Ibidem, p.87.

⁶² Ibidem, p. 90.

⁶³ Ibidem, p. 91

⁶⁴ Ibidem, p.72

⁶⁵ Ibidem, p. 92-93.

⁶⁶ Ibidem, p. 91.

É significativo ilustrar que neste processo também participam estratégias que não são conhecidas integralmente, assim como não o são os financiamentos dos partidos políticos. Bernstein destaca que as funções dos partidos descritas por ele estão relacionadas aos regimes pluripartidários das democracias liberais, embora no “Terceiro Mundo”⁶⁷ e nas democracias populares⁶⁸ o partido político também ocupe a função de estruturação social através da mobilização das massas, de seleção das elites e de difusão de ideologias.

Utilizamos como recurso teórico metodológico desse trabalho essas ponderações na medida em que o movimento da “Nova História Política” nos permite entender a realidade política local do Espírito Santo. Nesse sentido, o poder interno no partido, financiamento de campanha, alianças eleitorais, ideologia política, todos esses aspectos são importantes para o estudo das relações políticas.

A essas considerações se somam as reflexões específicas da professora Maria da Penha Siqueira, que nos possibilita o entendimento de determinantes macroeconômicos do processo histórico pelo qual passou o Espírito Santo entre 1950 e 1980. Ela explica que, antes da década de 1970 a hegemonia estava localizado no setor agrário-exportador. Porém com o binômio crise do café/Grandes Projetos ela passou a se alojar nas mãos do “Grande Capital” (nacional e internacional).

A implosão do PMDB, vista aqui, será confrontada com a perspectiva que vê a redemocratização como continuidade do projeto da Ditadura de “fragmentar a oposição e as esquerdas”⁶⁹ no Brasil que historicamente perseguiram uma orientação para o Estado que levasse em consideração ao mesmo tempo: crescimento econômico e desenvolvimento social⁷⁰.

⁶⁷ Termo genérico usado na “Guerra Fria” para designar os países capitalistas subdesenvolvidos.

⁶⁸ Termo que se relaciona com os países com economia planificada sob a direção exclusiva de Partidos Comunistas, também chamados de “Segundo Mundo”.

⁶⁹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *O MDB e as esquerdas*. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. (orgs) *Revolução e Democracia (1964...)*. As esquerdas no Brasil. Vol.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 299.

⁷⁰ “Dizemos que um país é socialmente desenvolvido quando sua população tem um ótimo nível de qualidade de vida. Mas o ‘ótimo’ é sempre relativo a um ‘menos ótimo’, o que significa que só a comparação entre duas ou mais populações permite avaliar o nível de desenvolvimento social de um país. Então o que deve ser considerado para fazer a avaliação? Em primeiro lugar, a proporção de pessoas que têm suas necessidades básicas satisfeitas (alimentação, necessária para atender aos requisitos nutricionais mínimos, trabalho, escola, hospital, assistência médica, moradia servida de água tratada, esgotamento sanitário, energia elétrica e coleta de lixo). Em segundo lugar,

A abordagem da historiografia brasileira sobre a Redemocratização e a Nova República tem procurado rever as acusações contra algumas forças políticas identificadas tradicionalmente como caudilhismo, como caciquismo, como atrasadas, como manipulatórias. Como já foi ressaltado, o revisionismo historiográfico tem se afastado destes quadros explicativos que se valem de recursos que levam em consideração a manipulação. Ao mesmo tempo os pesquisadores realizam um levantamento empírico que permite sustentar a incongruência desse conceito sociológico com a realidade verificada.

Esta perspectiva pode ser confirmada, além dos autores já citados, nas palavras do professor de História Moderna e Contemporânea Francisco Carlos Teixeira da Silva, do Laboratório de Estudos do Tempo Presente:

Assim, a nosso ver, o caudilhismo ou caciquismo do século XIX e do início do século XX teriam entrado em crise em face das formas muito mais eficientes e profissionais, não se apresentando como alternativas viáveis para as sociedades já em acelerado processo de modernização do pós-1945. Neste sentido, as acusações de *atraso* e caudilhismo feitas contra algumas forças políticas, como o trabalhismo no Brasil, refletem bem mais o nível de concorrência entre diversas correntes do que uma análise real dos processos políticos em curso.⁷¹

Juntamente com o abandono desse conceito de populismo nesse trabalho realiza-se por conseguinte a inadequação de outro, subsidiário desse, o de “Estado de compromisso” em que o líder aparece em função da impossibilidade das classes dominantes controlarem o aparato estatal. Neste caso, o governante se abre a todas as pressões, mas não se subordina a nenhuma força em especial, nem às camadas populares nem aos detentores do poder econômico.⁷² No estado de compromisso, a relação entre o líder e as massas é realizada a partir do pressuposto fundamental do conceito de populismo, ou seja, a partir da manipulação.⁷³

As pesquisas históricas caminham no sentido contrário às interpretações formuladas sob a influência do quadro teórico que se notabilizou com Francisco Weffort que tem

comparação destas proporções entre países, ou entre regiões de um mesmo país”, explicação formulada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, órgão institucional responsável pela coleta de dados oficiais necessários aos poderes públicos, disponível no sítio da internet <www.ibge.gov.br/ibgeteen/duvidas/desenvolvimentosocial.html>

⁷¹ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985*. In: O Brasil Republicano. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p.248.

⁷² WEFFORT, 1980, p.55.

⁷³ Sobre esta discussão ver GOMES, Ângela de Castro. *O populismo e as Ciências Sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito*. In: FERREIRA, Jorge (org.) O populismo e sua história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

sua formação realizada na Universidade de São Paulo, e permaneceu, durante a formulação do conceito de populismo, alinhado ao Partido dos Trabalhadores. A interpretação formulada dentro dos quadros do PT sobre o movimento sindical e a classe política do período de 1945-64 permitiu a identificação do passado como algo velho, atrasado, enquanto que o novo sindicalismo e a nova classe política estava imune aos equívocos do passado, em especial as alianças realizadas pelos líderes populares com parcelas da classe dominante. O tempo mostrou aos petistas que a política de alianças era inevitável para um partido que queria alcançar o poder do Estado. A longa duração consolidou práticas políticas que estavam demasiadamente distantes do discurso ideológico do PT.

Tendo essas questões em tela nos questionamos sobre aspectos teóricos da disciplina. Enquanto que a abordagem estruturalista faz o indivíduo desaparecer na análise histórica, por privilegiar a longa duração, a diminuição da escala pode levar a um julgamento que não coincide com o contexto e a realidade vividos pelos atores, quando prescinde de aspectos estruturais que não devem, contudo, deixar de serem observados. Portanto, observamos os escritos de José Murilo de Carvalho que chamou a atenção para o uso dos conceitos de mandonismo, coronelismo e clientelismo.⁷⁴ Ressaltou que o coronelismo é confundido com o mandonismo e com o clientelismo. Diz ele,

Este [o mandonismo] talvez seja o conceito que mais se aproxime do de caciquismo na literatura hispano-americana. Refere-se à existência local de estruturas oligárquicas e personalizadas de poder. O mandão, o potentado, o chefe, ou mesmo o coronel como indivíduo, é aquele que, em função do controle de algum recurso estratégico, em geral a posse da terra, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter livre acesso ao mercado e à sociedade política. O mandonismo não é um sistema, é uma característica da política tradicional. Existe desde o início da colonização e sobrevive ainda hoje em regiões isoladas. A tendência é que desapareça completamente à medida que os direitos civis e políticos alcancem todos os cidadãos. A história do mandonismo confunde-se com a história da formação da cidadania. Na visão de Leal, o coronelismo seria um momento particular do mandonismo.⁷⁵

E continua, em sua definição conceitual,

Muito usado, sobretudo por autores estrangeiros escrevendo sobre o Brasil, desde o trabalho pioneiro de Benno Galjart (1964; 1965), o conceito de clientelismo foi sempre empregado de maneira frouxa. De modo geral, indica um tipo de relação entre atores políticos que envolve concessão de

⁷⁴ CARVALHO, José Murilo. *Mandonismo, coronelismo, clientelismo*: uma discussão conceitual. Revista Dados, vol. 40, n.2, Rio de Janeiro, 1997. Disponível Scielo.

⁷⁵ Ibidem, p.2.

benefícios públicos, na forma de empregos, benefícios fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto. Este é um dos sentidos em que o conceito é usado na literatura internacional (Kaufman, 1977). Clientelismo seria um atributo variável de sistemas políticos macro e podem conter maior ou menor dose de clientelismo nas relações entre atores políticos. Não há dúvida de que o coronelismo, no sentido sistêmico aqui proposto, envolve relações de troca de natureza clientelística. Mas, de novo, ele não pode ser identificado ao clientelismo, que é um fenômeno muito mais amplo. Clientelismo assemelha-se, na amplitude de seu uso, ao conceito de mandonismo. Ele é o mandonismo visto do ponto de vista bilateral. Seu conteúdo também varia ao longo do tempo, de acordo com os recursos controlados pelos atores políticos, em nosso caso pelos mandões e pelo governo. De algum modo, como o mandonismo, o clientelismo perpassa toda a história política do país. Sua trajetória, no entanto, é diferente da do primeiro.

Carvalho assim esclarece os termos,

Na medida em que o clientelismo pode mudar de parceiros, ele pode aumentar e diminuir ao longo da história, em vez de percorrer uma trajetória sistematicamente decrescente como o mandonismo. Os autores que vêem coronelismo no meio urbano e em fases recentes da história do país estão falando simplesmente de clientelismo. As relações clientelísticas, nesse caso, dispensam a presença do coronel, pois ela se dá entre o governo, ou políticos, e setores pobres da população. Deputados trocam votos por empregos e serviços públicos que conseguem graças à sua capacidade de influir sobre o Poder Executivo. Nesse sentido, é possível mesmo dizer que o clientelismo se ampliou com o fim do coronelismo e que ele aumenta com o decréscimo do mandonismo. À medida que os chefes políticos locais perdem a capacidade de controlar os votos da população, eles deixam de ser parceiros interessantes para o governo, que passa a tratar com os eleitores, transferindo para estes a relação clientelística.

Essa problemática, cuja raiz está, conforme Carvalho, na análise que não leva em consideração a diacronia, permite que possamos observar a realidade capixaba e distinguir fenômenos que às vezes são confundidos por aqueles que presenciaram o transcorrer da história.

Em entrevista para o jornal A Gazeta a professora Marta Zorzal, cientista social contemporânea dos fatos narrados comentou o seguinte sobre a política capixaba dos anos 1980:

Não considero o Camata um populista... Acho que ele tem algumas práticas, mas não chega a ser um populista... Por ter origem no interior ele tem uma atuação muito mais coronelista, do voto pessoal, do que de uma relação de massas. Ele não se volta para as massas urbanas. Ele vai atender o interior por que tem um maior controle das forças de lá. Acho que está mais para Carlos Lindemberg do que para Chiquinho. Ele explora a relação pessoal, o compadrio [...] ⁷⁶

⁷⁶ POPULISMO a velha prática que define eleições. Vitória. A Gazeta. 02 abr.1989, p.2

Em sua análise Zorzal recorre ao conceito de populismo e coronelismo para o entendimento daquele contexto em que nos propusemos a estudar. Afirma também que Max, com exceção do carisma, “teria tudo para ser um bom populista,” pois “seu discurso envolve questões que estão em evidência na opinião pública e busca criar impacto junto ao povo.”⁷⁷

Outras referências a Max de Freitas Mauro encontradas em obras acadêmicas, não dizem respeito a estudos empíricos cujo objeto seria o governo de Max Mauro, ou aspectos biográficos dele, mas tratam indiretamente de suas relações políticas. Apesar disso, encontramos algumas obras que, de alguma forma, se referem ao governo de Max Mauro e abordam a relação de Max Mauro com os políticos capixabas. Nesse sentido, destacam-se as dissertações: *A Vitória de Albuíno: campanhas modernizadas no Brasil e no Espírito Santo*, de Ronaldo Luiz Cassundé; *Poder e comunicação: a emergência do marketing na política capixaba da década de 1980*, de Maria Helena de Almeida Macedo; *A trajetória de uma geração política no Espírito Santo : da universidade ao poder : 1982 a 1992*, de Margô Devos Martin; *O movimento estudantil na Universidade Federal do Espírito Santo : a trajetória de um grupo ao poder (1976-1981)*, de Renato Heitor Santoro Moreira; *O presidencialismo de coalizão : a experiência no Estado do Espírito Santo entre anos de 1991 a 1994*, de Marcelo Siano Lima; *Desempenho político-eleitoral do Partido dos Trabalhadores, no Espírito Santo nas eleições de 1982 a 2002*, de Ueber José de Oliveira; todas elas produzidas no Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo.

Além dessas dissertações consultamos *A História Política e Eleitoral do Espírito Santo de 1982 a 1992* e *Espírito Santo, Eleições 1996*, de José Eugênio Vieira e *Em nome do Espírito Santo*, de Jonas Reis. Também partimos de algumas reflexões realizadas em artigo produzido em parceria com o professor André Ricardo Valle Vasco Pereira, *Cooptação ou coalizão de governo? O governo de Albuíno Azeredo (1990/1994)*.⁷⁸ A obra *Memórias de uma guerra suja*, de Cláudio Guerra em depoimento a Marcelo Netto e Rogério de Medeiros não se constitui em um trabalho acadêmico, entretanto, é utilizada, levando-se em consideração todos os problemas que são apontados pela crítica ao recurso da memória como fonte histórica.

⁷⁷ POPULISMO a velha prática que define eleições. Vitória. A Gazeta. 02 abr.1989, p.2

⁷⁸ Publicado em DIMENSÕES - Revista de História da UFES. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, nº14, 2002.

Os estudos do aparato repressivo e do controle político realizados recentemente têm procurado desvendar o *modus operandi* da polícia política durante a Ditadura Militar e nos trouxe importantes reflexões para a análises das fontes consultadas. Apontamentos específicos sobre o Espírito Santo, realizados por Pedro Ernesto Fagundes (2011), subsidiaram a leitura dos documentos da polícia política capixaba. Assim, vislumbramos além da estrutura repressiva montada com a Comunidade de Informações os diversos matizes ideológicos que se fizeram presentes nessa agremiação política. Junto com a resistência política exercida junto à sociedade capixaba em defesa dos trabalhadores e no sentido de por fim ao regime instaurado com o golpe militar de 1964 destacamos a forma com que alguns emedebistas capixabas se articularam com importantes políticos do Brasil e tentaram isolar outros grupos internos.

A produção sobre a história política capixaba do período da ditadura militar ainda é incipiente. O professor Dr. Pedro Ernesto Fagundes da Universidade Federal do Espírito Santo tem pesquisado e incentivado a pesquisa nos arquivos da repressão política do Espírito Santo. Sua iniciativa apresenta como marco teórico a obra de Carlos Fico que procurou desvendar o *modus operandi* da polícia política durante a Ditadura Militar. Outro pesquisador que tem se destacado nessa universidade pesquisando e orientando estudantes no estudo desse período da história recente é o professor Dr. Valter Pires Pereira.

A partir desses mesmos marcos teóricos traçamos uma trajetória que evidencia alguns aspectos da história política capixaba. A pesquisa nos acervo da Delegacia de Ordem Política e Social se faz importante para desvelarmos as formas de dominação realizadas a partir do controle político e ideológico. O monitoramento deixa transparecer equívocos cometidos pelos agentes e também um pouco da dinâmica interna do partido de oposição ao regime, o MDB, incluindo seus conflitos internos.

Diante desse recurso historiográfico e das outras fontes consultadas – como documentos oficiais, acervos particulares, depoimentos e entrevistas, jornais, material de campanha, fotografia – nos valem do método indiciário proposto pelo historiador italiano Carlos Ginzburg, que ressalta,

Por milênios o homem foi caçador. Durante inúmeras perseguições, ele aprendeu a reconstruir as formas e movimentos das presas invisíveis pelas

pegadas na lama, ramos quebrados, bolotas de esterco, tufo de pelos, plumas emaranhadas, odores estagnados. Aprendeu a farejar, registrar, interpretar e classificar pistas infinitesimais como fios de barbas. Aprendeu a fazer operações com rapidez fulminante, no interior de um denso bosque ou numa clareira cheia de ciladas.⁷⁹

Esse recurso teórico-metodológico se associa às contribuições de Antônio Gramsci e do movimento da “Nova História Política” para a interpretação do período estudado. As relações políticas estabelecidas entre os agentes políticos estudados são percebidas a partir de problemas teóricos observados em outras realidades e que nos dão subsídios para a compreensão da história local.

⁷⁹ GINZBURG, Carlos. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p.43.

1 – A QUESTÃO SOCIAL E O SURGIMENTO DO TRABALHISMO NO BRASIL

O pobre foi visto, nas sociedades pré-industriais dentro de um ideal santificante⁸⁰, e em oposição a este ideal de pobreza, fundamentado pela religião, a modernidade empreendeu uma crítica ao pensamento da Igreja Católica. Concomitantemente, a industrialização trouxe consigo, além de renovação das forças produtivas e das relações de produção, um novo conceito de pobre, no qual a pobreza ao invés de ser motivo de caridade era obrigada ao trabalho. O processo de incorporação das pessoas nas atividades produtivas foi marcado pela exploração do trabalho por salários ínfimos, longas jornadas diárias e insalubridade. A dificuldade de garantir a vida demandava a participação de todos os entes familiares no trabalho, como se constata no processo da Revolução Industrial nos séculos XVIII e XIX. O mesmo também ocorreu nos primórdios da industrialização brasileira já no século XX, quando crianças com oito anos de idade e mulheres constituíam maioria da força de trabalho em alguns ramos de atividade econômica, como a tecelagem devido ao fato de possuírem mãos mais delicadas.

A industrialização demandava braços operosos. A mendicância devia ser suprimida. A ajuda ao pobre consistia em dar-lhe trabalho⁸¹. “Assiste-se, na sociedade moderna, ao progressivo esvaziamento da reflexão ética e religiosa nas interpretações do fenômeno”⁸²

Sobre a exploração e a perseguição àqueles que não se submetiam aos trabalhos forçados do reinado de Elisabete I, no início da Era Moderna, até o séc. XIX, Max Weber afirma:

Quem não se apresentava voluntariamente era conduzido às oficinas públicas dirigidas com severa disciplina. Quem, sem permissão do mestre-artífice, ou empresário, abandonasse seu posto de trabalho, era tratado como

⁸⁰ SIQUEIRA, Maria da Penha S (org.). *Sociedade e pobreza*. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Coleção Rumos da História, 2006, p. 5.

⁸¹ Michel Foucault em sua obra *História da Loucura* apresenta um trabalho de pesquisa histórica em que o mendigo, o que se nega ao trabalho, e aquele que se desfaz de seus bens materiais entrando também na condição de pobre, foram excluídos da vida social na modernidade, fundamentada pela racionalidade burguesa. O quadro teórico deste trabalho se distancia da concepção de poder foucaultiana. Isto não impede a referência à obra elaborada por meio de farta documentação empírica. FOUCALUT, Michel. *A História da Loucura na Idade Clássica*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972. Obra disponível no na internet <<http://www.ufscar.br/cis/wp-content/uploads/FOUCAULT-Michel.-A-hist%C3%B3ria-da-loucura-na-idade-cl%C3%A1ssica.pdf>>

⁸² SIQUEIRA, 2006, p. 6.

vagabundo; nenhum 'desocupado' recebia ajuda senão mediante seu ingresso nas oficinas coletivas. [...] o 'poder' da classe abastada era absoluto; apoiava-se na administração, por meio de juizes de paz, que, na falta de uma lei apropriada, distribuía justiça de acordo com um amontoado de instruções particulares, segundo um arbítrio próprio. Até a segunda metade do século XIX, dispuseram da mão-de-obra como bem entendiam.⁸³

A constituição da sociedade capitalista ensejou o surgimento da classe operária, bem como, do crescimento das cidades e da vida urbana com seus problemas de ordem política, econômica e social. O sujeito que se encontrava fora do processo produtivo, que não se constituía em força de trabalho passou a ser conceituado como vagabundo e sobre ele recaiu a obrigação do trabalho, quando se viu forçado a se tornar em mão-de-obra para o desenvolvimento capitalista.

O racionalismo burguês individualista promoveu mudanças no arcabouço político-legal de vários países com o propósito de transformar camponeses e proprietários feudais em fazendeiros capitalistas. Neste processo grande quantidade de mão de obra foi liberada para trabalhar a baixos custos nas fábricas e os que ficaram na terra se tornaram em trabalhadores contratados.⁸⁴ No Brasil, a preocupação das classes dominantes com a libertação dos escravos, a regulamentação da terra e a reinserção dos libertos no mundo do trabalho também encontrou espaço no século XIX.

Após a abolição da escravatura, que foi precedida pela Lei de Terras de 1850⁸⁵, as elites brasileiras passaram a difundir uma nova ideologia do trabalho. Os séculos de escravidão vivenciados pela sociedade brasileira formaram uma cultura avessa aos trabalhos manuais. A sociedade era dividida entre senhores, que arrogavam para si a exclusividade de participação na política, nas artes e no domínio militar, enquanto que os escravos, que deveriam realizar os trabalhos necessários à manutenção da sociedade. O trabalho (no caso, as atividades manuais) deveria ser separado da herança deixada pelo pensamento escravista e valorado de forma positiva. Além

⁸³ WEBER, Max. *História Geral da Economia*. P.143-144. In: _ Ensaios de Sociologia e outros escritos. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

⁸⁴ Ver HOBBSAWN, Eric. *A Era das Revoluções (1789-1848)*. São Paulo: Paz e Terra, 25ª edição, 2010, capítulo 8 "A Terra".

⁸⁵ Esta lei promoveu a mercantilização das terras no Brasil, quando os "trabalhadores foram afastados da terra e dos meios de subsistência" e "afastados da propriedade destes meios", in: GADELHA, Regina Maria d'Aquino Fonseca. *A lei de terras (1850) e a abolição da escravidão: capitalismo e força de trabalho no Brasil do século XIX*. Revista de História, nº 120, São Paulo, julho de 1989, acesso na internet, dia 25/11/2012, <www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?pid=S0034-83091989000100011&script=sci_arttext>

disso, a vigilância e a repressão deveriam ser exercidas continuamente pelas autoridades policiais e judiciárias como forma de reprimir a existência dos 'vagabundos', que no Brasil ganharam até uma nomenclatura particular, sendo alcunhados de 'malandros'⁸⁶.

A mesma orientação em relação ao trabalho, adotada na Inglaterra, e no resto da Europa, expressa por Max Weber, foi incorporada ao discurso das classes dominantes no Brasil que pretendiam por meio da repressão e da obrigatoriedade do exercício da atividade laboral criar o hábito do trabalho. O historiador Sidney Chalhoub nos fornece importante depoimento que reflete a inquietação da elite política e sua vontade de fazer com que o trabalhador, através da educação, amasse o trabalho, mesmo que este não resultasse em vantagens materiais para o trabalhador. Chalhoub transcreve a fala do deputado Mac-Dowell que diz:

Votei pela utilidade do projeto, convencido, como todos estamos, de que hoje, mais do que nunca, é preciso reprimir a vadiagem, a mendicância desnecessária, etc. [...] Há o dever imperioso por parte do Estado de reprimir e opor um dique a todos os vícios que o liberto trouxe de seu antigo estado, e que não podia o efeito miraculoso de uma lei fazer desaparecer, por que a lei não pode de um momento para outro transformar o que está na natureza. [...] a lei produzirá os desejados efeitos compelindo-se a população ociosa ao trabalho honesto, minorando-se o efeito desastroso que fatalmente se prevê como consequência da libertação de uma massa enorme de escravos, atirada no meio da sociedade civilizada, escravos sem estímulo para o bem, sem educação, sem os sentimentos nobres que só pode adquirir uma população livre e finalmente será regulada a educação dos menores, que se tornarão instrumentos do trabalho inteligente, cidadãos morigerados, [...] servindo de exemplo e edificação aos outros da mesma classe social.⁸⁷

As classes dominantes, com sua visão das pessoas em geral e dos ex-escravos, passam a organizar a exploração e o controle do trabalho sob novos formatos. Para o desenvolvimento das relações capitalistas de produção foi fundamental um novo arranjo jurídico, além, como demonstra o deputado Mac-Dowel, da propagação de uma nova ideologia do trabalho, que possuía uma visão positiva das atividades manuais.

⁸⁶ O Brasil se tornou conhecido já na década de 1940 na América por meio de um personagem criado pelo cartunista mundialmente conhecido, Walt Disney, o Zé Carioca, caracterizado por ser avesso ao trabalho.

⁸⁷ Anais da Câmara dos Deputados, 1888, vol.3, PP. 259-60. Apud CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro da Belle Époque*. 2ª Ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2001, p.68-69.

Nesta sociedade que se forma a partir do século XIX a contradição entre capital e trabalho se vincula ao que é concebido como “questão social”. Ângela de Castro Gomes define este fenômeno como “um conjunto de novos problemas vinculados às modernas condições de trabalho urbano e dos direitos sociais que daí adviriam, originou-se na Europa no século XIX, a partir de grandes transformações sociais, políticas e econômicas trazidas pela Revolução Industrial”.⁸⁸

No Brasil, o processo de industrialização não ocorreu da mesma forma nem no mesmo período do desenvolvimento industrial europeu. Ocorreu posteriormente, e devido à ausência de capitais no país, o Estado e o capital estrangeiro tiveram um papel essencial.⁸⁹ Raymundo Faoro, a respeito das indústrias e das máquinas que foram adquiridas no início do período republicano brasileiro, com o episódio conhecido como ‘encilhamento’, diz, “[...] os negócios se identificam, aos olhos dos decepcionados acionistas, às negociatas, ao puro assalto às economias populares, sob os auspícios do governo mancomunado aos especuladores [...]”.⁹⁰

Faoro e Ângela de Castro Gomes concordam a respeito do papel do Estado, além disso, aquele identifica uma diferenciação entre o padrão de desenvolvimento da indústria em São Paulo, ligado à expansão cafeeira, e no Rio de Janeiro, ligado mais diretamente ao poder público.

[...] Enquanto neste a indústria obedece a coordenadas políticas, de índole protecionista e de aliciamento do favor público, adversa, portanto ao complexo exportador-importador, a empresa paulista obedece a outras inspirações, dependendo menos do governo, com o progresso gerado no seio do mundo importador. Na verdade a caudal paulista se incorpora à corrente guanabarina, guardada relativa autonomia, não desdenhosa da proteção oficial, mas capaz dela prescindir. Essa combinação marcará a indústria paulista, economicamente liberal no conteúdo, de certa ambigüidade no trato com o poder público, de sorte a se sobrepor à tutela oficial [...].⁹¹

⁸⁸ GOMES, Ângela de Castro. *Burguesia e Trabalho: Política e Legislação Social no Brasil, 1917-1937*. Rio de Janeiro: Campus, 1979, p. 31. Ver também sobre este conceito FILHO, Gisálio Cerqueira. *A “Questão Social” no Brasil: crítica do discurso político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzarzo (org.). *Sociedade e Pobreza*. Vitória: Coleção Rumos da História, Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, 2006.

⁸⁹ GOMES, op. cit., p.25; BURNS, Bradford E. *As relações internacionais do Brasil durante a Primeira República*. In: História Geral da Civilização Brasileira, Tomo III, O Brasil Republicano, FAUSTO, Boris (direção) São Paulo: Difel, 1981.

⁹⁰ FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. 4ª ed. Porto Alegre: Ed. Globo, vol. 2, 1977, p.516.

⁹¹ FAORO, op. cit., p. 524.

Mais ou menos dependente do Estado, a indústria promoveu, como na Europa, uma sobre-exploração do trabalho assalariado. O debate sobre a industrialização e a classe operária deve levar em consideração o conjunto das relações estabelecidas no campo, na cidade, entre estes espaços e na relação com outros países. O processo de industrialização trouxe consigo a resistência empreendida no sentido de conter a exploração dos donos do capital sobre os trabalhadores. Movimentos organizados da classe trabalhadora passaram a questionar a propriedade privada. Além da propaganda contra esse elemento fundamental do discurso liberal, realizou-se o debate sobre a ideia de posse dos bens, dos meios de produção e circulação de mercadorias.

A proclamação da República brasileira não foi acompanhada da criação de um Estado voltado para o atendimento das necessidades de sua população. A *res publica* constituiu-se na extensão das classes dominantes, que apesar de incorporarem o liberalismo na Constituição de 1891 não levaram esta doutrina às últimas consequências, negando suas premissas filosóficas no que diz respeito às ideias de igualdade perante a lei e igualdade dos direitos civis e políticos, oriundas das revoluções burguesas e de outras constituições das democracias ocidentais. A ideia de uma soberania popular delegada ao Estado para que este garanta a liberdade e os direitos individuais não foi levada a cabo na sociedade republicana que se instaurou no Brasil, ainda marcado por séculos de escravidão e domínio senhorial.

A República, além do fogo de palha ou dos fogos de artifício dos retóricos e da mocidade, indicadores do empaldecimento da fé monárquica, escorre por duas vertentes, já implícitas nos acenos do Manifesto de 1870. De um lado, a corrente urbana, composta dos políticos, dos idealistas e de todas as utopias desprezadas pela ordem imperial; de outro, tenaz, ascendente, progressiva, a hoste dos fazendeiros. Dentro da primeira, viriam os positivistas doutrinários a se acotovelarem com os liberais, perturbando a sociedade hierárquica com as ideias de igualdade, misturada como 'nivelamento' e dela afastada com evasivas cautelosas. Os fazendeiros, por sua vez, se alistam na nova bandeira, mas com caracteres socialmente conservadores, para o pasmo e a perplexidade dos observadores. [...] ⁹²

1.1 Liberalismo na Primeira República

⁹² FAORO, op. cit., p. 453.

A forma como o liberalismo foi incorporado à legislação brasileira, na Constituição de 1891, correspondeu a princípios puros e absolutos somente neste texto inicial, pois a oligarquia cafeeira se apropriou do Estado se valendo da corrupção eleitoral e do uso da força. Segundo Moraes Filho, os elementos defendidos pela burguesia revolucionária contra o 'Antigo Regime' não prevaleceram, "com o protecionismo alfandegário e com o autoritarismo estatal, notadamente oriundo de um Executivo forte e hipertrofiado, foram desaparecendo as primitivas características didáticas e teóricas do liberalismo nacional."⁹³ Os ideais de igualdade e de liberdade não passavam portanto, como afirmou Faoro, de coisa de estudantes, da mocidade.

Liberais eram também, até 1930, os "tenentes", que defendiam voto secreto, moralização dos costumes políticos, representação política, justiça, etc. Juarez Távora, um dos tenentistas, se opôs à concentração de poderes na figura do chefe do Executivo. Os próprios revolucionários de 1930 só abandonaram o programa liberal após essa revolução, conforme Anita Leocádia Prestes.⁹⁴ O liberalismo compôs o programa político de grupos dissidentes que não concordavam com a situação social, política e econômica do Brasil e também serviu aos interesses das oligarquias na medida em que também previa ausência de regulamentação/taxação por parte do Estado das terras, do dinheiro e do mercado de trabalho, além do federalismo, que interessava, sobretudo, à oligarquia paulista, além de outras oligarquias regionais.

O protecionismo alfandegário, ao qual se refere Moraes Filho, não se aplica a toda política tarifária governamental da República Velha, uma vez que práticas intervencionistas, que porventura beneficiavam a indústria, perseguiram antes o equilíbrio da balança de pagamentos do país do que um desestímulo à entrada dos importados em benefício da produção nacional. A ideia de um mercado de trabalho livre preconizada pelo liberalismo dos fazendeiros também atendia aos anseios da indústria que explorava a mão de obra do trabalhador e contava com o aparato repressivo do Estado para sufocar movimentos de reivindicação, sindicatos, greves, revoltas, com prisões, torturas e deportações, no caso de estrangeiros⁹⁵.

⁹³ MORAES FILHO, Evaristo. Prefácio. In: GOMES, op. cit., p. 14.

⁹⁴ PRESTES, Anita Leocádia. *Tenentismo Pós-30: continuidade ou ruptura?* São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 15, 19, 30.

⁹⁵ GOMES, op. cit. p. 62.

A ausência de intervenções do Estado no sentido de garantir uma legislação social é defendida pelas premissas liberais. E o conflito entre capital e trabalho, nesta doutrina, deve ser realizado diretamente entre as partes por meio de sindicatos, e de contratos de trabalho. Os trabalhadores desorganizados sempre sairiam prejudicados nesta relação devido à desigualdade de força entre as partes. Vale ressaltar a observação acerca dos EUA onde as *trade-union* se opuseram ao intervencionismo estatal com o temor que a política social enfraquecesse-as e fortalecesse o controle do Estado e do empresariado sobre os trabalhadores.⁹⁶ Nesse país, só após a crise de 1929 que o Estado passou a intervir em tal sentido.

Em oposição a este modelo de organização da classe trabalhadora e da relação desta com a formação estatal, está o Brasil. Segundo o estudioso francês Alain Touraine o “Estado tem mais força do que as classes”⁹⁷. As demonstrações da hipertrofia do Executivo podem ser identificadas no parlamentarismo instaurado no Império e limitado pelo poder Moderador, assim como na República fundamentada no liberalismo econômico e alicerçada na “política dos governadores”⁹⁸ e no aliciamento eleitoral do “coronelismo”.

O sistema político coronelista tem suas bases no poder econômico e militar. A violência e a fraude eram marcas características do processo eleitoral, e o derramamento de sangue era um resultado possível das disputas políticas. O deputado federal Carlos Peixoto ao recusar convite para combater a corrupção eleitoral do pleito de 1910, afirmou o seguinte: “[...] A origem do nosso mandato é a mesma: bico de pena e ata falsa. [...]”⁹⁹ Neste sistema, as disputas eram circunscritas ao plano municipal e o chefe estadual entregava o poder municipal aos coronéis em troca de apoio incondicional.¹⁰⁰ Devido à incapacidade financeira dos

⁹⁶ GOMES, op. cit. p.40.

⁹⁷ TOURAINE, Alain. Apud CARDOSO, Fernando Henrique. *A soma e o resto: um olhar sobre a vida aos 80 anos*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

⁹⁸ A instituição da Comissão Verificadora de Poderes se associa diretamente à Política dos Governadores. Esta comissão indicada presidida pelo chefe do Executivo permitia a *degola*, não diplomação de um candidato eleito e impedimento de exercer o mandato. Com isso, o governo federal abria mão de intervir nos Estados mais importantes da Federação e em troca garantia a governabilidade, caracterizando a República até 1930. Acerca da Política dos Governadores e do papel da Comissão Verificadora de Poderes ver: RICCI, Paolo e ZULINI, Jaqueline. *Eleições e representação na Primeira República: o papel da Comissão de Verificação dos Poderes*. Acesso na internet realizado em 02/09/2012, obra disponível no site <http://cienciapolitica.servicos.ws/abcp2010/arquivos/24_6_2010_11_6_36.pdf>.

⁹⁹ CARVALHO, Antônio Gontijo de. *Estadistas da república*. São Paulo: Emp. Gráf. Revista dos Tribunais, 1940, p103, v.1 apud FAORO, op. cit. p. 653.

¹⁰⁰ FAORO, op. cit. p. 647.

municípios era o Governo Estadual quem os socorria. Os municípios eram dependentes do Governo do Estado em relação a serviços essenciais como polícia, justiça e obras públicas.¹⁰¹

Nesse contexto, a lealdade e a fidelidade eram valores considerados no processo político, na distribuição de poder e empregos públicos. O “coronel” não é apenas o fazendeiro, é aquele que pagava as contas, pagava as despesas e neste sentido podia ser um comerciante ou pode ter outra ocupação, inclusive ser um membro do clero católico. Apesar do poder político ser reflexo do patrimônio pessoal, no âmbito municipal o coronel não manda porque tem riqueza, mas por que, através de um pacto não escrito, “fio de bigode”, este poder lhe é conferido.¹⁰²

O coronel devia manter um *curral eleitoral*, ou seja, um grupo de pessoas sob a sua dependência e que atuavam em seu favor no processo eleitoral, seja votando ou agindo de forma a corromper os resultados para os seus candidatos. Na República, bem diante dos liberais, com a justificativa de qualificar o voto e se buscar a lisura nas eleições, o sistema político viu reduzida a quantidade de votantes a números bem inferiores aos encontrados no Império até a reforma eleitoral de 1881. O índice de votantes, que mede a participação eleitoral, de 1872 foi de 10,8 %, e tal porcentagem só foi superada em 1945.¹⁰³ A exigência da alfabetização excluiu grande parcela da população das eleições e de exercer a soberania popular defendida pelo liberalismo.

A ideia de uma distorção¹⁰⁴ no liberalismo pode ser compreendida se levarmos em consideração as premissas políticas doutrinárias puramente teóricas da ideologia liberal. Porém, no que diz respeito à questão da liberdade contratual em relação à mão de obra, e à ausência de intervenções do Estado no sentido de regular estas relações, os princípios liberais se fizeram valer e permitiram que as classes dominantes explorassem quer o liberto quer o imigrante europeu que para o Brasil vinha em busca de novas oportunidades, de condições para acumular renda. Assim, o regime liberal, além de atender aos interesses das oligarquias estaduais com o federalismo, permitiu um mercado de trabalho livre do intervencionismo estatal na

¹⁰¹ Ibidem, p. 632.

¹⁰² Ibidem, p. 622.

¹⁰³ Ibidem, p. 621, para o período 1872 a 1920; CARVALHO, José Murilo. *Teatro das Sombras: a política imperial*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 395. Esta obra traz uma tabela que cobre o ano de 1872 a 1945.

¹⁰⁴ FAORO, op. cit. p.614.

relação contratual, diferente, portanto da realidade dos EUA, onde as *trade-union*, com os trabalhadores organizados, rejeitavam a regulamentação do Estado, mas participavam no estabelecimento dos contratos de trabalho. Neste sentido, ao deixar livre a mão de obra para que a mesma fosse explorada, o liberalismo brasileiro foi “perfeitamente compatível com os mecanismos da prática política oligárquica”.¹⁰⁵

A burguesia urbana convivia com a dúbia postura em relação ao princípio liberal do não intervencionismo estatal, uma vez que defendia a existência de tarifas alfandegárias, de caráter protecionista para a indústria, e se contrapunha à intervenção do Estado no mercado de trabalho com vistas ao enfrentamento da questão social.¹⁰⁶

Faoro cita Rui Barbosa neste sentido,

É um erro supor-se que a nossa constituição seja incompatível com a prática de medidas reclamadas pela questão social, entre o capital e o trabalho, nos termos que esta vai sendo agitada no Brasil. Os contratos 'bilaterais', não exigem legislação especial para serem cumpridos e muito menos para serem modificados, de acordo com interesse das duas partes contratantes. O Estado, por suas leis, não poderá intervir nesta questão, senão com a garantia da ordem, entendendo-se para este feito o emprego de medidas conciliadoras, que não contrariem o nosso direito constituído. O que o Estado pode fazer é regular o trabalho nas suas oficinas, de modo a satisfazer as justas aspirações de seus operários.¹⁰⁷

A legislação social aprovada durante a República Oligárquica não gerou em seu todo oposição ao pressuposto de não intervenção no mercado de trabalho. Isso se deveu ao fato de a pregação liberal preconizar que aqueles com condições de participar da vida econômica ativamente não devem ter proteção do Estado, a qual é facultada àqueles que não estão em igualdade de condições para competir neste mercado, aos “realmente incapazes de trabalhar”,¹⁰⁸ sobretudo menores e mulheres. Neste sentido, a primeira lei brasileira considerada de caráter social data de 1919 e protege o trabalhador em relação a acidentes de trabalho quando a culpa não é do empregado.

Após esse período, as discussões sobre a questão social se intensificaram na Câmara dos Deputados e a reforma social se colocou diante das classes dominantes

¹⁰⁵ GOMES, op. cit. 44 e 49.

¹⁰⁶ Ibidem, p.50.

¹⁰⁷ FAORO, op. cit. p. 609

¹⁰⁸ Ibidem, p.38.

não só como uma reclamação das classes trabalhadoras. Ela também procurou arrefecer o fervor revolucionário que, com o Manifesto do Partido Comunista de 1848 escrito pelo pensador Karl Marx, ganhava contornos científicos e, com a Revolução Russa de 1917, propagou-se em escala planetária. Muitos foram os que acreditaram que a sociedade capitalista sucumbiria junto com o pensamento liberal em crise e desacreditado na década de 1930.

O pensamento político brasileiro, a partir de fins do século XIX, com a transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado, teve que se debruçar sobre a questão social, que inquietou as classes dominantes. O pensamento político da burguesia liberal apresenta como ponto convergente a possibilidade de que os conflitos entre o capital e o trabalho possam ser resolvidos fora dos limites da luta de classes,¹⁰⁹ sem intervenção do Estado com intuito de proteger as classes trabalhadoras.

A doutrina do *laissez faire* deixou de fundamentar o pensamento econômico de forma hegemônica com a crise de 1929, quando a intervenção estatal passou a ser reclamada inclusive nos EUA país de forte tradição liberal. Pois a classe trabalhadora destituída de direitos sociais passou a se identificar de forma crescente com as doutrinas socialistas revolucionárias. Nesse contexto, no Brasil a ruína do liberalismo também foi acompanhada da negação da luta de classes por uma parcela da classe política, econômica e intelectual.

A pobreza passava a ser considerada um obstáculo para o desenvolvimento da nação e deixava de ser considerada inevitável, já que a ignorância desta “questão social” e o imobilismo do Estado começam a ser apontados como as razões de sua permanência. As avaliações tinham assim um ponto de chegada interessante, pois a forma de vencer tão contundente problema residia na maior intervenção do poder público.

O “abandono” do liberalismo, por conseguinte, vinha sendo fartamente exercitado ao longo da Primeira República, como ilustram os exemplos da política de valorização do café, da política imigratória e da política tarifária. Na verdade, o liberalismo do Estado brasileiro, desde o Império, sempre fora sensível às pressões dos interesses privados pelo aumento da capacidade regulamentadora do poder público. O que ocorria de novo nesses diagnósticos sobre as causas dos problemas do país era a demanda de novas esferas de intervenção do Estado que incluíssem áreas como educação, saúde e o mercado de trabalho. Neste último caso, tais reflexões objetivavam claramente o trabalho urbano, conturbado por agitações grevistas cada vez mais consideradas ameaçadoras, mas alcançavam também o trabalho rural, visto como desorganizado e completamente abandonado.¹¹⁰

¹⁰⁹ FILHO, Gisálio Cerqueira e NEDER, Gizlene. *Emoção e política: (a)ventura e imaginação sociológica para o século XXI*. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 1997, p.27.

¹¹⁰ GOMES, Ângela de C. *Ideologia e trabalho no Estado Novo*. In: PANDOLFI, Dulce. *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999, p.54.

A doutrina liberal voltou a dar o tom nas políticas econômicas em fins do século XX, com destaque na América Latina para as reformas neoliberais empreendidas no Chile com o golpe de Estado que destituiu o governo de Salvador Allende, de caráter socialista, e implantou um novo regime em aliança com os interesses do imperialismo estadunidense. Em 1973 inicia-se o processo de liberalização da economia chilena com a reforma comercial, enquanto que no Brasil os ventos liberais chegaram durante a década de 1980, quando no Espírito Santo houve, por exemplo, a privatização da Companhia Ferro e Aço de Vitória. O processo de liberalização consolidou-se na década de 1990 com Fernando Collor de Mello (PRN) e Fernando Henrique Cardoso (PSDB), quando as privatizações acontecem em massa.

1.2 Revolucionários na sociedade brasileira

A necessidade da classe dominante de controlar e disciplinar a força de trabalho no Brasil na transição para a ordem capitalista perturbou a classe política que passou a defender valores positivos para o trabalho, para que não houvesse, ou que fosse minimizada ao máximo, a resistência dos trabalhadores ao domínio exercido pelos proprietários das terras e das fábricas. A orientação que essas classes proprietárias imprimiram ao Estado se deu no sentido de se preservar os princípios liberais no que diz respeito ao mercado de trabalho e à manutenção do direito de propriedade. Desta forma, o trabalhador não podia contar com a intervenção do Estado em seu favor em momento algum. Pelo contrário, podia esperar a devassa na sua vida e a repressão física e psicológica por parte do aparato repressivo estatal e do poder privado.

Em 1890 foi criada a Sociedade Cooperativa dos Empregados em Padarias do Brasil com cerca de 400 sócios que objetivavam eliminar os patrões, que não vingou pois o tesoureiro roubou o dinheiro da entidade e desapareceu. Um de seus fundadores, João de Mattos, afirmou: “em 1888 nós realizamos a maior vitória de nossa intransigente luta, ficando o caminho livre para os escravizados de fato e nós os

escravizados livres, até o presente entremos a lutar”.¹¹¹ Anos depois, em 1898, foi fundada a Sociedade Cosmopolita Protetoras dos Empregados em Padarias do Brasil com o objetivo de auxílio mútuo (em casos de acidente, morte ou doença) que reuniu mais de mil associados, publicou o jornal *O panificador*, além de organizar uma biblioteca e um centro de educação, e lutar pelo descanso dominical e jornada de 8 horas de trabalho.¹¹²

Ferrovários, cocheiros, charuteiros, tipógrafos e até o Círculo Operário Italiano formaram uma rede de solidariedade antes da abolição da escravatura e atuaram no sentido de libertar os escravos inclusive por meio da compra da alforria de trabalhadores escravizados¹¹³. No entanto, as relações entre os trabalhadores não estava fundamentada somente no sentimento de solidariedade.

De acordo com Sheldon Maran, o negro foi identificado pelas classes dominantes como mau trabalhador, enquanto que o imigrante um instrumento para alavancar a transição para a ordem capitalista.¹¹⁴ O operário brasileiro, marginalizado nas profissões subalternas e não qualificadas, não possuía uma tradição de classe no qual pudesse basear-se. Ressentia-se do sentimento de superioridade cultural associado ao discurso racial da parte do imigrante. Por sua vez, os imigrantes militantes ressentiam-se dos brasileiros, por estarem prestes a melhorar de vida substituindo-os durante as greves.¹¹⁵

Nesse contexto, de divisões étnicas que também colaborou com divisões no meio da classe trabalhadora, acrescenta-se a competição da força de trabalho no mercado capitalista, que colocou algumas vezes até a solidariedade nacional dos imigrantes em segundo lugar,¹¹⁶ e foi aumentada pela existência de uma significativa parcela da população que estava fora do mercado de trabalho, além dos que não estavam por opção. Aqueles que se encontravam excluídos deste mercado, como os ambulantes, vendedores de jogo do bicho, jogadores profissionais, mendigos, biscateiros,

¹¹¹ DUARTE, 2002, apud, MATOS, Marcelo B. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. 1ª Ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009, p. 15.

¹¹² MATOS, op. cit. p.15.

¹¹³ Ibid. p. 19.

¹¹⁴ Isso não pode ser generalizado. Tal visão discriminatória não compunha a visão da totalidade da elite da época. Havia os que pensavam a “integração” do negro após a abolição, como acontecia no movimento abolicionista. Cf. AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites - século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

¹¹⁵ MARAN, Sheldon. *Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1979, p.30

¹¹⁶ CHALHOUB, op. cit. p. 104.

ladrões, prostitutas, representam um grau de complexidade social que deve ser avaliado no conjunto das relações sociais. Eles não participavam de greves gerais e nem reivindicavam, por exemplo, o direito de redução da jornada de trabalho por meio deste instrumento de luta da classe trabalhadora¹¹⁷.

Governos hostis, fura-greves, espões, listas negras de funcionários, divisões étnicas e excluídos do mercado de trabalho. Tudo isto contribuía, de uma forma ou de outra, para diminuir o alcance a voz dos trabalhadores urbanos das fábricas, além é claro do fato de a maior parte da população e da força de trabalho estar localizada no meio rural durante a maior parte do século XX.

A análise da origem da classe trabalhadora organizada é importante para identificarmos o papel desempenhado pelos conflitos urbanos no contexto em que o café despontava como símbolo de riqueza. Os interesses ligados à expansão da produção cafeeira foram hegemônicos, até a Revolução de 1930, quando a perspectiva de industrializar o Brasil com vistas à superação da dependência econômica entrou na ordem do dia.

Nas fábricas, diversas correntes doutrinárias disputaram “a fala” da classe trabalhadora. Desde 1906, ano do I Congresso Operário, até 1920 preponderou a corrente doutrinária anarquista que esteve à frente dos operários urbanos e atingiu seu auge em 1919, em contexto de guerra mundial e de aumento do custo de vida para os trabalhadores. O anarco-sindicalismo francês, vertente que admitia a existência de uma estrutura burocrática em oposição ao dogma que a recusava, foi a corrente que mais se adaptou aos interesses da classe trabalhadora brasileira. As primeiras greves e movimentações dos trabalhadores foram custeadas com livres contribuições enquanto que posteriormente passaram, como os sindicatos ‘burgueses’, a realizar eventos festivos, a cobrar taxas obrigatórias e fundos de greves.¹¹⁸

Os anarquistas postulavam a necessidade do fim da propriedade privada e a existência de uma sociedade livre da exploração humana e da competição. Acreditavam que a revolução faria com que a solidariedade tornar-se-ia o padrão de

¹¹⁷ Ibid. p. 62.

¹¹⁸ MARAN, Sheldon. 1979, p. 77

comportamento. Aí estava o desafio fundamental dessa teoria. Como a revolução faria isso? Como a revolução acabaria com a competição individualista?¹¹⁹

A ação direta – greves, boicotes, sabotagem, entre outras ações que aceitavam a utilização da violência – foi uma tática utilizada pelos anarquistas. A pregação da violência também foi levada a cabo pelo anarcossindicalismo, o que o distinguia das outras formas de sindicalismo das primeiras décadas do regime republicano no Brasil.¹²⁰ Embora houvesse a pregação da ausência de líderes pode-se observar a existência personagens de destaques com caráter de liderança, e a ideia de uma comunidade humana fundamentada em valores éticos universais, a pátria dos anarquistas, permanece como um não-lugar, como uma teoria que não se verifica na prática.¹²¹ Apesar de muitas condutas pautarem seu agir na solidariedade, as ações dentro meio operário não eram orientadas exclusivamente por esse princípio.

A postura libertária entrava em choque com a necessidade de organização da classe trabalhadora em situações como a contratação de pessoal. Inicialmente, em 1906, por exemplo, os anarquistas se opuseram a medidas que obrigavam o trabalhador a sindicalizar-se. Entretanto, em 1909 percebe-se pressão de sindicatos da construção civil sobre empreiteiros para contratar somente sindicalizados, como forma de se evitar a presença de fura-greves entre os trabalhadores.¹²²

Entre as reivindicações dos trabalhadores das gráficas cariocas, em 1917, vemos, em documento do sindicato, no primeiro artigo, o seguinte “1.º - Nas oficinas, não serão admitidos empregados que não sejam sócios da Associação.”¹²³ A defesa disto, que Fausto chama de *closed shop*, relaciona-se a uma visão do sindicato como regulador da oferta da força de trabalho. Isso destoa da teoria anarquista quando esta prevê a aceitação da existência da estrutura do sindicato como meio de propagação do ideal libertário e da greve geral, por meio da qual aconteceria a revolução e, segundo acreditavam, o padrão competitivo de comportamento seria substituído pela solidariedade em uma sociedade livre.

¹¹⁹ Ibidem. P. 76

¹²⁰ Ibidem. p. 79

¹²¹ GOMES, 1994, p. 87.

¹²² MARAM, 1979, p. 81

¹²³ RODRIGUES, Edgar. *Nacionalismo e cultura social*. Rio de Janeiro, 1972, p.189 apud FAUSTO, Boris. *Trabalho Urbano e Conflito social*, São Paulo: Difel, 1983, p. 75

Aqui, essa tática, o *closed shop*, aproxima-se mais do modelo corporativo de sindicato varguista ou até mesmo das corporações de ofício medievais, que resguardavam o controle da oferta de trabalho, do que da teoria revolucionária anarquista¹²⁴. As condições sociais e a conjuntura nacional levaram as lideranças anarquistas que dispunham de jornais e que atuavam ativamente na mobilização operária a perseguir uma legislação reformista da mesma forma que seus adversários na disputa pelos sindicatos e associações de classe.¹²⁵ Chegaram a apoiar a revolta dos tenentes e aceitar apoio do deputado reformista Maurício de Lacerda.¹²⁶

O anarquismo considerava a sociedade burguesa corrupta, repressiva e não desejosa de efetuar as mudanças fundamentais em favor da classe trabalhadora. Era mais pertinente à realidade brasileira que as filosofias do socialismo moderado e de outros sindicalismos reformistas. Estes últimos pregavam a reforma através de alguma espécie de acomodação com o sistema. Mas em uma nação onde os resultados das disputas eleitorais eram quase invariavelmente determinados *a priori* pelos oligarcas do Estado, qualquer esforço para influenciar políticos e eleger candidatos favoráveis à classe trabalhadora estaria destinado ao fracasso. As greves lideradas pelos reformistas e anarquistas sempre ocasionaram uma reação repressiva do governo e da polícia, apesar dos esforços feitos pelos reformistas para conquistar o apoio de elementos da burguesia.

Os anarquistas ofereciam algo mais: militantes inteiramente dedicados aos trabalhadores, testemunhas da deserção de muitos líderes reformistas oriundos da classe média ao primeiro sinal de que a causa lhes seria desvantajosa. E viram muitos moderados encerrar suas carreiras de ativistas ao ascender para outra classe social. Sabiam, entretanto, que, com raras exceções, os anarquistas militantes eram em sua grande maioria trabalhadores e que se haviam comprometido a dedicar suas vidas à causa da classe operária. Eram homem com um ideal e uma missão, com quem se podia contar mesmo nas menores causas, nas circunstâncias mais difíceis, não importando os riscos pessoais que tivessem de enfrentar.¹²⁷

Observamos que o diferencial dos anarquistas estava na atitude deles diante da questão social, na perseverança e firmeza diante da repressão que podia ser esperada. A ideia de uma legislação social que amparasse o trabalhador era consenso entre anarquistas e reformistas, além de fazer parte também do discurso positivista.

Com a chegada da década de 1920 os revolucionários comunistas, ligados à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), passam a desfrutar do controle da “fala operária”, organizando e doutrinando a classe trabalhadora por meio do

¹²⁴ FAUSTO, 1983, p. 75.

¹²⁵ MARAN, 1979, p. 42.

¹²⁶ Ibid. p.83.

¹²⁷ Ibidem, p.84-5.

disciplinado Partido Comunista e dos sindicatos, também entendidos como meio de propagação da revolução que levaria à instalação da ditadura do proletariado no Brasil. Se nos primeiros momentos da organização dos trabalhadores urbanos anarquistas e bolchevistas dividiram espaços, após a perseguição empreendida aos anarquistas pelo poder soviético com fuzilamentos, ambos seguiram caminhos distintos, em rota de colisão. O jornal *A Plebe* e a revista *Movimento Comunista* defendiam o programa bolchevique e empreendiam críticas aos métodos anarquistas.

O declínio do sindicalismo revolucionário talvez tenha ocorrido não em função de sua irrelevância, mas em função do surgimento do Marxismo e de seu bem sucedido modelo revolucionário. Depois da Revolução de outubro, os organizadores marxistas já podiam receber o amparo psicológico e material de uma nação revolucionária. Os anarquistas não tiveram esse privilégio.¹²⁸

Os anarquistas deixaram de ser representados como os porta-vozes da classe operária. Nesse mesmo período as organizações comunistas ganharam espaços nos sindicatos e com suas publicações promoveram a doutrina do Partido Comunista junto às bases, formadas pelos operários urbanos que viviam excluídos da participação nas riquezas socialmente produzidas. Dividiram espaço com os tenentistas que a partir da década de 1920 perceberam significativo reconhecimento social.

1.3 Emergência das massas e relações sócio-políticas no contexto republicano: positivismo, comunistas e estado varguista

No final da década de 1920 a configuração do sistema político brasileiro criado na República Velha não foi mais eficaz para controlar os conflitos no interior das oligarquias. A criação do Partido Republicano Federal, uma iniciativa da bancada paulista no Congresso com outras lideranças locais, também do Partido Republicano Mineiro, também não surtiu efeito.¹²⁹ Novas forças políticas entraram em cena e intensificaram as dissidências intraoligárquicas na década de 1920, quando o PCB apareceu em posição de vanguarda como partido a sustentar um programa

¹²⁸ Ibidem, p. 86.

¹²⁹ FERREIRA, Marieta de M. e PINTO, S. C. S. *A crise dos anos 20 e a Revolução de 30*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006. Disponível em http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arg/1593.pdf, acesso em 10/11/2012.

nacional. Porém, não foi o projeto comunista que veio a determinar a nova configuração do sistema político do Brasil.

A Revolução de 1930, que contrariou diretamente os interesses da oligarquia paulista, trouxe maior institucionalização do sistema político, inclusive ampliando o debate sobre a perspectiva nacional-estatista, além de aumentar a burocracia estatal envolvida no atendimento às questões colocadas no âmbito do Estado e da administração pública. Apesar das permanências, a questão social foi então tratada pelo Estado sob um olhar diferente do que havia ocorrido até então. Os direitos sociais passaram a ser tratados como questão de Estado, e não como meramente como 'caso de polícia'.

Em contexto de crise do controle da oligarquia paulista emergem no sistema político novas forças e perspectivas inovadoras são suscitadas a partir de uma diversa configuração da organização do Estado. Ângela de Castro Gomes destaca o debate em torno da elaboração de outra constituição para o Brasil após a Revolução de 1930. O debate polariza a perspectiva liberal-democrática e a nacional-estatista. Os próprios liberais da bancada paulista, insistiam na defesa do liberalismo, mas reconheciam os seus "exageros". O liberalismo havia levado o mundo à primeira guerra e à crise de 1929, e neste contexto o nacionalismo ainda permanecia na ordem do dia nos países do ocidente.

As mudanças no Brasil não deixavam de estar ligadas ao contexto externo, como por exemplo, a existência do primeiro partido de massas, a Ação Integralista Brasileira (AIB). Apesar de não se constituir em todo o Brasil a AIB, que recebeu influência do fascismo de Mussolini, possuía caráter nacional. Porém existem fatores endógenos envolvidos neste processo de mudança que remontam a década de 1920: Semana de Arte Moderna, fundação do PCB, revolta dos "18 do Forte de Copacabana", Coluna Prestes, tenentismo.

O positivismo, outra doutrina estrangeira, ocupou na primeira república uma posição de destaque na intelectualidade brasileira. Esteve relacionado também com o pensamento político e os partidos republicanos desse período.

Objetivamente, no contexto da República Oligárquica, as forças revolucionárias pleiteavam a criação de uma legislação social que protegesse o trabalhador da opressão dos capitalistas. Mesmo realizando uma defesa de princípios

revolucionários, perseguir reformas em prol dos trabalhadores era imprescindível para qualquer organização que ambicionasse ser porta voz desta classe. Diante disso, vê-se que as doutrinas europeias eram aclimatadas pela realidade local, o que pode ser conferido também no trabalhismo getulista, que teria ascensão anos depois.

A influência que as doutrinas exercem sobre a realidade não tem o poder de transformar estruturas inseridas na longa duração. Nesse sentido, tanto no que se refere à questão do positivismo, como no caso do corporativismo fascista ou do trabalhismo inglês, observa-se a dificuldade do pesquisador de reduzir a realidade ao modelo teórico. O modelo tende a levar o pesquisador a considerar o que está fora de sua formulação teórica como desvio.

Segundo Ângela de Castro Gomes o Estado Nacional getulista "enfrentava a questão social não como uma questão operária, mas como um problema de todos os homens e de todas as classes, já que são trabalhadores todos aqueles que produziam, que colaboravam com o valor social de seu trabalho."¹³⁰ Entre os operários também existiam setores favoráveis à colaboração de classes.¹³¹ Mesmo entre os libertários que se destacaram na organização da classe operária existiram indivíduos que são identificados nesta perspectiva, como afirma o historiador Bóris Fausto:

[...] muitos antigos intelectuais socializantes ou mesmo tendências libertárias como Joaquim Pimenta, Evaristo de Moraes, Agripino Nazaré se transformaram em funcionários do Ministério do Trabalho ou colaboraram diretamente com ele [...]¹³²

O Ministério do Trabalho (inovação do Governo Federal com Vargas à frente da política nacional) e outros ministérios congregaram intelectuais e militantes populares na formação dos quadros da burocracia estatal que se direcionava para a valorização dos elementos nativos arraigados na cultura brasileira, em oposição aos princípios revolucionários marxistas ou anarquistas. O movimento de valorização da pátria somado à perspectiva colaboracionista que se associa à negação das classes sociais nos moldes de conflito marxistas, além da defesa da existência de proteção

¹³⁰ GOMES, 1999, p. 59.

¹³¹ PINHEIRO, Paulo Sérgio. *O proletariado industrial na primeira república*. In: História Geral da Civilização Brasileira, Tomo III, O Brasil Republicano, FAUSTO, Boris (direção) São Paulo: Difel, 1981, p. 164

¹³² FAUSTO, 1986, p. 226

social ao trabalhador e da identificação da industrialização como o caminho da superação da pobreza e do colonialismo, permitiu a delimitação de uma matriz ideológica positivista no trabalhismo de Vargas.¹³³ Getúlio desfrutava de conhecimentos econômicos que legitimavam uma indicação para ministro da Fazenda e provinha de família de estancieiros ligados ao Partido Republicano do Rio Grande do Sul.

O pesquisador gaúcho Miguel Bodea vinculou a prática política de Getúlio Vargas à herança do Partido Republicano do Rio Grande do Sul, ao político Borges de Medeiros e ao positivismo. As medidas de intervenção no mercado regulamentando o preço dos alimentos¹³⁴ e aumentando o salário dos "proletários a serviço do Estado"¹³⁵ refletem a conjuntura da época, a partir da observação do contexto geral. A guerra mundial e a elevação do custo de vida gerava convulsão social em face da exploração nas fábricas cujos proprietários perseguiram incansavelmente a acumulação capitais. Podemos notar o fato de o aumento de salário estar ligado ao atendimento desta questão. Além disso, Borges de Medeiros esperava que sua iniciativa servisse de exemplo ao invés de intervir nos salários dos trabalhadores da iniciativa privada.

Borges estava vinculado ao modelo político da Primeira República com sua dinâmica política e eleitoral, o que permitiu a administração dos conflitos internos das oligarquias enquanto a participação política foi restrita. O crescimento da participação política promoveu a quebra de vínculos hierárquicos, baseado em laços pessoais, próprios da Política dos Governadores, sobretudo com a ascendente e acelerada industrialização no Sul¹³⁶. Nota-se que Getúlio Vargas apesar de elogiar Borges em seu discurso, não nomeia nenhum secretário indicado por ele para a composição do governo gaúcho liderado por Vargas naquele momento.¹³⁷

[...] logo que assumiu o governo do Estado do Rio Grande do Sul, no início de 1928, procurou limitar a interferência de Borges na sua administração. A

¹³³ BODEA, Miguel. A greve de 1917 e as origens do trabalhismo gaúcho. Porto Alegre: L&PM, s/d.

¹³⁴ Decreto 2.288, de 2 Agosto de 1917, in: BODEA, Miguel. A greve de 1917 e as origens do trabalhismo gaúcho. Porto Alegre: L&PM, s/d.

¹³⁵ Decreto 2.287, de 2 Agosto de 1917, in: BODEA, Miguel. A greve de 1917 e as origens do trabalhismo gaúcho. Porto Alegre: L&PM, s/d.

¹³⁶ FAORO, op. cit. p. 649

¹³⁷ SÉGA, Rafael A. *Jovem Vargas, reflexões sobre a formação cultural de Getúlio Vargas anterior à Revolução de 1930*. Relatório final de Pós-Doutorado – UFPR, p.23. Obra disponível na internet site <http://cefetpr.academia.edu/RafaelSega/Papers/1747897/Relatorio_de_Pos-Doutorado_Jovem_Vargas>, acesso em 31/08/2012

primeira medida nessa direção foi a nomeação pessoal dos secretários de Estado, ignorando as indicações feitas por Borges (Franco, 1993: 14) Getúlio deu uma nova orientação ao governo estadual gaúcho: incentivou a lavoura de arroz e a produção de charque, investiu em infra-estrutura, fundou o Banco do Rio Grande do Sul (o BERGS, com finalidade de concessão de créditos hipotecários) e contraiu um empréstimo de 42 milhões de dólares para sanear as finanças de um Estado bem perto da insolvência. No caso do charque gaúcho, Getúlio obteve junto ao Congresso Nacional a autorização da “Lei Desnacionalização”, que considerava estrangeiro todo charque que transitasse por território uruguaio, independente da procedência. Com vistas a amainar os ataques da oposição, Getúlio incluiu na sua administração membros do Partido Libertador (sucessor da Aliança Libertadora), algo impensável nos tempos de Borges. No fundo, Getúlio almejava unir o Rio Grande do Sul em torno de sua candidatura à presidência da República ao criar um novo pacto político-econômico. O antigo pacto borgista, composto pela proeminência das frações “mercantil-financeira urbano-litorânea” (comerciantes e banqueiros de Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande) deu lugar a um rearranjo que passou a resgatar o papel dos pecuaristas da campanha e incluir a incipiente burguesia industrial gaúcha¹³⁸

A identificação de Vargas com o positivismo e com o borgismo pode passar também pela ideia de aceitação dos direitos sociais em detrimento da participação política, ao se enfatizar o Estado Novo. Porém, o jovem Vargas não se encaixa em um modelo rígido positivista quando afirma, em sessão na Assembleia Gaúcha, 18 de novembro de 1924, que:

A opinião pública não é a opinião dos desocupados, não é a opinião dos gritadores de esquina, dos vulgarizadores de boatos, dos eternos descontentes que fazem dos seus desastres pessoais, motivos de calamidades públicas. A opinião pública tem que ser representada pelas camadas profundas da sociedade, pela expressão das nossas altas relações comerciais, pelas classes conservadoras, pelos que laboram nas indústrias, pelos que aram a terra, pelos que apascentam os rebanhos, por todos os que trabalham e produzem e que precisam de paz e ordem como garantia precípua e remuneradora de seus esforços.¹³⁹

A partir desta fala podemos ilustrar a presença de uma corrente dentro das elites, antes da revolução de 1930, propensa a constituir aliança com a classe operária, numa formação discursiva que privilegia a ideia de povo. Esse povo, que não é dividido em classe social, pertence também a uma pátria. Apesar da importância conferida à paz e à ordem, além da indústria, que reflete aspectos positivistas, vemos também a inclusão da opinião dos trabalhadores no conjunto das “camadas profundas da sociedade”. Sobre a formação de Vargas na juventude, esclarece Rafael Sêga, “se politicamente Getúlio se identificava com os positivistas gaúchos, intelectualmente, seus autores prediletos eram Conde de Saint-Simon, Arthur Schopenhauer, Herbert Spencer, Friedrich Wilhelm Nietzsche, Charles Darwin e

¹³⁸ Ibid. p. 23.

¹³⁹ Ibid. p. 22.

Émile Zola."¹⁴⁰ Se o positivismo é um dado em sua formação, outras correntes teóricas também contribuíram na constituição do pensamento de Getúlio Vargas.

Nas eleições de 1929, Vargas integrou a Aliança Liberal, que inseriu os direitos sociais em seu programa. Após a tomada do poder com a Revolução de 1930, em 04 de Maio de 1931 iniciaram-se os trabalhos da Comissão Legislativa encarregada de elaborar o novo código Eleitoral, com pronunciamento de Getúlio Vargas que direcionou o Estado fundamentado no intervencionismo estatal e na defesa do desenvolvimento autônomo do país que teve a legislação social como um instrumento para pacificação das classes trabalhadoras.

Da mesma forma com que atuou no Governo do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas, à frente do Governo Federal, acompanhou um grupo político-ideológico que militava pela industrialização como caminho para superação da dependência econômica e pela inclusão, mesmo que de forma paternalista, do trabalhador na sociedade. Tal inclusão era reclamada desde o início da industrialização no Brasil e ignorada pelas elites.

Com a Revolução de 1930 a participação política foi alterada e a ideia de representação classista passou a incluir os trabalhadores no âmbito das decisões do Estado. Nesse princípio consta a defesa de que o povo deve ser representado por deputados eleitos através dos sindicatos, o que foi consagrado no novo código eleitoral de 1931, encabeçado pelo ministro da Justiça Maurício Cardoso e defendido pelo Clube 3 de Outubro, aliado à União Cívica Nacional. Na oposição, o Partido Progressista, mineiro, e a Chapa Única Paulista (com ex-membros do extinto Partido Republicano Paulista) negam essa inovação e defendem o regime federativo e a representação proporcional às populações, interesses estes que reforçavam o domínio das oligarquias.

Em 1933, apesar do trabalho da oposição, a Assembleia Constituinte incorporou essa nova forma de composição, proposta defendida pelos tenentistas em defesa dos princípios éticos na política que angariou força popular. Eram 40 representantes classistas (divididos em 17 representantes dos empregadores, 18 dos empregados, 3 profissionais liberais e dois funcionários públicos). Trata-se de evento de caráter singular na história política do Brasil. No império não houve espaço para

¹⁴⁰ BRANDI, 2001 apud SEGA, Rafael. op. cit. 13

representação profissional. Pelo contrário, a renda direcionava a participação política e na primeira república os *coronéis* (fazendeiros, na maior parte, mas também, comerciantes, militares, religiosos ligados aos interesses do liberalismo oligárquico fundamentado no federalismo, no poder local) ao recorrerem ao uso da violência no sistema político afastaram ainda mais a população do processo decisório.

A orientação corporativa que a representação classista deu ao sistema político, em oposição à pluralidade preconizada pela democracia, se desfez após a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial contra as potências do Eixo. Tal posicionamento determinou o restabelecimento da democracia liberal em detrimento da organização corporativa das classes, que identificava o sindicato o instrumento de reforma política. Porém, como decorrência ainda da crise de 1929, a 'política individualista do *laissez faire*' continuou colocada em xeque, mesmo com o restabelecimento da democracia liberal.¹⁴¹

Na década de 1920 e 30 ocorreram diversas mobilizações sociais em prol da transformação social. Os militares, entre eles os tenentistas, desfrutavam de reconhecimento social e encabeçavam as reivindicações sociais mais progressistas. Os tenentistas se dividiram entre opositores e apoiadores do getulismo. Inicialmente Luís Carlos Prestes aderiu ao PCB e se colocou em oposição a Getúlio Vargas, entretanto compôs aliança com ele após sua prisão pelo regime getulista.

O combate ao imperialismo e ao fascismo/integralismo no Brasil na década de 1930 articulou forças comunistas e tenentistas em torno da chamada Aliança Nacional Libertadora (30/03/1935), a qual tinha como presidente de honra, Luís Carlos Prestes, a partir de proposta de Carlos Lacerda. Tenentistas e comunistas tinham em comum a luta democrática, anti-imperialista, anti-latifundiária e antifascista. Porém, enquanto os tenentistas propunham uma moralização política e não possuíam um projeto de governo, os comunistas queriam tomar o poder, e já contavam com um programa.

Anita Leocádia Prestes defende a tese de que os tenentes, nos anos 1920 até 1930, tinham um programa de caráter liberal e que não passava de uma cópia do programa das oligarquias dissidentes, além de não terem em nenhum momento

¹⁴¹ GOMES, Ângela de Castro (org.). *Regionalismo e Centralização Política: Partidos e Constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1980.

levantado bandeiras de caráter autoritário, centralizador, corporativista ou nacionalista.¹⁴²

De 1929 até o início de 1934, o PCB, devido a acusações contra a formação de alianças de com os 'tenentistas' (o que era considerado oportunismo) passou pelo chamado 'processo de proletarização', quando a direção do partido passou a ser apenas de operários e filhos de operários¹⁴³. A posição dos comunistas variou de acordo com a conjuntura da época. A repressão desencadeada após a Intentona Comunista e a ditadura do Estado Novo não são entendidas por Ângela de Castro Gomes como fundamentos da permanência de Getúlio Vargas por 15 anos no poder. Seu retorno ao poder em 1951 também não é entendido como resultado simplesmente da violência, pelo contrário.

as fronteiras entre ideologia e repressão são bastante fluidas, apesar da ocorrência de especialização de funções. Um sistema de regras legais incorpora os princípios ideológicos de um regime na exposição de motivos e nos objetivos mais ou menos explícitos das leis, ao mesmo tempo em que os assegura com a garantia das penas e sanções. As regras legais, mesmo em sua face eminentemente coercitiva, não traduzem uma pura negatividade/interdição, mas exprimem e defendem valores definidos no campo eminentemente "construtivo", que é o da busca/criação ideológica do consentimento.¹⁴⁴

Os comunistas, inicialmente inimigos de Getúlio, seguem nova orientação na década de 1940. Mantiveram-se em oposição ao liberalismo e ao mesmo tempo apoiaram a permanência de Vargas, devido à perspectiva nacional-estatista que orienta seu governo, no qual foi articulado como base de seu programa o desenvolvimento econômico e a proteção social. O apoio dos comunistas, encabeçados por Prestes, ao getulismo leva o PCB a rejeitar como "esquerdista e sectária toda crítica a Vargas, ao Estado Novo e às suas instituições"¹⁴⁵.

O Estado Novo se relacionou com as classes trabalhadoras por meio dos sindicatos corporativos por ele controlados, e conferiu direitos sociais somente aos trabalhadores a eles vinculados. Cimentando estas relações materiais, encontramos a ideologia da concessão da legislação social. Adalberto Paranhos argumenta que,

¹⁴² PRESTES, 1999, p. 15.

¹⁴³ VIANNA, Marly de Almeida G. *O PCB, a ANL e as Insurreições de 1935*. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs) *O Brasil Republicano*, vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

¹⁴⁴ GOMES, 1999, p. 56.

¹⁴⁵ LÖWY, Michel. *Do movimento operário independente ao sindicalismo de Estado (1930-45)*. In: SADER, et al. *Movimento operário brasileiro (1900-79)*. Belo Horizonte: Vega, 1980. apud REZENDE, Antônio Paulo. *História do Movimento Operário no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1990, p. 41.

apesar das ações concretas, o "mito da doação da legislação social" fundamentou o discurso trabalhista no intuito de reforçar a hegemonia ideológica sobre as classes populares.¹⁴⁶ Este cientista social aponta que somente quando o problema do trabalho se tornou um problema da burguesia que a questão social foi atacada de modo sistemático.¹⁴⁷

Como exposto anteriormente, a industrialização foi perseguida pelo Estado varguista a partir de um pensamento vigente no meio político e intelectual da década de 1920 e 1930 que via nela uma forma de superar o atraso e a pobreza no Brasil. Entretanto, a ausência de capitais para alavancar este processo dá sinais do peso da burguesia industrial na Revolução.

A política colaboracionista do PCB ao Estado Novo¹⁴⁸ é entendida por Paranhos por meio do conceito de cooptação, quando uma das partes, no caso o Estado, consegue adesão da classe trabalhadora por meio da troca de cargos na burocracia estatal por apoio político, o que caracteriza o chamado empreguismo. Reforçando este processo Adalberto afirma que a fala dos trabalhadores foi-lhes roubada e ressignificada e devolvida como mito,¹⁴⁹ o qual fora criado pelo Departamento de Imprensa e Propaganda do governo federal. Paranhos enfatiza o aspecto mental e ideológico, além da repressão policial, mas reconhece as "ações concretas", sem as quais nenhum discurso consegue subsistir.¹⁵⁰

Em 1945 o Brasil enquadra-se no regime liberal democrático. No entanto, a chegada do General Eurico Gaspar Dutra ao poder frustrou as expectativas dos comunistas, pois este presidente apesar do apoio do PTB se comprometia com as forças que queriam destruir as bases lançadas por Vargas.

Em outubro de 1947 o Brasil rompeu relações diplomáticas com a União Soviética a partir de um incidente sem maior importância. Na verdade, essa ruptura fazia parte de uma política mais ampla, e fora longamente preparada pelo governo. Nesse contexto, o Partido Comunista foi novamente colocado na ilegalidade no mesmo ano, paralelamente a uma significativa repressão do movimento operário. Essa política anticomunista de Dutra não se devia apenas às concepções ideológicas e demandas sociais do Governo. Seu caráter um tanto exagerado vinculava-se à necessidade de evidenciar perante os EUA o engajamento do país na luta contra a subversão

¹⁴⁶ PARANHOS, Adalberto. *O Roubo da Fala*. Origens da ideologia do trabalhismo no Brasil. 2ª ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007, p. 38.

¹⁴⁷ Ibidem, p. 19.

¹⁴⁸ Ibidem, p.121.

¹⁴⁹ Ibidem, p.23.

¹⁵⁰ Ibidem, p.139.

esquerdista. À subserviência político-diplomática somou-se a econômica. Enquanto liberalizava o setor externo da economia, no plano interno o governo priorizava o combate à inflação. Além do tom anti-industrialista da política econômica, a redução dos investimentos públicos praticamente inviabilizou o Programa de Obras Públicas e Reequipamento, iniciada em 1944. Enquanto isso, Vargas, agora na oposição, denunciava a possibilidade do governo abrir o setor siderúrgico e petrolífero aos interesses estrangeiros.¹⁵¹

No contexto internacional de 'guerra fria' o PCB propõe, na clandestinidade, uma radicalização revolucionária. Apesar da ilegalidade do PCB, há novo rompimento dos comunistas com os trabalhistas, o que ocorre concomitante à desqualificação de todos os outros partidos, feita pelos comunistas.

Daniel Aarão Reis suscita a seguinte questão não resolvida pelos comunistas em sua crítica revolucionária após o Tribunal Superior Eleitoral ter cassado os mandatos dos comunistas: como convencer a população que além de justas, as orientações comunistas eram aplicáveis e praticáveis. No entanto, após a morte de Vargas e com a reação popular às forças antivarguistas o PCB se volta novamente para as propostas trabalhistas e, de acordo com Reis, à “atmosfera da sociedade brasileira”. A questão reforma ou revolução é encaminhada com a coalizão feita com os reformadores, sendo que a década de 1960 colocará a revolução e também o enfrentamento na ordem do dia novamente.¹⁵²

1.4 O trabalhismo no período democrático (1946-64)

O período democrático, apesar da clandestinidade do PCB, de 1946 a 1964 se pautou pela organização liberal democrática. Nessa época a União Democrática Nacional (UND), o Partido Democrático Social (PSD), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Social Progressista eram as principais instituições partidárias do sistema político. Aqui nos concentraremos nos três primeiros partidos políticos, porém, todos eles, neste recorte cronológico, precisaram se posicionar, de uma forma ou de outra, sobre temas que ocupavam a mente e o coração das pessoas no

¹⁵¹ VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. *Do nacional-desenvolvimentismo à Política Externa Independente (1945-1964)*. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs) *O Brasil Republicano*, vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 200.

¹⁵² REIS, Daniel Aarão. *Entre Reforma e revolução: a trajetória do partido Comunista do Brasil entre 1943 e 1964*. In: *História do marxismo no Brasil: partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960*. Campinas: Edunicamp, 2007, vol. 5.

debate político: getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base estavam na ordem do dia.

Ângela de Castro Gomes, assim explica o getulismo, enfatizando a amplitude que o conceito quer trazer em relação aos limites do partido e de uma doutrina partidária,

O getulismo excedia o trabalhismo e o PTB, e não por motivos de acordos interpartidários, comuns em momentos eleitorais. O getulismo era trabalhismo se nessa associação a dimensão ideológica fosse privilegiada; mas getulismo não era trabalhismo em termos organizacionais, isto é, partidários¹⁵³.

Ângela de Castro Gomes¹⁵⁴ e Lucília de Almeida Neves Delgado¹⁵⁵ trabalham estes temas e destacam a ligação do trabalhismo, do getulismo (forma personalista), do reformismo e do nacionalismo com o PTB. Gomes ainda aponta a influência do partido trabalhista inglês na forma de aproximação dos interesses das classes trabalhadoras. Delgado, entre outros autores, destaca o diferencial do PTB por incluir na plataforma programática as questões sociais. Esta historiadora nos mostra o conteúdo do programa do PTB e a composição partidária da Câmara Federal de 1945-1962, onde identificamos respectivamente a pauta de reivindicações sociais e o crescimento da bancada trabalhista na Câmara Federal.

A organização do PTB é estudada com enfoque em três tendências: getulistas pragmáticos (burocratas e sindicalistas ligados a Getúlio e ao Ministério do Trabalho com hegemonia no partido entre 1945 e 1954); doutrinários trabalhistas (intelectuais orgânicos que queriam desvincular o partido do Estado com influência no partido de 1948 até a década de 1960); pragmáticos reformistas (com atuação de 1955 em diante e características da tendência getulista e da doutrinária, seu expoente principal foi João Goulart).¹⁵⁶ Vale lembrar que o Ministério do Trabalho incluiu também elementos provenientes dos círculos chamados libertários, como foi exposto anteriormente com citação de Bóris Fausto.

O PTB se aproximou do PCB no fim da década de 1950 e início da de 1960, o que provocou rupturas do PSD com o PTB. Concomitante ao estabelecimento desta

¹⁵³ GOMES, Ângela de Castro. *Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base*. In: FERREIRA, Jorge, REIS, Daniel Aarão (orgs) *As Esquerdas no Brasil*. Vol. 2, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.66.

¹⁵⁴ Op. Cit.

¹⁵⁵ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos desafios e conflitos na democracia*. In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de A. N. (orgs) *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

¹⁵⁶ NEVES, Lucília de Almeida. *Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil*. in: FERREIRA, Jorge. *O populismo e sua história*. p. 177 e 178.

aliança, observamos que a necessidade de uma reforma agrária no Brasil ganhou corpo no PTB e que este passou a apresentar em seu programa um conjunto de propostas que atemorizaram as elites brasileiras. Como destaca a literatura – Gomes, Delgado e também Maria Victoria Benevides¹⁵⁷ em trabalho sobre Juscelino Kubitschek –, o PSD adere à proposta da industrialização modernizadora, mas permanece ligado ao latifúndio, se afastando do PTB e de sua proposta de reforma agrária, tributária, urbana e educacional.

O Brasil continua calcando sua política externa no alinhamento automático com os EUA. Também prossegue a abertura completa da economia ao capital internacional. Entretanto, JK retoma o projeto de industrialização, só que agora apoiado na produção de bens de consumo durável para as classes de média e elevada renda¹⁵⁸.

É importante a observação de que apesar do perfil pragmático de muitas lideranças trabalhistas, esta conduta e também o personalismo eram combatidos no interior do partido pelos chamados doutrinários trabalhistas. Estes se constituíram em defensores de um reformismo social que integrou o programa do PTB até sua extinção com o golpe militar de 1964.¹⁵⁹

O perfil doutrinário e pedagógico com que Pasqualini conduziu sua campanha o diferenciava bastante dos demais candidatos, e isso teria dado ao Partido um perfil bastante peculiar. É de se destacar também a ausência de argumentos que fizessem referências sólidas a Getúlio ou ao getulismo no seu discurso (...) . Até então, as falas de Pasqualini pouco se ocupavam disso, sendo muito mais voltadas para definir e formar uma mentalidade social transformadora, porém sem referências a um líder condutor, somente ao Estado. À medida que os anos passavam, no entanto, a relação entre Vargas e Pasqualini sofreria alterações. Era raro Alberto Pasqualini fazer referências públicas a Vargas no início do convívio partidário. Contudo, anos depois, em 1950, já durante sua campanha para o Senado, isso foi se tornando cada vez mais frequente [...] Se antes Pasqualini criticava o personalismo varguista, agora a figura de Vargas era vista como importante instrumento de fortalecimento e atração para o trabalhismo.¹⁶⁰

Nas palavras do próprio Alberto Pasqualini:

Creio que, assim, poderemos perceber melhor o que o Getúlio Vargas representa para a massa trabalhadora. O povo não poderia compreender o trabalhismo nos seus delineamentos teóricos, na sua concepção abstrata, nos seus princípios científicos. Sabe, porém compreende-lo através da ação

¹⁵⁷ BENEVIDES, Maria V. *O governo Kubitschek: a esperança como fator de desenvolvimento*. In: GOMES, Ângela de C. *O Brasil de JK*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

¹⁵⁸ VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. op cit. p. 205.

¹⁵⁹ Neves, op. cit. p.188.

¹⁶⁰ VASCONCELLOS, Laura V. *Alberto Pasqualini e o trabalhismo no Brasil*. Dissertação (Mestrado) Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Rio de Janeiro, 2007, p. 35

política e administrativa de um homem que o tem realizado. Essa pessoa representa para o povo uma diretriz, uma tendência que sabe corresponder às suas necessidades, aos seus anseios, às suas aspirações. Não segue o povo uma orientação por causa da pessoa, mas segue a pessoa por causa de sua orientação. A ideia é mais assimilável através de sua personificação, que se não deve confundir com personalismo.¹⁶¹

O problema do personalismo influenciando a baixa institucionalização dos partidos permanece como objeto a ser estudado ainda hoje nas relações políticas e sociais estabelecidas no Brasil. Tradicionalmente, o PSD se organizava em torno dos chefes locais, numa postura considerada pragmática. Para os chefes locais, “seu poder político e sua capacidade de arrebanhar votos estavam largamente condicionados à sua capacidade de distribuir empregos e obras públicas à sua clientela”.¹⁶²

A UDN permanecia ligada à elite latifundiária e aos setores conservadores do Brasil, tendo São Paulo como espaço de convergência maior de forças políticas. A inclinação do PSD para o campo da UDN deixou os trabalhistas isolados na disputa política. O temor do uso social da terra e das fábricas, em detrimento do direito liberal da inviolabilidade da propriedade privada, permitiu a formação de uma coalizão de forças entre militares, partidos políticos, Igreja, imprensa e sociedade civil que culminou com a deflagração do regime ditatorial imposto pelos militares em consonância com os interesses conservadores e do grande capital fincados na sociedade brasileira.

O PTB se apresentou nesse período como a grande força política ligada aos interesses populares, fundamentado no diferencial de incluir as questões sociais no âmbito do Estado, protegendo a população dos abusos do poder econômico. A plataforma política era ampla e os direitos sociais e trabalhistas incluídos, além do apoio à reforma agrária, inviabilizavam a continuidade das relações econômicas e sociais estabelecidas na sociedade e com os outros partidos maiores.

Em 1945, o PTB ocupava 7,7 % das vagas na Câmara Federal, e em 1962, 29,8 %, ficando abaixo do primeiro lugar na composição partidária da Câmara Federal, o PSD, por apenas 0,5% dos votos. O PDS ocupava, em 1945, por volta de cinquenta

¹⁶¹ Ibidem, p. 35.

¹⁶² MARAN, Sheldon. *Juscelino Kubitschek e a política presidencial*. In GOMES, Ângela de Castro. *O Brasil de JK*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, p. 149-150.

por cento da Câmara e a UDN em torno de 29%. A UDN foi o partido mais prejudicado ao longo desse período, ficando com 23,4 % das vagas em 1962.¹⁶³

O aumento da representatividade do PTB no sistema político está ligado ao programa de defesa das classes trabalhadoras e a isso se somava a herança trabalhista. De acordo com Jorge Ferreira

No trabalhismo, estavam presentes ideias, crenças, valores e códigos comportamentais que circulavam entre os próprios trabalhadores muito antes de 1930. Compreendido como um conjunto de experiências políticas, econômicas, sociais, ideológicas e culturais, o trabalhismo expressou uma consciência de classe, legítima por que histórica.

(...) O próprio projeto trabalhista, para ser compreendido e aceito, não pode ignorar o patrimônio simbólico presente na cultura política popular. O sucesso do trabalhismo, portanto, não foi arbitrário e, muito menos, imposto pela propaganda política e pela máquina policial. Igualmente não foi casual que o PTB, a institucionalização do projeto, tenha sido a organização mais popular durante a experiência democrática pós-45, tornando-se, em 1964, a maior agremiação no espectro político do país.¹⁶⁴

Ferreira entende da mesma forma que Ângela Gomes a relação entre classe trabalhadora e Estado como uma via de mão dupla, ou seja, o que aconteceu não foi somente uma manipulação. Havia trocas, interesses atendidos entre a classe política e os trabalhadores. Seguem destoando em seu modelo teórico da ideia de que houve um "desvio" promovido pelo Estado varguista.

A urbanização rompeu com a política do voto estabelecido e contabilizado nas fazendas e assim a classe política teve que se direcionar ao eleitor, ir até ele, mesmo que demagogicamente, para buscar atender às suas expectativas. Na primeira república o voto estava consolidado na prática das eleições a bico de pena e ata falsa, que foram extintas do sistema político.

Neste novo contexto, a oligarquia ingressou em partidos voltados para angariar votos das massas e teve que sujeitar às novas regras do jogo, no qual elas não tinham mais a hegemonia como outrora, o que não significa, porém, que restaram submissas. A UDN compôs um agrupamento de pessoas que se identificaram na oposição ao Estado Novo e continuou combatendo a herança política de Getúlio

¹⁶³ DELGADO, 2003, p. 142.

¹⁶⁴ FERREIRA, Jorge. *O nome e a coisa: o populismo na política brasileira*. _ O Populismo e sua história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p.103.

Vargas.¹⁶⁵ Foi composta pela seguinte coalizão de forças conforme nos apresenta Delgado:

- a) oligarquias destronadas com a Revolução de 1930;
- b) antigos aliados de Getúlio, marginalizados depois de 1930 ou em 1937;
- c) os que participaram do Estado Novo e se afastaram antes de 1945;
- d) os grupos liberais com uma forte identificação regional;
- e) as esquerdas¹⁶⁶.

O confronto das forças políticas nesse contexto criou condições para a articulação e formação de frentes que divergiram em questões ideológicas e políticas. A Frente Parlamentar Nacionalista (FPN) atuou entre 1956 e 1964 com evidente postura nacionalista que representava no congresso proposições do interesse de organizações como Confederação Geral dos Trabalhadores, Pacto de Unidade e Ação (PUA – organização intersindical), Ligas Camponesas, União Nacional dos Estudantes (UNE); foi já uma segunda experiência pois a primeira foi frustrada por Juscelino Kubitschek que fechou a Liga de Emancipação Nacional em 1956.¹⁶⁷ A FPN representava o pensamento trabalhista.

Fernando Ferrari, em texto da década de 1950, exalta em uma de suas falas no Legislativo Federal o “pensar trabalhisticamente” e, como representante do PTB, contou com o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) na divulgação e fundamentação teórica de seu programa. Intelectuais e advogados trabalhistas reforçavam os princípios da corrente nacional-estatista.

A frente chamada Ação Democrática Parlamentar (ADP) foi composta pela UDN, pelo PR e por alguns integrantes do PSD que não concordavam com o caráter nacionalista, distributivo e reformista do PTB. Os integrantes da ADP se apropriaram do Estado após o golpe e contaram com investimentos estrangeiros para sua mobilização ideológica e política. A ADP contou também com o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), organismo financiado por empresários brasileiros e estrangeiros que gastou “alguns milhões de dólares” no combate à propagação do comunismo no Brasil. Isto significou combater também o trabalhismo que já

¹⁶⁵ DELGADO, 2003, p.142.

¹⁶⁶ Ibidem, p.137

¹⁶⁷ Ibidem, p.150

apresentava estreitas ligações com os comunistas, mas que não se confundia com esta doutrina.¹⁶⁸

As frentes parlamentares representavam interesses antagônicos na sociedade brasileira. E a renúncia de Jânio Quadros à presidência,¹⁶⁹ em 1961, fez tencionar mais ainda as forças em oposição presentes na política brasileira. O PTB vinha constantemente sendo identificado com os interesses do comunismo soviético por aqueles que, embora apresentassem um discurso em defesa da pátria, representavam contraditoriamente os interesses do capital estrangeiro no Brasil. A UDN juntamente com a oligarquia paulista e de outros estados, comerciantes e a imprensa conclamavam os militares para pôr fim à “ameaça estrangeira no Brasil”, não a dos EUA, identificados como aliados, mas da URSS.

A posse de João Goulart foi garantida por forças legalistas localizadas na imprensa, com destaque para o Jornal do Brasil, Correio da Manhã, Diário de Notícias, Diário Carioca, A Noite, O Jornal, Última Hora, Correio Brasiliense, Zero Hora¹⁷⁰, e no meio militar, marechal Henrique Teixeira Lott entre outros militares.

A imprensa apoiou a posse de João Goulart, porém a radicalização do discurso em prol da nacionalização das riquezas e de sua distribuição de forma mais equitativa que ganhava corpo dentro do PTB levou ao afastamento por parte dos setores da imprensa que anteriormente o apoiaram. Sobretudo pelo temor da campanha de seu cunhado, Leonel Brizola, que inclusive conclamou a população a se armar para a defesa desses interesses.

O tempo do trabalhismo foi marcado por ambiguidades e contradições. Significou paradoxalmente dirigismo, paternalismo e potencial de autonomia para sujeitos históricos, como o eram os trabalhadores brasileiros. Foi marcado pelo personalismo de seus líderes, mas acalentou proposições cooperativas e coletivistas. Significou busca de aperfeiçoamento do capitalismo, buscando humanizá-lo para reforçá-lo, mas também representou alguma possibilidade de aproximação com o socialismo reformista. Traduziu

¹⁶⁸ Esta distinção remete à discussão sobre reforma ou revolução, qual a investida mais eficiente para mudança qualitativa na organização do Estado brasileiro. Para ver mais sobre as frentes parlamentares e sua atuação ver Delgado (op. Cit.)

¹⁶⁹ Ato considerado por sua filha como causa dos males da sociedade brasileira durante a redemocratização, e de caráter golpista. Ver: Filha de Jango responsabiliza-o por crise no país. A Gazeta, 25/08/1988, p. 2.

¹⁷⁰ Para atuação da imprensa no golpe de 1964 ver ABREU, Alzira A. *A imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart*. In FERREIRA, M (org.). João Goulart: entre a memória e a história. RJ: Ed. FGV, 2006.

repúdio à luta de classes, mas ao mesmo tempo acabou por incentivar reivindicações de forte teor conflitivo por parte dos trabalhadores.¹⁷¹

À medida que o PTB se aproximava das forças populares e colocava as reformas de base na ordem do dia “na lei ou na marra” e que os protestos iam aumentando, as forças conservadoras procuraram isolá-lo.

Como demonstra Rodrigo Motta¹⁷² existiam vários grupos, além do IBAD, que articulavam os interesses das classes dominantes no Brasil, defendendo uma propaganda liberal, antiestatal, como fazia este instituto por meio da revista *Ação Democrática* com tiragens muito altas, material caro e distribuição gratuita chegando a mais de 200 mil exemplares no auge das publicações. O Grupo de Ação Patriótica era formado por estudantes universitários de orientação direitista que se envolveram no contrabando de armas.

Havia ainda Cruzada Cristã Anticomunista; Centro Brasileiro Europa Livre; Patrulha da Democracia (organização secreta que reunia 15 pessoas); Movimento Anticomunista (MAC) e Comando de Caça aos Comunistas (CCC), que executavam sequestros de personalidades de esquerda além de colocarem bombas em alvos comunistas, organismos que continuaram ativos após o golpe militar; Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP); Liga Feminina Anti-Comunista; Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES); entre outras organizações no Brasil que se espalharam como objetivo de garantir a continuidade da estrutura social, política e econômica do Brasil.¹⁷³ Alguns elementos filiados a estes institutos fizeram conspiração contra Jango chegando inclusive a fazer estoque de armas, contatos na área militar, e a constituir serviço de inteligência por iniciativa própria da organização, que durante o golpe dará subsídio à Comunidade de Informações dos militares. A garantia da permanência e continuidade da estrutura socioeconômica brasileira estava colocada no chamamento à intervenção das forças armadas na sociedade e na política brasileira.

O PTB fortalecia seu discurso junto aos movimentos sociais que eram bem expressivos se comparados aos períodos anteriores. Porém, o alcance do

¹⁷¹ NEVES, Lucília de Almeida. *Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil*. in: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história*. p. 202.

¹⁷² MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *João Goulart e a mobilização anticomunista de 1961-1964*. : IN: FERREIRA, M (org.). *João Goulart: entre a memória e a história*. RJ: Ed. FGV, 2006.

¹⁷³ Idem.

trabalhismo na sociedade brasileira, apesar de ganhar força ao longo dos anos com aumento contínuo da representação na Câmara, não abrangia toda a sociedade e não impediu que Jango e o PTB fossem extirpados do cenário político nacional brasileiro em 1964.

O *jornal do Brasil* anunciou em 20 de março de 1964 que cerca de 500 mil pessoas participaram em São Paulo, da *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*, o que foi uma resposta dos grupos conservadores à iniciativa do PTB e de Jango de promover comícios em cidades estratégicas em favor das ‘reformas de base’. Já no primeiro comício, Goulart assinou um decreto nacionalizando refinarias de petróleo privadas e outro desapropriando propriedades que ultrapassassem 100 hectares localizadas a 10 quilômetros a margem de rodovias ou ferrovias e as de mais de 30 hectares situadas nas zonas que constituíam bacias de irrigação dos açudes públicos federais.¹⁷⁴

As propostas de reformas encampadas pelo governo incentivaram o surgimento de organizações das classes médias, preocupadas com a perda da situação social (*status quo*) e por isso sensíveis aos discursos reacionários, contra os movimentos populares e urbanos. O plebiscito realizado no Brasil após a posse de Jango, altamente favorável ao presidencialismo deu a Goulart e ao PTB a falsa ideia de que a maioria do país era favorável às “reformas de base”, ou que havia condições para implementação das mesmas.

A Revolta dos Sargentos deu início ao afastamento da imprensa em relação a Goulart e ao PTB, uma vez que as declarações dos trabalhistas incluíam a reivindicação dos militares de baixa patente insurgidos em seu programa quando ao contrário era esperada uma represália do governo em relação a este movimento. A Revolta dos Marinheiros liderados pelo cabo Ancelmo em 26 de março de 1964 foi interpretada como o início da revolução comunista servindo, portanto, de justificativa para os grupos de direita e as forças armadas acelerarem o golpe e tomarem o poder, sob o pretexto de se preservar a ordem social e a hierarquia nas forças Armadas.¹⁷⁵

¹⁷⁴ ABREU, A. 2006, p.122 e 123.

¹⁷⁵ Ibidem.

1.5 A supressão do trabalhismo pela Ditadura Militar e o retorno com a Nova República

A preponderância do Executivo na relação com o poder Legislativo se fez presente na nova ordem institucional instaurada após a Ditadura Militar (1964-1985) com a Constituição de 1988.¹⁷⁶ A ideia de um executivo fortalecido não implica simplesmente em uma centralidade política que pode prescindir dos poderes locais na administração da coisa pública, já que estes por meio de suas articulações podem fazer frente ao poder central. Posteriormente, será novamente abordada esta questão em estudo de caso sobre a atuação do Executivo estadual no período de 1986-91, quando outras variáveis serão evidenciadas.

O trabalhismo foi perseguido pela ditadura militar e os parlamentares e intelectuais que representavam este pensamento foram também perseguidos e houve a tentativa de apagar suas ideias políticas. Porém, em livro de Moniz Bandeira, Leonel Brizola responde em entrevista, concedida ao autor por volta de 1979, sobre a reorganização do PTB na redemocratização, onde o Instituto Gallup constatara que “cerca de 3,5 milhões de cariocas e 8 milhões de paulistas, ou seja, 40% da população do Rio de Janeiro e São Paulo querem a organização de um Partido Trabalhista”.¹⁷⁷

Alguns setores da sociedade que queriam uma intervenção dos militares para assegurar continuidade democrática, o chamado golpe preventivo com vistas ao restabelecimento do sistema político liberal-democrático, com a perspectiva de sucesso nas próximas eleições, como foi o caso de gente como Juscelino Kubitschek, Ademar de Barros, Carlos Lacerda que inicialmente apoiaram os militares no governo, se viram depois alijados do quadro político. Assim como os trabalhistas erraram no cálculo ao subestimar as forças populares contrárias articuladas pelos grupos conservadores, opositores do PTB, receosos com o crescimento eleitoral do PTB e com as reformas de base, também se frustraram os

¹⁷⁶ O controle da agenda dos trabalhos legislativos, a exclusividade de iniciativa de algumas matérias, as medidas provisórias e os pedidos de urgência são alguns elementos apontados por Argelina C. Figueiredo e Fernando Limongi para sustentar a preponderância do Executivo. FIGUEIREDO, A. C. e LIMONGI, F. *Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999, p. 10.

¹⁷⁷ A entrevista e as referências a Bandeira encontram-se no livro BANDEIRA, Moniz, *Brizola e o Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p.188.

participantes do golpe que pretendiam o restabelecimento do sistema democrático representativo, com as expectativas de eleições em 1965 para presidente.

Apesar da oposição, os militares não abriram mão do poder e dentro do próprio congresso contaram com um 'braço civil' composto em sua maior parte por udenistas no intento de cassar os mandatos de parlamentares ligados ao PTB e ao trabalhismo.

“Logo no primeiros dias de abril de 1964, um dos principais temas em debate no Congresso Nacional era o das cassações de parlamentares. Muitos políticos que apoiaram o movimento de 1964 participaram do processo de cassações”¹⁷⁸. Lúcia Grinberg mostra que já em 10 de abril havia uma lista com 102 nomes para cassações. Não foram todos os udenistas a favor do AI-2, houve uma minoria como exceção.

As eleições de outubro de 1965 foram orquestradas com base em uma nova legislação eleitoral que visava restringir a quantidade de partidos. Nas eleições para governadores a UDN perdeu em nove dos onze estados em disputa. Isto se aliou à rejeição de emendas constitucionais que visavam garantir maior intervenção federal e ampliação das competências da Justiça Militar, e levou o governo militar a decretar o AI-2 que, a partir de 27 de outubro de 1965,

radicalizou as medidas punitivas em vigor, aumentou os poderes presidenciais, atribuiu à Justiça Militar a responsabilidade pelo julgamento de crimes contra a segurança nacional, aumentou o número de ministros do Supremo Tribunal Federal de 11 para 16, extinguiu os partidos políticos existentes e estabeleceu eleições indiretas para presidente da República.¹⁷⁹

Grimberg mostra ainda o discurso de Eurico Resende (UDN-ES) que viu o ato como uma 'medida heroica'. Após o AI-2 foi decretado o Ato Complementar n. 4 (AC-4), com repercussões negativas em todos os partidos, pois havia um piso de 120 deputados e 20 senadores para a formação de novos partidos. Basicamente, tivemos a seguinte movimentação, sendo que as trocas não seguiram essa orientação em todos os casos: a UDN engrossou fileiras na ARENA, o PTB no MDB e o PSD cindiu-se, diluindo-se nos dois partidos de forma mais equilibrada, pendendo mais para a ARENA. De um total de 116 parlamentares no PTB, 38 foram

¹⁷⁸ GRINBERG, Lucia. *Partido Político ou Bode Expiatório*. Um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (1965-1979) – Arena. Rio de Janeiro: Mauad, 2009, p.51.

¹⁷⁹ Idem, p.60

para a ARENA e 9 udenistas foram para o MDB. As disputas intraoligáquicas nos estados levaram ao recurso das sublegendas e à formação de oposições com mesmo espectro ideológico.

Grimberg salienta o papel dos políticos conservadores, em especial os da Arena ao receber expressiva quantidade de filiações, na sustentação do regime e ressalta que identificar a participação destes como ‘um jogo de interesses fisiológicos’ é uma redução, pois o regime contou com o seu ‘braço civil’ na definição das prioridades do Estado brasileiro a partir de então. Evidencia que mesmo na primeira república os partidos não eram destituídos de representatividade, mas representavam os interesses de poucos, em geral da oligarquia.¹⁸⁰

Eurico Resende, líder do governo no Senado que formou o conselho político que Geisel reunia no Palácio do Planalto, compartilhava do entendimento de que o MDB não significou contestação ao regime, já que os “agentes de contestação” foram banidos da vida pública. Existiram os banimentos, porém a história fez emergir novos atores que colocaram a Ditadura Militar em xeque e defenderam um sistema político democrático associado aos direitos humanos e sociais. No entanto, de acordo com Grimberg, o getulismo, na redemocratização, não dividiu mais a sociedade como aconteceu no período de 1945 a 1964. A discussão sobre o fim da ditadura e sobre a garantia dos direitos humanos polarizou o debate e fortaleceu o capital político do MDB com sua oposição à ditadura militar¹⁸¹.

A polarização entre a perspectiva nacional-estatista e a liberal internacionalista, por exemplo, não deixou de penetrar o discurso religioso. Enrique Dussel fez uma interessante observação sobre a estrutura político-ideológica da Igreja Católica e destaca a divisão interna existente dentro da Igreja, separando a igreja institucional da igreja popular¹⁸².

Neste sentido Lucília Delgado e Mauro Passos apontam para a diversidade de práticas e discursos dentro da Igreja e para o destaque que a “questão social” foi adquirindo dentro da igreja como um todo, requerendo uma forma de intervenção

¹⁸⁰ Idem, p. 61.

¹⁸¹ Idem, p223.

¹⁸² DUSSEL, Enrique. *De Medellín a Puebla uma década de sangue e esperança*. De Medellín a Sucre – 1968-1972. Vol. 1. São Paulo: Edições Loyola, 1981.

desta na defesa da justiça social.¹⁸³ Há uma inovação da postura da Igreja Católica com a eleição de João XXIII, que publica encíclicas que favorecem o debate sobre as questões sociais na formação de pessoas incumbidas da liturgia da igreja e na prática do fiel.

Em 1968 ocorreu a II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, em Medellín, quando a igreja popular proclamou a Teologia da Libertação com o objetivo de buscar soluções para as questões sociais e ocorreu também a denúncia da violência institucionalizada e a constatação da injustiça social¹⁸⁴. Se em 1964 a Igreja legitimou o golpe militar, através da CNBB, devido ao 'perigo bolchevique' identificado com o avanço do PTB e das reformas de base, em 1968 iniciou-se um claro movimento da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil contra as práticas empreendidas pelos militares no comando do Brasil.

Michael Löwy estuda a atuação da CNBB neste período e demonstra que esta instituição se posicionou claramente contra a ditadura militar na década de 1970 e se apresentou como principal adversário do Estado autoritário, mais ainda que o MDB, com protestos públicos contra o regime liderados por D. Helder Câmara. Löwy fala de um cristianismo de libertação ao destacar a atuação da Igreja em consonância com os direitos humanos e sociais com papel relevante nas relações políticas e institucionais.

Da Juventude Universitária Católica (JUC) formou-se, a Ação Popular (1962) que devido à postura conservadora dos bispos, ingressou no PCB. Porém, o marxismo da JUC era diferente do PCB¹⁸⁵. Ocorre uma prática evangelizadora a partir de um engajamento político quando primam pela justiça e pela dignidade da vida. Por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) houve resistência às imposições políticas. As CEB's também abrigaram grupos diversos que, por restrição dos direitos políticos, não encontravam espaço de atuação em outros lugares. Em 1968 a Igreja se colocou como grupo de pressão,¹⁸⁶ se opondo tanto às violações dos

¹⁸³ DELGADO, Lucília de A. N. e PASSOS, Mauro. *Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970)*. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de A. N. (orgs) O Brasil Republicano vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

¹⁸⁴ Idem, p.114.

¹⁸⁵ Sobre o cristianismo de libertação ver LÖWY, Michael. *As esquerdas na ditadura militar: o cristianismo de libertação*. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs). *As esquerdas no Brasil*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

¹⁸⁶ DELGADO e PASSOS, 2003, p. 124-125.

direitos humanos como ao modelo de desenvolvimento fundamentado na opressão dos pobres.¹⁸⁷

A oposição enérgica da Igreja através da CNBB exerceu forte influência na redemocratização, nos movimentos sociais organizados, como o Partido dos Trabalhadores, a Central Única dos Trabalhadores e o Movimento Rural dos Trabalhadores Sem-Terra. Löwy enumera algumas características do cristianismo de libertação nesses movimentos: a) radicalismo ético-social e “mística” do combate pela libertação; b) anticapitalismo com forte influência moral; c) “basismo”, com desconfiança da política institucional.¹⁸⁸

O MDB ganhou corpo na oposição ao regime somente em meados da década de 1970 quando teve vitórias eleitorais sobre a ARENA. O MDB agregou diversas tendências da esquerda no Brasil e a tradição trabalhista foi vista como um segmento moderado desta. Somente na legislatura de 1978 há um destaque para a tendência popular ou socialista no MDB. Rodrigo Motta ressalta que a presença de comunistas no MDB trouxe “alguma respeitabilidade entre setores mais politizados e intelectualizados da sociedade”.¹⁸⁹

Em relação ao movimento de luta pela abertura política, Francisco Carlos Teixeira da Silva contesta a tese dos militares de que a oposição (MDB) e segmentos da sociedade civil (ABI, OAB, CNBB, Universidade, estudantes, etc.) não desempenharam papel relevante na redemocratização do Brasil.

As vitórias eleitorais do MDB representam um esgotamento do respaldo que inicialmente os militares tiveram na sociedade para a intervenção junto ao governo em 1964 e um demonstrativo de que os militares perderam a iniciativa das reformas. Com o crescimento do movimento popular ocupando as ruas e exigindo a anistia, o retorno dos exilados e o movimento das "Diretas Já", os partidos passam a assumir a direção da abertura, que já não se encontra mais nas mãos dos militares.

Porém, a nova República iniciou-se sob o controle das elites políticas, quando o PMDB ganha votos do PDS para Tancredo em troca da transição pactuada, ou seja, garantindo o domínio das elites e impunidade àqueles que violaram os direitos

¹⁸⁷ LÖWY, Michael, 2007, p.313.

¹⁸⁸ Idem, p.317.

¹⁸⁹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *O MDB e as esquerdas*. In.: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs). *As esquerdas no Brasil*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 293.

humanos. O PFL surgiu de uma facção do PDS que se opôs a Paulo Maluf. E a esquerda encontrou-se dividida em disputa com a concorrência entre o PMDB – conhecido pelo histórico de oposição à ditadura, e com a reforma partidária acomodou em seus quadros organizações comunistas (PCB, PC do B, MR-8), que não puderam constituir-se em partidos; o PT – com destaque das lideranças sindicais, da militância de religiosos e de intelectuais revolucionários marxista-leninistas, desempenhou papel fundamental nas Diretas Já e na Assembleia Constituinte –; e, o PDT – recuperando a herança trabalhista no final do século XX e englobando novos temas com o chamado *socialismo moreno*, de Darcy Ribeiro.

O PT apareceu como alternativa hegemônica da esquerda após enfraquecimento do movimento de restauração do trabalhismo no Brasil empreendido por Brizola e o PDT. Nesse contexto, o PT, de acordo com o historiador Daniel Aarão Reis, arroga para si um elemento diferencial em relação aos outros partidos de esquerda, quando são “o trabalhismo e o comunismo, acusados de serem artífices de derrotas e, principalmente de terem atrelado os trabalhadores a causas e a propósitos *populistas e burgueses*”.¹⁹⁰

Esse contexto de retorno ao pluripartidarismo é mais entendido como uma estratégia de enfraquecimento do MDB que vinha impondo sucessivas derrotas à Arena do que uma iniciativa democrática dentro do processo de abertura¹⁹¹. Este ensejou uma nova configuração política partidária em uma sociedade que já não se encontra mais polarizada em relação às reformas de base, mas na perspectiva de votar para presidente.

O debate das *Diretas-já*, embora tenha permitido a “construção de instrumentos efetivos que pudessem sustentar a permanência da ordem democrática”¹⁹², abafou o debate sobre as reformas ainda pendentes no Estado brasileiro. Tais reformas ainda motivam debates em que os direitos sociais propostos no trabalhismo getulista são defendidos em oposição à onda neoliberal que dominou o debate político no final do século XX.

¹⁹⁰ REIS, Daniel Aarão. *Trajatória, metamorfoses, perspectivas*. In.: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs). *As esquerdas no Brasil*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.507.

¹⁹¹ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985*. In.: *O Brasil Republicano*. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

¹⁹² DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *Diretas Já: vozes das cidades*. FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs). *As esquerdas no Brasil*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, .421.

1.6 O restabelecimento do trabalhismo na ordem do dia

1.6.1 A Carta de Lisboa (17/06/1979)

O Partido Democrático Trabalhista reivindicou a herança getulista e trabalhista desde a sua fundação, 1979, quando Leonel Brizola se destacou como herdeiro da ideologia do trabalhismo getulista, a qual fundamentou o programa e o eixo de atuação desse partido político. A carta de Lisboa é considerada o documento que inaugurou o partido que congregou os trabalhistas no período em que ocorreu uma ampliação do processo de abertura política no Brasil, e que se iniciou com discurso de libertação do povo através da solução trabalhista.

Neste sentido, deu destaque para a importância do “sistema e de suas fórmulas jurídicas e legais” e se contrapôs à tese de aguardar a reorganização da nova normatividade a partir dos juristas do regime militar nos quais se identificava a “vontade de institucionalizar a espoliação de nossa gente e a manutenção de uma estrutura política e econômica inaceitável para o povo brasileiro”.¹⁹³

Ao invés de se orientarem pelos juristas, a Carta propôs a organização do Estado de Direito a partir das proposições que seriam levantadas pelos trabalhadores através de grupos de pressão organizados, tais como sindicatos, associações, comunidades, movimentos e organizações profissionais. Propôs também, a chegada ao poder e a manutenção da governabilidade por meio da sociedade organizada. Identificou a vinculação necessária entre partido e organizações populares, que não deveriam prescindir dos partidos para realizar seus intentos e da mesma forma as organizações partidárias não poderiam chegar ao poder e se manter sem o povo organizado. As duas condições que se colocam como o fundamento da sociedade democrática são o partido e o povo organizado, os quais se apresentam nesta carta.

¹⁹³ A Carta de Lisboa é um documento que foi assinado em 17 de junho de 1979 em Lisboa quando exilados brasileiros que possuíam conexões com o PTB se reuniram na sede do Partido Socialista Português e (re) fundaram o Partido Democrático Trabalhista (PDT), na verdade o PTB. Os participantes desse eventos interessados na fundação de um Partido Trabalhista carregavam consigo o título de “históricos” e se colocavam como herdeiros do trabalhismo getulista. Posteriormente a Justiça brasileira determinou o direito de Ivete Vargas ficar com a nomenclatura, com a sigla do partido fundado por Vargas e seus correligionários. A Carta de Lisboa encontra-se disponível no site do PDT na internet no endereço <<http://pdt12.locaweb.com.br/memoria.asp?id=17>>

A carta apresentou o PTB¹⁹⁴ como agente de representação do povo no Estado, na luta contra as forças que oprimem o povo brasileiro, identificados nos latifundiários e nos representantes do capital internacional no Brasil.

Os 'trabalhistas' levantaram a bandeira das eleições livres, diretas e com voto proporcional, em contraposição aos arenistas que defenderam eleições indiretas. Defenderam a liberdade sindical e o direito de greve, além da luta pelas condições de vida do trabalhador com salários achatados. Pretenderam a construção de uma legislação do trabalho que garantisse aos trabalhadores justiça social, que foi colocada na ordem do dia. Na lista de compromissos foi incluída também a preocupação com a política econômica como forma de superar a marginalização imposta à sociedade brasileira. Elegeram quatro categorias de pessoas a serem privilegiadas nas políticas públicas: crianças e jovens, negros e índios, mulheres e os habitantes das regiões norte e nordeste do Brasil.

A busca por estas causas pressupunha a execução de duas tarefas. Primeiramente a anistia "ampla, geral e irrestrita" a todos aqueles que foram perseguidos pela ditadura militar. E, em segundo lugar, a "normalidade democrática" consolidada a partir da eleição de uma Assembleia Nacional Constituinte. Houve um enfoque no caráter coletivo, comunitário e não individualista ao se colocar em favor da causa dos oprimidos e marginalizados, mas considerando-os como sujeitos e criadores de seu próprio futuro e com a inspiração da Carta-testamento de Getúlio Vargas.

1.6.2 A Fundação do PDT

Em 29 de Julho de 1979, Leonel Brizola chegou ao Brasil vindo pelo Paraguai, passando por São Borja e Porto Alegre no Rio Grande do Sul. Logo após, em 20 de dezembro de 1979 Ivete Vargas fundou o Partido Trabalhista Brasileiro, não por mera coincidência, no mesmo dia em que foi sancionada a lei 6.767 que extinguiu a Arena e o MDB e estabeleceu o pluripartidarismo. Os trabalhistas que participaram do "I Encontro de Trabalhistas no Exílio e no Brasil" pretenderam fundar novamente o PTB no Brasil e tiveram como liderança Leonel Brizola, que se destacou como

¹⁹⁴ A questão com Ivete Vargas ainda não havia sido posta, ou seja, da disputa pela sigla.

principal herdeiro político da tradição trabalhista/getulista, apesar de Ivete Vargas, sobrinha-neta de Getúlio ter sido a última líder do PTB antes da ditadura militar.

Brizola foi visto como um dos principais inimigos do regime e apontado com um dos culpados pela existência da Ditadura Militar devido à forma de enfrentamento que empreendeu contra os interesses oligárquicos e imperialistas no Brasil, como por exemplo, na campanha do “grupo dos 11”, uma das estratégias para a realização das reformas de base que recorria à luta armada para empreender as reformas no Estado, "na lei ou na marra".

Ivete Vargas permaneceu no Brasil após a deflagração do regime. Filiou-se ao MDB e seguiu carreira como parlamentar e ganhou da Justiça em 1980 o direito à sigla na disputa com Brizola pelo PTB.

Brizola naquela mesma entrevista a Moniz Bandeira preconizou os valores da democracia econômica e social, apresentando-os como herança direta de Getúlio Vargas, além de defender as liberdades políticas, tão propaladas naquele momento histórico do Brasil. Articulou-se, neste período da redemocratização, com forças políticas internacionais de esquerda filiadas à Internacional Comunista, cujo símbolo era a rosa vermelha que carrega ainda hoje a bandeira do PDT. As chamadas correntes mais avançadas da esquerda europeia¹⁹⁵, que representavam a oposição mundial ao neoliberalismo, se fizeram presente no ato fundador do PDT em Portugal, abrigado pelo Partido Socialista Português.

Brizola e os trabalhistas, no Brasil, desfrutaram de popularidade que era interpretada pelas forças conservadoras no Brasil como uma ameaça à manutenção do *status quo*, pois além destas forças populares, as organizações e movimentos sociais ligadas à Igreja, aos intelectuais e aos sindicatos formavam uma frente progressista ampla em favor das classes populares. Leonel Brizola propôs que a organização congregasse todas as forças progressistas, mantendo uma unidade na diversidade, mas com aceitação da doutrina e do seu nome como candidato à presidência do Brasil, neste sentido, defendeu que,

o PTB não pode fazer uma opção filosófica ou religiosa. Mas pode e deve abrigar, como um grande partido de massas, não só os que têm a origem

¹⁹⁵ SENTO-SÉ, João Trajano. *Um encontro em Lisboa*. O novo trabalhismo do PDT. In.: FERREIRA, Jorge, REIS, Daniel Aarão (orgs) *As Esquerdas no Brasil*. Vol. 2, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 435.

getulista e trabalhista, mas também cristãos de esquerda, socialistas, fabianos etc. desde que aceitem a sua doutrina e o seu programa¹⁹⁶

Diferentemente de correntes de esquerda que assumiram teses leninistas, trotskistas, stalinistas, entre outras correntes existentes dentro do pensamento da esquerda – que faz a pregação da realização da ditadura do proletariado como no Manifesto do Partido Comunista de 1848 – os trabalhistas são claros neste sentido e pretendem garantir conquistas para os trabalhadores dentro do sistema capitalista. A aproximação de Brizola e de outros trabalhistas com integrantes da Internacional Socialista europeia trouxe ao trabalhismo forte aproximação com os princípios da “social-democracia” levada a cabo na Europa no pós-guerra, e fez do PDT o primeiro partido brasileiro filiado a este organismo internacional.

Na mesma entrevista citada Brizola diz:

compreendo o trabalhismo como o primado dos valores do trabalho, a luta contínua para aumentar a participação dos trabalhadores na riqueza social, opondo-se a toda e qualquer forma de exploração do homem pelo homem, de classes sociais por outras classes sociais e de nações por outras nações¹⁹⁷

Nesta afirmação percebemos o caráter socialista e anti-imperialista do discurso de Brizola e que se estendeu ao PDT em sua disputa pelo poder no Brasil. Porém, como foi dito, o trabalhismo, além de ter unido forças com outros movimentos e forças de esquerda, não excluiu da participação empresários capitalistas pois não compartilham da premissa de ditadura do proletariado, presente no marxismo-leninismo. Na mesma entrevista ao explicitar os princípios trabalhistas continua Brizola,

O PTB deve ter por espinha dorsal os trabalhadores, os assalariados de modo geral, deitando raízes, profundamente, nos proletários e semi-proletários, os marginalizados, a pobreza absoluta, as ‘vozes do silêncio’, que Graciliano Ramos descreveu em sua obra. (...) Abarcar os empresários progressistas, que se opõem a esses modelos concentradores e exportadores e lutam pela criação de um mercado interno próspero, o que implica a existência de trabalhadores com poder aquisitivo, uma agricultura humana e racionalizada. Também abrange os profissionais liberais (...), em suma, a *intelligentzia* brasileira. O PTB deverá dedicar especial atenção aos problemas da mulher na sociedade atual, das donas-de-casa e do trabalho não remunerado. E, principalmente, os jovens, os estudantes, que correm o risco de serem frustrados e se desesperarem, se não tiverem um partido que realmente expresse os seus anseios.¹⁹⁸

¹⁹⁶ Ibidem.

¹⁹⁷ Idem, p189

¹⁹⁸ Ibidem.

Embora o PSB tenha sido criado por uma parte do movimento antivarguista, egressos deste partido participaram da fundação do PDT. Apesar disto, o caráter trabalhista do partido e a herança getulista ficaram bem estabelecidas e prevaleceu como ideologia do partido mesmo neste contexto de participação com heterogeneidade ideológica.

Desde a sua fundação houve no PDT uma rejeição ao regime soviético e a apresentação do trabalhismo como uma versão brasileira de socialismo. Darcy Ribeiro se valeu da expressão *socialismo moreno* para definir sua concepção. A rejeição ao regime soviético implicava também em uma afirmação da luta política por vias legais sem utilização de métodos violentos com vistas à promoção da equidade social, justiça social. Esse conceito compreendia, portanto, uma luta pelo socialismo por vias legais e que incorporasse a diversidade étnico racial do povo brasileiro, estudada por Darcy na condição de antropólogo.¹⁹⁹

Houve também a aceitação da manutenção da propriedade privada e, da disputa política e organização da sociedade como forma de promover mudanças. Leonel Brizola procurou deixar claro o abandono da ideia de *reformismo radical*, que incluía a ideia de ruptura com a ordem legal. Neste sentido, três compromissos foram estabelecidos: com a democracia formal; o socialismo, alcançado a partir da democracia; e o nacionalismo, envolvendo política, cultura, economia, sociedade.²⁰⁰

1.6.3 A atuação de Saturnino Rangel Mauro no Espírito Santo e o novo trabalhismo

No Espírito Santo as bandeiras do trabalhismo getulista se fizeram representadas em diretórios do PTB instalados em 1946 nos seguintes municípios: Cachoeiro de Itapemirim, Vila Velha, Calçado, Mimoso do Sul, Guaçuí, Alegre, Domingos Martins, Santa Isabel (Domingos Martins), Santo Antônio (capital), São Torquato (capital).²⁰¹

¹⁹⁹ VAINFAS, Ronaldo. *A luz própria de Leonel Brizola: do trabalhismo getulista ao socialismo moreno*. In.: FERREIRA, Jorge; REIS, Aarão (org.) *Revolução e Democracia (1964...)*. As Esquerdas no Brasil. Vol. 3, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

²⁰⁰ VAINFAS, Ronaldo. *A luz própria de Leonel Brizola: do trabalhismo getulista ao socialismo moreno*. In.: FERREIRA, Jorge; REIS, Aarão (org.) *Revolução e Democracia (1964...)*. As Esquerdas no Brasil. Vol. 3, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

²⁰¹ O território de São Torquato estava anexado ao município de Vitória nesse período, somente em 26 de julho de 1947 foi estabelecida a emancipação política do município de Vila Velha.

Naquele contexto, Saturnino Rangel Mauro, pai de Max de Freitas Mauro, já era uma importante liderança sindical, participando da fundação do PTB no Espírito Santo. Apesar de ter migrado para o PSD, foi um defensor do trabalhismo getulista e fundador do MDB no Espírito Santo.

Saturnino nasceu em 1901 e chegou ao Espírito Santo vindo de Jaguaripe, na Bahia em 1926, a convite de um amigo, João Batista Ramos. Filho do imigrante italiano Francisco Mauro com a baiana Joana Rangel Mauro possuía ensino fundamental incompleto e inicialmente trabalhou de braçal nas obras do porto de Vitória. No ano de sua chegada governava o estado do Espírito Santo Florentino Avidos (1924-1928), e no plano Federal, nesse mesmo ano, assumiu o último governante do período da República Velha, Washington Luís, com o lema “governar é abrir estradas”. A respeito desse contexto no Espírito Santo observou a professora Maria da Penha

As mudanças que se processavam no plano de reconstrução da cidade seguiam em paralelo à construção do porto, e as obras de urbanização que buscavam atender os princípios da modernidade se davam em consonância com as necessidades do desenvolvimento do porto, que precisava superar os arcaicos trapiches e a ineficiência operacional.²⁰²

Saturnino não atuou como braçal durante muito tempo nesse processo de expansão da infraestrutura capixaba. Ele havia participado da Lira Jaraguariense, orquestra filarmônica de sua cidade natal e seus conhecimentos de música permitiram a sua entrada no Exército. No mesmo ano que chegou a Vitória, foi para o 3º Batalhão de Caçadores, hoje 38º Batalhão de Infantaria, ingressando na banda de música do Exército, tocando o instrumento chamado bombardino. Posteriormente instalou uma pensão em Vila Velha.²⁰³

Em 1930, a Revolução liderada por Getúlio Vargas dividiu as forças políticas no Brasil. No Espírito Santo Saturnino foi convocado pelo Exército para se apresentar e defender o Governo Federal, porém não compareceu. Fechou sua pensão e

²⁰² SIQUEIRA, Maria da Penha S. e VASCONCELOS, Flávia Nico. Urbanização da cidade e nova concepção portuária: a trajetória compartilhada pela cidade e porto de Vitória na construção do progresso e de identidades. 2012. Texto apresentado no III Congresso Latinoamericano de Historia Económica y XXIII Jornadas de Historia Económica. Disponível em www.aahe.fahce.unlp.edu.ar/jornadas-de-historia-economica/iii-clade-xxiii-jhe/ponencias/Penha%20Nico.pdf, acesso em 13/01/2013.

²⁰³ Revista Vila Urbana. Ano I, Nº 01, Set-Out. 2001, p.17.

permaneceu em Vila Velha dando apoio aos getulistas. Após a Revolução, em 1931 conseguiu o emprego de recenseador na Secretaria de Agricultura.



Reunião Sindicato dos Operários da Vitória a Minas. Sem data. Fonte: acervo particular de Max Mauro.

Em 1933 foi admitido no Almojarifado e depois como comprador da Companhia Estrada de Ferro Vitória a Minas. Nesse mesmo ano por indicação do maquinista, o líder getulista, Manoel Barcellos Netto, foi eleito secretário do Sindicato dos Operários e Empregados Ferroviários da Vitória a Minas.²⁰⁴ Em 1934, na ocasião do 1º de Maio, Saturnino participou do grupo de ferroviários que fundou a Sociedade Cooperativa de Consumo dos Empregados da Cia. Estrada de Ferro Vitória a Minas, onde foi ajudante de guarda-livros. Nesse mesmo ano também foi candidato a deputado estadual pelo Partido Proletário do Espírito Santo.

Em 1935, Saturnino foi eleito vereador de Vila Velha pelo Partido Social Democrático (PSD), o *partido dos tenentes*, fundado com a participação de Getúlio Vargas. Cumpriu o mandato de fevereiro de 1936 até julho de 1939. No mês de abril de 1936 foi eleito presidente do Centro Político do Distrito de Argolas, onde se concentrava a militância sindical ferroviária que deu apoio à eleição do prefeito Eugênio Pacheco

²⁰⁴ Revista Vila Urbana. Ano I, Nº 01, Set-Out. 2001, p.17.

de Queiroz. Nesse mesmo ano foi eleito presidente do Sindicato dos Empregados do Comércio.²⁰⁵

Em 1939 como representante do getulismo no Espírito Santo e na condição de presidente do sindicato, Saturnino participou da fundação da Sociedade Cooperativa dos Trabalhadores Sindicalizados de Vitória. Os trabalhadores sindicalizados o escolheram ainda em 1940, à unanimidade, como o primeiro membro para a Comissão do Salário Mínimo. Em 1941, abandonou o sindicato e foi nomeado como vogal da Junta de Conciliação e Julgamento da Justiça do Trabalho, representando os trabalhadores.²⁰⁶ É ele quem atestou, em 16 de agosto de 1941, ao Diretor Geral do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda o reconhecimento pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio do Sindicato dos Empregados do Comércio de Vitória.²⁰⁷

Em 1942, Saturnino foi nomeado escriturário da Seção de Pessoal do Departamento de Construção da Companhia Vale do Rio Doce, chegando ao posto de chefia. Saturnino aposentou-se como funcionário da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) no cargo de Ajudante de Divisão. Em 31 de outubro de 1945, com o fim do Estado Novo, e em virtude do apoio a Getúlio Vargas, Saturnino recebeu ordem de prisão e ficou alguns dias detido no 3º Batalhão de Caçadores.²⁰⁸

Saturnino foi lançado como deputado para a Constituinte de 1947, e eleito deputado estadual com a bandeira da emancipação política de Vila Velha e do movimento sindical trabalhista. O movimento sindical dos ferroviários da CVRD estava concentrado no município de Vila Velha. Em 1947, o PTB estadual fez dois deputados. Nesse pleito, Saturnino apareceu como o mais votado do partido com 896 votos nominais. Possuía ligação com Hermógenes e com Benjamim Campos, duas lideranças do PCB e se colocou como interlocutor dos comunistas no parlamento.²⁰⁹

Saturnino se apresentava no estado como vanguarda de Vargas. Foi eleito presidente do PTB, em 1947, ano de fundação da sigla no estado. O partido agregou, além de elementos conservadores, forças vinculadas às organizações

²⁰⁵ Revista Vila Urbana. Ano I, Nº 01, Set-Out. 2001, p.18.

²⁰⁶ Revista Vila Urbana. Ano I, Nº 01, Set-Out. 2001, p.18.

²⁰⁷ Documento encontrado no Arquivo Público Estadual, código de rastreamento: BR.APPE.SDEIP.DIG.1478

²⁰⁸ Revista Vila Urbana. Ano I, Nº 01, Set-Out. 2001, p. 19.

²⁰⁹ Revista Vila Urbana. Ano I, Nº 01, Set-Out. 2001, p.20.

sindicais de trabalhadores, inclusive do PCB que foi impedido de funcionar por decisão do Governo Dutra. Segundo o deputado comunista Benjamim Campos, diante da certeza de rejeição do projeto de emancipação política de Vila Velha, por vir de um comunista, ele o fez por meio de Saturnino Rangel Mauro.²¹⁰



Em cima: Saturnino foi escolhido para realizar a recepção de Getúlio Vargas no aeroporto, para realização de comício nas eleições em 1950. Ele aparece na foto do lado direito de Getúlio.

Em baixo: Saturnino discursando em comício no Hotel Tabajara durante a campanha de Getúlio Vargas para presidente em 1950. Fonte: acervo particular Max Mauro.



²¹⁰ Trata-se do projeto de emancipação política de Vila Velha. Ver mais detalhes em entrevista cedida pelo militante comunista Benjamim Campos ao jornalista e político Rogério de Medeiros. Disponível no site http://www.seculodiario.com.br/partidos/index_pcb02.htm. Acesso em 27/07/2012.

O que acontecia no Espírito Santo e pode ser constatado na bigrafia de Saturnino Mauro era um reflexo do que acontecia no Brasil. Saturnino foi escolhido para receber Getúlio Vargas no aeroporto em visita com comício realizado no Hotel Tabajara em Vitória. Era um interlocutor do trabalhismo no Espírito Santo e teve seu espaço diminuído e sua influência esvaziada no PTB por conta do apoio dado a Jones dos Santos Neves nas eleições em 1950. O próprio Getúlio na ocasião da foto acima havia apoiado essa decisão do partido no estado, já que nacionalmente o PSD era seu adversário lançando candidato próprio, Cristiano Machado.

Após a morte de Getúlio em 1954 houve uma grande comoção popular e o trabalhismo ganhou novo impulso. Em 1957, o então Deputado Fernando Ferrari, publica texto de sua carta de renúncia à liderança da bancada do PTB na Câmara dos Deputados no Congresso Nacional com o título “Novos Rumos do Trabalhismo”. Não se trata do mesmo movimento percebido na redemocratização em fins do século XX. Tratava-se de um movimento com vistas a recuperar a orientação do trabalhismo varguista, que segundo Ferrari estava sendo descaracterizado e seus discursos se direcionavam a Leonel Brizola e seu cunhado João Goulart.

Ferrari, que morreu em um desastre aéreo em maio de 1963, combateu setores do PTB que, segundo ele, não “falam, pensam e vivem ‘trabalhisticamente’”. Segundo ele, suas posturas feriam “os melindres do culto de certas personalidades”. Ferrari foi o deputado federal mais votado no Brasil no período de 1946-54 com 160 mil votos. Fundou o partido chamado Movimento Trabalhista Renovador, após conflitos dentro do PTB. Ferrari criou a campanha ‘Mãos Limpas’, uma alusão à corrupção interna no partido que, segundo ele, se afastava dos princípios varguistas e dos compromissos com os trabalhadores e com os direitos sociais.²¹¹

O outro “Novo Trabalhismo”, de Brizola e de outros trabalhistas vivos ao fim da ditadura militar assumiu este nome obviamente não pelo mesmo motivo do movimento ferrarista. O novo trabalhismo de Brizola, entretanto, manteve a defesa dos trabalhadores e os direitos sociais, além de ter adotado temas anteriormente ausentes ou precariamente contemplados pelos partidos políticos apareceram no cenário brasileiro ao final da Ditadura Militar por meio do PDT. A social democracia

²¹¹ Ver FERRARI, F. *Minha Campanha*. Ed. Globo: Porto Alegre, 1961 e também deste autor *Novos Rumos do Trabalhismo*. Rio de Janeiro e PEREIRA, A. & WAGNER, C. *Fernando Ferrari*. Tchê!: Porto Alegre, 1985.

européia e os novos movimentos sociais (minorias étnicas, mulheres) compuseram o programa do “novo trabalhismo”, como foi observado no trecho da entrevista com Leonel Brizola citada anteriormente. Os fundamentos do “novo trabalhismo” foram colocados na *Carta de Lisboa*, e no programa partidário, desde a sua fundação.

A fundação do PDT insistiu na proteção das riquezas nacionais e na ênfase do Estado como agente dinamizador das atividades produtivas. Recuperou, assim, a tradição trabalhista getulista, de caráter nacionalista e desenvolvimentista, e se propôs defender os excluídos e a riqueza nacional. Neste programa, o Estado assumia importante papel tanto na proteção social como na promoção do desenvolvimento econômico.

Na redemocratização, os trabalhistas históricos dividiram-se em três partidos basicamente: PMDB, PTB e PDT. Sabemos que integrantes do PTB também compuseram os quadros da Arena, mas de uma forma geral o PTB se apresentou historicamente como partido que engrossou fileiras do MDB. Dos três partidos, o que congregou o maior número de lideranças históricas foi o PDT. O único destes três partidos que não congregou, neste período, em seus quadros no momento da fundação nenhum ex-arenista também foi o PDT, acompanhado do PT.²¹² .

A nova legislação eleitoral que estabeleceu o pluripartidarismo previu juntamente a determinação do “voto vinculado” para o pleito de 1982.²¹³ Com isso, partidos como o PDT, PTB e PT corriam o risco de serem extintos e lançaram mão de diversas estratégias para participar da disputa pelo poder,

No caso do PDT, a solução encontrada foi a de incorporar em seu quadro partidário personagens que discrepavam da imagem comum difundida do político profissional. Juruna, o cacique de uma tribo xavante, Agnaldo Timóteo, cantor mulato de grande popularidade, e Abdias Nascimento, líder negro de maior projeção no país, passaram a compor o espectro político pedetista em pé de igualdade com candidatos que gozavam, *a priori*, de maior tradição política. O homem comum, e até mesmo ‘desqualificado’, foi introduzido no universo dos notáveis.²¹⁴

²¹² Para mais informações sobre carreira política antes e depois da abertura política em 1979, ver MADEIRA, Rafael Machado. *Vinhos antigos em novas garrafas: a influência de ex-arenistas e ex-emedebistas no atual multipartidarismo brasileiro*. Tese de Doutorado. Encontrado no sítio: <http://www6.ufrgs.br/cienciapolitica/teses/Rafael_Madeira.pdf>

²¹³ “No voto vinculado o eleitor está condicionado a votar em candidatos de um mesmo partido às eleições para a Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa, sob pena de nulidade do voto para os dois cargos. Instituído pelo Código Eleitoral de 1965 (art. 146, IX, b), foi eliminado da legislação eleitoral pela Lei nº 7.434, de 19 de dezembro de 1985”. Ver <http://www.tse.gov.br/internet/institucional/glossario-eleitoral/termos/voto_vinculado.htm>

²¹⁴ HOLLANDA, Cristina Buarque de. *Polícia e Direitos Humanos: política de segurança pública no primeiro governo Brizola (Rio de Janeiro: 1983-1986)*. Rio de Janeiro: Revan, 2005, p.50.

Esta formação dos quadros do PDT, de forma assaz heterogênea, pode ser entendida como um fator de afastamento do partido em relação ao perfil ideológico traçado na fundação do mesmo. A necessidade do “voto vinculado” trouxe prejuízos aos trabalhistas que não encontravam quadros suficientes e ainda tinham a concorrência, por estar na mesma faixa ideológica, do Partido dos Trabalhadores – que ganhava popularidade e contava com a presença de influentes lideranças sindicais, líderes religiosos, artistas e intelectuais – e do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – que possuía um reconhecido histórico de luta contra a ditadura militar.

Apesar da relatada heterogeneidade, o PDT levantou como bandeira três princípios consensuais em seu programa político publicado: democracia, socialismo e nacionalismo. No entanto, aspectos da postura de Leonel Brizola e Getúlio Vargas no passado, em relação à democracia formal, foram considerados contraditórios com o discurso de Brizola nesse novo contexto. O fato de o partido ter abrigado em seus quadros sobreviventes da luta armada contra a Ditadura Militar era um elemento que dava munição para o discurso dos adversários. Havia uma associação de Brizola com o autoritarismo varguista que visava tornar a herança getulista, arrogada para si por Brizola, causa de temor. Da mesma forma como era temido o regime ditatorial que se encerrava no Brasil buscava-se gerar o temor de uma ditadura que poderia ser encampada por Brizola.

Diante disso, a Carta de Mendes²¹⁵ foi uma resposta dos chamados trabalhistas históricos às acusações que visavam enquadrar o PDT como um partido portador de uma herança autoritária. Nela foi realizada a defesa da democracia e do ‘socialismo em liberdade’ quando evidenciou a luta pelo socialismo por meio de métodos e caminhos pacíficos e democráticos, sem ódios ou revanchismos. O fato dos militares e a classe política e empresarial que sustentou o regime ditatorial militar no Brasil terem atuado perseguindo e aniquilando claramente os trabalhistas e o programa defendido por estes que arrogavam para si a herança da Carta Testamento de Getúlio Vargas, gerava o temor de revanches.

O cientista político João Trajano Sento-Sé realizou uma análise do PDT a partir da observação do percurso histórico do partido. Segundo ele a partir de 1992 começou

²¹⁵ A Carta de Mendes também se refere a um topônimo, Mendes, cidade do Rio de Janeiro onde os trabalhistas do PDT se reuniram em 23 de Janeiro de 1983.

a ser percebido o declínio de votos nas urnas. Apesar da popularidade na década de 1980, o PDT passou a obter passou a perceber desempenhos pífios na década de 1990. Além disso, segundo Sento-Sé, havia uma característica que se fazia presente no PDT e era “tendência comum à política brasileira, as seções estaduais guardavam grande autonomia em relação à direção nacional, mantendo, por vezes, pouca sintonia com os parâmetros originais do partido.”²¹⁶

Neste sentido, as prioridades traçadas pelo partido sua preocupação com as crianças abandonadas, os negros e os índios injustiçados, as mulheres com sua dupla jornada de trabalho, a causa dos povos do Nordeste, enfim, a preocupação de ‘libertar o povo brasileiro’,²¹⁷ seguiriam, caso existissem de fato, em segundo plano nessas seções estaduais. Isto se dava pelo fato delas estarem comprometidas com a manutenção do *status quo*, garantida com políticas que visavam em primeiro lugar assegurar o voto do eleitor.

Apesar dessa conjuntura, Brizola conseguiu amear votos suficientes para alcançar o posto de chefe do executivo estadual no Rio de Janeiro nas eleições de 1982. No entanto, ele governou sem a parceria do governo federal e com forte oposição dos meios de comunicação. Foram travados embates travados com o grupo do empresário/jornalista Roberto Marinho, que garantiu a concessão para fundação da Rede Globo por meio de uma postura conservadora, trabalhando na sustentação ideológica do regime militar.

Após a derrota para Lula e o PT em 1989, no ano seguinte Brizola ainda conseguiu ser novamente eleito para o governo do Rio de Janeiro. Porém, sua postura dita “centralizadora” aliada a uma gestão, com destaque na educação, mas, com severas críticas em outros setores, reforçou as crises do PDT. O partido foi perdendo o alcance que havia conquistado, colocado como alternativa de esquerda, mas abrindo espaço para o PT assumir o lugar de vanguarda na política partidária com foco na melhoria de condição das classes trabalhadoras.²¹⁸

²¹⁶ SENTO-SÉ, João Trajano. *Um encontro em Lisboa. O novo trabalhismo do PDT*. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Aarão (org.) *Revolução e Democracia (1964...)*. As Esquerdas no Brasil. Vol. 3, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

²¹⁷ VAINFAS, Ronaldo. *A luz própria de Leonel Brizola: do trabalhismo getulista ao socialismo moreno*. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Aarão (org.) *Revolução e Democracia (1964...)*. As Esquerdas no Brasil. Vol. 3, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

²¹⁸ Idem, p. 499.

Brizola foi o único vencedor na primeira eleição para governador ocorrida depois de 1965 no Rio de Janeiro que não esteve vinculado às máquinas partidárias do período do bipartidarismo. Venceu mesmo com a manipulação dos resultados reforçada pela rede Globo em favor de Moreira Franco/PDS. Todos os outros eleitos vieram da estrutura do MDB ou da Arena. Brizola carregava em seu nome a esperança de melhorias para os trabalhadores. Esperança motivada pelos frutos que o trabalhismo plantou na sociedade brasileira, reconhecidos pela população.

O filho de Saturnino, Max de Freitas Mauro seguiu os passos do pai, se dedicando à vida política e na redemocratização foi identificado como um emedebista histórico saindo dessa agremiação (MDB/PMDB) em direção ao PDT e carregando consigo a herança trabalhista e a ligação com movimentos populares. Como parlamentar discursava em defesa dos interesses dos “pés sujos” e nossa investigação se direciona para sua atuação junto ao Governo do Estado de 1987 a 1990.

2 - MODERNIZAÇÃO ECONÔMICA E CONFLITO SOCIAL NO ESPÍRITO SANTO NA DÉCADA DE 1980

Este capítulo pretende abordar aspectos relacionados à transformação ocorrida na economia capixaba no período entre a década de 1950 e 1980 e os impactos gerados por essas mudanças na estrutura socioeconômica capixaba intensificando os conflitos sociais. Diante dessas considerações estruturais apontamos, a partir da cobertura jornalística realizada, algumas intervenções realizadas pelo Governador Max Mauro nas últimas secções.

A realidade brasileira na década de 1980 ficou marcada pela estagnação econômica, com elevados índices de inflação, problemas relacionados à dívida externa, concentração de renda e diminuição da renda por habitante. De 1980 a 1989 o crescimento do PIB não acompanhou o crescimento populacional e a inflação chegou a 1.157,6% ao ano. Tal quadro beneficiou especuladores e parcelas da população que podiam se dar ao luxo de viver de juros bancários. Diante deste quadro restava aos trabalhadores correr para os mercados em busca de víveres o mais rápido possível, antes que os produtos sofressem aumentos.

A explicação da crise econômica deste período e do quadro de miséria e exclusão social que repercutia em altos índices de violência característicos deste período, deve ser buscada em aspectos conjunturais e também na política econômica adotada durante o período da Ditadura Militar.

Não é nosso objetivo tratar da violência no Brasil no pós-ditadura, porém, cabe também ressaltar os aspectos conjunturais, o contexto no qual ela emerge e apontar explicações para o empobrecimento urbano e o agravamento da questão social no Espírito Santo. Buscamos explicitar aspectos estruturais que indicam que a intensidade dos problemas sociais da década de 1980 está relacionada com o modelo econômico adotado pelos militares.

O regime político instaurado com o fim do período ditatorial foi reflexo do discurso e prática daqueles que participaram do governo autoritário alinhado com o capital internacional. A ampliação da participação política se deu ao mesmo tempo em que os conflitos sociais se intensificaram.

2.1 O milagre e a maldição

O golpe militar deflagrado em 31 de Março de 1964 teve apoio de diversos setores da sociedade e também dos Estados Unidos da América. Os estadunidenses se ressentiam da política externa independente que vinha sendo adotada no Brasil a partir a Revolução de 1930.

A defesa de um projeto nacionalista levada a cabo com a Revolução de 1930 encontrou lugar no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), na frente política-parlamentar, e na Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) que se somou ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Numa mesma linha de atuação estavam intelectuais comprometidos com reformas sociais e com a defesa dos interesses nacionais.

Num outro polo articulavam-se empresários, latifundiários e representantes do capital internacional que foram os principais atores deste golpe que vinha sendo urdido desde a década de 1950. Os golpistas contavam com o apoio do Instituto Brasileiro de Ação Democrática e dos Institutos de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), órgãos ligados aos militares. As linhas ideológicas destes institutos eram definidas na Escola Superior de Guerra (ESG). Já na frente político-partidária os golpistas se articulavam a partir da União Democrática Nacional, partido que congregava as forças conservadoras do país entre os anos de 1946 a 1964.

Neste período dois projetos estavam em disputa, um nacionalista e outro "entreguista".²¹⁹ O projeto nacional-desenvolvimentista getulista/trabalhista buscava a multilateralização das relações internacionais, com isso passava a se desvincular de um alinhamento histórico com o imperialismo estadunidense. No trabalhismo as chamadas Reformas de Base, entendidas como uma necessidade para se alcançar maior justiça social no campo, se associou ao projeto que previa um desenvolvimento capitalista alavancado por meio da industrialização.²²⁰

Observa-se que "o nacionalismo não era hostil ao capital estrangeiro, mas à sua fuga ou ausência."²²¹ O capital contudo se opunha a essa tese, buscava garantir o

²¹⁹ VEZENTINI, 2007.

²²⁰ Reforma agrária, educacional, fiscal, eleitoral, urbana, do estatuto do capital estrangeiro e bancária.

²²¹ VEZENTINI, 2007, p. 204.

repatriamento do capital investido além da política econômica favorável. Essa perspectiva é a mesma que se encontra em destaque na Carta-Testamento de Getúlio Vargas, ocasião em que ele denuncia os vultuosos lucros das empresas estrangeiras e o esforço realizado pelo Governo para diminuir o valor das remessas de lucro ao exterior.

Esse quadro conflituoso redundou na conhecida tragédia da história política brasileira. A esse respeito Vezentini considera que, "articulando-se diretamente com Washington a oposição acabou isolando o governo e levando o presidente ao suicídio em 1954".²²²

A morte de Getúlio não pôs fim ao trabalhismo getulista, pelo contrário, João Goulart (Jango), Leonel Brizola, Fernando Ferrari, Alberto Pasqualini (ideólogo do trabalhismo do PTB) deram continuidade, juntamente com muitos outros militantes, ao projeto que não era exclusivamente dele. O PTB prosseguiu conquistando paulatinamente mais espaço no Congresso Nacional.²²³ O projeto nacional-desenvolvimentista defendido pelo PTB foi incorporado ao reformismo. Com Jango esse discurso foi radicalizado e a defesa dos interesses dos trabalhadores atemorizou as elites conservadoras. Em 1964, Jango se colocou a favor dos sargentos revoltosos contra superiores hierárquicos, promoveu encampação de empresas privadas e regulamentou a remessa de lucro ao exterior.

Diante desse quadro na Guerra Fria, o serviço de inteligência estadunidense militar, "a CIA atuava no país apoiando os setores golpistas, enquanto a Casa Branca contornava o monopólio da política exterior pela União, negociando acordos apenas com os governadores da oposição, passando por cima do governo federal."²²⁴ Embora o regime político instaurado tenha sido uma ditadura militar, o desfecho de 1964 foi obra, portanto, não somente de uma facção militar, mas deve ser compreendido como uma articulação entre setores militares, do capital internacional e da sociedade civil.

A partir de 1964 o Brasil perceberá uma inversão no direcionamento da política externa e interna no que diz respeito ao desenvolvimento nacional. A partir daí o capital internacional se colocou de forma hegemônica e os militares cumpriram o

²²² VEZENTINI, 2007, p. 204.

²²³ VEZENTINI, 2007, p. 204.

²²⁴ VEZENTINI, 2007, p. 20.

papel de realizar uma limpeza nas instituições promovendo prisões, torturas e extermínio. Esse projeto aterrorizante esteve presente no golpe desde os primeiros momentos.²²⁵ O historiador Carlos Fico, estudioso do tema, explica ainda que entre as causas da ditadura militar estão “as transformações estruturais do capitalismo brasileiro, a fragilidade institucional do país, as incertezas que marcaram o governo de João Goulart, a propaganda política do Ipês, a índole golpista dos conspiradores, especialmente dos militares”.²²⁶

Em 1968 foi decretado o Ato Institucional nº 5, que restringiu as liberdades políticas e deu amplas margens de atuação ao Poder Executivo. Concomitante à face mais cruel do regime ditatorial que empreendeu prisões arbitrárias, tortura para conseguir informações dos presos, e exterminou sumariamente muitos deles, foi implementada uma política econômica que, acompanhando o desenvolvimento econômico mundial, refletiu em melhorias sociais e crescimento econômico do país.

Esse desenvolvimento econômico, o chamado "milagre econômico", entretanto, ocultava sua face sombria: o endividamento sem precedentes na história do Brasil do Estado brasileiro. O capital internacional, um dos principais interessados na política econômica adotada pelos militares, também foi protagonista no crescimento da dívida externa do país.

A dinâmica da economia brasileira levou à diminuição do papel do setor primário, enquanto que os setores secundário e terciário aumentaram em relação ao produto interno bruto (PIB) do Brasil. Na década de 1950 o setor primário compunha 60,1% da economia e despencou para 29,9% em 1980. O desenvolvimento industrial percebido nessas três décadas alavancou o crescimento do setor terciário. Francisco Carlos, que define esse período como modernização autoritária, formulou um quadro explicativo desse fenômeno a partir das taxas de inflação entre 1960 e 1983.²²⁷

Assim, observa-se que de 1962 a 1969 ocorreu um ciclo depressivo da economia brasileira a qual se recuperou em 1970 dentro do período chamado de “milagre econômico” (1968-1973). O impacto do aumento dos preços do petróleo provocados pelos protestos dos países árabes contra os EUA que apoiou Israel na Guerra do

²²⁵ FICO, 2004, p. 5; 23.

²²⁶ FICO, Carlos. *Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Revista Brasileira de História, São Paulo, Vol. 24, nº 47, 2004. Disponível em Scielo, acesso 23/06/2013, no endereço: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882004000100003.

²²⁷ SILVA, 1996.

Yom Kippur (1973) afetou a economia brasileira novamente. O Brasil vinha se desenvolvendo com sua economia ligada à industrialização, no processo de substituição de importações com forte abertura para o setor automobilístico.

Esta última crise provocada pelos acontecimentos de 1973 levou à ocorrência de novo período caracterizado por grandes greves operárias em São Paulo, que se tornaram mais marcantes no ano de 1979. A partir de 1980 o Brasil passou a promover a exportação de capitais para pagamento da dívida externa, herdada desse processo. A modernização econômica também alterou profundamente a organização social e política do país. Ocorreram transformações aceleradas

em todos os setores da vida brasileira com alterações estruturais importantes, e definitivas, como a relação campo/cidade e a reafirmação de estruturas já implantadas antes de 1950: a industrialização, a concentração de renda e a integração no conjunto econômico mundial.²²⁸

Modernização autoritária, modernização conservadora são conceitos aplicados ao processo de industrialização ocorrido no Brasil. No Espírito Santo o estudo desse mesmo fenômeno durante a década de 1970 redundou no conceito de “modernização violenta”. Souza Filho demonstrou que o processo de modernização da economia capixaba promoveu o desenvolvimento das forças produtivas e intensificou a concentração de renda e, desta forma, promoveu a exclusão social, assim como a expulsão do homem do campo, por isso acrescenta violenta.²²⁹

O milagre econômico dos militares promoveu o alinhamento da Política Externa do Brasil em relação ao comércio exterior, especialmente com os EUA.²³⁰ Os interesses estadunidenses no Brasil incluíam desde o favorecimento para empresários que desejavam realizar investimentos no Brasil e temiam a encampação de suas empresas quanto um claro plano de intervenção com vistas a garantir o alinhamento e afastar o perigo vermelho, potencializado pela situação de miséria e representado pelas forças progressistas alojadas no antigo PTB.²³¹

²²⁸ SILVA, 1996, p.301.

²²⁹ SOUZA FILHO, 1990.

²³⁰ VIZENTINI, 2007.

²³¹ Sobre as explicações das correntes mais importantes da historiografia acerca do golpe de 1964 e o papel dos EUA no mesmo ver: FICO, Carlos. *Op. Cit. e O golpe de 1964 e o papel dos EUA*. In: ARAUJO, M. A.; FERREIRA, M. M.; FICO, C.; QUADRAT, S. V. *Ditadura e Democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

A crise do petróleo de 1970 aprofundou o fosso aberto com a crise do café de 1962, principal produto da pauta de exportações brasileira que, como veremos, teve seus preços achatados e com profundos impactos no país e no estado do Espírito Santo. Como efeito desses fatores o Espírito Santo sofreu com a concentração fundiária e o êxodo rural.²³²

A Nova República colheu os frutos deste modelo econômico que aumentou a dependência do mercado internacional. Entre 1968 e 1973 a taxa de crescimento da renda *per capita* era de 7,9% para uma inflação de 19,1%. Entre 1986 e 1991 a taxa de crescimento da renda *per capita* foi de 0,2% para uma inflação de 876,3%. O PIB cresceu a uma média de 11,58% entre 1968 e 1973.²³³

A migração de excedente de renda para outros países foi facilitada pela lei 4.390/64 que ampliou de 10 para 12% a margem de remessa de lucros para o exterior sem o pagamento de imposto suplementar. A redação da lei 4.131 de 1962 que restringia a repatriação de no máximo 20% por ano do capital investido foi abolida pelos militares. Assim, os valores poderiam ser repatriados livremente, inclusive sem autorização prévia do Banco Central, organismo que também foi uma criação dos governos militares.²³⁴

As teorias econômicas e o discurso pautado na cientificidade de pressupostos cujos efeitos promoviam a exclusão social se colocaram como fundamento das mudanças que se realizavam.

Tendo em vista que para crescer o Brasil precisava elevar sua poupança interna, prevaleceu uma concepção segundo a qual não se deveriam adotar políticas econômicas de distribuição de renda, uma vez que as classes de renda mais elevada poupavam mais que as de baixa renda. Dessa forma, fundamentado nessa teoria, caso a renda nacional fosse direcionada aos mais pobres, a poupança interna diminuiria (conforme princípio econômico de que a propensão para consumir é maior nas classes de renda mais baixa).²³⁵

Tendo em vista as previstas reações ao caráter autoritário dessa política econômica, o controle do sistema econômico se encontrava protegido pela vigilância política e

²³² VALADÃO, 1999; CAMPOS JÚNIOR, 2006.

²³³ Cf. VELOSO, Fernando A. *Uma análise econométrica do crescimento econômico brasileiro*. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/ocs/index.php/sceesp/ce/paper/viewFile/1212/398>, acesso em 27/06/2013.

²³⁴ O conteúdo integral da lei criada no governo de Jango encontra-se no site http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4131.htm. As alterações e a nova redação feitas no governo militar de Castelo Branco, após o golpe encontram-se disponíveis no endereço eletrônico http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4390.htm. Acesso em 27/06/2013.

²³⁵ LEÃO, 2009, p.33.

militar. A repressão se intensificou nesse contexto, já que concomitantemente os direitos sociais foram submetidos aos interesses do capital. Assim, as atividades sindicais e políticas voltadas para os interesses dos trabalhadores foram reduzidas devido ao controle exercido pelos militares que promoveu a desestruturação dos organismos oficiais de defesa da classe trabalhadora.

A condução do Estado passou a refletir a hegemonia do capital internacional. Nesse quadro, o crescimento econômico que elevou as taxas do *PIB per capita* não redundou em distribuição de renda, pelo contrário a superação da crise se voltou para o crescimento econômico com investimento nas empresas. Nesse modelo de desenvolvimento

Mesmo sem uma necessidade rigorosa de empréstimos externos que financiassem grandes déficits em transações correntes, ocorreu um aumento do endividamento, por meio da capacitação de recursos do exterior e seu repasse para empresas dentro do país (...) Houve um agravamento de todo o quadro social no país, algo em teoria incompatível com a visível elevação da riqueza nacional. De fato, segue uma interpretação do que teria sido o milagre econômico brasileiro: um intenso crescimento da acumulação capitalista beneficiado por altíssimas taxas de lucros resultantes da compressão dos salários dos trabalhadores, de maneira tão exagerada, que chegou a ameaçar a continuidade do processo de crescimento.²³⁶

Na sequência dos fatos a crise do petróleo de 1973 abalou a economia mundial, sobretudo as economias dependentes do mercado externo. Países como o Brasil sofreram forte redução da demanda. Nesse novo contexto, o Estado, no governo de Ernesto Geisel (1974-1979) tomou a frente dos investimentos e em aliança com o capital internacional privilegiou os bens de capital (máquinas e equipamentos) e insumos básicos.²³⁷

2.2 - Reestruturação produtiva e migração.

Apesar do esforço de industrialização do Brasil identificado após a Revolução de 1930, o Brasil permaneceu dependente do café até a década de 1950. A ideologia econômica dos revolucionários em 1930 defendia o incremento no setor secundário

²³⁶ Ibidem, p.35-36.

²³⁷ Sobre a crise econômica da década de 1960, o “milagre brasileiro” e a distribuição de renda no período da ditadura militar cf. EARP, Fábio Sá; PRADO, Luiz Carlos. *O “milagre” brasileiro, crescimento acelerado, integração internacional e distribuição de renda 1967-73*. Disponível no site http://www.ie.ufrj.br/hpp/intranet/pdfs/milagre_brasileiro.pdf, acesso em 27/06/2013.

do país como forma de restringir a dependência econômica em relação ao comércio exterior. Por meio da substituição de importações²³⁸ com objetivo de sair da dependência de um único produto, no caso o café, que deixou de ser consumido em larga escala após a crise de 1929, o Brasil seguiu seus primeiros passos no sentido da industrialização.

A busca pelo lucro difundiu o cultivo do café em diversas regiões do planeta. Sua produção cresceu muito com o incremento gerado pela produção no continente africano e na América Latina. Na América, a Colômbia se colocava como forte concorrente do Brasil. De 1957 até meados da década de 1960, em decorrência deste processo houve um ciclo de superprodução no mercado internacional. Esse quadro levou ao estabelecimento de metas de retenção dos países, no Convênio Latino-Americano do Café, em 1959. A partir destas metas pretendia-se a conter os impactos nos preços, já que as quedas desses haviam sido geradas pelo grande afluxo deste produto no mercado.²³⁹

Para atender à meta de retenção de 40% da safra foi criado no Brasil, em 1961, o Grupo Executivo de Recuperação Econômica da Cafeicultura, GERCA. Esse organismo elaborou o Plano de Erradicação dos Cafezais cujo objetivo era promover a diversificação da agricultura, a erradicação de cafezais antieconômicos e a renovação de alguns cafezais. Embora tenha estabelecido três linhas de atuação, o plano, lançado em 1962, se concentrou na erradicação dos pés de café plantados no país. O processo de erradicação é dividido em duas fases e se estendeu de 1962 até o ano de 1967 com um saldo de aproximadamente 1,8 bilhões de pés de café (Ibid, p.48)

No Espírito Santo a nova política cafeeira, de erradicação teve impactos marcantes.

O plano Gerca de 'erradicação e indenização' dos velhos cafezais foi implementado em duas fases e atingiu todas as áreas produtivas, (...). Enquanto em Minas Gerais, São Paulo e Paraná, foram erradicados, respectivamente, 33,3%, 26,0%, 28,4% dos cafezais, no Espírito Santo, foram erradicados 53,8% dos cafezais que ocupam 71% da área cultivada com café.²⁴⁰

²³⁸ “Conceito elaborado por economistas da Cepal para designar um processo interno de desenvolvimento, estimulado por desequilíbrio externo e que resulta na dinamização, crescimento e diversificação do setor industrial”. SANDRONI, Paulo (org.). *Novíssimo dicionário de economia*. São Paulo: Editora Best Seller, 1999. Apesar da oposição ao pensamento da CEPAL os militares incorporaram esse pensamento.

²³⁹ SIQUEIRA, 2010, p. 45.

²⁴⁰ Ibid, p.47-8.

O Espírito Santo foi recordista na quantidade de pés de café destinados à destruição. No lugar dos cafezais os proprietários passaram a criar gado e/ou cultivar pastagens o que significou 70% da área antes ocupada com a produção cafeeira.²⁴¹ Devido à pequena quantidade de capitais disponibilizados para os proprietários rurais, esses não se valiam da utilização de técnicas modernas de cultivo e beneficiamento. Além da pecuária, outras atividades que substituíram a cafeicultura ligada à produção familiar foram a eucaliptocultura e a cultura canieira. Essas três atividades econômicas estão associadas à concentração da terra e à saída dos trabalhadores do campo, reforçando o êxodo rural.²⁴²

A substituição da atividade cafeeira pela pecuária implicou na liberação de grande parte da força de trabalho local, porque a necessidade de mão de obra empregada na pecuária é inferior a da cafeicultura. Além disso, o desenvolvimento das atividades tradicionais de lavoura era insuficiente para absorver toda a mão de obra desempregada. Desta forma, a emigração para os principais centros urbanos do Estado ocorreu de forma acelerada até o final da década de 1960, processo que foi intensificado nos anos 1970, em consequência da implantação dos Grandes Projetos Industriais na Grande Vitória.²⁴³

O primeiro e, mais especificamente, o II Plano Nacional de Desenvolvimento (1972/74 e 1975/79, respectivamente) se relacionam diretamente com a forma de ocupação geográfica e o perfil socioeconômico do Espírito Santo das últimas décadas do século XX. A introdução da tecnologia moderna, proveniente dos avanços ligados à engenharia mecânica e aos estudos de química, aconteceu de forma seletiva e privilegiou os grandes proprietários de terra. As máquinas e insumos foram adquiridos por meio do crédito subsidiado que favoreceu alguns produtores que se dedicavam a produtos específicos ligados atividade como a pecuária e o cultivo da cana de açúcar e do eucalipto.²⁴⁴

Os créditos subsidiados para a expansão da lavoura de cana de açúcar, implantação e modernização das destilarias acontecem a partir do Programa Nacional do Álcool – conhecido como Proálcool – em 1975. Esse projeto foi levado a cabo com o intuito de promover no Brasil uma reserva energética para uso na indústria química e para substituição da gasolina.

²⁴¹ Ibid, p.51.

²⁴² BERGAMIN, 2006, p.132.

²⁴³ SIQUEIRA, 1994, p.38.

²⁴⁴ VALADÃO, 1999, p.52.

Entre os incentivos fiscais criados com vistas ao enfrentamento da crise sofrida pelo Espírito Santo se destacam o Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo (FUNRES) e o Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias (FUNDAP). De acordo com Vanda Valadão:

Como expressão da concretização dessa postura governamental, foram criados o Conselho de Desenvolvimento Econômico e o Sistema de Créditos para o Desenvolvimento que estão na origem dos atuais Bandes, Banestes e Banestes Financeira. Na área do financiamento, o decreto-lei 880 e a criação do Fundap foram instrumentos fundamentais para subsidiar atividades e investimentos econômicos no Espírito Santo. Pelo primeiro, o investidor teria direito a 33% de dedução do imposto de renda, além de 5% de isenção do imposto sobre circulação de mercadorias. Esse decreto criou também o Grupo Executivo de Recuperação Econômica do Espírito Santo (Geres), articulado a um fundo com a mesma finalidade (Funres). O fundo de desenvolvimento das atividades portuárias (Fundap), criado pela lei 2.508/70, além de favorecer operações de intercâmbio comercial que utilizassem o porto de Vitória, financiava também projetos estaduais e industriais agropecuários, turísticos ou pesqueiros.²⁴⁵

Os agricultores que estavam fora das atividades ligadas ao plano de modernização federal ficaram excluídos da aquisição de créditos, além disso encontraram dificuldades para escoar a produção fazendo-a chegar aos grandes mercados. Dessa forma os produtores de artigos como feijão, hortaliças ou mamão, por exemplo, eram compelidos a abandonar suas atividades.²⁴⁶

O processo de liberação de mão de obra do campo e as migrações no Espírito Santo relacionam-se diretamente com os chamados Grandes Projetos de Impacto realizado sob o comando do “grande capital”. O II Plano Nacional de Desenvolvimento previa a criação de cinco complexos. No setor secundário constavam os setores siderúrgico, naval e paraquímico. Já no setor terciário o plano tentava abarcar o setor portuário e turístico, com autonomia na economia estadual.

Das unidades industriais que iriam marcar a nova fase econômica capixaba, algumas entraram em operação a partir de 1977 e outras, no início de dos anos 1980. Foi o caso das empresas de pelotização da Companhia Vale do Rio Doce (Itabasco, Hispanobrás e Nibrasco), da Samarco Mineração (com o respectivo porto de Ubu), e da Aracruz Celulose (com o respectivo porto de Barra do Riacho), da Companhia Siderúrgica Tubarão (com o superporto de Tubarão) e da Cofavi (modernizada e ampliada). Também foram incluídas as obras de ampliação portuária no canal da baía de Vitória com destaque para o cais de Capuaba, para atender a demanda do corredor de exportação no setor agropecuário.²⁴⁷

²⁴⁵ VALADÃO, 1999, p. 50.

²⁴⁶ VALADÃO, 1999, p.55.

²⁴⁷ SIQUEIRA, 2010, p.83.

Apesar do complexo naval não ter sido levado a cabo, os empreendimentos previstos nos outros setores transformaram a economia capixaba com o aparecimento de indústrias de grande porte e aparelhamento do complexo portuário com a finalidade de atender às necessidades destas empresas, além de outros interesses que se colocavam em jogo.

Nesse contexto que a hinterlândia capixaba começou sua expansão em direção ao chamado “Corredor Centro-Leste”, que foi consolidado entre 1983-84, quando a soja e o milho da região de Minas Gerais e Goiás foram trazidos por meio da Estrada de Ferro Vitória a Minas aos portos capixabas e daí exportados.²⁴⁸

A reestruturação produtiva do Espírito Santo não aconteceu simplesmente por interesse do Governo Federal de equilibrar o desenvolvimento das regiões e atender às reivindicações dos capixabas que passavam por um momento de crise devido à dependência da exportação do café. Todo o potencial geográfico desse território foi levado em consideração no processo de implantação da Aracruz Celulose. A existência desse empreendimento, e dos demais incluídos no Plano Nacional de Desenvolvimento dos militares, implicou na expansão das relações capitalistas de produção no campo e na concentração fundiária, atendendo interesses do capital internacional.²⁴⁹

Concomitantemente, o ciclo madeireiro na região norte do estado, acompanhou o processo de decadência do setor agrário e de constituição do parque industrial do estado que se consolidou na década de 1980. O auge desse ciclo no Espírito Santo aconteceu entre 1957 e 1985 quando a cobertura vegetal do estado foi destruída nesse processo de modernização conservadora dos militares.²⁵⁰

Durante esse período a extração de madeira nas matas, o transporte das toras e os trabalhos nas serrarias absorveu parte da mão de obra liberada pela lavoura cafeeira. Porém, após a devastação as pessoas voltaram a necessitar de novas ocupações e reforçaram o fluxo de desempregados migrantes. Campos Júnior admite que os excedentes, gerados com essa atividade, migraram para fora do

²⁴⁸ BITENCOURT, 2006, p.465.

²⁴⁹ VALADÃO, 1999, p. 52.

²⁵⁰ CAMPOS JÚNIOR, 2006, p.33.

Estado. Ou seja, essas rendas não propiciaram nem ao menos capital para a indústria moveleira que se consolidou em alguns municípios do norte do estado.²⁵¹



Toras de paraju da serraria Santa Elisa em Nova Venécia – sem data. Fonte: Acervo de João Geraldo Coser



Nova Venécia, sem data. Fonte: Acervo de João Geraldo Coser.

²⁵¹ Ibid, p.34.

Apesar do emprego de mão de obra na extração das madeiras, entre a década de 1960 e 1980 o êxodo rural foi intenso. A região metropolitana da Grande Vitória absorveu grande parte do fluxo e sofreu um inchaço, já que se encontrava despreparada para receber os migrantes. Essa região se viu diante do problema do crescimento urbano desordenado. Associado a isso, encontram-se também todas as mazelas que desse processo podem ser percebidos. Falta de moradias, de escolas, de ruas pavimentadas, de abastecimento de água encanada e de energia elétrica, de saneamento básico, de transporte público, de áreas de lazer, enfim ausência das condições mínimas para abrigar com dignidade o ser humano.

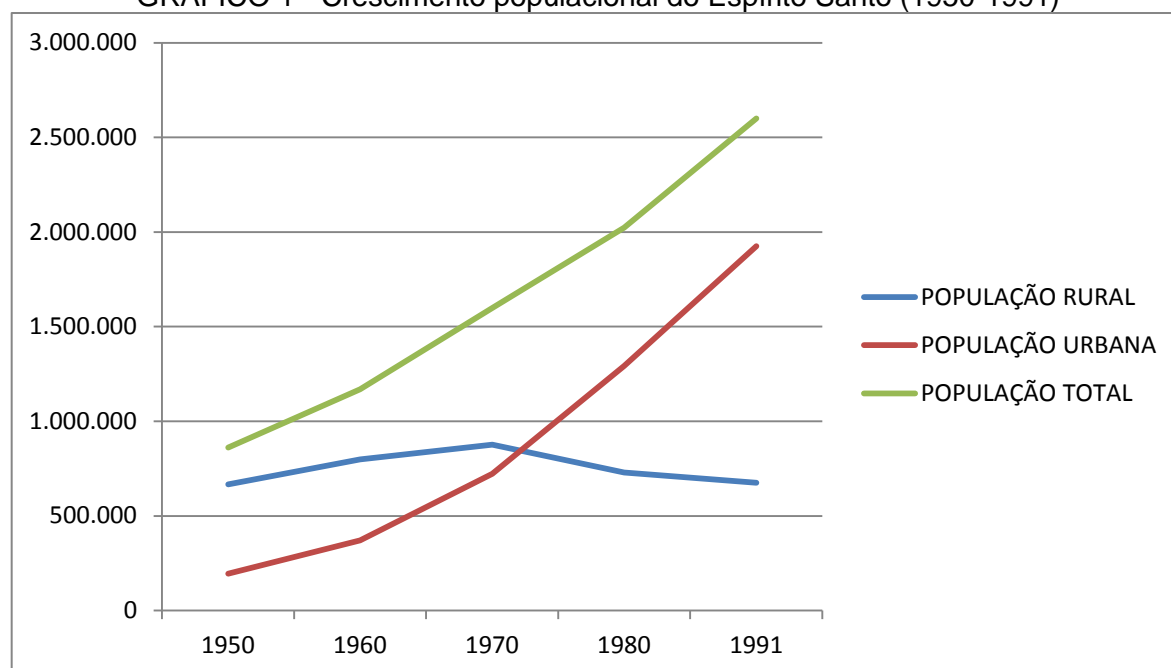
A expansão do capitalismo nesse estado trouxe consigo seus reflexos, inerentes à própria lógica do capital de maximização dos lucros por meio do controle de mercado. A ampliação do capital depende da alta tecnologia combinada com a existência de mão de obra barata e matérias primas com baixos custos. Dessa forma, o processo de concentração fundiária com a expulsão do homem do campo para a cidade contribui para a constituição de um desses fatores requeridos pelos capitalistas. Os retirantes passam a se constituir em mão de obra disponível e disposta a trabalhar por salários ínfimos por não encontrarem, em curto prazo, alternativa.

Apesar da migração no sentido rural-rural que ocorreu no Espírito Santo em direção a Rondônia (ou outras regiões da Amazônia) e que permaneceu ativa durante a década de 1990, a população capixaba teve um grande crescimento urbano como podemos conferir no gráfico abaixo. A orientação principal dos migrantes caracteriza-se pelo sentido rural-urbano.

A evolução demográfica capixaba apresentava um perfil majoritariamente rural até a década de 1970, quando a população do campo, apesar de não perceber um aumento populacional da mesma envergadura que a urbana, ainda continuava crescendo em menor proporção. Nota-se a queda da quantidade de pessoas estabelecidas no campo coincide com a política de erradicação dos cafezais, que se encerra em 1967, quando a curvatura do gráfico declina. A concentração

populacional a partir daí passou a se localizar nos municípios de Cachoeiro de Itapemirim, Cariacica, Vila Velha e Vitória.²⁵²

GRÁFICO 1 - Crescimento populacional do Espírito Santo (1950-1991)



FONTE: Criado por Amarildo Mendes Lemos a partir de dados encontrados em MORAES, Paulo Stuck. Evolução Demográfica do Espírito Santo (1940-1991). Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, Cadernos de História, nº17, 1999, p.51-2.

Na década de 1980 o município da Serra absorveu 40% do fluxo migratório do Espírito Santo. Nesse período a crise social tomou grandes proporções e, apesar da conjuntura não ser a mesma, permanece a migração para os centros urbanos. No período de 1982 e 1983 identifica-se que quase 70% da população é oriunda de outros estados. Os migrantes foram atraídos em grande parte pelo sonho do trabalho na cidade grande.²⁵³

Desta forma, a migração rural e o inchaço urbano – termo que ressalta não só o aspecto do crescimento, mas a forma como o mesmo se deu, ou seja, sem levar em consideração a questão social – têm suas raízes no programa de erradicação dos cafezais, iniciado em 1962 e intensificado nos anos de 1966 e 1967. Esse quadro de crise na lavoura foi reforçado pela exaustão dos solos menos férteis e pela impossibilidade de expansão da fronteira agrícola.²⁵⁴

²⁵² SIQUEIRA, 1994, p.37.

²⁵³ NASCIMENTO, 2001, p.18.

²⁵⁴ SIQUEIRA, 1994, p.37.

A modernização industrial, articulada com o capital internacional, não se preocupou em dar condições de incorporação da massa de trabalhadores nos territórios que receberam estas pessoas. Pelo contrário, seguia a lógica de acumulação capitalista que promoveu a reestruturação econômica capixaba com foco na industrialização sob o comando do “grande capital”, que direcionou o processo de modernização econômica e expansão da hinterlândia capixaba.

É interessante observar que a hegemonia do “grande capital” não elimina a participação do capital local no processo de acumulação. Na primeira fase de expansão, os grupos econômicos locais encontravam-se protegidos, por vários fatores, da concorrência do ‘grande capital’, e assim tiveram chances de acumular, de se diversificar e até mesmo, em alguns casos, de se tornarem grandes e com atuação no mercado nacional, especialmente na área mercantil.

Na segunda fase o processo torna-se bem mais complexo, pois o ‘grande capital’ tanto desenvolve atividades inexistentes anteriormente, como se apropria de outras onde o capital local era hegemônico. Assim, nota-se um duplo movimento, pois, ao mesmo tempo que abre espaço para o desenvolvimento do capital local pela complementaridade, reduz o espaço desse capital que é submetido à implacável concorrência. O problema se resolve mediante a concentração, com o desaparecimento de alguns grupos locais e a consolidação de outros, que se tornam ‘grandes e nacionais’. Dessa forma, praticamente todos os setores da economia estadual vão sendo dinamizados e integrados sob a égide do ‘grande capital’.²⁵⁵

Desta forma, o processo produtivo e as formas de organização do capital local foram alteradas por esses agentes externos, que passaram a concorrer no mercado interno, apesar das parcerias em atividades complementares. Vale ressaltar que o fim da hegemonia do setor agrário coincidiu, portanto, com a inserção do estado no capitalismo internacional em novos moldes. Isto é, a partir do desenvolvimento do setor secundário. O crescimento industrial promoveu consigo o aparecimento de uma série de atividades e serviços para dar suporte ao parque industrial.

Os problemas sociais vividos nos anos 1980, período conhecido como “década perdida”, devem ser entendidos a partir destes dados apresentados. Os trabalhadores provenientes do campo inicialmente conseguiram ser absorvidos na fase inicial de implementação dos Grandes Projetos, nas atividades ligadas à construção civil e também no ciclo madeireiro. Entretanto, posteriormente, quando houve basicamente a necessidade de mão de obra especializada e a cobertura vegetal foi devastada ficou patente a exclusão destas pessoas no mercado de trabalho. Esse contingente se constituiu na massa de marginalizados que passam a

²⁵⁵ MORANDI & ROCHA, 1991, p.94.

reivindicar, de uma forma ou de outra, acesso aos benefícios proporcionados pelo desenvolvimento econômico. No entanto,

Verifica-se a inexistência de políticas urbanas com capacidade de fazer frente aos problemas que passaram a marcar a vida da cidade. A primeira evidência seria, no caso, a necessidade de a região se preparar quantitativamente no que se refere a serviços básicos, como: saúde, educação, habitação, segurança, transporte coletivo, lazer, etc. Por outro lado, do segundo ponto, depreende-se uma colocação qualitativa da cidade. Ela precisava verticalizar seus serviços, aperfeiçoá-los e colocá-los à disposição de em qualidade compatível com o seu novo 'status' de metrópole emergente.(...) Seria ilusório imaginar que uma política de geração de empregos pudesse viabilizar-se tão somente a partir de uma definição em nível municipal, ou mesmo estadual. Seria necessária, no entanto, a priorização imediata de uma ação que deveria abranger a atuação dos poderes públicos em diversos níveis e da iniciativa privada.²⁵⁶

A ótica de acumulação capitalista que regeu esse movimento promoveu valores que seguiram na contramão do ideal de justiça social. A década de 1980 inseriu no quadro das relações de força capixaba a hegemonia do “Grande Capital” e os poderes locais passaram a ter que se relacionar com este setor no direcionamento dos rumos da política estadual.

Nesse contexto, trabalhadores rurais e urbanos passaram a demandar proteção social como forma de limitar o avanço da exploração capitalista no campo e na cidade. Abordamos a relação entre os aspectos econômicos e sociais envolvidos neste período cruzando os dados encontrados com outras informações encontradas em jornais locais com a finalidade de explicar o contexto em que se inserem as forças políticas, as quais serão objeto de estudo e outra oportunidade.

2.3 A década perdida? Crise econômica e conflito social nos anos 80

José Sarney, eleito indiretamente pelo Congresso Nacional, governou um país que recebeu como herança do governo dos presidentes militares um Estado endividado com os banqueiros e com uma grande dívida social que repercutia por meio do crescimento da violência e dos conflitos sociais. Em virtude desse contexto José Sarney (presidente do Brasil entre 1985-1990) usou em seu governo o *slogan* “tudo pelo social”. No Espírito Santo o governador eleito em 1986, Max Mauro, também

²⁵⁶ SIQUEIRA, 2010, p.86-7.

levantou a bandeira do desenvolvimento social. A partir da década de 1980 mesmo os liberais sentiram a necessidade de incorporar, ao menos no nível discursivo, a questão social nas promessas de campanha.

Na década de 1980 “o social”, as necessidades básicas do ser humano como trabalho, moradia, educação, água encanada, saneamento básico, alimentação balanceada, se tornaram em artigos de luxo, desfrutados por pessoas “de condição”, ou seja, pessoas que possuíam renda que lhes permitissem viabilizar tais coisas.

Apesar da forte presença do Estado na economia, como bem exemplifica o caso da industrialização capixaba, os militares não direcionaram políticas públicas de saúde, educação e moradia que dessem conta das transformações socioeconômicas e demográficas que se sucederam. Pelo contrário, o acesso a esses bens eram desfrutados por quem podia recorrer à iniciativa privada.

Conforme Antônia Colbari, no Espírito Santo,

o contraste entre a década de 70 e a de 80 é bastante acentuado: na primeira, o excepcional desempenho da economia local foi responsável pelo registro de evolução significativa do PIB (Produto Interno Bruto) *per capita*, e pelo aumento da massa salarial que se traduziu em elevação dos padrões de consumo e da qualidade de vida; ao contrário, na década seguinte, o retrocesso na atividade econômica reverteu também esse quadro social mais favorável: os níveis de concentração de renda se elevaram, o PIB *per capita* diminuiu sinalizando queda no rendimento familiar, houve um aumento do contingente populacional abaixo da linha da pobreza e a estagnação dos indicadores sociais básicos, como taxa de alfabetização e expectativa de vida.²⁵⁷

A nova inserção, a partir da industrialização, do Espírito Santo no contexto do capitalismo internacional continua com os programas de duplicação da Aracruz Celulose S/A e da Companhia Siderúrgica de Tubarão, assunto frequente nos noticiários em 1988. Nesse contexto, o êxodo rural é intensificado ainda mais pelas secas que flagelam municípios do norte do estado. Muitos dos quais precisaram decretar estado de calamidade pública numa relação de dependência em relação às verbas públicas estaduais e federais.

Um documento produzido por estudiosos de diversas áreas do conhecimento, em 1989, nos traz algumas reflexões acerca do modelo de desenvolvimento implementado e do processo de reestruturação socioeconômica e demográfica ocorrido em terras capixabas. O documento do projeto “Espírito Santo século 21”,

²⁵⁷ COLBARI, 2010, p.170.

que pretendia apresentar uma ‘visão’ do estado até 2012, relatava, sobre a diferença característica da década de 1980 em relação à década de 1960, o seguinte:

tanto a agricultura quanto o setor de serviços tendem a reproduzir as condições criadas pela ação modernizadora, direta ou indireta, da Aracruz Celulose, Petrobrás e CVRD no que diz respeito, principalmente, à estrutura fundiária, relações de trabalho, gestão empresarial e esquemas de incentivos e viabilização econômica. (...) Desse modo há toda uma conversão do médio e grande proprietário de terras em empresário rural, com uma diversificação tecnicada de cultivos, apoiada por todo um esquema de incentivos fiscais, com alta concentração de terras, em regime de assalariamento, inclusive temporário, tudo vinculado às necessidades dos centros de poder.²⁵⁸

Assim, a mudança na estrutura de propriedade e nas relações de trabalho segue a lógica do Grande Capital, que o documento chama de “centros de poder”. Esses buscam excluir os trabalhadores da participação dos ganhos do desenvolvimento econômico. O lado perverso da modernização gerou conflitos locais para os quais a burguesia rural e urbana invocou, como recorrente na história, o aparato repressivo do Estado para resolução dos problemas.

Esses “centros de poder” são vistos pela burguesia e pelos políticos alinhados a ela como uma solução para o problema do crescimento urbano. A geração de empregos se coloca como fundamento dessa justificativa. No entanto, conforme salienta Maria da Penha Siqueira, a geração de empregos incluiu os retirantes somente na fase inicial das construções. Assim,

O crescimento populacional urbano, apoiado no êxodo rural, por conta de antigos problemas no campo, é uma marca da expansão urbana brasileira, que não se justifica na lógica das novas interpretações. Os problemas urbanos, potencializados pela existência de numerosas favelas e de outros desenvolvimentos sociais negativos, também são antigas expressões de precariedade (quantitativa e qualitativa) das condições de vida nas cidades brasileiras. Precariedades que persistem, multiplicam-se e atuam como combustível ao agravamento dos problemas socioespaciais urbanos.²⁵⁹

A montagem de um quadro que permita vislumbrar o contexto do estado na década de 1980 não pode prescindir dos acontecimentos como o índice geral de preços ao consumidor apresentado logo abaixo. O crescimento abrupto da inflação apresentado no gráfico abaixo, gerou, a partir do ano de 1986, um aumento do custo de vida com ônus para os trabalhadores e desempregados que não percebiam

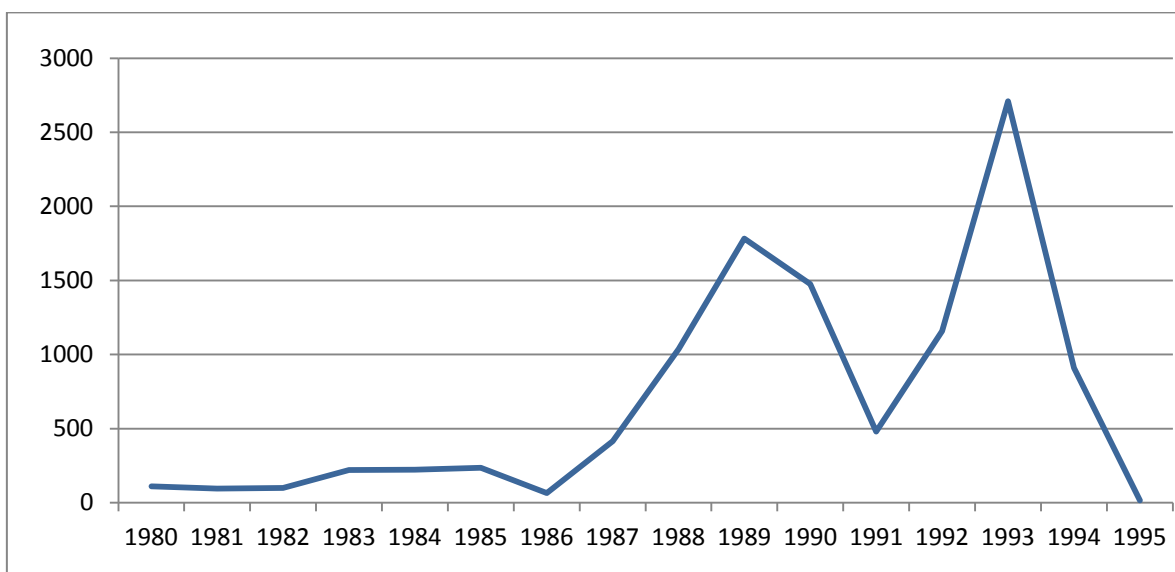
²⁵⁸ ES Século XXI. A Gazeta. Vitória. 13 mar. 1989, p 25.

²⁵⁹ SIQUEIRA, 2006, p.13.

aumentos de salários na mesma proporção da elevação de seus gastos com gêneros alimentícios, moradia, transportes.

Reforçando o agravamento dos conflitos sociais urbanos destacamos a conjuntura econômica nacional que apresenta o seguinte quadro de variação da inflação e aumento dos preços dos gêneros de primeira necessidade que compõe a cesta básica:

GRÁFICO 2 - Índice geral de preços ao consumidor



Fonte: IGP/FGV apud RIBEIRO, Luiz Cláudio. *Sinergia-ES* de Getúlio a Lula: 60 anos da organização dos trabalhadores de setor de energia no Espírito Santo (1945-2005). Vitória: Flor&cultura: Sinergia-ES, 2005.

De 1980 a 1989 o crescimento do PIB ficou aquém do crescimento populacional enquanto que a inflação, a partir de 1986, cresceu de forma galopante chegando a 1.157,6% ao ano, em 1989. Especuladores que podiam comprar títulos da dívida pública foram os grandes beneficiários dessa realidade. Ao mesmo tempo, grande parte da população, os trabalhadores, tinha que correr para os mercados, em busca de víveres o mais rápido possível, antes que os produtos sofressem aumentos. As máquinas remarcadoras de preços, símbolos do período, não paravam. Essa realidade provocou um agravamento dos problemas sociais onde o clima de tensão gerava rumores sobre a possibilidade de retorno de um regime militar.

Os conflitos sociais do período, reconhecidos a partir da cobertura jornalística, foram analisados nesse trabalho em três frentes. Apesar dos movimentos terem se solidarizado de alguma forma, possuem características próprias. O empobrecimento explicado pela professora Maria da Penha Siqueira e suas consequências na história

social do Espírito Santo podem ser observados: no crescimento da criminalidade onde não se percebe uma consciência política com vistas à transformação da estrutura da sociedade – sendo assim caracterizado pelo viés individualista quando ressurgiu na sociedade capixaba o “Esquadrão da Morte”; no agravamento dos conflitos no campo com invasões de terra que em última instância resultou em mortes; e, na organização dos trabalhadores em sindicatos orientados para o confronto com os empregadores e com o Estado.

2.3.1 Perseguição aos pobres: ‘limpeza social’ e ‘vadiagem’ nos anos 1980.

Neste tópico nos detemos em uma das formas de manifestação dos conflitos sociais latente na década de 1980 e nos dias atuais. Entre os efeitos da modernização violenta está a própria violência, identificada no crescimento da criminalidade. Acompanhando outros indicadores, as taxas de homicídios de jovens entre 15 e 29 demonstram o agravamento do quadro de violência.

Nas principais regiões metropolitanas do país esse índice aumentou ao longo da década de 1980. No Espírito Santo não foi diferente, algumas de suas cidades passaram a figurar entre os municípios com muito elevado índice de violência. E pior ainda, a Região Metropolitana da Grande Vitória chegou a alcançar na década de 1990 o posto de cidade mais violenta do país.²⁶⁰

Esse quadro reflete os efeitos do modelo de desenvolvimento adotado que além de concentrar a renda gerou um território dividido pela condição social.

O acirramento da desigualdade socioespacial a partir da década de 1980 aprofundou o processo de concentração da riqueza no núcleo da Região Metropolitana da Grande Vitória. O número de trabalhadores em situação de vulnerabilidade, concentrados de forma intensa na periferia, a alta concentração das categorias superiores na capital, a elevada concentração do percentual de pobres nas periferias e a alta concentração de alta renda no município de Vitória e no litoral do município de Vila Velha evidenciam o aumento da distância social entre o centro e a periferia. Neste contexto, verifica-se o aprofundamento das desigualdades socioespaciais na RMGV, como consequência dos efeitos restritivos da reestruturação econômica sobre a qualidade e a quantidade de postos de trabalho na região e das condições monetárias de reprodução da população, particularmente da residente na periferia.²⁶¹

²⁶⁰ MATTOS, 2011, p. 202.

²⁶¹ MATTOS, 2011, p.207.

As migrações geraram um inchaço urbano e o processo de “favelização”. Tal fato ocorreu não só na Grande Vitória mas em cidades como Linhares que, segundo cálculos da prefeitura abrigava “cerca 25 mil famílias morando em condições precárias, devido à proliferação das favelas, nos últimos 15 anos”.²⁶² Foi possível identificar, nas informações dos técnicos, a dita ‘proliferação’ como um fenômeno dos últimos 15 anos, em conformidade com os estudos aqui apresentados.

O aumento das estatísticas ligadas às páginas policiais se deu *pari passu* ao crescimento urbano desordenado que ocorreu em terras capixabas. Nesse contexto, aumentou também o sentimento de insegurança estimulado pelos meios de comunicação. Com seu peculiar sensacionalismo, os meios de comunicação destacam a crueldade das mortes ocorridas no estado e a dificuldade dos poderes públicos em atender as demandas de segurança colocadas na sociedade.

Esse sentimento é refletido no noticiário de A Gazeta. O jornal de maior circulação do estado no período anunciava, além dos assassinatos e outras formas de violência, notícias como: “Vila Rubim faz passeata e pede segurança a Max”,²⁶³ “Comerciante da Vila Rubim declara guerra a pivete”,²⁶⁴ “Blitz da polícia prende 29 vadios no centro”,²⁶⁵ “Pivetes infernizam comerciantes no centro da cidade”.²⁶⁶ De acordo com estimativas do Juizado de Menores, em março de 1989, cerca de três mil menores carentes ocupavam as ruas da capital e cem deles eram considerados de ‘alta periculosidade’.²⁶⁷

Os crimes contra o patrimônio se colocavam como uma realidade preocupante e concomitantemente, e como resposta ao crescimento dos crimes, houve a formação de grupos de extermínio conforme os noticiários dos jornais. Para fazer frente ao problema patrimonial surgem, ou mantêm-se, sociedades organizadas para executar homicídios encomendados, conhecidas pela prática da ‘pistolagem’. Essa associação da polícia com empresários rurais e urbanos é explicitada pelo delegado

²⁶² FAMÍLIAS faveladas chegam a 25 mil em Linhares. A Gazeta. Vitória. 20 fev. 1989, p. 5.

²⁶³ VILA Rubim faz passeata e pede segurança a Max. A Gazeta. Vitória. 11 ago. 1988, p. 10.

²⁶⁴ COMERCIANTE da Vila Rubim declara guerra a pivete. A Gazeta. Vitória. 15 ago. 1988, p.14.

²⁶⁵ BLITZ da polícia prende 29 vadios no centro. A Gazeta. Vitória. 04 mar. 1989, p.15.

²⁶⁶ PIVETES infernizam comerciantes no centro da cidade. A Gazeta. Vitória. 28 mai. 1989, p.20.

²⁶⁷ PIVETES infernizam comerciantes no centro da cidade. A Gazeta. Vitória. 28 mai. 1989, p.20.

Cláudio Guerra, ele próprio um importante ator desse processo que resolveu escrever suas “Memórias de uma Guerra Suja”.²⁶⁸

A associação de empresários com membros da estrutura repressiva do Estado contava com a experiência dos tempos de caça aos comunistas para empreender a caça aos pobres que se desviavam do padrão de trabalhador honesto. Para estes pobres a justiça era a pena de morte sancionada nestas organizações clandestinas, conhecidas sob o rótulo de crime organizado, que demonstrava suas fortes raízes no aparato estatal durante a década de 1980.²⁶⁹ Segundo o delegado da Polícia Federal Badenes,

Uma plêiade de pistoleiros profissionais, à soldo de empresários inescrupulosos mancomunados com políticos corruptos, chocaram repórteres policiais experientes, principalmente pelo fato dos assassinos serem policiais na sua grande maioria, ou seja, justamente aqueles profissionais que tinham o dever legal e funcional de proteger a vida humana: o maior bem jurídico tutelado.²⁷⁰

O relatório do delegado federal Badenes vai ao encontro da fala de um antigo delegado da polícia capixaba, ainda vivo, Cláudio Guerra. As memórias de Guerra devem ser relativizadas pelo historiador. No entanto, a partir delas podemos observar indícios do *modus operandi* do temido “Esquadrão da Morte”. Guerra se colocava como instrumento na chamada “limpeza” defendida por alguns setores conservadores da sociedade.

A “limpeza nas ruas”²⁷¹ funcionou para os comerciantes e empresários locais associados com o aparato repressivo do Estado como a maneira mais prática de resolução dos problemas enfrentados por eles. Sem levar em consideração que a expropriação dos trabalhadores acontecia como reverso da acumulação de capital, alguns setores da sociedade não compreendiam o contexto de crescimento da criminalidade a partir do conjunto das relações sociais e sim como simples resultado da delinquência.

Ao mesmo tempo esses grupos empreendiam severas críticas ao Estado, bem como ao aparato jurídico-legal, por não dar conta de suprimir a existência desta realidade caótica. Nesse sentido, a incapacidade do Estado de resolver tal estado de coisas

²⁶⁸ GUERRA; MEDEIROS; NETO, 2012, p. 145.

²⁶⁹ BADENES, s/d; ZANOTELI, 2001.

²⁷⁰ BADENES, S/D, p.1

²⁷¹ VILA Rubim faz passeata e pede segurança a Max. A Gazeta. Vitória. 11 ago. 1988, p. 10.

justificava a prática dos grupos de extermínio, que agiam sob a proteção do aparato estatal, direcionando investigações dos homicídios que apareciam o rótulo de crimes insolúveis ou como latrocínio, quando os autores eram descobertos.

Usando os mesmos métodos do passado, quando guerrilheiros eram perseguidos e assassinados (ou dados como desaparecidos), estes agentes do Estado, como no passado, forjam histórias, apresentadas tanto às corregedorias quanto à mídia, que produz e institui como verdade a história dos “vencedores”. Estas histórias, se analisadas através da versão dos vencedores, têm uma grande semelhança com os tiroteios do passado, em que as vítimas eram os guerrilheiros. A narrativa do histórico dos fatos tem, geralmente, a mesma sequência. O PM desconfia de alguém na escuridão. O suspeito foge disparando a arma. O policial revida e atinge o suspeito. Socorrido, o ferido sempre morre a caminho do hospital. A condição de atingido e de agressor geralmente é invertida, o morto sempre é culpado por sua própria morte! Quando se refere a assassinatos de expoentes de renome, como no caso do Juiz Alexandre Filho, do Padre francês Gabriel Maire, ou da colunista social Maria Nilce, misteriosamente estes são vítimas de latrocínio – roubo seguido de morte.²⁷²

Além deste método de combate aos conflitos sociais, o assassinato, o aparato repressivo ainda encontrou outro artifício. Foi utilizada uma formulação jurídica com fundamentação ideológica na antiga lei de repressão aos pobres trazida da Europa para forçá-los ao trabalho.²⁷³ Assim, os pobres sem trabalho, sem terra e sem o reconhecimento de seus direitos sociais ainda restaram presos sob a acusação de vadiagem. Esses fatos podem ser verificados na reportagem do jornalista Zenilton Custódio, onde narra que:

Está aberta a temporada de caça aos vadios. (...) vários delegados da Polícia Civil passaram a ‘recolher’ ou, ‘tirar de circulação’, pessoas desempregadas, sem ocupação, como forma de garantir a segurança da população. (...) Também conhecidos como vagabundos ou ociosos, os vadios sofrem uma maior repressão nas áreas mais movimentadas como, por exemplo, no centro da cidade, onde o delegado Júlio César de Oliveira vê neste método uma alternativa para desenvolver o serviço de segurança. (...) é possível que em cada presídio pelo menos um vagabundo esteja ocupando pedaço de espaço. (...) *De acordo com a lei, a vadiagem é uma contravenção penal que consiste em entregar-se alguém, por hábito, à ociosidade, apesar de ser apto para o trabalho e não contar com renda que lhe assegure a subsistência, ou em prover a esta por meio de ocupação ilícita.* (...) a vadiagem não é um crime afiançável e que o acusado só pode ser liberado através da interferência da Justiça, cuja morosidade tradicional é de conhecimento público. (...) Eles são recolhidos nos cubículos junto com traficantes, latrocidas, puxadores, estelionatários e outros criminoso.²⁷⁴

²⁷² MATEUS & COIMBRA, S/D, p.4.

²⁷³ FOUCALUT, 1972.

²⁷⁴ PRISÕES por vadiagem causa polêmica no meio jurídico. A Gazeta. Vitória. 26 mar. 1989, p.20, destaques meus.

Este tratamento dispensado ao pobre ocorreu ao mesmo tempo em que o processo de modernização econômica promoveu o reaparelhamento da infraestrutura portuária e de transportes com vistas ao desenvolvimento industrial do estado. Os “Grandes Projetos” e o capital local não podiam prescindir dos braços que, a baixos custos da mão de obra, produzem a mais-valia. O ócio daqueles que possuem renda não é reprimido pelo código penal, enquanto que aqueles que só contam com sua força de trabalho devem estar empregados. Nos bairros pobres havia a necessidade de demonstrar para a polícia, por meio da carteira de trabalho, sua condição de trabalhador para evitar os desmandos do aparato repressivo.

Tal postura adotada por delegados e outros agentes do aparato repressivo não deixou de receber críticas de setores progressistas da sociedade, muitos dos quais se organizavam na Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Vitória. O noticiário do jornal A Gazeta também empreendeu críticas à postura repressiva da polícia por conta das prisões por vadiagem. Esse jornal contestava que a polícia não chegava a alcançar o contraventor penal confesso José Carlos Gratz, cuja residência e paradeiro eram de conhecimento dos repressores como denuncia o noticiário da época.

Nesse contexto,

Os processos de urbanização das favelas convivem com os de remoção e se somam aos projetos de controle dos espaços públicos. Em nome da ordem social e urbana, indispensável para os investimentos externos, limpa-se o espaço ocupado pela elite econômica e intelectual, liberando a periferia para os pobres.²⁷⁵

Não é objetivo desse trabalho a investigação sobre o aparato repressivo do período, portanto, não vamos generalizar um julgamento sobre todos que pertencem às forças públicas e aos veículos da grande imprensa local. Conforme alegação do coronel da Polícia Militar, à polícia “sempre coube, exclusivamente, o papel de cumprir ordens ainda que estejam em desacordo com o que deve ser feito para diminuir os altos índices de violência e criminalidade”.²⁷⁶ O poder econômico financia os políticos, juntos dão ordens aos poderes repressivos institucionalizados e clandestinos. Esses, sobretudo o poder econômico, são os beneficiários maiores do quadro montado.

²⁷⁵ MATTOS, 2011, p.207.

²⁷⁶ CORONEL atribui onda de crimes à estrutura social. A Gazeta. Vitória. 07 set. 1986, p.23.

Nas palavras do coronel Ayres, “o grave problema de nosso país ainda é a estrutura social”.²⁷⁷ Apesar disso, fica claro que o monopólio da violência, materializado nas polícias, serviu aos interesses dos grupos econômicos, no meio rural e nos espaços urbanos.

Gisálio Cerqueira Filho e Gislene Neder explicaram que

fenômenos que se afiguram à consciência comum como deformações sistêmicas, desvios, anormalidade, degenerações contingentes do funcionamento ‘normal’ da sociedade (desemprego, crises econômicas, guerra, genocídio, criminalidade aberta, corrupção assumida, etc.) são de certa forma produtos ou efeitos necessários do próprio sistema.²⁷⁸

Nesse sentido, o sistema capitalista possui um “caráter antagônico imanente” que pode ser constatado a partir da investigação destes elementos que fogem do padrão de funcionamento considerado “normal”.²⁷⁹ Estes elementos são identificados como “sintomas”, aos quais deve o pesquisador estar atento para não reduzir a criminalidade observada nesse período como simples fruto da delinquência das pessoas, algo que estaria separado do conjunto das relações sociais. Corroborando essa perspectiva, Rossana Mattos que constata que

as maiores vítimas são as populações marginalizadas econômica e socialmente, comumente suspeitas e alvos da intolerância, tanto por parte de grande parcela da população quanto por parte dos aparelhos do Estado, principalmente os jovens dos bairros periféricos, produtos de uma sociedade excludente, em decorrência das mudanças na região, entre as décadas de 1970 e 1980, que culminaram em transformações na estrutura de empregos gerando desagregação e transformação dos laços culturais e sociais da população em questão.²⁸⁰

Nas cidades, os conflitos geraram o crescimento da criminalidade e das mortes dos jovens. Essas mortes se relacionam com uma forma individualista de resolver os efeitos da modernização violenta. Fazendo contraponto a essa realidade percebe-se a existência de pessoas dispostas a cometer homicídios em troca de recompensa de comerciantes e/ou empresários. Esses matadores recebem legitimação social uma vez que em todas as classes encontram-se pessoas atingidas pela escalada da criminalidade. De acordo com a antropóloga Silvia Carbone,

²⁷⁷ CORONEL atribui onda de crimes à estrutura social. A Gazeta. Vitória. 07 set. 1986, p.23.

²⁷⁸ FILHO & NEDER, 1997, p.20.

²⁷⁹ FILHO & NEDER, 1997, p.20.

²⁸⁰ MATTOS, 2011, p.211-212.

Matar se torna ato de heroísmo, quando a vítima é considerada marginal ou indesejável. Esses marginais são por vezes também criminosos, mais que cometeram crimes sem justificativa aparente ou palpável. A moralidade que se impõe no crime, como não se matar pai de família, mulheres ou crianças, é que faz a distinção entre bandidos heróis ou criminosos comuns. [...] Os justiceiros recebem ajuda da comunidade para sobreviver, sendo muitas vezes sustentados pelos comerciantes da região. O que pode gerar uma relação de reciprocidade e ambiguidade entre eles e a comunidade (comerciantes e moradores).²⁸¹

O extermínio se coloca, nesse modo de ver o mundo, como um mal menor. Justifica-se pelo potencial negativo representado pela vítima. O matador nessa ocasião se diferencia de outras formas de matadores. Sobre esse aspecto, Carbone ressalta que

É importante ressaltar que os justiceiros mantêm trabalho próprio e remunerado, que na maioria dos casos está ligado ao comércio. Todavia, eles não aceitam encomendas de crimes, como fazem os matadores. Os justiceiros assumem o papel de protetores do seu bairro. Na maioria das vezes conhecem a vítima, que pode ser um desafeto ou então uma pessoa definida por ele como marginal, que estaria “atrapalhando/ perturbando/ barbarizando”. Possuem uma relação ou um vínculo com o bairro ou comunidade, atuando normalmente sempre no mesmo local. Enquanto que os matadores são desterritorializados, atuam em qualquer região do país, muitas vezes não possuem endereço fixo e não retornam para a sua comunidade. Pelo seu papel de protetor são vistos pela comunidade como um “mal necessário” que fazem o que a polícia não faz, isto é protegem o grupo.²⁸²

A morte, o assassinato é um dado evidente e se dá, como vimos, pelos mais diversos motivos e circunstâncias. Além disso, é recorrente em noticiários e mesmo em estudos sobre os “esquadrões da morte” a constatação do envolvimento de pessoas que ocupam postos de destaque nos poderes públicos.

Em 1986, no contexto do agravamento do custo de vida e às vésperas da posse de Max Mauro os noticiários alertam a sociedade capixaba sobre a volta do Esquadrão da Morte.²⁸³ Novamente policiais civis e militares voltaram a promover assassinatos e “desovar” (enterros com o fim de ocultar cadáveres) os corpos em covas rasas nas regiões ermas da Grande Vitória. Os homicidas também se dedicavam a extorsões, desvio de carros roubados e de armas, além do controle do tráfico de drogas.

Todas essas ações citadas nesta matéria de 1986 estão presentes nas narrativas sobre o “esquadrão da morte” que vigorou em 1969. A proposição de um retorno, sugere a questão, será que havia deixado de existir?

²⁸¹ CARBONE, 2003, p. 173-176.

²⁸² CARBONE, 2003, p. 173-176.

²⁸³ TESTEMUNHAS incriminam policiais do ‘Esquadrão’. A Gazeta. Vitória. 04 dez.1986, capa.

Nas investigações de 1969 a escolha do delegado obedeceu ao critério de deixar de fora dos indiciamentos no inquérito instaurado no processo do Esquadrão da Morte a cúpula da polícia e também o superintendente, promovido a secretário de Estado para ganhar imunidade, José Dias Lopes e seu irmão o então Governador Christiano Dias Lopes Filho. A respeito desse processo o advogado Ewerton Montenegro Guimarães publicou o livro *A Chancela do Crime: a verdadeira história do Esquadrão da Morte*. Essa obra se constitui em uma importante fonte de pesquisa para o entendimento da história capixaba durante a ditadura militar.

Por meio desse trabalho podemos identificar o *modus operandi* dos “donos do poder” no Espírito Santo. Ewerton Guimarães demonstra como atividade política, econômica e repressiva estavam conectados. O superintendente de polícia civil José Dias Lopes e seu irmão o Governador Christiano Dias Lopes Filho são atores importantes no cenário estadual e chancelam os crimes cometidos por policiais correligionários. O próprio José é acusado de “desovar”, isto é, de jogar cadáver da ponte Florentino Avidos com finalidade de ocultação e desaparecimento do mesmo. Alguns presos também recebiam privilégios para prestar serviços para os criminosos da alta cúpula.²⁸⁴

As denúncias de Guimarães envolvem comércio de armas no interior, no meio rural; proteção da polícia ao jogo do bicho; extorsão feita por policiais a comerciantes; furto e desvio de carros roubados; homicídios; ocultação de cadáveres; espancamento e tortura para obtenção de informações e confissões; perseguição a pessoas que fazem política para o Movimento Democrático Brasileiro; interferência do governador no poder judiciário no sentido de que correligionários tivessem a benevolência dos juízes. Francis Meneghetti (2011) analisou esse quadro e incluiu entre as práticas realizadas pelos esquadrões, além do tráfico de drogas, o controle das redes de prostituição.

Na década de 1980, portanto, o Esquadrão da Morte voltou a ocupar a atenção dos capixabas e a gerar temor na sociedade. No entanto, neste período essa organização atuou por meio de uma entidade legalizada supostamente fundada com objetivos filantrópicos, a Scuderie Detetive Le Cocq. A real finalidade deste

²⁸⁴ GUIMARÃES, 1978, p. 178.

organismo foi revelada pela Polícia Federal. De acordo com o Delegado de Polícia Federal Badenes essa entidade

Utiliza-se de meios e recursos próprios das milícias e “contribuições empresariais”. Incorpora em seus quadros de associados centenas de policiais (civis, militares e federais), serventuários da Justiça, Delegados, Advogados (que normalmente ocupam a presidência), funcionários da administração pública, Promotores de Justiça e até Juizes de Direito, Desembargadores, Políticos, empresários, comerciantes e banqueiros de jogo do bicho. A Scuderie surgiu como um meio operacional de apoio à criminalidade organizada do Estado do Espírito Santo, compondo-se basicamente dos seguintes serviços:

- intermediação nos assassinatos de mando;
- execução desses assassinatos;
- acobertamento e desvirtuação nas investigações policiais pertinentes a estes assassinatos;
- garantia da total impunidade na esfera judiciária.

Quanto à clientela da Scuderie, é basicamente composta por empresários e políticos que se interligam ao crime organizado. Essa clientela articulou esquemas de violência (contando, para tal, com o sistema operacional da Scuderie), com o escopo de controlar o Poder Político das Administrações Municipais do Espírito Santo. Já detém o poder político em diversas prefeituras municipais do Espírito Santo, com o objetivo de se coligarem para se apoderarem da Administração Pública Estadual.²⁸⁵



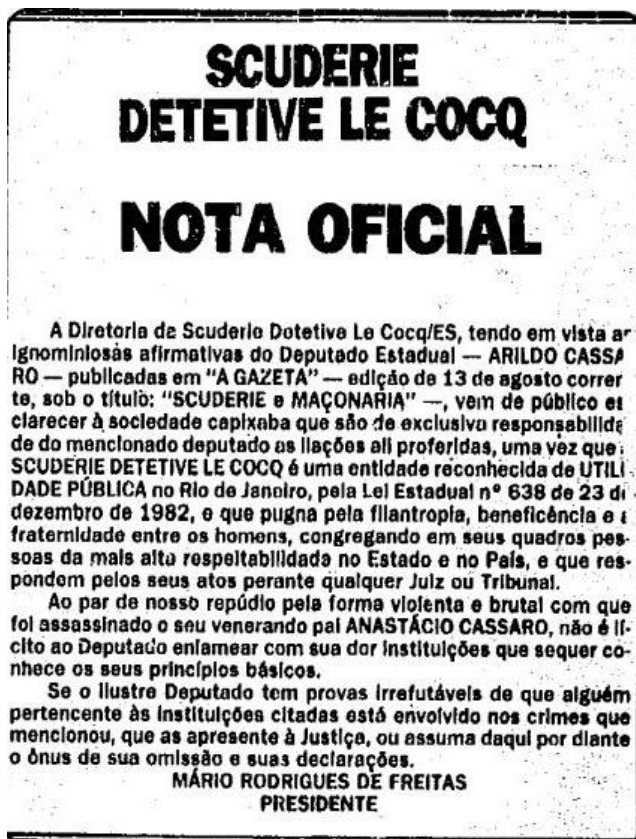
Fonte: BADENES, s/d, p.3.

Os esquadrões partem da premissa que “bandido bom é bandido morto”.²⁸⁶ Desde a década de 1950 são encontrados registros de esquadrões da morte no Brasil. Os criadores desse tipo de organização se vangloriavam da impunidade e carnificina que praticavam. No Espírito Santo foi fundada uma filial da entidade que o homenageava carregando seu nome e ainda como insígnia uma caveira sobre duas tíbias cruzadas com as iniciais “EM”, conforme imagem acima.

²⁸⁵ BADENES, s/d, p.3-4.

²⁸⁶ CEMITÉRIO clandestino na Serra pode ser uma farsa. A Gazeta. Vitória. 30 abr. 1989, p. 19.

A Scuderie Detetive Le Cocq, ou “esquadrão da morte”, como ficou conhecida, foi fundada em 1984 e a partir da “Operação Marselha” da Polícia Federal iniciada no Governo Max Mauro, em 1989, seus membros passaram a ser investigados. Essa organização foi extinta em 2002, porém nesse período mantinha-se firme no propósito de se apresentar como instituição filantrópica. Em 20 de agosto de 1989 a entidade rebateu as críticas feitas pelo deputado Arildo Cassaro, que teve o pai, o prefeito de São Gabriel da Palha, assassinado.



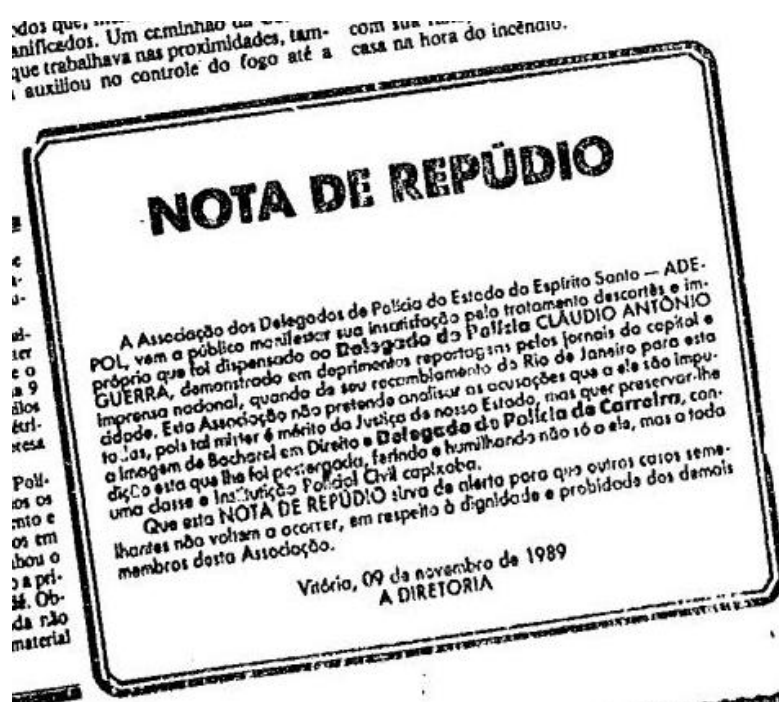
Fonte: A Gazeta, 20 ago. 1989, p.24.

Antes do envolvimento dos policiais federais no caso, quem investigou as denúncias sobre o “novo ‘Esquadrão da Morte’”²⁸⁷ foi o delegado Cláudio Antônio Guerra. Posteriormente, em 1989, a Polícia Federal prendeu o delegado Cláudio Guerra por ser ele mesmo um membro ativo do crime organizado no estado. Ele foi acusado de matar o bicheiro Jonas Burlamarques, atendendo interesses de outros bicheiros. Guerra negou o envolvimento e apontou como autor do crime o tenente Odilon Carlos de Souza, especialista em explosivos.

²⁸⁷ GUERRA apura 13 crimes do “Esquadrão da Morte”. A Gazeta. Vitória. 09 dez.1986, p. 13.

Segundo Guerra o tenente Odilon, a serviço dos militares, promovia atentados que pudessem ser atribuídos ao Partido Comunista Brasileiro. Odilon teria assassinado Burlamarques pois ele estaria chantageando “dois coronéis do Exército que ocupavam a chefia da polícia e a Secretaria de Segurança Pública do Espírito Santo.”²⁸⁸

É interessante observar que em 10 de novembro de 1989, a Associação dos Delegados de Polícia do Espírito Santo (ADEPOL) publicou no jornal A Gazeta uma nota de repúdio contra o “tratamento descortês e impróprio dispensado ao Delegado”, cujo nome é escrito em letras garrafais. Essa associação arrogava ainda que a apreciação das acusações contra Guerra devia ser realizada no Espírito Santo. Tal estratégia visava obviamente manter a impunidade à qual seus membros estavam acostumados. Dos indiciados no processo de 1969, julgados no Espírito Santo, não houve nenhuma condenação para os réus arrolados no inquérito.²⁸⁹



Fonte: A Gazeta. 10 nov 1989, p.13.

Na ditadura militar o desvirtuamento das funções da polícia civil era reforçado ainda mais pela interferência de políticos em contratações que se tornaram possíveis a partir de 1971 no governo de Arthur Carlos Gerhardt e se estendeu até 1989. Nesse

²⁸⁸ GUERRA; MEDEIROS; NETTO; 2012, p.31.

²⁸⁹ CEMITÉRIO clandestino na Serra pode ser uma farsa. A Gazeta. Vitória. 30 abr. 1989, p. 19..

ano foi extinta, durante o período de governo de Max Mauro, a contratação de delegados sem a realização de concurso público. Em 1988 e 1989 entraram em vigor, respectivamente, a Constituição Federal e a Constituição Estadual asseverando a necessidade de concurso público e retirando dos políticos parte da influência que exerciam diretamente sobre o nomeado.

Nesse período, a credibilidade da Polícia estava em baixa e a população clamava pela intervenção da Polícia Federal no sentido de buscar solução para crimes de mando que recorrentemente eram tidos como insolúveis. Essa opção, contudo, não surtiu efeito desejado. Contrariando as evidências de crimes de mando defendidas pela Igreja Católica e pelos grupos de esquerda a Polícia Federal concluiu por exemplo, que o assassinato de Padre Gabriel, liderança nos movimentos de reivindicação de moradia em Cariacica, foi crime comum.²⁹⁰

De acordo com A Gazeta, que fez um levantamento do número e da qualificação das queixas registradas na delegacia de plantão localizada na sede da Chefatura de Polícia que se concentravam na notificação da perda de documentos,

O descrédito chegou a tal ponto que a maioria das vítimas prefere não registrar queixa na delegacia, pois considera esta providência mera perda de tempo. Além disto, muitas pessoas garantem ter mais medo da Polícia do que dos próprios bandidos, em virtude do grande número de arbitrariedades praticadas por policiais civis e militares.²⁹¹

O descrédito do aparato repressivo diante da sociedade era fruto do desvirtuamento de sua função de proteção. Os delegados eram indicados por políticos locais aliados do governador. Na ditadura militar cabos eleitorais que se esforçavam nas eleições também podiam ser recompensados com contratações como essa.

Esse procedimento foi realizado até a década de 1980 quando ficou patente o inchaço da máquina pública. Os aliados eram agraciados nos mais diversos departamentos, inclusive na condição de policiais. Esses, após o processo eleitoral recebiam uma carteira funcional e uma arma e passavam a dispor de um poder conferido pelo Estado por meio da indicação política. Dessa forma, passavam a atender interesses desses padrinhos políticos. Nesse esquema entravam delegados,

²⁹⁰ PF conclui que a morte do padre foi crime comum. A Gazeta. Vitória. 07 jan.1990, p. 15.

²⁹¹ POLÍCIA perde crédito e vítima não registra queixa. A Gazeta. Vitória. 22 jan.1989, p.17

subdelegados, investigadores, escritãs, agentes de presídio, médicos legistas e fotógrafos.²⁹²

A constituição do aparato repressivo durante a ditadura militar permitiu que grupos econômicos associados com seus representantes políticos pudessem dispor de um braço armado na defesa de seus interesses patrimoniais. Assim, tanto na década de 1960 quanto na década de 1980 observa-se um continuísmo, na perseguição ao pobre desocupado e no extermínio de pessoas consideradas indesejáveis. Essas recebiam como sentença a pena de morte por crimes realizados ou não. Os julgadores eram pessoas que compunham a burocracia do Estado, mas agiam à revelia da lei, criando sua própria justiça.

Em setembro de 1990 o noticiário de A Gazeta ocupou uma página inteira com uma matéria contendo entrevista e foto de dois pés de um cadáver não identificado cujo título trazia o seguinte “Justiceiro revela como vítimas serão assassinadas”.²⁹³ Nessa reportagem o entrevistado é um membro daquilo que ele chama de “Organização Pena de Morte – OPM”. O matador revela que a criação dessa nomenclatura tinha como objetivo “assumir as mortes e liberar a Polícia desse tipo de acusação”.²⁹⁴

O homicida ainda falou sobre orações demoníacas e práticas como lamber a faca suja com o sacrifício de um bode preto ao demônio, assim como os judeus, *mutatis mutante*, faziam para acalmar as entidades malignas do deserto. Descreve detalhes das execuções como forma de amedrontar “os malandros”, para que soubessem desse tribunal de rua onde os expectadores são surdos, mudos e cegos.

A amplitude do discurso de limpeza social chegou a tal ponto que foi colocada em 1990 como plataforma política de Djair Camata, ex-cabo da Polícia Militar expulso no Governo Max Mauro. Num quadro de crise a Polícia produziu seus intelectuais coligados com a extrema direita.

Ao mesmo tempo, em 1990, Max Mauro mandou para a Assembleia Legislativa um projeto de reestruturação da Polícia Civil tentando minimizar os efeitos da crise que envolvia a segurança pública naquele momento. Apesar disso, outros candidatos ganhavam destaque nesse contexto. O policial federal Carlos Faustini (PRN) e o

²⁹² PROMOTOR denuncia impunidade de policiais militares. A Gazeta. Vitória. 26 out. 1989, p. 16.

²⁹³ ‘JUSTICEIRO’ revela como vítimas são assassinadas. A Gazeta. Vitória. 02 set.1990, p. 31.

²⁹⁴ ‘JUSTICEIRO’ revela como vítimas são assassinadas. A Gazeta. Vitória. 02 set.1990, p. 31.

delegado de Polícia Civil Gilson Lopes (PTB), ambos com discurso sobre a segurança, se projetaram politicamente alinhados com o pensamento conservador.

O primo do Senador Gérson Camata, o ex-cabo da Polícia Militar, defendia claramente em sua campanha para deputado estadual que ia “meter o cacete”.²⁹⁵ Ele assumia o papel de agente da limpeza social nos moldes defendidos pela extrema direita. Dessa forma, resolviam-se os conflitos sociais.

Apesar da prática repressiva, o extermínio dos pobres não redundou nem em diminuição da criminalidade nem motivo para temer a morte. Muitos jovens percorreram nesses tempos e ainda hoje se jogam nesse caminho, cientes do tribunal de rua, onde a pena de morte não é objeto de recurso jurídico. No campo, mesmo sabendo da repressão de fazendeiros aliados a policiais e pistoleiros também resolveu-se ocupar, produzir e resistir. Levantando essas palavras de ordem o movimento rural dos trabalhadores sem terra organizou a resistência no campo.

2.3.2 Terra e liberdade: os ‘senhores do campo’ contra os trabalhadores rurais

Essa mesma estrutura utilizada no combate ao crescimento da criminalidade andou de braços dados com os fazendeiros em sua luta contra os trabalhadores rurais. Organizados no sentido de pressionar o Estado para a realização da reforma agrária, os trabalhadores do campo também foram alvo de uma repressão institucional e paramilitar.

Ao longo do século XX as terras ao norte do rio Doce foram ocupadas por posseiros e grileiros.²⁹⁶ Lá pistoleiros atuaram no sentido de garantir posses para algumas famílias que posteriormente, ao final do século XX, passaram a reivindicar a legalização das terras pertencentes anteriormente aos indígenas botocudos, que tiveram suas paragens usurpadas pelos fazendeiros e pelo Estado. Entre as famílias

²⁹⁵ CANDIDATO policial promete reduzir criminalidade. A Gazeta. Vitória. 05 ago. 1990, p.30.

²⁹⁶ Segundo o geógrafo, pesquisador e professor da USP, Ariovaldo Umbelino, metade dos documentos de posse de terra no Brasil é ilegal. Ariovaldo liderou projeto com advogados da Faculdade de Direito do Pará que consistia em um estudo comparativo sobre terras devolutas no portal do Paranapanema, em São Paulo, e São Félix do Xingu, no Pará. Nessas pesquisas verificaram que “praticamente 100% dos documentos legais têm que ser anulados, por que são falsos”. Disponível em <http://www.cartacapital.com.br/sustentabilidade/metade-dos-documentos-de-posse-de-terra-no-brasil-e-ilegal-7116.html>, acesso em 13/01/2014.

que se destacaram nesse contexto encontramos dois personagens que viveram em meados do século XX. “Coronel Bimbim” e o tenente José Scárdua, que entrou na Polícia Militar como soldado e ganhou promoções pelos seus serviços prestados, entraram para a história local pela utilização da violência.

O jornalista capixaba Rogério de Medeiros destaca o seguinte sobre essa realidade,

Mas foi dentro desse mundo de Bimbim, Totó e PSD que o tenente José Scárdua virou uma lendária figura de terror para pequenos proprietários, especialmente os que tinham suas terras cobiçadas pelas elites rurais ou em conflitos, situações absolutamente comuns na questão territorial do Estado. Do ponto de vista das elites rurais, ele foi efetivamente o seu grande guardião e justiceiro. O conflito de terra sempre existiu no Espírito Santo, um Estado de pequenas propriedades pela natureza de sua colonização [...] A maior parte desses conflitos de terra ocorreu nas regiões da pecuária, diante da exigência da ampliação das propriedades. Houve momentos nesta luta territorial em que foi necessário dar ao tenente José Scárdua credenciais oficiais para agir. Por mais de uma vez ele exerceu o cargo de delegado de polícia de Baixo Guandu. Neste posto ele foi implacável, pois matava às claras...²⁹⁷

Conta ainda que os primeiros colonizadores atuaram junto a madeireiras francesas e alemãs na retirada das toras, algumas das quais chegavam a necessitar de mais de dez homens para abraçá-las. Para atender esses interesses até uma ferrovia foi estabelecida ligando Nova Venécia a São Mateus por onde era exportada a riqueza que os europeus necessitavam. Ao mesmo tempo os brasileiros, imigrantes e seus descendentes realizaram a ocupação das terras vivendo na “floresta, no meio de bandidos, criando vilas e cidades, abrindo estradas, atirando, matando, defendendo-se”.²⁹⁸

Consideramos necessário caracterizar o processo de ocupação dessa região pois o histórico da região nos permite explicar aspectos dos conflitos de terras que foram palco a região na década de 1980. A disputa de terras era resolvida a bala de revólver. A morte esperitava aqueles que não se resignavam. Assim, como explica Medeiros, as elites rurais iam expandindo suas propriedades e afugentando os pequenos proprietários. Esse autor reforça essa perspectiva em outro texto quando afirma que,

A zona do vale do rio Doce, desde o começo da colonização, é palco de embates renhidos. Assim que os primeiros colonos chegaram para a região, inóspita e selvagem, tiveram que colocar à prova a força e a disposição de

²⁹⁷ Rogério Medeiros. *Atribulada vida de José Scárdua, matador implacável* – Como o diabo gosta. Disponível em: http://www.seculodiario.com/reportagens/index_scardua01.htm, acesso em 03/07/2012.

²⁹⁸ MEDEIROS, 2005.

lutar. As disputas foram travadas em todos os sentidos. Homens, feras e selvagens se engalinhavam em uma guerra de titãs. A questão do litígio entre o Espírito Santo e Minas Gerais influenciou, de maneira desfavorável, no desenvolvimento do território. Ambos os estados reivindicavam o direito sobre a área. Mas nenhum dos dois investiu no progresso efetivo dos pequenos núcleos de povoação que iam surgindo. Não havia autoridade constituída. Os colonizadores seguiam a ordem natural das coisas, e predominou a lei do mais forte.²⁹⁹

Assim, os que se valeram da violência para se constituírem como posseiros deixaram suas heranças patrimoniais e culturais para herdeiros que se valeram dos mesmos recursos para garantir a propriedade da terra. Ao longo do século XX os conflitos territoriais foram parte da história da ocupação do norte do estado. Nesse estado de guerra, os pistoleiros e a própria polícia atuaram na defesa dos interesses dos fazendeiros.

Na década de 1980 a região também sofria com os impactos da seca, agravada pela devastação das florestas, e da crise do café, como foi demonstrado anteriormente. Esses elementos aturaram, portanto, como causa da expulsão das pessoas do campo. Ao mesmo tempo, a esperança de trabalho e bem-estar na cidade foi um atrativo para o estabelecimento das mesmas na Região Metropolitana da Grande Vitória.

No entanto, esse movimento de migração não atingiu a todos. No campo, permaneceram trabalhadores que lutaram pela posse da terra e se organizaram a partir do Movimento Rural dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Eles se confrontaram com os fazendeiros organizados em torno da União Democrática Ruralista (UDR) e da Federação da Agricultura do Estado do Espírito Santo (FAES). Nos dois polos havia gente disposta a derramar sangue para defender o direito de propriedade (no caso da UDR) ou a reforma agrária (no MST).

Os conflitos sociais levaram ao confronto de sem-terra contra fazendeiros articulados com policiais e pistoleiros. O pistoleiro é, segundo César Barreira, “a materialização de um ato, com vários personagens encobertos, autores intelectuais e toda uma rede de proteção, pertencente à classe dominante (grandes proprietários de terra e políticos) e a setores da polícia e mesmo do poder judicial”.³⁰⁰ A atuação em conjunto desses atores numa rede de solidariedade permitiu que os fazendeiros

²⁹⁹ Rogério Medeiros. *Bimbim*: escreveu seu nome à bala. Disponível em: http://www.seculodiario.com/reportagens/index_%20bimbim01.htm, acesso em 03/07/202.

³⁰⁰ BARREIRA, 1998, p.46.

sobrepujassem os trabalhadores rurais. A influência exercida por esse poder econômico garante a fidelidade de membros da força pública que não hesitam em fazer declarações públicas em favor dos proprietários rurais e desqualificando os trabalhadores rurais. A rede de proteção dos fazendeiros se articulou em uma entidade de classe cujo objetivo era fortalecer os proprietários nos conflitos ensejados na disputa pela posse da terra.

A luta da UDR se dava em dois flancos na atividade política e na repressão armada. Para tanto, essa entidade classista se valia dos leilões viabilizando recursos direcionados à campanha de seus candidatos e, se levarmos em consideração a fala de Guerra, à compra de armas. Ela ainda levantava recursos para realização de churrascos com boi no rolete para conquistar popularidade.

Esses churrascos aconteciam em tempos que carne bovina era um artigo raro na mesa dos brasileiros. Nesse período os preços eram tabelados pelo governo e as vendas de carne eram realizadas no “mercado negro”, informalmente, sob os olhos do Estado, e ao mesmo tempo de forma oculta.

Nesse sentido, acerca dessa entidade, afirma o professor Luiz Cláudio ressaltando as características da UDR

Sendo um movimento de direita organizado em nível nacional para o confronto – inclusive armado – contra os trabalhadores sem terra que lutavam pela posse de um pequeno pedaço para viver, a UDR promovia leilões de gado para atrair os fazendeiros e angariar recursos para suas campanhas; no Espírito Santo foi acusada por sindicalistas cutistas de encomendar o assassinato de Francisco Ramos, do município de Pancas, ‘Purinha’, de Linhares, e Verino Sossai, de Montanha, todos eles líderes rurais participantes dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais.³⁰¹

Essa prática, a promoção de leilões, se articulava com a compra de armas, vendidas por policiais ou adquiridas de outra forma. Mesmo que outras finalidades sejam apontadas a defesa armada da propriedade é uma realidade nesse contexto para muitos fazendeiros. Tal prática remonta o início da ocupação, permanece durante a ditadura militar e sobrevive durante a Nova República.

Especificamente sobre as relações dos fazendeiros com a polícia na década de 1970, Cláudio Guerra nos conta o seguinte:

³⁰¹ RIBEIRO, 2006, p. 150.

Com as transações de armas contrabandeadas pelo Trotte, passei a exercer influência sobre os fazendeiros que precisavam destas armas para proteger suas terras das possíveis desapropriações advindas da reforma agrária ou de conflitos no campo. Eu fornecia para eles carteiras do DOPS, o que, de alguma maneira, legalizava o uso das armas, garantindo o seu porte. Construí uma rede informal entre esses fazendeiros do Rio de Janeiro, parte de Minas Gerais, Espírito Santo e da Bahia.³⁰²

Ao mesmo tempo, a UDR atuava dando unidade ideológica aos seus membros, atuando como entidade classista e também como organismo partidário. Este aspecto da instituição é corroborado em diversas reportagens veiculadas na mídia capixaba pesquisada. A entidade, apesar da preferência por partidos declaradamente de direita, também mantém entre seus membros filiados que também participam de partidos de esquerda.

Nas eleições de 1986 a estratégia da entidade é bem clara no sentido de imprimir na carta magna os interesses de cunho liberal, em defesa da propriedade. Para tanto, o presidente estadual da UDR Francisco Tinoco Rezende orienta, por meio da imprensa, que “esqueçam a eleição para governador e se voltem para uma escolha daqueles candidatos ao Senado e Câmara Federal, que vão traçar nossos destinos, dentro da Assembleia Nacional Constituinte”.³⁰³

Defendendo-se dos ataques da esquerda, a UDR ou o sindicato do crime, como também era conhecida, publicava informes publicitários nos quais afirmava:

a nossa arma, a nossa bomba, é o **VOTO**. Vamos matar nossos inimigos com o nosso voto, com os votos da família ruralista, dos nossos trabalhadores, dos que lutam conosco, com nossos familiares. Vamos aliar nossas armas, que são nossos votos, com os dos comerciantes, dos industriais, dos empresários liberais, de todos seus filhos, suas esposas, para aplicarmos uma grande derrota a esses comunistas estimulados pela CNBB a invadir nossas terras [...]³⁰⁴

Enquanto entidade classista, as ações da UDR são direcionadas em bloco. Ela age da mesma forma que uma instituição partidária que carrega consigo uma plataforma específica e se direciona para a tomada do poder, seja por meio do voto ou da violência. Politicamente, já em 1988, o então Deputado Federal Nyder Barbosa

³⁰² GUERRA; MEDEIROS; NETTO, 2012, p.51.

³⁰³ UDR tem preocupação voltada só para Constituinte. A Gazeta. Vitória. 14 set.1986, p.6.

³⁰⁴ ARMAS da UDR. A Gazeta. Vitória. 28 set.1986, p.16.

aparecia como possível candidato da UDR a governador para as eleições de 1990.³⁰⁵

A atuação política da UDR chegou a gerar dessa forma uma ação jurídica formalizada contra esta entidade na Justiça Federal. Um procurador geral da República pediu a incorporação do patrimônio dos bens da entidade ao da União e a extinção da mesma devido ao seu caráter partidário.³⁰⁶ Corroborando a avaliação do procurador geral da República, em 1986, uma secretária da UDR denunciou a atuação política dos empresários rurais. Acusou-os de “iludir os proprietários do interior com objetivo de obter benefícios próprios em troca de apoio a Élcio Álvares”.³⁰⁷ O candidato a governador deveria, pelo apoio político da entidade, garantir um cargo no primeiro escalão do governo do Estado, ou seja, uma secretaria de Estado que seria ocupada pelo presidente da entidade, Francisco Tinoco Rezende.

Sobre essa atuação, que a identifica com o partido gramsciano,

É importante ressaltar que, para manter o status quo no campo, a UDR consegue canalizar a expectativa da elite ao alterar a atuação da mesma em um novo jogo de forças que a transição brasileira pôs em pauta. (...) A especificidade de que falamos é a de fazer política, manifestar-se, ir às ruas, defender suas ideias, ou seja, constituir-se enquanto um sujeito político como outro qualquer, no interior de uma classe, que por privilégio nunca precisou fazê-la. (...) Suas estratégias de arregimentação e sua estrutura organizacional, articuladas aos eventos, espetáculos e episódios políticos, vão, juntamente com os discursos que destas práticas emergem, conformando um projeto que se constitui na própria dinâmica de sua atuação concreta.³⁰⁸

A prática política da UDR ambiciona direcionar o poder em benefício da classe social que ela representa. Age em conformidade com o que afirma Gramsci no seu entendimento ampliado de partido, ou seja, “atua como se fosse uma força diretriz em si, superior aos partidos e por vezes julgada como tal pelo público.”³⁰⁹ Em 1988 a UDR conseguiu eleger um prefeito, Luiz Durão, em uma importante cidade do Espírito Santo. Ainda o fez por meio de um partido que fazia a defesa da reforma

³⁰⁵ UDR lança candidatura de Nyder ao Governo em 1990. A Gazeta. Vitória. 22 mai. 1988, p. 2.

³⁰⁶ CONTRA UDR. A Gazeta. Vitória. 23 jan.1989, p.4.

³⁰⁷ SECRETÁRIA da UDR denuncia troca de apoio. A Gazeta. Vitória. 09 out. 1986, p.3.

³⁰⁸ SIMON, 1998, p.116-7.

³⁰⁹ GRAMSCI, 1978, p. 168.

agrária e lutava contra a UDR em nível nacional, o PDT. Apesar da forte atuação dentro do PFL a UDR compôs quadros também no PMDB, com destaque para o deputado federal Nyder Barbosa, além de outros partidos.

Contudo, a atuação dessa entidade defensora dos interesses dos empresários rurais era bastante combatida. Em ataque direto à UDR, a Luiz Durão e a seu vice-prefeito, vice-presidente da UDR em Linhares, na tribuna da Assembleia Legislativa do Espírito Santo, o deputado João Gama (PMDB), solicitou o fim do “sindicato do crime, que acha que está acima da lei, acima da ordem”.³¹⁰

Uma situação ocorrida no município de Barra de São Francisco no Espírito Santo demonstra o poder da instituição diante da esfera estatal nesse estado. O presidente da UDR dessa cidade e mais outros proprietários rurais foram denunciados à Polícia Federal. Diante da denúncia foi requerida abertura de inquérito pelo juiz da comarca que foi, em sua sentença, desfavorável aos uderristas em processos de execução de inadimplentes.

Em resposta à atitude do magistrado, foi aprovado por unanimidade na Câmara de Vereadores que o juiz Egi Luís de Oliveira passou a ser *persona non grata* naquele município. Ao mesmo tempo, na tribuna da ALES o deputado Enivaldo dos Anjos, em defesa de seu reduto, afirmou que o comportamento de Egi “traz o risco de voltar a guerra fria entre Minas e Espírito Santo, como nos tempos do contestado, porque as atitudes dele são visivelmente contrárias aos capixabas”.³¹¹ Ocorreu ainda de o Tribunal de Justiça ser acionado pela Câmara de Vereadores para que “tome uma posição em relação ao juiz”,³¹² excluindo da apreciação do mérito a coisa julgada e colocando a pessoa do juiz como alvo.

Em sua atuação concreta os ruralistas usaram seu o poder econômico para se opor à Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Acusavam essa entidade eclesiástica de ser dominada pelos comunistas e agir no sentido de promover as

³¹⁰ GAMA denuncia o ‘sindicato do crime’. A Gazeta. Vitória. 27 mar. 1990, p. 14. Élcio Álvares foi governador do Estado entre 1975 e 1978, e tem sua biografia ligada à ditadura militar e à UDR. Da mesma forma Luiz Durão e Nyder Barbosa também são políticos que tem sua biografia ligada a esse regime e a essa entidade.

³¹¹ VEREADORES de São Francisco condenam juiz. A Gazeta. Vitória. 15 jun. 1988, p.3.

³¹² VEREADORES de São Francisco condenam juiz. A Gazeta. Vitória. 15 jun. 1988, p.3.

“invasões”.³¹³ Essa instituição, a CNBB, aglutinava força no campo, e assim como a UDR, mostrava-se preocupada com o perfil dos constituintes. A CNBB percebeu as eleições de 1986 dentro de um olhar estratégico, como um momento crucial para se inserir na carta magna o seu direcionamento, em favor dos pobres. Por isso, ela foi frequentemente acusada pelos uderistas de financiar as esquerdas, estar a serviço do comunismo e do sectarismo.³¹⁴

Por meio das Comunidades Eclesiais de Base, a Igreja Católica promoveu uma grande mobilização dos setores populares. Voltou-se para a luta por direitos sociais e políticos no Brasil, tendo permanecido por algum tempo, na ditadura militar, como vanguarda dos movimentos sociais nesse sentido. A luta dos padres da Teologia da Libertação estipulava um perfil de atuação política. Dessa forma buscavam levar adiante a reflexão sobre a postura do cristão e acerca dos interesses contraditórios que estão colocados no jogo político.

A opressão era identificada com o sistema político e econômico autoritário e com os representantes desse modelo. Assim, os fiéis eram trazidos para um debate em torno plataformas que estivessem afinados ideologicamente com seu programa. Por esse mesmo motivo, alguns políticos conservadores capixabas se mostram contrariados com o “patrulhamento ideológico”.³¹⁵

Junto com a Igreja Católica, na defesa da uma forma de organização social mais justa para os trabalhadores rurais, encontrava-se o Movimento Rural dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Uma organização criada para pressionar o Estado e os fazendeiros para a realização da reforma agrária. Essa entidade foi criada em 1984 no Paraná a partir da premissa que a democratização da terra deveria se valer da ocupação, considerada uma ferramenta legítima dos trabalhadores rurais.

O MST duvida portanto que a reforma agrária possa ser alcançada por partidos que disputam o voto do eleitorado. Entendem que a disputa eleitoral leva a alianças que impedem que a terra seja dividida com os trabalhadores rurais. Dessa forma, ocupar, produzir e resistir são palavras que se tornaram o lema desse movimento.

³¹³ O termo invasão era usado pelos proprietários e seus canais de comunicação para se referir ao fenômeno que era identificado pelos trabalhadores rurais como ocupação. Ocupar, resistir e produzir. Essas três palavras constituem o lema do Movimento Rural dos Trabalhadores Sem-Terra.

³¹⁴ A Gazeta, 13/11/1986, suplemento especial, p. 21.

³¹⁵ CONSTITUINTES reagem contra ameaças feitas pela Igreja Católica. A Gazeta. Vitória. 23 dez. 1987, p. 5.

No Espírito Santo a primeira ocupação realizada pelo MST se deu em 1985. Em 1986, pela primeira vez a estratégia de luta combinou ocupação de latifúndio e da sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, em Vitória, ao mesmo tempo. Nesse ato foi ocupada fazenda da Empresa Florestas Rio Doce S/A que desenvolvia a eucaliptocultura, uma atividade monocultora que fortaleceu o desemprego nos meio rural. Em 1987 houve o primeiro confronto do MST com a UDR quando foi realizada a tentativa de ocupação da fazenda Scardini, no município de Nova Venécia. A ocupação foi evitada pela atuação articulada de fazendeiros e pistoleiros que levou os trabalhadores sem-terra a montarem acampamento ao longo da estrada.³¹⁶

De acordo com o Secretário de Agricultura Paulo Galvão a tentativa de ocupação contava com cerca de 300 famílias. Segundo Galvão elas pretendiam ocupar outra área no Córrego do Veado, em Pinheiros, numa reserva florestal. Porém, sem informar o motivo da mudança de planos, diz que desistiram desse plano e marcharam em direção à fazenda de José Scardini, na localidade de Luzilândia onde foram impedidos de realizarem a ocupação.

O representante da UDR negou a atuação de pistoleiros e disse que na fazenda se encontravam proprietários rurais que foram prestar solidariedade. Pela quantidade de famílias, devia haver muitos fazendeiros solidários para fazer frente ao montante dos trabalhadores rurais.³¹⁷

O secretário de Estado, que esteve em Nova Venécia, repreendeu o gesto dos trabalhadores rurais e não encontramos nenhum registro na mesma matéria sobre alguma avaliação dele acerca dos produtores rurais. Galvão propôs um cadastramento das famílias para futuro assentamento, o que foi negado pelos participantes que teriam como condição a necessidade de retornarem aos locais de origem. Nessa mesma reportagem observamos que o governador reconheceu a lentidão do processo de Reforma Agrária devido aos processos de desapropriação e a necessidade de recursos dos governos Estadual e Federal.³¹⁸

Entretanto, como resultado do acirramento dos conflitos, Francisco Domingues Ramos, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pancas com 26 anos,

³¹⁶ SOUZA; PIZZETA; GOMES; CASALI, 2005, p. 148.

³¹⁷ 'SEM-TERRA' vão a Nova Venécia invadir fazenda. A Gazeta. Vitória. 06 dez.1987, p. 8.

³¹⁸ 'SEM-TERRA' vão a Nova Venécia invadir fazenda. A Gazeta. Vitória. 06 dez.1987, p. 8.

foi morto em 05 de fevereiro de 1988. Em sua defesa Namy Chequer, vice-presidente do PC do B, acusava nos noticiários: “por trás desta morte está o dedo da UDR”.³¹⁹ A disposição de derramar sangue era assinalada sem reservas.

Essa morte gerou por parte do governador Max Mauro, sua reprovação aos atos praticados pelos fazendeiros. Max se mostrou empenhado na busca dos culpados. Ao mesmo tempo o então deputado federal Vitor Buaiz (PT) esteve com o ministro da Justiça, Paulo Brossard, solicitando rigor na apuração do crime e na punição dos responsáveis.³²⁰ Apesar desses esforços, a polícia, segundo relato dos membros do sindicato que Ramos representava, atuava no sentido contrário.

Os policiais teriam retirado o corpo da vítima do local de forma indevida, descaracterizando a cena do crime como forma de dificultar as investigações. Corroborando a fala dos trabalhadores, o advogado da entidade afirma: “tudo que encontrei foi uma ocorrência na delegacia e um esboço de laudo no hospital e a médica Roseane, muito nervosa”.³²¹ Diante desse quadro, o governador do Estado acionou o ministro da Justiça e, além disso, no dia nove de fevereiro, encaminhou o próprio secretário de Segurança Pública, Paulo Sérgio Reis, para junto com uma equipe investigar o crime.

Esse grupo se estabeleceu no Fórum de Pancas sob a alegação de que se fazia necessário, segundo Reis, “para que as investigações não sejam pressionadas por policiais ou por hipotéticas pessoas influentes que poderiam estar envolvidas nas negociações”.³²² Os suspeitos do assassinato do líder rural apontados foram: João Nascimento Ramos (subdelegado, conhecido por JR), o cabo da Polícia Militar Waldir Freitas; os pistoleiros Sebastião Reinaldo e Pedro “Capoeira”. O fazendeiro, líder da UDR local, José Milton Breda foi ouvido na polícia e preso como mandante na morte de Francisco.

Apesar de tudo isso, Breda ainda se colocou como candidato a presidente do diretório municipal do PMDB em Pancas. O suspeito conhecido como JR confessou que já havia matado quatro pessoas entre 1950 e 1975. Esse subdelegado chegou a ameaçar cerca de 30 trabalhadores rurais em defesa do proprietário rural José

³¹⁹ PC do B acusa UDR pela morte de líder rural. A Gazeta. Vitória. 08 fev. 1988, p.2.

³²⁰ MAX exige rigor na apuração de morte de líder. A Gazeta. Vitória. 09 fev.1988, p.12.

³²¹ MAX exige rigor na apuração de morte de líder. A Gazeta. Vitória. 09 fev.1988, p.12.

³²² MAX considera político assassinato de líder rural. A Gazeta. Vitória. 10 fev.1988, p. 17.

Caetani. JR também ameaçou outro colono ao defender o fazendeiro Zequita Rodrigues. Esse matador confesso chegou a afirmar na frente do secretário de Segurança que “Francisco já estava passando da hora de ser morto”.³²³

Em três de setembro de mil novecentos e oitenta e oito ocorreu a ocupação da fazenda Acesita Energética com cerca de 500 famílias, aproximadamente 3.000 pessoas. Elas se confrontaram com pistoleiros e com policiais militares para conseguir sucesso em seus planos. Segundo bibliografia do MST, contra os trabalhadores havia cerca de “600 homens fardados e preparados para a desocupação”.³²⁴

Segundo relatório do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD), citado pelo governador Max Mauro e pelos jornalistas de A Gazeta, as fazendas dessa empresa já haviam sido dadas como improdutivas. De acordo com esse documento:

Concluídos os trabalhos pela comissão de vistoria e levados os dados dessa vistoria à Declaração de Propriedade (DP), essas áreas foram classificadas como latifúndio por exploração (terras improdutivas) e, em consequência, levadas à apreciação da comissão agrária para efeito de desapropriação para assentamento de trabalhadores rurais.³²⁵

As terras dessa empresa, dirigida pela União, por meio do Banco do Brasil que possuía controle acionário, já haviam sido incluídas no Plano de Reforma Agrária do Governo Federal. Porém, após recurso impetrado na Justiça, a Acesita Energética obteve um mandato de segurança argumentando que a referida área era produtiva. A partir daí, o processo de desapropriação foi retirado de pauta da Comissão Estadual de Reforma Agrária e, devido às manobras políticas, não entrou mais em discussão devido à falta de quórum nas reuniões.³²⁶

Diante desse quadro o MST resolveu realizar a ocupação, ou seja, era uma forma de pressionar os poderes públicos no sentido do assentamento de famílias no local, já incluído em programa de reforma agrária. O Mirad já havia constatado que a empresa não estava cultivando a área. A Acesita somente extraía madeira para a produção de carvão vegetal. Nesse sentido, devido ao reconhecimento, o órgão

³²³ MAX considera político assassinato de líder rural. A Gazeta. Vitória. 10 fev.1988, p. 17.

³²⁴ SOUZA; PIZZETA; GOMES; CASALI, 2005, p. 88.

³²⁵ OCUPAÇÃO das terras da Acesita. A Gazeta. Vitória. 19 set.1988, p. 13.

³²⁶ TRÊS mil ‘sem-terra’ invadem terra no Norte do ES. A Gazeta. Vitória. 06 set.1988, p. 7.

governamental federal anunciava que procurava resolver o impasse com “negociações para desapropriação amigável da área”.³²⁷

Os trabalhadores que ocuparam a área não cederam de imediato às pressões. Reunidos em assembleia decidiram duas coisas: resistir à violência dos pistoleiros e policiais que a serviços dos fazendeiros realizavam investidas contra os trabalhadores nos acampamento; e só sair da área após a indicação de um acampamento definitivo. Para garantir apoio à sua reivindicação, o MST pediu a intervenção do Governador Max Mauro. Queria evitar que houvesse uma repressão generalizada.

As intervenções do governo estadual se pautaram por uma intermediação entre as partes envolvidas e na articulação com a juíza que determinou a reintegração de posse da área. A magistrada adiou a execução do mandato de acordo com os prazos previstos em lei para trabalho do oficial de justiça. Max Mauro encaminhou também um telegrama ao ministro da reforma agrária intermediando a questão, além de organizar uma reunião em que se fez presente o representante desse ministério junto com os trabalhadores sem-terra.

O MST foi comunicado, nesse encontro, pelo representante do governo federal, que os seus interesses seriam atendidos. Ao mesmo tempo, o executivo estadual era pressionado enquanto que as informações veiculadas se contradiziam. Max recebia informações do ministério que o processo de assentamento estava tramitando enquanto que a empresa acionava a Justiça para reintegração de posse. No meio do fogo cruzado, o governador resolveu tornar pública as correspondências trocadas com o ministro Leopoldo Bessone, bem como os pedidos de reintegração de posse feitos pela própria empresa e pelo advogado, que acusou os políticos envolvidos de serem demagogos (ver Anexo I).

Seriam assentadas sessenta famílias que estavam na fazenda e mais trinta que estavam em Nova Venécia. Inicialmente o MST quis incluir as outras quatrocentas e dez famílias no processo, porém a área requisitada comportava somente 90 famílias. O impasse permaneceu e a ameaça de reintegração de posse também. Militares invadiram o acampamento, mas não chegaram a retirar as famílias sem-terra. Buscando efetivar a desocupação eles mantinham a intimidação.

³²⁷ TRÊS mil ‘sem-terra’ invadem terra no Norte do ES. A Gazeta. Vitória. 06 set.1988, p. 7.

As declarações do delegado de polícia de Conceição da Barra, Walter Barcelos, atribuíam aos integrantes do MST a responsabilidade por roubos, incêndios criminosos e ameaças de morte à juíza de Conceição da Barra, Vitória Consuelo de Lima. A criminalização dos líderes José Rainha Júnior, Braz Camata e outros incluía tentativa de homicídio, incêndio, invasão de estabelecimento agrícola, danos patrimoniais qualificados e, inclusive, assalto a mão armada. O delegado esqueceu que a área ocupada não realizava cultivo, o que era reconhecido pelos próprios técnicos do Mirad que deram aval positivo para a desapropriação.³²⁸

Os sem-terra respondiam as acusações e afirmavam que pistoleiros a serviço da UDR estavam realizando tais coisas, querendo imputar as responsabilidades aos integrantes do movimento e aterrorizar os agricultores promovendo tiroteio.³²⁹ José Rainha declarava que os agricultores resistiriam por meio da luta armada. Dizia que:

O acampamento foi atacado por volta de uma hora de ontem e ninguém conseguiu dormir. Se a UDR assassinar qualquer companheiro ou líder do assentamento, daremos resposta na mesma proporção, embora não tenhamos armas automáticas. Mas temos organização, facas, espingardas e instrumentos de trabalho para resistirmos.³³⁰

A Igreja Católica defendia a reforma agrária, porém, reprovava as ações da UDR e juntamente com as declarações de José Rainha. Dom Aldo Gerna, bispo de São Mateus, reiterava que essa postura de radicalização do movimento levaria a uma antipatia do povo com o movimento. Gerna considerou essa declaração um imediatismo infantil que resultaria em mais resistência por parte da UDR. Para ele

a invasão é a resposta indignada de milhares de famílias sem-terra à irresponsabilidade dos constituintes, que não souberam elaborar um texto à altura dos novos tempos. É um retrocesso histórico. Os lavradores estão dando um sinal de desespero, por que foram excluídos do país juntamente com suas famílias.³³¹

Os agricultores receberam a promessa de que noventa famílias seriam assentadas no local e que as 420 famílias aguardariam em área arrendada novo assentamento. O governador Max Mauro garantiu a não interferência da polícia na saída das famílias e alimento para elas no assentamento provisório. Além disso, o governador

³²⁸ PM ocupa área da Acesita para impedir invasões. A Gazeta. Vitória. 22 set. 1988, p. 11.

³²⁹ MAIORIA dos sem-terra deixa área invadida. A Gazeta. Vitória. 17 set. 1988, p. 9.

³³⁰ ÁREA da Acesita é invadida de novo por sem-terra. A Gazeta. Vitória. 21 set. 1988, p. 9.

³³¹ ÁREA da Acesita é invadida de novo por sem-terra. A Gazeta. Vitória. 21 set. 1988, p. 9.

se comprometeu com a regulamentação procedimento de licitação de terras devolutas pertencentes ao Governo Estadual. Para tanto, foi formada uma comissão para discutir o assunto.

Nos noticiários o líder José Rainha apresentava os assentamentos das famílias como “uma vitória histórica do movimento”.³³² Ao mesmo tempo ele também defendia a resistência armada. Assim, outras ocupações foram programadas nesse clima de vitória cantada. Porém, a radicalização defendida por José Rainha não recebia respaldo de outros setores que apoiaram o movimento, como a Igreja Católica.

Os conflitos continuaram e, no ano seguinte, em 03 de junho de 1989 houve a ocupação da fazenda Ipuera. No dia 06 de junho o jornal A Gazeta estampou em sua capa: “Fazendeiro e PM são mortos em emboscada.”³³³ Já a reportagem no interior do jornal anunciava: “Fazendeiro e policial assassinados em emboscada.”³³⁴ Nesse episódio o fazendeiro José Machado Neto e o policial militar, Sérgio Narciso da Silva, designado pelo noticiário como P-2, morreram após serem baleados. Com eles estavam mais alguns empregados do fazendeiro. O jornal A Gazeta narra os fatos da seguinte forma:

O soldado Sérgio Narciso era da P-2 (Serviço Secreto da PM) e desde a noite de domingo fazia investigações na fazenda, com o objetivo de descobrir o acampamento e a identidade dos organizadores da ocupação. Ontem cedo, ele saiu em companhia de José Machado e três empregados da fazenda, seguindo para uma área de floresta. No caminho, o grupo encontrou três homens de atitudes suspeitas e o soldado fez dois disparos de advertência no chão, ordenando que não ‘se mexessem’ pois era a Polícia. O PM e o fazendeiro foram na frente e quando se aproximaram dos desconhecidos, sofreram a emboscada. Os tiros partiram do interior da mata e o primeiro a tombar foi o soldado Sérgio Narciso. Ele recebeu um disparo na barriga que varou nas costas. Ao tentar socorrer o policial, o fazendeiro José Machado levou um tiro na boca que atingiu a nuca. Os empregados conseguiram escapar se embrenhando na floresta.³³⁵

Em sua narrativa o jornalista, da sucursal de Linhares, caracteriza a atuação do militar dentro do estrito cumprimento de seu dever. Continuando seu texto carregado da ideologia do jornal, o mesmo jornalista simplesmente informa ao leitor que foram encontrados três homens em atitude suspeita. Porém, não explica o que eles faziam

³³² MAIORIA dos sem-terra deixa área invadida. A Gazeta. Vitória. 17 set. 1988, p. 9.

³³³ FAZENDEIRO e PM mortos em emboscada. A Gazeta. Vitória. 06 jun.1989, capa.

³³⁴ FAZENDEIRO e policial assassinados em emboscada. A Gazeta. Vitória. 06 jun.1989, p. 14.

³³⁵ FAZENDEIRO e policial assassinados em emboscada. A Gazeta. Vitória. 06 jun.1989, p. 14.

para que pudessem ser considerados suspeitos. Seria o fato de estarem vestidos como agricultores? Como boia-fria, esse novo braçal da terra, o trabalhador assalariado, produto do avanço das relações capitalistas no campo, era a personificação das classes perigosas para os empresários rurais?

O policial antes de ser morto dispara duas vezes. Porém, para o noticiário os tiros eram de advertência. Mas por que dois tiros de advertência e não somente um? O jornal dá um tom épico ao dizer que ele foi o primeiro a tombar e que o fazendeiro José Machado foi socorrê-lo. O jornal estampou na capa e publicou diversas reportagens, incluindo editorial, nas quais há uma defesa dos produtores em detrimento dos trabalhadores sem-terra.

Na reportagem realizada consecutivamente no segundo dia, Paulo Torre e Darcy Queiroz anunciam: “Governo acusado de incentivar invasões”,³³⁶ com uma foto da bandeira do MST logo abaixo. No parlamento capixaba a oposição explorava os fatos. O deputado Armando Viola, do mesmo partido do governador, ressaltou na tribuna a fala de um anônimo, registrada em um vídeo apresentado pelo presidente da Federação da Agricultura do Espírito Santo (FAES), que acusava Max Mauro de promover as ocupações. O deputado Valci Ferreira (PTB) também empreendeu suas críticas:

Quem sabe se a Secretaria da Agricultura, através de recursos do Fundap não está dando armas para eles? (...) Dom Aldo Gerna não é esse santinho que dizem por aí. Ele vendeu boa parte das terras da Igreja em São Mateus para a Aracruz Celulose. (...) O Governo do Estado deu todas as condições necessárias para que os sem-terras, orientados pela CUT e pelo PT, fizessem as invasões.³³⁷

Logo após, encontramos um tópico, com o título “coronel adverte invasores”, com o seguinte conteúdo:

O comandante do 2º Batalhão da Polícia Militar de Nova Venécia, coronel Sebastião Duarte Vanzeler, declarou ontem, nesta cidade que não permitirá a invasão de um ‘palmo de terra’ no norte do Estado a partir de agora. Ele compareceu ao enterro do PM Sérgio Narciso e, emocionado, disse que não é do seu feitio ‘sepultar soldados’.
O coronel fez uma preleção aos 70 homens da terceira companhia da PM de São Mateus pedindo à tropa ‘muita cautela para evitar novas baixas à corporação’. Acrescentou que não descansará enquanto não conseguir

³³⁶ GOVERNO acusado de incentivar invasões. A Gazeta. Vitória. 07 jun.1989, p. 3.

³³⁷ OPOSIÇÃO faz acusações a Max. A Gazeta. Vitória. 08 jun.1989, p. 15.

prender os criminosos, acrescentando que os invasores de terra 'são homens dispostos a tudo'.³³⁸

Os fazendeiros estavam organizados para garantir a propriedade das terras que muitos deles haviam ocupado e se encontravam em processo de legitimação. Em nota de repúdio ao secretário de agricultura do governo do Estado, Paulo Galvão, que acusou os proprietários rurais de também serem invasores de terras, o Sindicato Rural de Linhares reconheceu o processo de ocupação das terras devolutas. No entanto, alegava que "há muitos anos e de maneira pacífica, os produtores detém o direito de posse das terras a legitimar".³³⁹ O discurso desse sindicato patronal não coincide, contudo, com o histórico da região.

Os acontecimentos em tela corroboram explicação de Barreira que defende a existência de uma rede de proteção na formulação de seu conceito de pistoleiro. A organização formal da UDR no Espírito Santo se deu 4 anos após a primeira ocupação realizada pelo Movimento Rural dos trabalhadores Sem Terra no Espírito Santo. Com os dois lados institucionalizados, em 1989 a luta pela terra assumiu um caráter mais ofensivo em relação aos latifundiários.

O resultado da ocupação da fazenda Ipuera, propriedade de José Machado, no município de Pedro Canário é considerado o maior e mais complexo conflito de terras na história do MST no estado.³⁴⁰ A partir desse período os fazendeiros junto com sua rede de proteção passaram a dificultar ainda mais a organização dos trabalhadores. O MST só conseguiu organizar nova ocupação no estado mais de um ano depois, em vinte e dois de julho de mil novecentos e noventa nas terras da Flonibra, uma empresa subsidiária da Companhia Vale do Rio Doce. Muitas lideranças foram assassinadas após esse episódio na fazenda Ipuera.

Paulo Damião Tristão, conhecido por Purinha, tesoureiro do diretório municipal do Partido dos Trabalhadores de Linhares, ligado à Igreja Católica e ao movimento sindical, foi assassinado após duas semanas da morte de José Machado. Uma reação dos fazendeiros contra aqueles que lutavam contra a reforma agrária. Nesse mesmo dia ele havia feito panfletagem contra a UDR.³⁴¹

³³⁸ GOVERNO acusado de incentivar invasões. A Gazeta. Vitória. 07 jun. 1989, p. 3.

³³⁹ SINDICATO Rural de Linhares. Nota ao público. Em: A Gazeta. Vitória. 08 jun. 1989, p. 2.

³⁴⁰ SOUZA; PIZZETA; GOMES; CASALI, 2005, p. 149.

³⁴¹ TESEOUREIRO do PT emboscado com 8 tiros. A Gazeta. Vitória. 21 jun. 1989, p. 13.

A invasão da Flonibra, localizada na estrada entre Nova Venécia e São Mateus, voltou a acirrar os conflitos sociais no norte do Espírito Santo. Moradores do assentamento do Gaviãozinho (Nova Venécia) e do Kilômetro 41 (São Mateus) ocuparam as terras dessa empresa como forma de protestar contra o Governo do Estado e o Governo Federal por não cumprirem promessas. Após a ocupação a empresa acionou o poder judiciário que recebia cobrança do alto escalão da Polícia Militar e da UDR no sentido de emitir a liminar de reintegração de posse.

Na ânsia de cumprimento da liminar despachada dia 26 de julho, o tenente-coronel da Polícia Militar João Lélis Pereira “passou o dia de ontem mantendo contato com a Casa Militar do Governo e o Comando Geral da PM, à espera de uma solução. De concreto, recebeu apenas uma ordem do Comando Geral para não se ausentar de Nova Venécia”.³⁴²

O editor-chefe Paulo Torre e o Diretor Responsável Darcy Pacheco de Queiróz estamparam em toda página do jornal a reportagem com o título: “PM aguarda ordem de Max para expulsar invasores”.³⁴³ Nesse o tom que o Jornal A Gazeta que passa suas mensagens carregadas de defesa dos setores conservadores e cobranças ao chefe do Executivo.

O Governo do Estado, representado pelo Secretário de Agricultura, Cléber Guerra, mediou os conflitos e mais uma vez se comprometeu com os sem terra em enviar alimentação para as famílias dos assentados por trinta dias. Segundo ele “o poder Judiciário estava se sentindo desmoralizado e recebendo várias ligações telefônicas nos últimos dias de diversos segmentos civis, inclusive da UDR, exigindo o cumprimento da liminar de despejo”.³⁴⁴ Os trabalhadores agrícolas por sua vez cobravam o cumprimento dos acordos.

Um membro da comissão de imprensa do acampamento anunciou que a disposição do grupo era de “enfrentar as baionetas. Preferimos morrer a tiros a perecer de fome”.³⁴⁵ Acusavam que o Governo do Estado havia prometido assentar as mais de trezentas famílias para que as mesmas deixassem as terras fazenda Acesita e não

³⁴² PM aguarda ordens de Max para expulsar invasores. A Gazeta. Vitória. 28 jul. 1990, p. 10.

³⁴³ PM aguarda ordens de Max para expulsar invasores. A Gazeta. Vitória. 28 jul. 1990, p. 10.

³⁴⁴ SEM-TERRA faz acordo e abandona área da Flonibra. A Gazeta. Vitória. 14 ago. 1990, p. 5.

³⁴⁵ FAMÍLIAS não saem da Flonibra. A Gazeta. Vitória. 10 ago. 1990, p. 13.

tinha cumprido.³⁴⁶ Para o Governo do Estado, negociar a saída foi a melhor estratégia. Ceder às pressões da FAES, da UDR e de setores da Polícia Militar em cumprir a ordem do poder Judiciário de despejo se valendo do monopólio da violência acarretaria prejuízos em época de campanha eleitoral. Porém, o não cumprimento da ordem judicial geraria um ônus institucional de grande monta para o chefe do executivo estadual.

Os assentados se mostravam ainda mais indignados com o Governo Federal e o INCRA que haviam estabelecido-os em terras inférteis e ainda insistiam em retornar com eles para o assentamento de “Gaviãozinho”, após ter se comprometido em encontrar terras melhores durante as negociações decorrentes da ocupação da Flonibra. Vinte dias depois os sem-terra deixaram as terras dessa empresa. Dirigiram-se para o assentamento Vale da Vitória, em Jaguaré.

Deixaram a Flonibra, porém permaneceram acampados ao longo da rodovia como forma de manter a unidade do movimento. Os trabalhadores anunciaram que iam para Jaguaré, mas desconfiados do não cumprimento das promessas por parte do Governo do Estado mudaram os planos. O Secretário da Agricultura, Cléber Bueno solicitou assim providências do Ministério da Agricultura no sentido de assentar as famílias. Cléber chegou a se comprometer com as passagens de ônibus para a comissão de negociação, pagando do “próprio bolso”.³⁴⁷ Após esses conflitos de agosto de 1990, intensificaram-se os debates para o pleito eleitoral que escolheria o governador do Estado, além de parlamentares para o Congresso Nacional e para a Assembleia Legislativa.

2.3.3 Capital e trabalho: a luta pelos salários e pelo poder

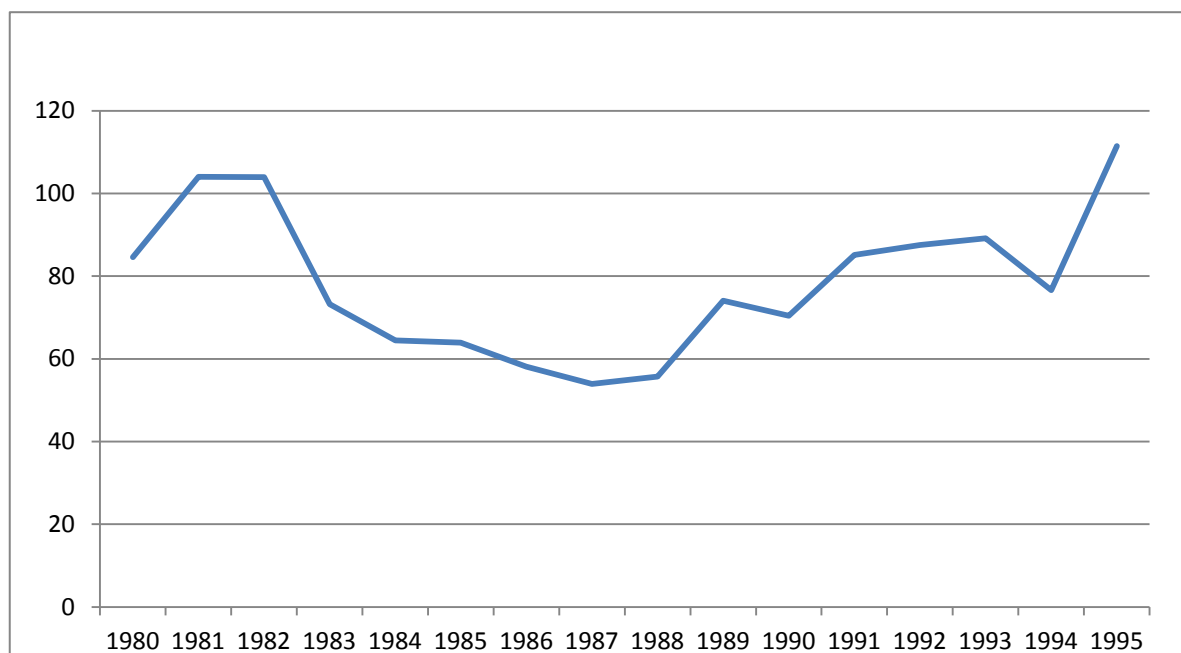
Com outra estratégia de intervenção na realidade, os trabalhadores do mercado formal, que sofriam também as consequências desse processo histórico, passaram a lutar contra os liberais e a exploração do trabalho por meio das greves. Os movimentos paredistas do período estudado coincidem com períodos de arrocho

³⁴⁶ GOVERNO negocia hoje com invasores da Flonibra. A Gazeta. Vitória. 13 ago. 1990, p. 5.

³⁴⁷ PROTESTO de sem-terra surpreende Secretaria. A Gazeta. Vitória. 16 ago. 1990, p. 7.

salarial. Mas a análise dos dados aponta que esses movimentos também comportam motivações políticas do Partido dos Trabalhadores, interessado em promover seus candidatos, nas bases formadas a partir da inserção do partido nas lutas políticas dos trabalhadores, daqueles que permaneceram no “mercado de trabalho”, ou seja, estavam empregados e sindicalizados.

GRÁFICO 3 - Evolução do salário mínimo



Salário mínimo no Brasil em US\$, a partir da Revista Suma econômica apud SIQUEIRA, 2006, p.30.

Em 1982, apesar de o salário mínimo ter se mantido estável em relação ao ano anterior, o número de greves subiu de 150, em 1981, para 1444 em 1982, ano das primeiras eleições gerais para governador depois da ditadura militar. No ano seguinte, 1983 as greves foram quantificadas em 393, sendo que o salário mínimo despencou de US\$ 103,91 em 1982 para US\$ 73,19 em 1983. Nota-se que o salário mínimo em 1989 foi superior ao valor estabelecido no ano de 1990.

No entanto, no ano de 1988, quando o valor do salário mínimo era de US\$ 55, 74, houve 2.137 greves no Brasil, e já no ano de 1989, ano eleitoral em que aconteceu a primeira eleição direta para presidente após a ditadura militar, aconteceram 3.943 greves, apesar de o salário mínimo ter seguido padrão inverso, aumentando para US\$ 74,07. Em 1990, ano eleitoral também, mas com importância menor que a do

ano anterior, o valor do salário mínimo diminuiu junto com a quantidade de greves, o salário foi para US\$ 70,40 e aconteceram 2.357 greves.³⁴⁸

Sobre as greves do período, Marcelo Badaró Matos diz o seguinte:

A reivindicação de reajuste salarial, a princípio puramente econômica, adquiria, no entanto, uma dimensão política inegável no contexto do fim da ditadura. Afinal, o modelo de desenvolvimento econômico dos governos militares baseava-se no arrocho salarial. E o crescimento econômico acelerado era o argumento mais usado no discurso dos dirigentes para justificar a ditadura. As greves e reivindicações dos trabalhadores traziam, assim, a público, de forma contundente, a perversidade do modelo concentrador de renda que começava a falir.³⁴⁹

O programa reformista, antes de 1964, estava aglutinado em torno de um único partido, o Partido Trabalhista Brasileiro que aglutinava as esquerdas da época. Durante a Ditadura Militar os militantes políticos identificados com ideologias de esquerda também tinham que se organizar em torno de um único partido o Movimento Democrático Brasileiro. O MDB ganhou corpo na oposição ao regime somente na década de 1970 quando passou a perceber vitórias eleitorais sobre a ARENA.

O MDB agregou diversas tendências da esquerda no Brasil e a tradição trabalhista era vista como um segmento moderado desta. Somente na legislatura de 1978 houve um destaque para a tendência popular ou socialista no MDB, e a presença de comunistas no MDB trouxe “alguma respeitabilidade entre setores mais politizados e intelectualizados da sociedade”.³⁵⁰

O historiador Francisco Carlos Teixeira da Silva contestou a tese dos militares de que a oposição (MDB) e segmentos da sociedade civil (ABI, OAB, CNBB, Universidade, estudantes, etc.) não desempenharam papel relevante. As vitórias eleitorais do MDB representaram, para ele, um esgotamento do respaldo que inicialmente os militares tiveram na sociedade para a intervenção junto ao governo em 1964 e um demonstrativo de que os militares perderam a iniciativa das reformas. Com o crescimento do movimento popular ocupando as ruas e exigindo a anistia, o retorno dos exilados e a campanha das Diretas-Já os partidos passaram então,

³⁴⁸ MATOS, 2009, P.120.

³⁴⁹ MATOS, 2009, p.122.

³⁵⁰ MOTTA, 2007, p. 293.

segundo ele, a assumir a direção da abertura, que já não se encontrava mais nas mãos dos militares.³⁵¹

Porém, a nova República iniciou-se sob o controle das elites políticas. O PMDB ganhou votos do PDS para Tancredo realizando uma transição pactuada, ou seja, garantindo o domínio das elites e impunidade àqueles que violaram os direitos humanos, que praticaram torturas e homicídios. Abrigando apoiadores do regime militar existiam dois partidos de direita: o PDS e o PFL que surgiu de uma facção de pedessistas que se opuseram a Paulo Maluf.

Enquanto isso, a esquerda encontrava-se dividida em disputa com a concorrência entre o PMDB, conhecido pelo histórico de oposição à ditadura, com a reforma partidária acomodou em seus quadros organizações comunistas (PCB, PC do B, MR-8); o PT, com destaque das lideranças sindicais, da militância de religiosos e de intelectuais revolucionários marxista-leninistas, desempenhou papel fundamental no movimento das Diretas Já e na Assembleia Constituinte; e, o PDT, que recuperou a herança trabalhista no final do século XX e englobou novos temas com o chamado *socialismo moreno*, de Darcy Ribeiro.

O PT apareceu como alternativa hegemônica da esquerda após enfraquecimento do movimento de restauração do trabalhismo no Brasil empreendido por Brizola e o PDT. Neste contexto o PT, de acordo com o historiador Daniel Aarão Reis, arrogava para si um elemento diferencial em relação aos outros partidos de esquerda. Por conta dessa autoconceituação e diferenciação foram, “o trabalhismo e o comunismo, acusados de serem artífices de derrotas e, principalmente de terem atrelado os trabalhadores a causas e a propósitos *populistas e burgueses*”.³⁵²

Neste quadro político, a divisão da esquerda no retorno ao pluripartidarismo reforça o entendimento de que essa abertura não foi uma iniciativa democrática, mas uma estratégia de enfraquecimento do MDB que vinha impondo sucessivas derrotas à Arena.³⁵³

A abertura política ensejou uma nova configuração política partidária em uma sociedade que já não se encontrava mais polarizada em relação às reformas de

³⁵¹ SILVA, 2003.

³⁵² REIS, 2007, p. 507.

³⁵³ SILVA, 2007, p. 340; SENTO-SÉ, 2007, p. 431.

base, abortadas pelos militares, mas na perspectiva de votar para presidente. Assim, o debate das *Diretas-já*, embora tenha permitido a “construção de instrumentos efetivos que pudessem sustentar a permanência da ordem democrática”,³⁵⁴ abafou o debate sobre as reformas ainda pendentes no Estado brasileiro.

Contudo, a defesa dos direitos trabalhistas recebeu forte apoio do Partido dos Trabalhadores e do Partido Democrático Trabalhista no Congresso Nacional. Juntamente com esses partidos estavam os sindicatos dos trabalhadores fazendo frente aos interesses da classe patronal que defendia veementemente a premissa liberal. Para os capitalistas, a negociação salarial diretamente com o empregado, sem a intervenção estatal, deveria ser legalizada pelos congressistas.

Apesar do esforço realizado no sentido de suprimir a Consolidação das Leis do Trabalho, cujas bases se encontravam no Estado Novo (1937-1945), do corpo jurídico da nação brasileira, os movimentos sociais e os partidos políticos progressistas conseguiram garantir leis que defendessem o trabalhador da opressão do poder econômico. A luta dos trabalhadores se direcionava tanto para o cumprimento dos direitos, quanto pela manutenção dos mesmos, pois a investida capitalista no sentido da flexibilização das leis trabalhistas permaneceu após a Constituinte de 1988.

A inserção de uma legislação protetiva na Carta Magna brasileira tornou esse período, os anos 1980, não uma década perdida, mas uma década de lutas e conquistas na direção de uma justiça social. No Espírito Santo, no contexto de grave crise social e econômica com os salários dos trabalhadores despencando, conforme gráfico acima, o presidente da Federação das Indústrias do Espírito Santo (FINDES), Hélcio Rezende Dias, afirmou que o empresariado estaria disposto a “colaborar na busca de soluções, para a economia e para a sociedade, nem que estas soluções continuem a exigir cotas de sacrifício das classes produtoras”.³⁵⁵

No entanto, a classe empresarial não abre mão de que os salários dos trabalhadores sejam uma mercadoria negociada. O liberalismo é o pressuposto dessa classe conforme as palavras do presidente da entidade, eleito para o mandato 1989-1992. Sergio Rogério de Castro dizia que suas grandes metas são: “a defesa da livre

³⁵⁴ DELGADO, 2007, p. 421.

³⁵⁵ FINDES pretende buscar entendimento. A Gazeta. Vitória. 16 jan. 1987, p.9.

iniciativa, a defesa da internacionalização da economia, a defesa da livre negociação entre empregadores e empregados”.³⁵⁶

Ao mesmo tempo em que defendia o liberalismo nas relações de trabalho, Castro cobrava que: “o governo tem que dar mais recursos, mais meios para que o secretário [da Indústria e do Comércio] possa atuar melhor, (...)”.³⁵⁷ Nesse aspecto, repetindo a mesma prática dos industriais da República Velha, a classe empresarial, na fala do presidente da FINDES, defendia a intervenção estatal no sentido de promover o desenvolvimento da indústria e, concomitantemente, a não-intervenção na relação patrão-empregado.

Em sua estratégia de luta contra os movimentos dos trabalhadores Sérgio salienta nos noticiários que o sindicato da classe empresarial disponibilizava assistência aos sindicalizados nas questões trabalhistas. Segundo ele “a FINDES recomenda aos empresários dos setores ameaçados de greve que não esperem parados a eclosão dos movimentos. Recomenda que eles se articulem previamente para desarmá-los ou minimizá-los”.³⁵⁸ Esse desarmamento é explicado em outra fala quando chama atenção para o momento de contratação do trabalhador, quando a ideologia política se colocaria como critério de reprovação, assim como durante a ditadura foi motivo de perseguição.

Sérgio Castro considera desta forma que a função do setor de Recursos Humanos nas empresas, é equivalente a dos órgãos de repressão no período autoritário encerrado poucos anos antes. Além disso, mandava o seguinte recado: “aos empresários que ainda resistem em reconhecer a importância do setor de Recursos Humanos, a Findes adverte que é melhor prevenir do que remediar”.³⁵⁹

O presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Espírito Santo (FAES), Vinícius Alves, também manifestava junto aos meios de comunicação a defesa da livre negociação entre patrão e empregado, ou seja, que os salários sejam definidos por meio da lei da oferta e da procura.³⁶⁰ Contra esse discurso e na defesa dos salários os sindicatos promoveram inúmeras greves na década de 1980. Greves políticas e econômicas foram deflagradas no Espírito Santo.

³⁵⁶ EMPRESÁRIO quer internacionalização da economia. A Gazeta. Vitória. 10 set. 1989, p. 16.

³⁵⁷ EMPRESÁRIO quer internacionalização da economia. A Gazeta. Vitória. 10 set. 1989, p. 16.

³⁵⁸ EMPRESÁRIOS já se preparam para enfrentar greve. A Gazeta. Vitória. 17 set.1989, p. 24.

³⁵⁹ EMPRESÁRIOS já se preparam para enfrentar greve. A Gazeta. Vitória. 17 set.1989, p. 24.

³⁶⁰ ECONOMISTA não vê viabilidade para o pacto social. A Gazeta, Vitória. 19 jul.1988, p.11.

Em resposta às comunicações de caráter repressivo, feitas pelo presidente do sindicato da classe empresarial, o presidente regional da Central Única dos Trabalhadores (CUT), José Otávio Baioco, atestava que os trabalhadores estavam mais organizados e conscientes e que “não será essa preparação dos empresários que irá assustar as categorias quando elas forem à luta para obter os seus direitos”.³⁶¹ Os trabalhadores advertiam que quanto maior a radicalização dos patrões maior o confronto.

Durante a ditadura militar os confrontos foram reduzidos, com um crescimento em fins dos governos militares. No Espírito Santo não há registro de greves no setor público entre 1979 e 1981. Entre 1982 e 1984, período de incertezas, não há registros de movimentos grevistas.³⁶²

Os movimentos paredistas voltaram a ser realizados com maior intensidade a partir de 1986. Em 1987, a perda de poder aquisitivo da população resultou também em um grande número de greves. Já em 1989 houve o pico da quantidade de greves no período da década de 1980. A maior quantidade de movimentos foi verificada entre os funcionários públicos federais, mas também houve significativas paralisações entre os servidores estaduais.³⁶³ Acompanhando esta tendência, o funcionalismo público estadual pressionou o governador Max Mauro por melhores salários.

A predominância do setor público, neste Estado, já se manifesta em 1986, momento que marca efetivamente o início do surto grevista. As razões dessa marcante posição do setor público nos movimentos grevistas remetem a uma série de fatores, entre eles: a) as especificidades da economia local com destaque para o significativo setor de atividades ferro-portuárias desenvolvidas por empresas estatais; b) a presença de empresas do setor industrial voltadas para a produção de bens intermediários que só recentemente foram privatizadas; e a importância do poder público como empregador.³⁶⁴

A década seguinte, de 1990, já registrou um refluxo dos movimentos sociais de uma forma geral.³⁶⁵ A onda neoliberalizante não havia alcançado ainda grande expressão na década de 1980. Prevalcia ainda forte tendência nacional-estatista. O histórico de ligação de Max Mauro com os movimentos populares juntamente com a

³⁶¹ EMPRESÁRIOS já se preparam para enfrentar greve. A Gazeta. Vitória. 17 set.1989, p. 24.

³⁶² COLBARI, 2010, p. 251.

³⁶³ COLBARI, 2010, p. 252.

³⁶⁴ COLBARI, 2010 p.252.

³⁶⁵ COLBARI, 2010; MOREIRA, 2008, p. 186.

perspectiva nacional-estatista herdada de Saturnino Rangel Mauro credenciou a ele diversos títulos e classificações como “esquerda”,³⁶⁶ “emedebista histórico”.³⁶⁷

Apesar de o reformismo ter sido considerado como uma estratégia burguesa por aqueles que escolheram fazer a luta armada, suas escolhas diante do capitalismo também atuavam no intuito de impedir que setores conservadores alcançassem níveis de exploração social mais intensos. Assim, seguindo a perspectiva de Bernstein, segundo o qual a intransigência é coisa de grupos condenados à oposição,³⁶⁸ observamos que Max assumiu compromissos com adversários de longa data nas articulações para governador do Espírito Santo.

A estrutura de apoios, coordenação e financiamento de campanha do PMDB esteve ligada aos grupos conservados representados por empresários e proprietários rurais que determinaram as convenções partidárias e a escolha dos candidatos que deveriam representar o partido. A heterogeneidade de apoios e a inclusão do ponto de vista dos adversários implicava em restringir a participação dos movimentos populares e suas reivindicações durante o exercício do poder.

Os grupos de pressão dos conservadores capixabas reuniram empresários urbanos e rurais, grandes comerciantes e executivos das estatais CVRD, CST e ARACRUZ. As relações de força estabelecidas se direcionavam, portanto, para a abertura do chefe do Executivo estadual aos interesses dessas classes econômicas. No outro polo de atuação, os movimentos sociais e a Igreja também impactavam a opinião pública, por meio da defesa da justiça social e de formas de interação social que se pautem pela solidariedade humana. Nesse contexto, as manobras de setores políticos interessados na radicalização podem representadas como uma estratégia de grupos no interior dos sindicatos interessados em assumir o poder internamente. Assim, “nas categorias do setor público, as greves também constituem momentos privilegiados para a projeção de lideranças e, muitas vezes, são instrumentalizadas pelas tendências em disputa pelo controle da direção dos sindicatos”.³⁶⁹

Defendendo o caráter popular de seu governo Max Mauro alegava que suas primeiras medidas como chefe do executivo estadual foram “suspender pagamentos

³⁶⁶ MOREIRA, 2008.

³⁶⁷ MARTIN, 2008.

³⁶⁸ 2003, p.77.

³⁶⁹ COLBARI, 2010, p. 249.

a empreiteiros e fornecedores, suspender as obras e proibir contratações e também demissões, garantindo o pagamento em dia dos 60 mil funcionários”.³⁷⁰ Essas medidas de contenção geraram reação do Sindicato da Indústria da Construção Civil no estado do Espírito Santo (SINDICON) contra o governo do estado. Em abril, um mês antes dessa declaração em que pedia o retorno dos funcionários públicos da saúde e da educação em greve, Max teria se confrontado com as empreiteiras capixabas.

As restrições inicialmente determinadas pelo governo federal com congelamento dos preços levaram à resistência da classe empresarial que passou a boicotar obras públicas. O boicote foi divulgado em nota oficial intitulada “Recomendação Empreiteiros de Obras Públicas”.³⁷¹ Assinado Por João Luiz de Menezes Tovar e reiterando as decisões da classe reunida em assembleia no dia 14 de janeiro de 1987, o documento do Sindicon recomendava:

- 1 – Que as empresas empreiteiras de obras públicas não participem de nenhuma licitação cujo edital não contiver cláusula específica de correção de preços conforme dispositivo legal do DL 2.300, artigo 55.
- 2 – Que as empresas com contratos em andamento promovam redução drástica do ritmo das obras até o surgimento de medidas legais que possibilitem o realinhamento dos preços.
- 3 – Que as empresas com obras em andamento oficiem seus contratantes informando da redução do ritmo das obras solicitando imediata revisão dos cronogramas físico-financeiros em vigor.³⁷²

O governo estadual também foi alvo das investidas dos empreiteiros da construção civil estadual. O Sindicon apresentou a Max Mauro, um pouco mais de um mês antes de sua posse, documento propondo alterações nos processos de licitação pública, entre elas reivindicava possibilidade de reajustes.³⁷³ No entanto, as ações de Max caminharam na contramão do interesse das empreiteiras. Por isso, elas paralisaram atividades e passaram a acusavam o governador de ser culpado pelas demissões em massa ao determinar medidas de contenção de despesas. Em letras grandes ocupando a página inteira e com fotos de obras em Jardim da Penha e no

³⁷⁰ MAX condena greves no Estado. A Gazeta. Vitória. 06 mai.1987, p.3.

³⁷¹ RECOMENDAÇÃO EMPREITEIROS DE OBRAS PÚBLICAS. A Gazeta. Vitória. 17 jan. 1987, p. 3.

³⁷² RECOMENDAÇÃO EMPREITEIROS DE OBRAS PÚBLICAS. A Gazeta. Vitória. 17 jan. 1987, p. 3.

³⁷³ MOREIRA vê chances de Max aceitar tese de licitação. A Gazeta. Vitória. 13 fev.1987, p.11.

Hospital Dório Silva o jornal estampava: “Medida de Max já causa demissão em empreiteiras.”³⁷⁴

Em junho de 1987, no seu terceiro mês de governo, Max garantiu aos donos das construtoras que após regularização do salário do funcionalismo público iria baixar decreto reajustando contrato dos empreiteiros de obras públicas. Nesse momento vinte e três obras encontravam-se paralisadas.³⁷⁵ As exigências das empreiteiras avançaram em direção ao governo estadual. O governador era cobrado também em relação à indicação de nomes de empreiteiros e empresários influentes no governo Camata que executavam os principais projetos nessa administração e pleiteavam o mesmo espaço no mandato para o qual foi eleito Max Mauro.³⁷⁶

Os impasses em relação à influência econômica desses grupos ligados a Camata no governo Max estiveram, segundo o próprio governador, na raiz da crise entre esses dois políticos.³⁷⁷ Em reunião no Palácio Anchieta com políticos da bancada federal, entre eles, João Calmon, Vasco Alves, Nelson Aguiar, Rose de Freitas, Hélio Manhães e Nyder Barbosa de Menezes, o governador Max Mauro ratificava que

não quer ver a repetição, em seu Governo, de episódio de ‘caixinhas’. As fontes afirmam que Max observou que no passado empreiteiras executavam as obras para o Estado em troca do pagamento a membros do Governo de 10% ou 15% do montante do valor do contrato.

Nesse ponto entrou em discussão o descontentamento do governador com a nomeação de Carlos Lessa para a coordenação do Geres. Max Mauro deixou clara sua intenção de não aceitar Lessa, indicado por Camata, relacionando a indicação com a questão da influência econômica em sua administração, já que o coordenador do Geres manipulará recursos destinados ao Estado. Ficou evidente, ainda, que em torno do reatamento gira a questão do reinício das obras paralisadas no Estado: Camata passaria a apoiar a administração estadual, trabalhando recursos para o Espírito Santo, desde que as execuções das obras tivessem a participação das empreiteiras que atuavam na administração passada.³⁷⁸

Um dos principais projetos da administração de Max foi boicotado após a ruptura dele com o senador Gérson Camata. Nenhuma empreiteira capixaba se inscreveu para participar do projeto Transcol.³⁷⁹ Os embates com o capital geravam prejuízos políticos e de receita para o Governo Estadual, já que Camata passou a utilizar a

³⁷⁴ MEDIDA de Max já causa demissão em empreiteiras. A Gazeta. Vitória. 01 abr.1987, p.5.

³⁷⁵ EMPREITERA de obras públicas terá reajuste no Estado. A Gazeta. Vitória. 04 jun. 1987, p. 11.

³⁷⁶ GOVERNADOR atribui a empreiteiras crise com Camata. A Gazeta. Vitória. 15 set.1987, p. 2.

³⁷⁷ GOVERNADOR atribui a empreiteiras crise com Camata. A Gazeta. Vitória. 15 set.1987, p. 2.

³⁷⁸ GOVERNADOR atribui a empreiteiras crise com Camata. A Gazeta. Vitória. 15 set.1987, p. 2.

³⁷⁹ MAX acusa empreiteiras de boicotar Transcol. A Gazeta. Vitória. 15 abr.1988, p.7.

estratégia de direcionar verbas diretamente para prefeitos aliados com vistas a excluir o governador Max Mauro das alianças políticas e com isso isolá-lo.

Ao mesmo tempo em que lidava com a pressão desses grupos econômicos, o governo estadual se defrontava com um quadro de crise no sistema público de uma forma geral. Aconteceram muitas greves na Secretaria de Educação e de Saúde nos diversos níveis da administração pública. Há que se reiterar que inclusive nas administrações dos petistas Magno Pires na Prefeitura de Vila Velha e Vitor Buaiz na Prefeitura de Vitória houve movimentos paredistas. Buaiz, e inclusive o próprio Lula em visita ao estado, chegou a criticar o que chamou de grevismo, que incluía as greves em serviços essenciais.³⁸⁰

Os salários achatados e as condições de vida levavam a um quadro em que os trabalhadores buscavam frequentemente reajustes salariais que pudessem limitar as perdas decorrentes do processo inflacionário. Assim, o governo estadual teve que conviver com o quadro constante de movimentos grevistas articulados por integrantes do Partido dos Trabalhadores e da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Como ressaltou Colbari, esse contexto em que se defrontar com o patrão estava na ordem do dia, permitiu ascensão de sindicalistas ao posto de deputados estaduais. O petista João Carlos Coser ilustra esse perfil. Saído do sindicato dos Comerciários, Coser passou a exercer mandato no legislativo em 1987.

No ano de 1987 a CUT e a Central Geral dos Trabalhadores (CGT) tentaram promover uma “Greve Geral”. Porém, a adesão dos trabalhadores tanto em nível federal como no Espírito Santo foi baixa. Nesse estado cerca de 3% dos trabalhadores participaram do movimento, desses em torno de um terço era de professores.³⁸¹ Já em 1989 os resultados foram diferentes. O quantitativo de pessoas que aderiram à greve foi ampliado significativamente.

De acordo com o Comando de Greve de no Estado cerca de 120 mil pessoas teriam aderido ao primeiro dia do movimento organizado novamente pela CUT e pela CGT, em 1989. Esse conjunto foi formado por: servidores públicos estaduais, trabalhadores da construção civil, rodoviários urbanos, metalúrgicos, vigilantes,

³⁸⁰ VITOR faz críticas às greves em serviços públicos essenciais. A Gazeta. Vitória. 14 mai. 1989, p.2.

³⁸¹ LULA admite que fracasso da greve prejudica o PT. A Gazeta. Vitória. 21 ago.1987, p. 9.

comerciários, previdenciários, servidores e professores da UFES, funcionários da Prefeitura Municipal de Vitória (PMV), ferroviários, eletricitários e bancários.³⁸²

Nessa ocasião, Vitor Buaiz (PT), prefeito de Vitória, decidiu apoiar declaradamente o protesto organizado contra a política econômica de José Sarney. Em virtude desse apoio houve a paralisação de todos os 7.200 funcionários da PMV. Esse fato chegou a gerar o pedido de uma Comissão Parlamentar de Inquérito por parte do vereador Ary Bezerra (PFL) que pediu apuração de possíveis irregularidades. Bezerra argumentava que a liberação dos trabalhadores havia sido utilizada como estratégia para fortalecer o Partido dos Trabalhadores.³⁸³

No segundo dia a contagem aumentou e foi divulgado pelo Comando de Greve que 138 mil pessoas aderiram à paralisação, 18 mil a mais que no primeiro dia. Porém, há que se ressaltar que conforme fala do presidente da FINDES e Secretário Estadual da Indústria e do Comércio, o fato de muitas pessoas não terem ido trabalhar, não significava que elas estivessem participando da greve.³⁸⁴ A falta de transporte, bloqueios de ruas e os piquetes realizados pelos sindicalistas contribuíram para que esse quantitativo fosse maior que o número efetivo de pessoas que participaram do movimento.

Prevendo o acirramento dos conflitos, houve a veiculação de mensagens por parte do comando de greve para que as pessoas não respondessem às provocações. Porém, os piquetes realizados e a tentativa de impedir que alguns trabalhadores acessassem os locais de trabalho aumentou a tensão nas relações entre o movimento paredista e as Polícias Federal e Militar do Espírito Santo. Policiais militares e federais prenderam alguns piqueteiros. Nas acusações eles alegam que os grevistas utilizaram “métodos guerrilheiros” e que “impedir o direito ao trabalho é crime previsto em lei (artigo 200 do Código Penal)”.³⁸⁵

Segundo o jornal A Gazeta houve intimidação aos comerciantes para que fechassem as portas. Registrou-se que o comando da greve advertia o seguinte: “Nós não nos responsabilizamos pelo que poderá ocorrer daqui por diante, caso os senhores

³⁸² GREVE no Estado conta apenas com adesão parcial. A Gazeta, 15 mar.1989, p.7.

³⁸³ VEREADOR que enquadrar Vitor por aderir a greve. A Gazeta. Vitória. 17 mar.1989, p.2.

³⁸⁴ EMPRESÁRIO crê em adesão parcial. A Gazeta. Vitória. 12 mar.1989, p.7.

³⁸⁵ PF classifica movimento como guerrilha urbana. A Gazeta. Vitória. 16 mar. 1989, p.12.

insistam em permanecer com as portas abertas”.³⁸⁶ No conflito, os militares se posicionaram para fazer frente à dinâmica assumida pelo movimento.

O autoritarismo dos militares foi refletido na violência com que os trabalhadores foram tratados. O próprio prefeito de Vitória foi agredido com empurrões e cassetetes no primeiro dia de manifestações quando nove participantes foram presos.³⁸⁷ Jornalistas que faziam os registros desse acontecimento também foram alvo de agressões físicas. O fotógrafo do jornal A Gazeta, Nestor Muller foi detido de forma arbitrária por ter fotografado um ônibus da Escola de Aprendizes de Marinheiros. Muller teve suas fotos veladas ou queimadas por exposição à luz, ou seja, os oficiais da marinha danificaram seu material antes de devolvê-lo.³⁸⁸

No segundo dia o noticiário de A Gazeta informava que “pelo menos uma dezena de pessoas” foram presas. Nesse episódio uma ambulância da Polícia Militar investiu contra um piquete formado na BR- 101 e atropelou uma criança de oito anos que passava pelo local. Os policiais se retiraram do local sem e não procuraram saber o estado em que se encontrava a criança. Tal atitude revoltou as pessoas que estavam próximas, as quais passaram a xingar e insultar os policiais.³⁸⁹

Após o atropelamento da criança, o caminhoneiro João Batista Barcelos avançou com um caminhão basculante em direção aos piquetes. Na tensão que se estabeleceu o caminhão foi apedrejado e o motorista fugiu do local. Esse apedrejamento foi utilizado como argumento para acusação dos participantes do movimento e três pessoas foram presas.

As circunstâncias do apedrejamento do caminhão ilustram mais uma vez a herança autoritária dos policiais que se valeram de métodos ilegais e reprovados socialmente para desmobilização dos militantes políticos. Ao contrário do que esperava a polícia “o motorista, depois de fugir, reapareceu e afirmou ter recebido ordens da PM para investir contra o piquete”.³⁹⁰ Além das prisões arbitrárias outra estratégia da polícia foi revelada pelo próprio condutor do veículo.

³⁸⁶ COMÉRCIO fecha as portas em Vitória. A Gazeta. Vitória. 16 mar. 1989, p.9.

³⁸⁷ TUMULTO e tensão no primeiro dia de greve geral. A Gazeta. Vitória. 15/03/1989, p.8.

³⁸⁸ PF classifica movimento como guerrilha urbana. A Gazeta. Vitória. 16/03/1989, p.12.

³⁸⁹ VIOLÊNCIA marca segundo dia de greve no Estado. A Gazeta. Vitória. 16/03/1989, p.10.

³⁹⁰ VIOLÊNCIA marca segundo dia de greve no Estado. A Gazeta. Vitória. 16/03/1989, p.10.

Diante de tudo isso, o secretário estadual do Trabalho, Francisco Barros, chegou a comparecer na BR – 101 para negociar a saída dos manifestantes do local e liberar a rodovia em ônibus que os levaria ao centro de Vitória, para a Praça 8. No entanto, com a demora da chegada dos transportes os manifestantes resolveram parar um ônibus que seguia para a CST. Logo após, um manifestante que se deitou na via foi alvejado com chutes e pisões.

Sob as ordens do capitão-PM Lucarelli, os soldados investiram contra os manifestantes. Tiros eram disparados para o ar. Gás lacrimogênio, em spray, era jogado no rosto das pessoas. Homens, mulheres e crianças, além de jornais que faziam a cobertura da manifestação, eram agredidos a golpes de cassetetes, empurrões e chutes. Os PM's corriam para todos os lados golpeando indistintamente a todos.

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Tarcísio Vargas, foi arrancado à força do alto do carro de som e agredido por pelo menos cinco soldados. Recebeu chutes, socos e golpes de cassetete na cabeça. O presidente do Sindicato dos Eletricitários, José Otávio Baioco, recebeu um bofetão no rosto dado por outro PM. Outros dirigentes sindicais eram perseguidos e espancados.³⁹¹

A tropa de choque da Polícia Militar só chegou ao local após esses acontecimentos. E diante da chegada dessa força policial um militar disse aos colegas do batalhão de choque: “Vocês chegaram depois do melhor da festa”.³⁹² Nota-se que quatro anos após a ditadura militar, o ressentimento e o gosto pela violência contra manifestantes, contra os trabalhadores desarmados em defesa de direitos sociais estava latente.

Oito feridos se dirigiram ao Hospital Dório Silva próximo à BR – 101 no município da Serra. Nem mesmo uma mulher grávida foi poupada. Mesmo sabendo da sua gravidez, militares a derrubaram e desferiram-lhes (na mulher e no bebê) chutes e golpes de cassetetes.³⁹³ Nesse dia, a vereadora do município de Serra pelo Partido dos Trabalhadores, Brice Bragato, foi arrastada no chão sendo puxada pelos cabelos por um policial militar quando tentava impedir a prisão de manifestantes.³⁹⁴

A greve geral de 1989 foi a maior da história brasileira. Contou com cerca de 20 milhões de pessoas por dois dias em todo o Brasil e foi, segundo Marcelo Badaró Matos, “última grande demonstração de força do novo sindicalismo”.³⁹⁵ A violência

³⁹¹ VIOLÊNCIA marca segundo dia de greve no Estado. A Gazeta. Vitória. 16 mar. 1989, p.10.

³⁹² VIOLÊNCIA marca segundo dia de greve no Estado. A Gazeta. Vitória. 16 mar. 1989, p.10.

³⁹³ VIOLÊNCIA marca segundo dia de greve no Estado. A Gazeta. Vitória. 16 mar. 1989, p.10.

³⁹⁴ VIOLÊNCIA marca segundo dia de greve no Estado. A Gazeta. Vitória. 16 mar. 1989, p.10.

³⁹⁵ 2009, p.121.

contra o crescimento dos movimentos trabalhistas repetia o histórico das lutas realizadas desde o início do século XX. A questão social no final do século XX ainda permanecia de alguma forma como um caso de polícia.

A polícia se excedeu nos meios para conter o movimento. Usou de arbitrariedades e a fala de um de seus integrantes demonstrou o sadismo de agentes que deveriam proteger o cidadão. Segundo o promotor Elcy de Souza, os policiais estavam acostumados ao “sabor de impunidade, que ganha força no interior da Polícia Militar”.³⁹⁶

O governador do Estado, Max Mauro, foi acusado por alguns setores do movimento pelas agressões. Tratava-se de algumas correntes mais radicais como a que fazia parte a vereadora Brice Bragato. A ação violenta da PM foi repudiada em nota oficial pelos sindicatos que participaram da greve geral e também pela Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Vitória.³⁹⁷ Em nota os sindicatos diziam:

Se o governador do Estado afirmou várias vezes respeitar o Direito de Greve e proibir a violência policial, é de se supor que a mesma ocorreu à sua revelia, por sobre a sua autoridade. Isto é motivo ainda mais forte – se não o fosse a violência em si – para exigir que desta vez verdadeiras providências fossem tomadas contra os responsáveis por ela, com a apresentação ao público dos resultados práticos destas providências.³⁹⁸

A partir dessa crítica, duas interpretações são possíveis. Ou o governador consentiu aquele desfecho, ou a Polícia Militar, apesar de subordinada ao governador, possui certa autonomia nas suas intervenções na sociedade. Os militares também tinham restrições ao governador, pois sua reivindicação de isonomia salarial com os militares era recusada por Max Mauro, que Em nota oficial presta os seguintes esclarecimentos:

1 – Lamentavelmente, durante as manifestações, verificaram-se excessos da parte de alguns policiais, assim como houve exageros da parte de alguns manifestantes.

2 – Em nenhum momento, a autoridade pública estadual ordenou o uso da força para coibir o livre exercício do direito de greve. Ao contrário, a orientação expressa do Governo do Estado foi de que a Polícia Militar garantisse a ordem pública sem recorrer à violência.

3 – O governo esteve atento aos acontecimentos, reconhece ter havido violência, a julgar pelas cenas filmadas pela televisão, e em nenhum

³⁹⁶ PROMOTOR denuncia impunidade de policiais militares. A Gazeta. Vitória. 15 out. 1989, p. 22.

³⁹⁷ ENTIDADES exigem providências contra a violência. A Gazeta. Vitória. 17 mar. 1989, p.3.

³⁹⁸ ENTIDADES exigem providências contra a violência. A Gazeta. Vitória. 17 mar. 1989, p.3..

momento se omitiu em relação aos incidentes, tendo imediatamente mandado instaurar os inquéritos competentes para apurar responsabilidades.³⁹⁹

Max recebeu apoio do petista Vítor Bu aiz que o defendeu em reportagem cedida aos jornalistas. Dentro da Assembleia Legislativa do Espírito Santo, no mesmo mês, foi criada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar os atos de violência praticados pela Polícia Militar contra o prefeito de Vitória, e também contra parlamentares, sindicalistas e populares.⁴⁰⁰ As repercussões da Greve Geral foram amplas.

A participação de Max Mauro no movimento não se deu de forma semelhante à de Vítor Bu aiz. Max reconheceu o direito de greve publicamente, mas não atuou junto de lideranças trabalhistas como Vítor no PT. O Partido dos Trabalhadores amealhava um significativo capital político nos centros urbanos do Espírito Santo. Isso ampliava o grau de competição com Max Mauro na disputa pelos eleitores urbanos. O partido arrogava para si a condição de agremiação de caráter ideológico que não abria mão dos princípios em meio aos acordos pragmáticos percebidos na vida política.

A observação da prática política de Max Mauro deixa claro que ele relaciona-se com os setores conservadores. Porém, parece que ele exerceu a tutela sobre os acordos firmados minimizando a margem de atuação dos aliados políticos. Por isso passou a ser acusado de controlador, sobretudo pelos adversários alinhados com o senador Gérson Camata. Dessa forma, o estabelecimento de condições de governabilidade, de condições de se exercer o poder, implicava a consideração dos pontos de vistas dos adversários.⁴⁰¹

³⁹⁹ NOTA OFICIAL. GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. A Gazeta. Vitória. 19 mar. 1989, p.5.

⁴⁰⁰ CPI vai apurar violência da PM durante a greve. A Gazeta. Vitória. 31 mar.1989, p.14.

⁴⁰¹ BERNSTEIN, 2003, p.77.

3 - TRAJETÓRIA POLÍTICA DE MAX MAURO

Nesse capítulo analisamos a prática política dos integrantes do Movimento Democrático Brasileiro, em especial de Max de Freitas Mauro que foi uma importante liderança que constituiu o grupo dos chamados históricos e chegou ao Governo do Estado após a Ditadura Militar nas eleições de 1986.

A partir de documentos da Delegacia de Ordem Política e Social do Espírito Santo, de noticiários, da bibliografia disponível e de revistas locais podemos identificar a trajetória política de personalidades que ocuparam importantes postos nos poderes públicos capixabas.

3.1 - Max Mauro e as associações pró-melhoramentos: organização comunitária como trama contra o regime militar

Max de Freitas Mauro participou de atividades políticas desde os dez anos de idade ao lado de seu pai. Dessa forma, o getulismo fez parte da formação política de Max Mauro antes de sua ida para Salvador onde foi estudar medicina, na Universidade Federal da Bahia. Formado em 1962 retornou ao estado atuando como médico do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Empregados em Serviços Públicos (IAPFESP) e posteriormente do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários (IAPB). Junto com seu pai, participou do grupo político que realizou a fundação da seção capixaba do partido do Movimento Democrático do Brasil (MDB).

Acerca dessa organização, consta no processo instaurado para investigar a atuação de policiais no Esquadrão da Morte no Espírito Santo o relato de um morador do município de Vila Velha que foi preso pelo DOPS por colher assinaturas para o MDB. João Mariano, membro da Igreja Adventista em Vila Velha, percorria as casas dos moradores com um livro de assinaturas que seria entregue a Max Mauro e a Saturnino Rangel Mauro. Por esse motivo João ficou detido, sendo acusado de subversivo. Nenhum dos familiares dele foram informados e a polícia recusava-se a

reconhecer sua prisão. Após reivindicação dos membros da Igreja em prol de Mariano, ele foi solto. João Mariano chegou a escrever um livro intitulado *Uma noite no inferno* para narrar os fatos que presenciou. Tortura e mortes realizadas pelos membros da força pública deixaram esse cristão, que desconhecia essa realidade vivida nas delegacias e cadeias, perplexo.⁴⁰²

Em 1970 Max Mauro foi eleito como prefeito do município de Vila Velha. Sua administração se pautou pela proximidade com o movimento social. Fernando João Pignaton aponta que essa aproximação foi caracterizada pelo “peso do estatismo populista herdado de seu pai”.⁴⁰³ Pignaton não foi simplesmente um cientista político, como se vê em sua qualificação. Ele foi um ator político, membro do Partido Comunista Brasileiro que vivenciou o debate sobre o orçamento participativo na década de 1980 em grupo político que fez oposição ao de Max no município de Vila Velha, naquele momento. Nesse sentido, o conceito de populismo por ele adotado nesse trabalho monográfico citado acima aparece de forma vaga, sem uma definição precisa.

Saturnino e Max Mauro atuaram diretamente na organização dos movimentos comunitários que culminou na fundação Associação Pró-Melhoramentos (APM) de jardim Marilândia em 1967.⁴⁰⁴ Segundo relato do Sr. Almir Agostine essa associação, que levava essa nomenclatura para afastar reações do aparato repressivo, foi resultado da irradiação do movimento da Associação de Moradores de São Torquato que havia sido organizada pelo PCB que naquele momento divergia de Saturnino Rangel Mauro.⁴⁰⁵

A partir da iniciativa do Sr. José Silvério Machado, antigo líder sindical aposentado conhecido como Corró, de Saturnino e de Max outras APM's foram fundadas nos bairros Santa Rita e Alto Cobi. A tradição oposicionista do município e a atuação de Max Mauro junto aos movimentos sociais atuaram positivamente em sua eleição como prefeito em 1970. Max procurou administrar a prefeitura com respaldo das lideranças populares. As APM constituíram-se, em sua gestão, em interlocutoras privilegiadas. Max realizava periodicamente reuniões com a diretoria das APM no sentido de discutir as obras reivindicadas pelas comunidades. Essa experiência

⁴⁰² GUIMARÃES, 1978, p. 240; 247.

⁴⁰³ 2005, p.37.

⁴⁰⁴ KROHLING, 1997; PIRES, 1993.

⁴⁰⁵ PIRES, 1993, p. 121.

constitui-se como precursora do que mais tarde veio a se chamar de Orçamento Participativo, quando as comunidades passam a influenciar no direcionamento do orçamento público.⁴⁰⁶



Na foto vemos Saturnino falando ao microfone e Max Mauro, candidato a prefeito, faz o gesto da vitória. Comício para as eleições para prefeito em 1970. Fonte: Acervo particular de Max Mauro.

A organização dos movimentos populares foi abortada pelo autoritarismo estatal que passou a atrelar as APM's ao Estado com a intervenção da Secretaria de Trabalho e Promoção Social, no governo de Arthur Carlos Gerhardt Santos, que inseriu nos estatutos dessas associações no artigo terceiro o seguinte: "O Movimento Comunitário de cada bairro não tem fim político-partidário, nem sectário, não excluindo de sua organização e benefícios, pessoas ou grupos, em função de raça, (...) religião ou ideologia, desde que esta última não seja nociva ao regime."⁴⁰⁷ Nesse contexto, o aumento da repressão representado pelo Ato Institucional número 5 comprometeu essa iniciativa. Max e Corró foram intimados a prestar esclarecimentos, já que foram acusados de tramar contra o regime militar.⁴⁰⁸

⁴⁰⁶ PIRES, 1993, p.121.

⁴⁰⁷ PIRES, 1993, p. 122.

⁴⁰⁸ FERRI, 2009, p. 153.

3.2 Arquivos da repressão e da resistência: controle ideológico e prática política

A política em defesa dos interesses populares levou à criação de uma ficha de Max Mauro na Delegacia de Ordem e Política Social. Vale ressaltar que tanto os políticos da Arena quanto os políticos da oposição eram igualmente monitorados. Havia um controle ideológico e social amplo e organizado por meio da Comunidade de Informações. O sistema repressivo integrava polícias estaduais, Marinha, Aeronáutica e a centralização e comando das ações de controle político concentravam-se no Exército.⁴⁰⁹

Nos arquivos do DOPS vê-se que a ideologia política do MDB era, em linhas gerais, pautada na defesa da democracia liberal com desenvolvimento e justiça social. A defesa de uma sociedade mais justa também fazia parte do projeto de organizações que não participavam da luta política nos mesmos moldes do MDB. Parte da esquerda adotou a luta armada como opção para se alcançar esse caminho. Esses grupos que pretendiam a revolução já haviam assumido essa posição antes mesmo do golpe de 1964, queriam suprimir a democracia liberal e instaurar a ditadura do proletariado.

Nesse sentido, Denise Rollemberg mostra que o isolamento da esquerda revolucionária foi fruto da recusa da sociedade que não se identificou com seu projeto. Rollemberg contesta o discurso apregoado na redemocratização que os revolucionários lutaram pela democracia. Pelo contrário, para a esquerda armada a “democracia era *burguesa*, liberal, parte de um sistema que se queria derrubar. Após a revolução, o socialismo seria o caminho para se chegar à verdadeira democracia, da maioria, do proletariado”.⁴¹⁰

Os emedebistas atuavam na legalidade, na oposição consentida, era como se dizia o “partido do sim” e a Arena o “partido do sim, senhor”. Nas eleições de 1974 o MDB publica um livreto formulado com vistas a explicar ao eleitor o programa do partido e sua organização institucional. Os problemas vividos pela população são abordados em tópicos que incluem a questão da mulher, da juventude, dos sindicatos, da reforma agrária, do menor abandonado, da habitação, do nacionalismo, da

⁴⁰⁹ FICO, 2001.

⁴¹⁰ ROLLEMBERG, 2003, p. 48.

previdência e assistência à saúde (INPS), entre outras temáticas. O caráter popular e progressista permanece como a marca do partido, que foi o grande vitorioso das eleições de 1974. Esse ano marcou o início da derrocada da ARENA na política eleitoral e o crescimento do MDB com uma plataforma política que incluía a justiça social.⁴¹¹ Ao articular o ideal de desenvolvimento econômico e justiça social os emedebistas refletiam as heranças trabalhistas de muitos políticos que foram vinculados ao extinto PTB, alvo principal dos militares golpistas em 1964.

Dessa forma pertencer ao MDB, e em especial a alas que defendiam os direitos políticos e sociais dos trabalhadores significava não estar em condições de participar da sociedade, ou seja, havia restrições como aquisição de porte de arma e emprego como segurança patrimonial para essas pessoas.⁴¹² Existia o Atestado de Ideologia Política que era expedido após investigação realizada pelos agentes do DOPS. O interessado pagava uma taxa na Secretaria da Fazenda e depois fazia o requerimento do documento ao delegado que decidia pela expedição ou não do mesmo (ver imagens abaixo).

O critério era portanto a ideologia política da pessoa, ela não podia entrar no rol dos opositoristas do regime militar para estar apta a receber sua certificação. Esta era requerida para diversos fins como porte de arma e conseguir emprego de vigilante em empresas como Samarco ou Minas Forte, conforme consta no pedido de busca feito pelo delegado da DOPS para expedição dessa modalidade de documento.

Estado do Espírito Santo
Secretaria da Fazenda
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS

1ª VIA
SEDE A

Nº 966039

Exercício de 19 77 TAXA — Cr\$ 26.00
(vinte seis cruzeiros)
(Por Extensão)

Recebi de Paulo Luiz Ribeiro
a importância acima referente Ideol. Política

07.11 de 05 de 1977

Escritão Fiscal

Talão MOG. DR 111 (Recolhimento de Taxas) Nº 150001 a 999999

BR. ES. APEES, DES. O. MP. 6

Comprovante pagamento de taxa -BRESAPEES.DES.O.MP.3, p.168.
Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

⁴¹¹ BRESAPEES.DES.O.MP.3, p.324

⁴¹² BRESAPEES.DES.O.MP.3, p.491.

BR. ES. APES, DES. O. MP. 3

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL

P. 154
V. 10
14-10-1976

ILMO. SR. DELEGADO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

MARCUS LIRA BRANDÃO, filho de
ALMIR FIGUEREDO BRANDÃO e de PAULINA
LIRA PALÇÃO - BRASILEIRA, natural de
S. SANTO, com 25 anos de idade, ESTUDANTE
residente à rua JOSÉ LUIS DE MATOS, nº 10
em MARUIPE - VITÓRIA
vem respeitosamente requerer a V. S. atestado de IDEOLOGIA POLÍTICA
para fins de DE APRESENTAÇÃO AO 38º BI.

D. Nasc. 12/7/1951
R. Geral. 196485 ES

Nestes termos
Pede deferimento
Marcos Lira Brandão
Vitória, 14 de outubro de 1976

Requerimento de atestado de ideologia política -BRESAPEES.DES.O.MP.3 -, p.154.
Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

Além disso, a vigilância realizada denuncia outros matizes ideológicos. Vemos em outros documentos consultados que o clientelismo político também se fez presente na prática política de atores que participavam do MDB, alguns dos quais inclusive postulavam inclinação para a ideologia comunista.

Num documento da Polícia Militar de Cachoeiro de Itapemirim, o candidato do MDB-3, o Coronel da Reserva da Polícia Militar Higino Bernardes dos Santos, acusou que os membros do MDB-1, “elementos conhecidíssimos nesta cidade e mesmo por autoridades federais, como de esquerda e que professam ideologia contrária ao Regime Brasileiro, que vêm liderando a Campanha Política de Gilson Carone, procuram tumultuar o processo político”.⁴¹³ O documento escrito pelo referido coronel ensejou a investigação dos atos do MDB-1. Isto resultou em observações cujo conteúdo refletem tanto a pregação contra o regime militar feita em comícios

⁴¹³ BRESAPEES.DES.O.MP.3, p. 19.

dirigidos às massas quanto a incorporação do clientelismo político na estratégia para a eleição de Gilson Carone.

Os miliares dão conta que numa reunião ocorrida em 25 de outubro de 1972 na residência do médico João Madureira estiveram presentes Demistoclidés Batista (Batistinha apontado como “o agitador comunista”), Deusdedth Batista, Gilson Carone, Roberto Valadão Almokdice (vice-prefeito à época e que teve um irmão morto por ocasião da Guerrilha do Araguaia em 1973), Paulo Domingues, Hélio Carlos Manhães, Gelson Moura, Galdino Theodoro da Silva e Abgard Torres Paraíso. Consta ainda que o estudante Sancler foi colocado para fora da dita reunião. Lá teria sido traçada uma estratégia de provocação ao regime e, dada a resistência de alguns participantes em proceder de tal forma, Paulo e Roberto teriam se irritado exclamando que “não arredariam os pés quanto às provocações, pois era um desejo do partido e do líder, pois passariam como vítimas e provocariam uma intervenção Federal na área”.⁴¹⁴

No mesmo relatório a prática clientelista fica caracterizada nos seguintes pontos:

- 5- Consta ainda que está havendo por parte do MDB-1 (pró-candidatura Gilson Carone), a compra pelo dinheiro, que ofereceram ao Sr. Alberto Ferraço (em Jaciguá) a quantia de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), ao Sr. Joanito Rosseto (em Burarama) a quantia de Cr\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos cruzeiros), ao Sr. Leandro Bazoni foi oferecido Cr\$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros e um emprego a partir daquele momento, ao Sr. Luiz Miranda (Bairro do Amaral) Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros);
- 6- Consta ainda que mais de 200 (duzentas) pessoas foram colocadas na Prefeitura, constando nas folhas de serviços de obras, todavia, sem lugar definido para o trabalho;
- 7- Que elementos do MDB-1, estão usando medicamentos fornecidos pela Sec de Saúde do Estado, para fazer propaganda política, usando para tanto, envelopes com o timbre externo do comitê de propaganda daquela agremiação partidária, conforme xeroques anexo;
- 8- Foi sabedor esta agência que os vereadores Luiz Gonzaga, Astor Dilsn dos Santos e Alencar Beiriz Aarão, foram comprados pela cúpula do MDB para votar crédito de suplementação, o qual viria acobertar dívidas efetuadas fora do orçamento;⁴¹⁵

A veracidade desses documentos não pode ser verificada com o material disponível, mas não está longe das práticas recorrentes na política eleitoral brasileira. Ao mesmo tempo em que o MDB de Cachoeiro de Itapemirim era investigado pelo clientelismo político, ele também se caracterizava por se opor ao regime político.

⁴¹⁴ BRESAPEES.DES.O.MP.3, p. 19.

⁴¹⁵ BRESAPEES.DES.O.MP.3, p. 20.

São contradições presentes na realidade política, parte da experiência apontada nessas fontes. A fiscalização dos gastos públicos era, pelo visto, algo que não chegava a atingir eficazmente os militares e seu partido de apoio, nem a oposição consentida, representada pelo MDB, já que esses apontamentos não geraram nenhuma punição pelos supostos desvios administrativos.

Isso não significa, todavia, que as práticas democráticas defendidas pelos integrantes do MDB não fizessem parte daquela instituição ou que a corrupção fosse uma constante no partido, não dá pra medir isto nem é objetivo desse texto. Mas fica registrado que a tutela sobre o eleitorado era parte da estratégia da cúpula cachoeirense que reproduziu aquela forma de aliciamento do eleitorado.

Em 1974 no plano nacional, a vitória do MDB sobre a Arena não foi, contudo, obra simplesmente do clientelismo político. O partido representava um anseio presente na sociedade brasileira. A sociedade queria o retorno do sistema democrático e o fim do autoritarismo dos governos militares. No Espírito Santo o MDB não obteve os mesmos resultados que no resto do país, mas conseguiu assinalar um crescimento na quantidade de eleitores adeptos.⁴¹⁶

Nesse sentido, há que se ressaltar a identificação do eleitorado com o discurso e com práticas democráticas. Pois se o discurso não representasse em nenhum momento uma postura que interessasse ao povo este continuaria votando na ARENA como tinha acontecido nas eleições anteriores.



Fonte: BR.ES.APEES.DES.O.MP.17 – P.252

Max Mauro foi um político que conseguiu se identificar com esses anseios populares. O documento mais antigo encontrado no Arquivo Público Estadual do ES que trata da atuação de Max Mauro no MDB remonta a 1974. Trata-se de um ofício

⁴¹⁶ BRESAPEES.DES.O.MP.3, p.274, recorte do Jornal Posição de 12/11/1976.

do delegado do sétimo para o do quinto distrito policial onde informa o roteiro da caravana de Max Mauro e pede providências para a “devida segurança policial nos Comícios”.⁴¹⁷ Max foi eleito deputado estadual pelo MDB nas eleições de 1974 para a legislatura de 1975-1979 com 11.439 votos, sendo o quarto colocado.

Em documento de 1975, do Regimento de Infantaria do Exército encontrado no Arquivo Público do Rio de Janeiro, copiado e publicado pela Câmara dos Deputados, Max tornou-se foco dos militares pelo fato de estar “promovendo junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais animosidades contra o Governo Estadual, procurando sobressair-se, politicamente, através de críticas e acusações às autoridades”.⁴¹⁸ O documento chama atenção ainda que

em 1968 participou das agitações estudantis, em Salvador-Bahia, como acadêmico de Medicina. Ex-prefeito de Vila Velha-ES, onde não realizou boa administração mas conseguiu criar no eleitorado uma imagem de líder popular, o que lhe valeu grande votação para a eleição a Deputado Estadual. Elemento de tendência esquerdista com atuação junto às classes menos favorecidas de seu reduto eleitoral.⁴¹⁹

Percebe-se que a atuação de Mauro é pautada pela estratégia de ataque às forças políticas conservadoras locais. Naquele contexto, um ataque ao incisivo ao regime significaria o fim de sua carreira política. Assim a atuação junto aos sindicatos rurais visa o ataque às autoridades sem que o mesmo redundasse em enquadramento na Lei de Segurança Nacional.

O MDB abrigou políticos de diversos partidos existentes antes do golpe, desde petebistas, que foram o principal alvo dos militares, a udenistas. Além disso, muitas migrações ocorreram da ARENA para o MDB. Estar filiado à oposição não era certificado de ideologia política. É devido a essa heterogeneidade que se constata no documento citado anteriormente sobre Cachoeiro de Itapemirim a presença de sublegendas. Naquela acusação nota-se a disputa do MDB-1 com o MDB-3.

A sublegenda era um mecanismo político que permitia abrigar adversários políticos dentro do mesmo partido. Com esse recurso as forças em conflito podiam participar das eleições sem que houvesse a necessidade de outro partido, inclusive para

⁴¹⁷ BRESAPEES.DES.O.MP.3, p.315.

⁴¹⁸ MAURO, 2002, p. 89.

⁴¹⁹ MAURO, 2002, p. 89.

eleições majoritárias. Em muitas localidades adversários políticos pertenciam ao mesmo partido e não abriam mão da disputa eleitoral. As sublegendas foram criadas após a criação do bipartidarismo pelo Regime Militar.

As divergências internas eram observadas atentamente pelos agentes da repressão. Explorar os conflitos internos é uma estratégia utilizada para facilitar a dominação. Na pesquisa realizada foram encontrados dois recortes de jornais que diziam respeito a Max Mauro. Ambos informam acerca de divergências intestinas do MDB. A reportagem do Jornal A Gazeta de 1975 destaca o conflito no MDB em Vila Velha e a intervenção de Max no sentido da pacificação de representantes do legislativo municipal que permaneciam em constante acusação. A reunião seria então organizada pelo então deputado estadual, o que demonstra seu papel de liderança para traçar normas comuns e unificar o grupo em torno de consensos mínimos.⁴²⁰

Em outro recorte o jornalista Edmar Lucas do Amaral empreende críticas à postura de Max Mauro, diante da divergência deste com Carlos Alberto Cunha. Nessa mesma coluna do jornal Diário de novembro de 1975, Amaral fez a defesa de Cunha. Este articulou uma reunião dos emedebistas com Élcio Álvares (ARENA) que governava o estado na época. A postura colaboracionista foi vista por Max Mauro como uma submissão aos interesses do Palácio Anchieta por parte do então líder da bancada emedebista na Assembléia Legislativa do Espírito Santo. Segundo esse jornalista Max também teria feito articulações no sentido de retirar Argilano Dario da presidência do diretório do MDB, o que teria provocado, na ala conservadora desse partido, “uma reação em cadeia”. Outra ação de Max que também teria tido repercussões negativas entre os emedebistas foi tentativa de impedimento ao mandato do prefeito de Vitória Carlos Alberto Von Shilgen, da ARENA.⁴²¹

Apesar disso, as estratégias maxistas estavam na direção correta, pois sua oposição ao Executivo estadual lhe conferiu o mandato de deputado federal pelo MDB/ES para a legislatura 1979-1983. Max passou a representar uma das maiores lideranças do partido no estado. Na ALES travou “violento debate” com Walter de Prá (líder da Arena na ALES e presidente regional do partido) por conta da proliferação da malária e da esquistossomose no norte do estado.⁴²² Sinalizava para a sociedade a

⁴²⁰ BRESAPEES.DES.O.MP.3, p.268.

⁴²¹ BRESAPEES.DES.O.MP.3, p.268.

⁴²² BRESAPEES.DES.O.MP.3, p. 262, recorte do Jornal Diário de 22/10/1975.

expectativa registrada nas palavras do jornalista do Diário em sua crítica ao “pragmatismo letárgico da vida partidária no Espírito Santo”, quando disse que “faltou ao MDB, como continua faltando agora, uma linguagem e um comportamento vivos e agressivos que, (...), representava as aspirações imediatas do povo”.⁴²³

Entre os dias 17 e 21 de maio de 1978 aconteceu o 1º Seminário de Atualidades Políticas no Colégio do Carmo no Centro de Vitória. Foi organizado pelo Setor Jovem MDB/ES sob a presidência de Rosilda de Freitas, que depois veio a se chamar Rose de Freitas, e pelo Instituto Pedroso Horta - MDB/ES presidido por Dilton Lyrio Neto.

A programação apresentou uma temática que procurou evidenciar os principais temas em questão no país naquele momento. Foram convidados para ministrar conferências: Eduardo Suplicy sobre a Situação Econômica do País; Dep. Federal Alceu Colares sobre Política Salarial; Dep. Federal Ruy Brito sobre Liberdade Sindical; Enir Moreira sobre Anistia; Hélio Bicudo e Modesto da Silveira sobre Direitos Humanos; Senador Paulo Brossard e Marcos Freire sobre Constituinte, Democracia e Estado de Direito; Paulo Ziucoski e Antônio Carlos Carvalho sobre Jovens na Política.

Hélio Bicudo foi substituído no dia 19 pelo capixaba Ferdinand Berredo de Menezes, Paulo Ziucoski presidente do setor jovem do MDB/RS foi representado pelo sociólogo André Foster MDB/RS. O evento também contou também com a presença do General Peri Bevilacqua que enalteceu Leonel Brizola, o qual se encontrava no exílio. O advogado da Arquidiocese de Vitória Ewerton Montenegro falou sobre o Esquadrão da Morte no Espírito Santo e o Arcebispo metropolitano de Vitória D. João Batista da Motta e Albuquerque fez a defesa dos trabalhadores e criticou o autoritarismo estatal.

Entre os emedebistas capixabas que foram destaque no evento, além dos dois organizadores, incluiu-se no relatório dos agentes de polícia do DOPS: Argilano Dario, Dirceu Cardoso, Kleber Frizzeira, que segundo os documentos estava sempre na companhia de Rose de Freitas, e Robson Moreira Fagundes, estudante da Universidade Federal do Espírito Santo. Segundo consta nos registros e nos anexos

⁴²³ BRESAPEES.DES.O.MP.3, p.274, recorte do Jornal Posição de 12/11/1976.

que incluem material de divulgação o evento teve ampla veiculação nos jornais da cidade e em outras mídias.⁴²⁴

Apesar da satisfação que os organizadores sentiram com a promoção do seminário, como relatam os agentes, outros setores do MDB capixaba sentiram-se desprezados. Num dos relatórios consta o registro que os deputados estaduais emedebistas Nyder Barbosa, Max Freitas Mauro e Luiz Batista não ficaram satisfeitos com a atitude do diretório emedebista jovem e do deputado federal Argilano Dario que não chegou em “nenhuma das palestras, a convidá-los para comporem a mesa, ou mesmo fazer uma citação sobre a presença dos mesmos”.⁴²⁵ O deputado Luiz Batista teria se pronunciado inclusive na tribuna da ALES sobre essa questão.

Na convenção do MDB de 14 de junho de 1978, como não poderia deixar de ser, parafraseando o agente de polícia, também foram enviados elementos infiltrados para acompanhar o evento. O espião explicava que “como a única preocupação de todos era lutar por suas candidaturas, não existiu ataques ao governo, nem ao regime”.⁴²⁶ Max recebeu apoios dos setores de esquerda e saiu da convenção como candidato a deputado federal. Esse foi um ano em que, segundo Fernando Pignaton, ocorreu ao mesmo tempo

a organização dos diretórios [da UFES]. (...) o movimento para a greve de 78, a primeira greve após dez anos; o ressurgimento do DCE; manifestações pela anistia, em 78; participação na eleição de Max Mauro; aí houve uma passeata do movimento estudantil pela anistia, contra a ditadura, que foi reprimida ali no Centro de Vitória.⁴²⁷

Apesar das questões internas, o discurso da unidade fez coro nas hostes do MDB. Max se inseria naquele contexto de uma urbanização incompleta da década de 1980. Como político chamava a atenção para os conflitos sociais forjados pela modernização econômica que trouxe para o Espírito Santo centros de poder como: Companhia Vale do Rio Doce, Companhia Siderúrgica Tubarão e Aracruz Celulose, *estranhos poderes*.

No mês de 27 de junho de 1978 Max, já na condição de candidato a deputado federal, realizou uma reunião na sua base eleitoral, no bairro de Alvorada em Vila

⁴²⁴ BRESAPEES.DES.O.MP.3, p.108.

⁴²⁵ BRESAPEES.DES.O.MP.3, p.109.

⁴²⁶ BRESAPEES.DES.O.MP.3, p.157.

⁴²⁷ MOREIRA, 2008, p.124.

Velha. Participaram da mesma seu irmão, o vereador Francisco de Freitas Mauro, os candidatos a deputados estaduais Erasto de Aquino e Souza (ex-vereador cassado) e Nilson Bittencourt, além do agente aposentado da Polícia Federal, Edson Viana dos Santos. Cada um teve cinco minutos de fala enquanto que Max falou por quarenta minutos. Interessante ressaltar a narrativa do agente ao se referir à fala de Max: “Como não poderia deixar de ocorrer, foram feitas críticas ao partido governamental, discutindo-se a volta do Estado de Direito e o Direito de Greve para os sindicatos”.⁴²⁸ Nota-se que a defesa da liberdade política e dos direitos trabalhistas estava na ordem do dia.



Folder da campanha de Max Mauro para deputado federal, com charges de Henfil e destaque para o povo. Fonte: Arquivo Público Estadual do Espírito Santo BRESAPEES.DES.O.MP.3, p. 560-561.

O xadrez político do MDB nesse período da abertura política reflete posições individualistas e a heterogeneidade interna do MDB. Nas eleições do Diretório Municipal de Vitória, Argilano Dario, à revelia dos outros grupos internos representados por Luiz Batista, Gastão e Max Mauro, queria “às escondidas, tentar escorregar uma chapa feita de acordo com seus interesses”.⁴²⁹ Apesar dessas divergências internas foi estabelecido um consenso, com a troca de alguns nomes o

⁴²⁸ BRESAPEES.DES.O.MP.3, p.160.

⁴²⁹ BRESAPEES.DES.O.MP.3, p.207, recorte do jornal O Diário de 27/07/1979, p.3.

MDB registrou chapa única nas eleições do Diretório com o nome “Chapa de Conciliação e Unidade”. Assim, Max Mauro se fortaleceu no partido e elegeu-se como Deputado Federal em 1978.

Apesar de todo esse quadro marcado por divergências, a esquerda manteve-se unida por interesses comuns e também por força da lei, pois a extinção do bipartidarismo só se deu em 20 de dezembro de 1979. Neste contexto, outro evento foi organizado em solo espiritosantense e aglutinou a esquerda brasileira. Intitulado Perspectiva da Oposição Brasileira foram convidados: Senador Pedro Simon, Deputado Federal Modesto da Silveira, Deputado Federal Alceu Colares, Deputado Estadual Raimundo Teodoro Carvalho de Oliveira, Almino Afonso, Luiz Ignácio da Silva, o Lula, além do antropólogo Darci Ribeiro. Novamente o Instituto de Estudos Políticos Pedroso Horta esteve à frente de tal empreitada.⁴³⁰

Outro evento que aglutinou a esquerda capixaba foi realizado em 1984 foi o seminário Paz e Democracia promovido com o objetivo de legalizar os partidos comunistas. Durante o evento algumas personalidades foram premiadas. Entre elas o deputado federal pelo PMDB, Max de Freitas Mauro, pela sua atuação política nacional. À frente do seu nome encontra-se entre parênteses a sigla PC do B.⁴³¹

Obviamente eles sabiam que Max era do PMDB, pois estava registrado assim, mas a sigla do Partido Comunista do Brasil aparece erroneamente identificando-o como um membro da célula desse partido. Em outro documento podemos observar que Max é classificado como “elemento infiltrado de tendência anarquista”.⁴³²

Por identificações equivocadas como essas que os próprios militares costumavam chamar os policiais das delegacias de ordem e política social de “corruptos, incompetentes, desonestos e preguiçosos”.⁴³³ Os arquivos da repressão que também refletem a resistência ainda não foram exaustivamente pesquisados. Muito do *modus operandi* do aparato repressivo e das dificuldades e facilidades encontradas por eles ainda está por ser revelado.

A resistência ao regime militar no Espírito Santo incluiu pessoas que não se dedicaram à luta armada mais conseguiram articular a oposição nacional numa luta

⁴³⁰ BRESAPEES.DES.O.MP.3, p.163.

⁴³¹ BRESAPEES.DES.O.MP.3, p.184.

⁴³² MAURO, 2002, p.91.

⁴³³ RAMOS, 2010, p. 128.

conjunta em defesa do Estado Democrático de Direito. A luta em prol de uma legislação trabalhista também uniu políticos e sindicalistas num momento em que a única legenda disponível para essa prática política era o MDB.

Nesse partido, Max Mauro se forjou como uma grande liderança articulando os interesses do seu reduto eleitoral com a defesa de questões mais amplas como o direito de greve dos sindicatos. Essa postura aliada à firme oposição aos políticos arenistas contribuiu para fomentar a luta contra o arbítrio, como se falava na época e para que Max despontasse como liderança histórica ligada à esquerda do MDB e aos setores populares.

Essa luta se deu ao lado de outras personalidades de destaque e a disputa eleitoral e pelo comando de diretório demarcou divisões entre grupos internos do MDB. Essas divergências, contudo, eram abafadas tendo em vista a união dos arenistas e a perspectiva de derrota dos emedebistas. Nesse sentido, observamos a chapa do diretório municipal sendo intitulada com os termos: conciliação e unidade.

A documentação está impregnada do caráter ideológico imposto pelos militares no regime político instaurado com o golpe de 1964. A defesa de direitos políticos e sociais era visto como um crime contra a nação, contra a segurança nacional. Dessa forma, procedia-se ao alinhamento da política econômica com os interesses do agronegócio, dos empresários e dos Estados Unidos da América.

Apesar da análise dos documentos não permitir afirmar que havia alguma estratégia do aparato repressivo no sentido de explorar os conflitos internos, podemos inferir que a repressão enxergava essas dissensões no seio da oposição. Ou seja, o primeiro passo no sentido de articular a desorganização e desestabilização dos adversários foi dado, agora os outros passos ainda estão por serem desvelados.

3.3 Convenção partidária e eleições para governador: Max e o PMDB entre 1982 e 1986

A primeira metade da década de 1980 caracterizou-se pela ampla mobilização dos movimentos sociais em torno das eleições diretas para presidente da República. A estratégia de abertura com anistia ampla, gradual e irrestrita e as diversas

orientações políticas estabelecidas pelos militares permitiram a impunidade para os agentes que davam suporte ao regime autoritário e que estiveram à frente da transição política. Nesse ambiente as disputas estaduais receberam influência das questões nacionais que estavam em jogo. Em 1982 as eleições ganharam feições plebiscitárias com a dicotomia oposição *versus* regime militar. Isso causava um maior compromisso com os objetivos nacionais por parte dos políticos. Já em 1986 as eleições envolviam a formação de um Congresso Nacional, no qual temas de abrangência nacional seriam decididos, afetando os diversos grupos de interesse, com o estabelecimento da Constituinte e a escrita da Carta Magna do País.⁴³⁴

O estudo dos elementos formais ligados à história política do Espírito Santo durante a década de 1980 deve levar em consideração a existência do controle ideológico e político que ainda se fazia presente, fato constatado por meio da documentação do DOPS-ES disponível no Arquivo Público Estadual do Espírito Santo sobre a legalização do PC do B. Esse material não reflete o contingente produzido no período, e mesmo essa pouca documentação nos permite analisar aspectos históricos do período em questão. O controle ideológico é um dado que se associa ao anticomunismo amplamente veiculado pelo aparato ideológico dos militares e reforçado pelos meios de comunicação. Nesse sentido, as reivindicações ligadas à questão social ainda permaneciam ligadas ao discurso sobre o comportamento subversivo antinacional. Com essa classificação, a Lei de Segurança Nacional justificava os abusos cometidos pelo Estado, que agiu de forma sistemática e organizada, centralizando e integrando os diversos órgãos de repressão, estaduais e federais, em torno das forças armadas.⁴³⁵

Max Mauro foi tido, equivocadamente, pelos agentes da ditadura como anarquista e como membro do PC do B, como foi dito anteriormente. No entanto, essa confusão nos permite entrever uma aproximação dele com membros desse partido. Apesar da doutrina da revolução proletária e do denunciamento contra o reformismo e o “falso socialismo”,⁴³⁶ o PC do B capixaba aceita participar do PMDB, usando-o como legenda, além de contar com apoio de membros deste partido.

⁴³⁴ ABRÚCIO, 1998, p. 204.

⁴³⁵ FAGUNDES, 2011, p.24.

⁴³⁶ BR.ES.APEES.DES.O.MP.6 , p. 296, Opinião veiculada em exemplar do jornal A Classe Operária que havia sido reeditado pelo PC do B após a dissidência com o PCB em âmbito nacional.

Juntamente com um exemplar do informativo do partido no Espírito Santo, Jornal Opinião Democrática, consta uma ficha de classificação do documento produzida pelo 38º Batalhão e Infantaria do Exército informando que esse veículo era um órgão da “Tendência Popular do PMDB/ES e militantes do PC do B”.⁴³⁷ Esse documento ainda, no intuito de dissecar a estrutura política ligada ao veículo de comunicação, aponta que o Jornal Opinião Democrática “possui, além do apoio de parlamentares do PMDB, também o apoio do Departamento de Cultura do Estado (DEC) através de GLECY HELENA COUTINHO (militante do PC do B)”.⁴³⁸

Vê-se que a participação de Gleycy Helena Coutinho no DEC reflete a participação do PC do B nas composições do PMDB, participando do governo Camata (1982-1986). Gleycy permaneceu no governo de Max Mauro (1987-90) como diretora do Departamento de Imprensa Oficial.⁴³⁹ Dentro do PMDB Max sempre apareceu, nesse período, associado aos “históricos” e aos “autênticos”. Essa adjetivação decorre da heterogeneidade apresentada pelo partido. Para se diferenciar dos outros grupos que compõem o partido criam-se correntes, tendências. Camata e seus correligionários eram conhecidos como “moderados”.

O Partido Comunista Brasileiro também se fazia presente no PMDB. Adepto da postura chamada revisionista, ele era, segundo Paulo Hartung e outros membros do partido, influenciado pelo Partido Comunista Italiano e orientado pelo pensamento de Antônio Gramsci. O PCB forjou suas lideranças mais expressivas da década de 1980 no movimento estudantil da UFES durante a segunda metade da década de 1970. Entre os representantes estudantis se destacou Paulo Hartung que foi o primeiro presidente do Diretório Central dos Estudantes, apresentado como uma das principais liderança do movimento estudantil e da entidade. Hartung, cujo pai era militante do PCB, foi eleito deputado estadual em 1982 com apenas 25 anos e a partir dessa inserção no Poder Legislativo o grupo que o acompanhava se fortaleceu politicamente. Esse mesmo grupo ajudou a fundar o PSDB no Espírito Santo em 1988.⁴⁴⁰

⁴³⁷ BR.ES.APEES.DES.O.MP.6, p.242. (FOTO 419)

⁴³⁸ BR.ES.APEES.DES.O.MP.6, p. 242.

⁴³⁹ GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Referências Culturais do Espírito Santo. Vitória: Instituto Jones dos Santos Neves, vol. 5, jun. 1988.

⁴⁴⁰ Para maiores conhecimentos sobre a trajetória de Paulo Hartung e do grupo político que o acompanhou no PCB, no PMDB e no PSDB ver MARTIN, Margô Devos. A trajetória de uma geração política no Espírito Santo – da universidade ao poder – 1982 a 1992. Dissertação (Mestrado em

No início da década de 1980 o PMDB congregava correntes que iam desde a identificação com a doutrina marxista à defesa do liberalismo, em especial, no que tange aos direitos de propriedade. Os grupos conservadores se fortaleceram com o decreto de 1979 que estabeleceu a Lei Orgânica dos Partidos Políticos (LOPP). Dessa forma, a ARENA deu origem a dois partidos, o Partido Democrático Social (PDS) liderado por Paulo Maluf, e o Partido Popular (PP) que reuniu ex-arenistas e ex-emedebistas. Muitos ex-arenistas entraram no PMDB após a dissolução do PP, e no Espírito Santo, Gérson Camata foi a figura de maior destaque.

3.3.1 Convenção do PMDB de 1982

O ano de 1982 foi um ano marcante para o PMDB em todo o país. O partido que trazia a marca da oposição ao regime militar, pela primeira vez conseguiu eleger dez governadores, num total de vinte e duas cadeiras em disputa. Passou, assim, a controlar, em relação à quantidade de partidos que ocuparam postos equivalentes, a maior parte das estruturas governamentais estaduais.⁴⁴¹

No Espírito Santo, no dia 04 de abril de 1982 a convenção peemedebista trouxe uma intensa movimentação no Colégio do Carmo e nos arredores do Centro de Vitória. Foguetes, cartazes, faixas e paredes pichadas se mesclavam ao brilhantismo de um encontro que, ao que se supunha, anunciava a vitória de Max Mauro.⁴⁴²

A convenção do PMDB estava marcada para acontecer antes da convenção do PDS. No entanto, Camata conseguiu juntamente com Argilano Dario, então presidente do PMDB, adiar a convenção do partido. De acordo com o próprio Camata ele articulou isso, pois, se Élcio tivesse ganhado a convenção no PDS, ele não sairia candidato no PMDB. Contudo, apoiado por Eurico Rezende, Carlito Von Schilgen venceu a convenção retirando Élcio do páreo.

História Social das Relações Políticas) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, 2008. MOREIRA, Renato Heitor Santoro. *O movimento estudantil na Universidade Federal do Espírito Santo : a trajetória de um grupo ao poder (1976-1981)*. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, 2008.

⁴⁴¹ ABRÚCIO, 2002, p.94.

⁴⁴² CASSUNDÉ, 2008, p. 102.

Para adiar o processo, Camata realizou uma viagem na data marcada para a convenção do PMDB e quando chegou foi prestar solidariedade a Élcio que havia perdido a convenção do PDS. Nessa ocasião, segundo afirmação do próprio Camata, Élcio lhe deu uma mala com quinze mil cruzeiros para que ele utilizasse na campanha.⁴⁴³

A disputa com Gérson Camata acabou frustrando a esperança de Max Mauro de se tornar governador no ano de 1982. Gérson polarizou com Max dentro do partido e conseguiu 5 votos a mais que ele na convenção que decidiu o nome de quem ia disputar as eleições pelo PMDB. Entretanto, no início da convenção, “as piores avaliações davam conta de que o presidente da sigla venceria a disputa por uma diferença de aproximadamente dez votos”.⁴⁴⁴ Apesar disso, Camata ganhou com apoio de figuras que eram tidas como aliados de Max, tais como Mário Moreira e Sérgio Ceotto.⁴⁴⁵

O grupo de Max Mauro queria, por isso, rachar o partido. Max não aceitou, pois, segundo ele a divisão seria o cumprimento da estratégia dos militares. Max buscou manter a unidade do partido. Em depoimento a Maria Helena Macedo ele disse o seguinte:

Não rachei porque tinha a consciência do nosso papel naquele momento na vida do estado, na vida do país, na vida do PMDB. Aceitei, o que não ocorreu depois, quando venci a convenção da campanha seguinte. Camata procurou o Élcio, queria ir por lado de lá. Não foi porque depois dessa convenção eu já tinha o controle do partido. Em 82 eu tinha apenas a metade, mesmo assim porque tinha perdido amigos que morreram e eles nomearam gente para a comissão provisória, nomearam pra votar. Era só uma pré-convenção e respeitei o resultado. Em 86, eu venci a pré-convenção e ninguém respeitou, nem Camata, nem, José Moraes, nem José Ignácio, ninguém. Eu tive que disputar a convenção. Eles não respeitaram. Eu respeitei porque tinha consciência do papel do partido naquele momento histórico, porque nós estávamos avançando e era preciso derrotar a Ditadura e aceitei. Hoje diante do que eu estou assistindo no país, eu tenho minhas dúvidas. Não sei se faria de novo. Eu não ficaria contra, mas não faria o que fiz. Aceitar ser presidente para unir o partido.⁴⁴⁶

Gérson Camata se beneficiou da unidade do partido e ganhou grande popularidade se identificando com a esquerda naquele contexto histórico. Esse fato é reconhecido

⁴⁴³ MACEDO, Maria Helena de A. *Poder e Comunicação: a emergência do marketing na política capixaba da década de oitenta* (1980). 2007. 170 f. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, 2007, p. 135.

⁴⁴⁴ CASSUNDÉ, 2008, p. 102.

⁴⁴⁵ SEPARAÇÃO litigiosa. *Espírito Santo Agora*, Vitória, n. 82, p.05-08, out. 1987.

⁴⁴⁶ MACEDO, 2007, p.146.

pelo próprio Camata quando relata sobre o fatídico discurso proferido na cidade de Afonso Cláudio, no dia 20 de Janeiro de 1982, alardeado na imprensa local e nacional. Nessa ocasião, Camata chamou o presidente Figueiredo de mentiroso e teceu duras críticas ao Governo Federal. Camata narrou o momento em que chegou à certeza da vitória da seguinte forma:

Eu estava conformado com a situação difícil, sem dinheiro,(sic) fazendo alguns pequenos comícios em cima de caminhão, uma dificuldade danada. Aí eu estou em casa e o Rogério Medeiros me ligou e disse: Gerson, o Figueiredo está te processando. Eu disse: Ganhei a eleição... Ele estava mal popularmente... Foi o que faltava para eu ganhar a eleição.⁴⁴⁷

Outros acontecimentos de 1982 trouxeram a Gérson Camata a certeza de sua vitória. Além da identificação popular com o discurso do PMDB, principalmente nos centros urbanos, Camata, e sobretudo o seu candidato a vice José Moraes, desfrutava de bom trânsito junto às elites capixabas no meio urbano e rural.

No âmbito interno do partido a presença desses dois candidatos trazia segurança para os produtores rurais temerosos pelas mudanças proclamadas pelos movimentos sociais. Essa segurança é traduzida por Camata por meio do verbo acalmar. A estratégia que se fez eficiente, além de revelar o anticomunismo direcionado ao PMDB, demonstra a articulação realizada com as lideranças locais (oligarquias) e aponta para a realização de uma mediação oligárquica⁴⁴⁸ materializada a partir do controle sobre o executivo estadual por parte desse grupo, o que inclui o poder sobre cargos e recursos públicos disponíveis.

Nas palavras de Camata, em explicação sobre a participação do grupo que vinha do movimento estudantil, ou seja, o grupo do Paulo Hartung, podemos identificar evidências sobre o significado da disputa eleitoral que estava posta:

botamos o Zé Moraes como vice e no interior a gente era chamado de comunistas... Mas no interior o Zé Moraes começou a acalmar os

⁴⁴⁷ CAMATA, 2007 in: MARTIN, 2008, p.224.

⁴⁴⁸ “Processo pelo qual uma liderança de base restrita assume a condição de intermediário entre aqueles que disputam o poder dentro do município ou em áreas mais extensas. Isso se dá por meio de recursos públicos (patronagem) com o fito de atender aos interesses das poucas lideranças locais (oligarquias). (...) é o meio encontrado pelo presidencialismo de coalizão capixaba, para estabilizar o confronto entre elites, organizando a competição e atendendo a interesses variados pela distribuição de recursos públicos de maneira seletiva.” PEREIRA, André R. V. V. *Entrando em campo para perder: a inserção do Espírito Santo no debate político nacional*. In: BITERN COURT, G. e RIBEIRO, L. (orgs.) *Espírito Santo: um painel da nossa história II*. Vitória: Biblioteca Pública Estadual, 2012, p.34-35.

fazendeiros, tal... O interior começou a se acalmar mais e nós começamos a ganhar, primeiro no interior.⁴⁴⁹

O interior foi acalmado na medida em que compreendeu que o resultado positivo do PMDB não representava a derrota de candidatos que representavam seus interesses. Ou seja, os poderes locais alojados no interior se viam bem representados naqueles políticos que historicamente foram aliados do regime militar e das oligarquias locais. Gérson Camata recebeu sinais de apoio de políticos do próprio PSD.

O PMDB foi favorecido naquele contexto ainda mais pela rejeição de Eurico Rezende ao nome de Élcio Álvares para candidato ao governo do Estado. Esse fato dividiu o PSD internamente. Tanto que, na saída da convenção do PSD de 11 de junho de 1982, que escolheu o nome de Carlitos, os adeptos de Élcio Álvares gritavam após a derrota: “Camata! Camata!”⁴⁵⁰

Élcio questionou a lisura do resultado e segundo ele próprio, a “intransigência mantida dentro do PDS abriu para Gérson Camata (PMDB) as portas largas da vitória ensejando-lhe realizar um sonho de vida pública sempre marcada pelo êxito e sucesso.”⁴⁵¹ Os elogios dão o tom da proximidade entre os dois políticos, cujos históricos partidários os vinculam à ARENA e ao regime militar. Gérson Camata, “apesar de ter migrado para o MDB junto com um grupo no final da década de 1970, continuou ligado a Élcio Álvares”.⁴⁵²

Com a determinação do voto vinculado e da proibição de coligações partidárias, o conhecido *Pacote Eleitoral* de 1981, o PP foi fundido com o PMDB. Apesar de fortalecer o partido com quadros, filiações e minimizar a divisão dentro da oposição em curto prazo,⁴⁵³ o ingresso de ex-arenistas, como Gérson Camata, acirrou as disputas internas e aumentou a heterogeneidade dentro do PMDB. A seu favor,

⁴⁴⁹ MARTIN, 2008, p.224.

⁴⁵⁰ A Gazeta. Vitória. 12 jun. 1982, p.5.

⁴⁵¹ ÁLVARES, 2012, p.145.

⁴⁵² OLIVEIRA, Ueber José de. *Desempenho político-eleitoral do Partido dos Trabalhadores, no Espírito Santo nas eleições de 1982 a 2002*. 326 f. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, 2008, p.68. Oliveira faz uma abordagem mais detalhada das eleições de 1982. Para saber mais sobre a relação de Camata com o grupo de Élcio Álvares consultar esse trabalho.

⁴⁵³ OLIVEIRA, 2008, p.72.

Camata e os recém-chegados ao partido contavam com a influência que possuíam junto aos produtores rurais, empresários e políticos nacionais.⁴⁵⁴

Acerca da fusão entre os dois partidos, Abrúcio diz que “para o regime militar a extinção do PP foi extremamente prejudicial, por que houve a radicalização do discurso oposição *versus* ditadura, que beneficiou apenas ao PMDB na eleição de 1982”.⁴⁵⁵ No entanto, a partir dessa fusão, os grupos conservadores se fortaleceram no PMDB. Camata afirmou que sua ida para o PMDB se deve à migração de Tancredo, e nesse mesmo relato aponta que no Espírito Santo sua filiação no município de Linhares foi em homenagem a Nyder, o que se apresenta também como uma homenagem à UDR :

No final das contas, eu entrei no PMDB por causa do Tancredo. A maioria dos deputados queria voltar para a ARENA, mas, Tancredo queria ir para o PMDB e nos convenceu a ir para o partido. O Nyder Barbosa veio até Vitória consultar o PMDB daqui. Todo mundo me recebeu bem. Tanto que a minha filiação, em homenagem ao Nyder, eu fui fazer em Linhares. Ali em Linhares estava Berredo, Max, todo mundo [...]⁴⁵⁶

Apesar do contexto favorável à esquerda, os ex-arenistas prevaleceram na convenção de 1982 do PMDB que escolheu Gérson Camata como candidato a governador. O grupo ligado à direita ainda garantiu o conservador José Moraes como candidato a vice-governador. Apesar da forte instabilidade que esses resultados trouxeram ao partido, a unidade foi mantida. Max permaneceu com o controle do partido, mantendo a presidência e o compromisso de que Camata o apoiaria nas eleições de 1986.⁴⁵⁷

Diante do consenso estabelecido, Max aceitou sair como candidato a Deputado Federal e conseguiu em 1982 aproximadamente um quinto do total de votos nominais de Camata numa disputa onde a concorrência era 7,75 vezes maior. Com um total de 87.042 votos Max Mauro foi o deputado federal campeão de votos, 18.855 a mais que o segundo colocado, Hélio Carlos Manhães, também do PMDB. O terceiro colocado, e primeiro no PDS, conseguiu 61.187 votos.⁴⁵⁸

⁴⁵⁴ “Do extinto PP (Partido Popular), que ingressou no PMDB em 1982, faziam parte, além de José Moraes: Luiz Batista, Hugo Borges, Ozéas Ximenes Monte, João Batista Motta, Martinho de Castro Machado, Maridéia Rosa Bitti, dentre outros” OLIVEIRA, 2008, 76.

⁴⁵⁵ ABRÚCIO, 1998, p. 93.

⁴⁵⁶ MARTIN, 2008, p.72.

⁴⁵⁷ OLIVEIRA, 2008, p. 76.

⁴⁵⁸ <http://www.tre-es.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-anteriores-a-2006>, acesso em 08/09/2013.

Apesar dos acordos estabelecidos e das vitórias eleitorais, as fissuras internas causadas pelos atritos gerados pelas disputas internas dentro do PMDB não foram solucionadas. Na verdade, essas alianças e o processo de incorporação dos ex-arenistas não denotou união entre as forças divergentes. Em nome da unidade Max teve que conviver com grupos que assinalaram sua derrota nas convenções de 1982. Entre eles estava Paulo Hartung e seus aliados⁴⁵⁹ que se aproximaram de Gérson Camata e sustentaram seu nome dentro do PMDB na disputa que se travava com Max Mauro.

A esse respeito, Margô Martin escreve que o “apoio das lideranças estudantis e do PCB foi fundamental para a vitória do futuro Governador. Nestas eleições se daria o batismo eleitoral e o início da inserção do grupo em posições-chaves nas instituições públicas”.⁴⁶⁰ As dissertações de Margô Martin e Renato Moreira corroboram a ligação de Hartung com Camata. Nesse sentido, Moreira afirma que,

Esse mesmo grupo, então ligado ao Partido Comunista Brasileiro, teve participação ativa em eleições de políticos da época como Gerson Camata (eleito governador do Espírito Santo em 1982). A própria definição da candidatura de Camata dentro do partido – PMDB – (antes de sua eleição) deveu-se a esse grupo ligado a Hartung.⁴⁶¹

Esses acontecimentos são importantes para o entendimento dos conflitos que se deram entre o governador Max Mauro e Camata, bem como entre Max e Hartung. Para Fernando Pignaton o que decidiu a convenção a favor de Camata foram os votos dos militantes do PCB, o grupo do Hartung. Pignaton afirmou que “a influência foi enorme, nós achávamos que o Camata era mais eficiente para derrubar a ditadura (sic), pois ele reunia mais setores, assim a gente conseguiria ganhar”.⁴⁶²

A foto abaixo foi indicada como a convenção de 1982. No entanto, parece que a essa altura as candidaturas estavam definidas. A fotografia parece retratar um momento da campanha. Vê-se somente cartazes de Camata e alguns cartazes de candidatos a prefeito daquele ano como Victor Martins e Luiz Ferraz Moulin, de Guaçuí, que parece estar do lado direito de Gérson Camata, que por sua vez se encontra do lado direito da pessoa que fala ao microfone. Hartung aparece também

⁴⁵⁹ Os principais integrantes do chamado “grupo do Paulo Hartung” eram: Anselmo Tozi, César Colnago, Fernando Herkenhoff, Fernando Pignaton, Lauro Ferreira Pinto, Wellington (Lelo) Coimbra, Neivaldo Bragato, Paulo Hartung Gomes, Robson Leite, Stanislau Kostka Stein. MARTIN, 2008, p.11.

⁴⁶⁰ MARTIN, 2008, p. 17.

⁴⁶¹ MOREIRA, 2008, p.80.

⁴⁶² MOREIRA, 2008, p. 128.

na linha de frente do palanque, do lado esquerdo da pessoa que discursava. Do lado esquerdo de Hartung, mais ao fundo e de perfil vemos Max Mauro.

A escolha de Hartung para a disputa do pleito como candidato a deputado estadual pelo Partidão parece ter sido fortemente influenciada por Luiz Moulin, cujo apoio trazia a promessa de mais 4.000 votos na região de Muqui e adjacências. Segundo Margô Martin: “a condição para a parceria [o apoio de Moulin] seria a indicação de Paulo Hartung para a Assembleia Legislativa, já que suas raízes familiares tinham origem naquele município”.⁴⁶³



Convenção do PMDB em abril de 1982 (?)

Fonte: Arquivo pessoal de Paulo Hartung apud: MARTIN, 2008, p.77.

Paulo Hartung, o líder do grupo, seguiu acenando para o eleitorado por meio do discurso de resistência à ditadura, sinalizando em favor do discurso de implantação uma democracia política e social. Hartung seguiu a mesma linha de argumentação para explicar a escolha do Partidão por Camata:

⁴⁶³ 2008, p.74.

aí a escola do partidão, nós fizemos uma análise de conjuntura, estudamos as forças do Estado e entendemos que se a gente fosse de Max perderíamos a eleição, pelo que ainda existia de articulação forte naquela época dos aliados do Regime Militar. Aí vimos no Camata uma forma, não só de agregar o nosso lado, mas de fazer rupturas nos adversários (sic) e apostando na possibilidade de os adversários optarem pelo candidato errado.⁴⁶⁴

O cruzamento da avaliação de Hartung sobre a articulação forte dos aliados do Regime Militar com a narrativa de Margô Martin na qual o “PCB necessitava de candidatos ao governo que representassem setores empresariais, microempresas e a área rural”⁴⁶⁵ nos sugere os seguintes questionamentos: ora, como que se impede que um grupo ascenda ao poder apoiando um candidato que representa o grupo que se quer impedir, e portanto, a continuidade no processo de abertura ao invés de uma ruptura? O que essa opção no aspecto conjuntural, a escolha de Camata-Moraes, representa no conjunto do projeto dos militares e em que medida atende às expectativas do regime?

De acordo com Fernando Herkenhof, durante a disputa entre Max e Camata em 1982,

O partido se divide praticamente ao meio, em apoio à Max Mauro e a Camata e sem dúvida nenhuma eu sou um dos principais defensores, talvez o principal defensor da candidatura de Gerson Camata, entendendo que agente tinha que ter uma transição democrática complexa.. o aparelho repressivo, o serviço de informação ainda estava presente e havia muito mal estar ainda.⁴⁶⁶

O aparato repressivo atuante certamente recusava Max Mauro. Compartilhavam dessa mesma opinião outros setores empresariais (urbanos e rurais), pois “nos ombros de Mauro pesava a fama de ser um homem radical de esquerda”.⁴⁶⁷ Apesar disso, o contexto nacional e das eleições de 1982 apontavam para a vitória do PMDB. O sucesso nas eleições de 1982 atesta isso. Da mesma forma que as eleições de 1978 atestam o sucesso eleitoral da ARENA no Espírito Santo,⁴⁶⁸ as eleições de 1982 demonstram o sucesso eleitoral do MDB no Espírito Santo. Essa identificação do eleitorado com o MDB foi aos poucos sendo transmitida para o PT,

⁴⁶⁴ Apud. MARGÔ, 2008, p. 71.

⁴⁶⁵ Ibidem. p.71.

⁴⁶⁶ Apud. Ibidem. p. 73.

⁴⁶⁷ OLIVEIRA, 2008, p.74-75.

⁴⁶⁸ ÁLVARES, 2012, p. 126.

ao longo da década de 1980, como suspeitavam os maxistas na ocasião da escolha do ex-arenista José Moraes para vice-governador em 1982.⁴⁶⁹

O lugar ocupado pelo PMDB no campo da oposição passou a ser desfrutado pelo PT somente na segunda metade da década de 1980, quando os petistas assumiram o campo majoritário na oposição popular se apresentando como um partido desvinculado das forças políticas forjadas durante o período da ditadura militar, arrogando para si o título de novidade.⁴⁷⁰

3.3.2 Agora é Max: construção da candidatura e as eleições de 1986

A candidatura de 1986 começou a ser construída no acordo de unidade que apoiou o nome de Gérson Camata em 1982. Lá foi firmado o acordo no qual Camata apoiaria a candidatura de Max. Dessa forma, ali já estava colocado claramente o interesse e o potencial de Max de sair como candidato do PMDB. O *slogan* “Agora é Max” teria sido criado por um correligionário de Max Mauro, Sebastião Carreta, na época prefeito de fundão.⁴⁷¹

Alguns aspectos do contexto político desse período entre a convenção de 1982 e as eleições de 1986 podem ser vistos no Jornal Opinião Democrática.⁴⁷² Um número de 1984 iniciou seu texto com uma análise das bases de sustentação do Regime Militar no Espírito Santo e do papel dos movimentos sociais no novo contexto político pelo qual passava o país. Tratava-se de um momento em que os direitos políticos e sociais voltavam a ser proclamados pelas ruas com mais liberdade, apesar de ainda esta no contexto do regime autoritário. De acordo com esse jornal, no plano nacional, a divergência por conta da sucessão presidencial de Figueiredo que ensejou a

formação da Frente Liberal do PSD é um caminho praticamente sem volta. Pois esses políticos que durante anos ajudaram a sustentar o regime, sentiram, graças até à campanha de massas pelas Diretas Já, que levou milhões de brasileiros às ruas, que não há saída para esse regime. Ou se

⁴⁶⁹ DEFINIÇÃO. *A Gazeta*, Vitória, 11 jul. 1982, p.05.

⁴⁷⁰ OLIVEIRA, 2008, p.90.

⁴⁷¹ MACEDO, 2008, p. 149.

⁴⁷² BR.ES.APEES.DES.O.MP.6, p. 262-265.

aliavam à oposição e à Nação, ou iriam para o fundo do mar junto com o barco dos generais, tecnocratas e entreguistas.⁴⁷³

Essa ligação, denunciada nesse material apreendido pelo DOPS, foi apresentada pelo editor Carlos Humberto Martins, militante do PC do B, que atuou no MDB jovem. Em seus escritos observamos também que a crise dentro do PMDB relacionava-se com o fato dos grupos não serem *ouvidos*. Numa das reportagens fica patente que a falta de comunicação dividia ainda mais o grupo de Max e de Camata. Este representava as autoridades estaduais do PMDB enquanto que Max a executiva do partido. Humberto segue explicando a crise da seguinte forma:

Não há um só político capixaba que tenha visitado qualquer cidade do interior do Estado que não tenha ouvido reclamação de vereadores, membros dos diretórios ou dirigentes do PMDB. Em alguns lugares é a *executiva do partido que não consegue ser ouvida pelas autoridades estaduais*, em outras são membros minoritários do diretório que dizem estar sendo marginalizados. Há ainda vereadores que não se entendem com prefeito do PMDB, ou com a executiva, ou com o deputado da região. Na cidade onde o PDS ganhou então a situação é ainda pior, pois normalmente o partido oposicionista não tem conseguido sequer ser ouvido pelas autoridades estaduais, que às vezes preferem prestigiar o prefeito pedessista em busca de apoios eleitorais. Há alguns membros privilegiados do PMDB que conseguem ser ouvidos pelo PMDB estadual ou pelo governo, mas não buscam interpretar ou defender os interesses de todas as correntes do partido nessas cidades. [...]⁴⁷⁴

A cisão polarizou as correntes dentro do partido e Max articulou a insatisfação de membros do partido que com a exclusão buscavam apoios eleitorais. O grupo que pulou fora do barco dos generais, liderado por Camata, possuía naquele momento o controle das estruturas governamentais e, de posse do direito de nomear, privilegiava velhos aliados políticos. Segundo o Opinião Democrática:

Essa disputa de liderança no interior, segundo esses políticos, só tem aumentado por que o governo do Estado e a executiva regional do PMDB não tem conseguido “costurar” essas questões, conversando com todas as correntes do partido nessas cidades e nem procurado atender as reivindicações dos grupos minoritários.⁴⁷⁵

Max conseguiu, diante desse quadro, o apoio de Luiz Moulin que liderava um grupo de 23 prefeitos⁴⁷⁶ e aproveitava o momento político de intensos debates

⁴⁷³ Com Tancredo ou com o Regime. Jornal Opinião Democrática. Vitória 02/08/1984, capa.

⁴⁷⁴ O PMDB em crise. Jornal Opinião Democrática. Vitória 02/08/1984, p.2.(Destaques meus)

⁴⁷⁵ O PMDB em crise. Jornal Opinião Democrática. Vitória 02/08/1984, p.2.

⁴⁷⁶ OLIVEIRA, 2008, p.94.

relacionados à escolha do presidente da República em Colégio Eleitoral, para organizar suas bases no PMDB. Max foi o único deputado federal a consultar as bases do partido para decidir sua ida ou não ao Colégio Eleitoral naquele momento de crise institucional e sucessória no Brasil.

A primeira reunião de Max Mauro nesse sentido foi no município de Alegre e contou com mais de cem peemedebistas do sul do estado. Logo após reuniu-se em Colatina e contou com a participação dos prefeitos de Aracruz, Primo Biti, de Marilândia, Djair Caversan, e de Itarana, Erasto Aquino (o mesmo que o apoiou quando candidato a deputado federal em 1978). Além dos chefes municipais reuniu outras lideranças peemedebistas do norte do estado como os presidentes das Câmaras Municipais de Aracruz, Rubens Pimentel Filho, e de Colatina, Luiz Antônio Polese. Posteriormente reuniu-se em Nova Venécia.⁴⁷⁷ Essa narrativa que destaca o papel de Max na organização e fortalecimento do PMDB no estado foi encontrada no jornal de Humberto e corroborada por Max Mauro em relato sobre o período anterior no qual afirma que:

Eu percorri para a campanha de 86, mas percorri antes também. Na eleição de Camata um bom número de prefeitos foi eu que preparei. O Camata desceu de pára-quedas na última hora. Eu fiz o partido. Nenhum político do PMDB, naquela época que fui deputado estadual, deu a contribuição que eu dei fundando diretórios. Por isso, em 82, eu tinha a metade do partido, tanto que perdi a pré-convenção por três votos.

Max era visto como a principal figura progressista do estado e era o preferido das bases do PMDB.⁴⁷⁸ No entanto, o Senador José Ignácio também pretendia sair como candidato ao Governo do Estado pelo PMDB. E diante disso, Max teve novamente um candidato de peso à sua frente nas convenções do partido em 1986. Apesar da promessa de apoio a Max por parte de Camata em 1982, este apoiou abertamente o pré-candidato José Ignácio.

Camata havia se afastado do governo para concorrer ao Senado e o empresário José Moraes havia assumido o cargo de governador. Assim como Moraes, conhecido por sua postura extremamente conservadora, Camata também se recusava a apoiar Max.⁴⁷⁹ Do lado Ignácio estavam ainda outros políticos influentes

⁴⁷⁷ A briga no PDS do Espírito Santo. Jornal Opinião Democrática. Vitória. 02/08/1984, p.4.

⁴⁷⁸ PEREIRA, 2004.

⁴⁷⁹ OLIVEIRA, 2008, p.75.

no PMDB como o prefeito de Cachoeiro de Itapemirim, Roberto Valadão, e o deputado estadual, Hugo Borges, de Guarapari.⁴⁸⁰

O fortalecimento de Max Mauro diante desse grupo contou com um nome forte, o empresário Camilo Cola. A respeito dessas relações, contamos com a narrativa do jornalista Joaquim Nery, que testemunhou o processo político. Nery se dizia um aluno do marqueteiro Nelson Mendes e que teria sido contratado pelo empresário Camilo Cola para fazer suas campanhas. Segundo ele, foi orientado a fazer o seguinte:

quando o Max Mauro se preparava para disputar a indicação do PMDB contra José Ignácio, apoiado por Camata e seu vice José Moraes (...) A vitória de Max era tida como certa na convenção, mas por via das dúvidas o Camilo mandou vir do Rio de Janeiro um advogado dele com uma mala cheia de dinheiro. Era o próprio mala preta. O Nelson disse: - Nery, arranje convencionais adversários ou ainda em cima do muro para serem comprados. Fiz uma lista de convencionais factíveis de convencimento e fomos, eu e o mala preta, atrás deles. O próprio Nelson, e acho que o César também, fizeram suas listas.⁴⁸¹

Camilo Cola teria entrado no PMDB justamente para tentar apagar a imagem de empresário que havia patrocinado órgãos de repressão e tortura durante o regime militar. Para mudar essa visão de empresário da direita, que deu sustentação à ditadura militar, o que havia sido usado contra ele na campanha de 1982 ele se vinculou a Max, que havia experimentado uma frustrante derrota nas convenções do PMDB em 1982. Segundo Camilo Cola sua ida para o PMDB foi uma 'ordem' do General Figueiredo que teria dito: "você não vai para o PFL, vai para o PMDB".⁴⁸²

O jornalista Joaquim Nery nos dá informações relevantes sobre esse momento político:

A estratégia do Nelson foi tirar o Camilo do PDS e o levá-lo para o PDMB, numa tentativa de limpar a imagem dele, com o beneplácito de Max Mauro, a liderança de esquerda do PMDB mais respeitada no Espírito Santo. Àquela altura, Max havia aprendido uma dura lição com a derrota para Camata, em 82, que foi a seguinte: convenção e eleição só se ganham com dinheiro. Ele entrou na convenção com a história pessoal dele, com o carisma e a grande liderança que ele era, um autêntico peemedebista que tinha combatido a ditadura. E o Camata que não tinha nenhuma história desse tipo, ao contrário, tinha uma história que fazia questão de esconder, entrou no partido com dinheiro e disputou nesta

⁴⁸⁰ CASSUNDÉ, 2008, p.128.

⁴⁸¹ Relato disponível em: MACEDO, 2007, p.94.

⁴⁸² MACEDO, 2008, p.114.

mesma campanha uma vaga para o Senado, daí Mendes criou a Macaca, um slogan que se fixou na memória do eleitor.⁴⁸³

Joaquim Nery teria sido então o responsável por listar nomes e fazer inclusive o contato pessoal com os convencionais. Temeroso em citar nomes, falou da participação de uma deputada. Na época existiam duas deputadas pelo PMDB: uma estadual, Rosilda de Freitas (Rose de Freitas) e outra federal, Myrthes Bevilacqua. Segundo ele, seu

papel era sondar quanto custaria um apoio. Contatei oito pessoas, convencionais pertencentes, em sua maioria, ao grupo de uma deputada. Max foi para essa convenção que deu origem à Macaca, para enfrentar o candidato apoiado pelo grupo do Camata, pensando: eu não vou perder de novo.⁴⁸⁴

Max destacou em entrevista que não participou nem tomou conhecimento desses fatos narrados, segundo ele:

É preciso provar. Eu não sei disto. Quem teve contato mesmo com Nelson e Camilo, que me levou para o encontro, foi Sérgio Ceoto, mas Ceoto está morto. Juro a você que estou te dizendo com a maior sinceridade: eu não tenho conhecimento de que rolou dinheiro. O fato era o seguinte: eu tinha o partido na mão e tinha a maioria na convenção, o que não tive na anterior. Na anterior tive a metade, nesta eu tinha a maioria. Quem tem maioria na convenção, elege o presidente e a executiva. Quem usou a máquina foi o José Moraes. Comigo não foi. Pergunta ao Camilo, que entrou pra ajudar na campanha e ajudou, se algum dia pedi dinheiro a ele. Ele garantiu os recursos pra Macaca, mas eu fiz a minha campanha, do Max, sozinho, com os recursos do meu grupo, dentro da lei. Eles só queriam que eu fizesse propaganda para Camilo. Ivan Shalders, que era responsável pelo dinheiro, pode te dizer isto.⁴⁸⁵

Max ressalta o momento favorável ao PMDB, que era o grande trunfo político. Colocava-se fora dessas articulações e ressaltava novamente que Camata não seria candidato se não tivesse apoiado o partido.

A imprensa não sabe o que se passa nos bastidores da convenção, ouve qualquer um, e Nelson era um homem ligado a eles. Pode ter havido, se houve eu não soube, nunca pedi, eu não uso isto. Entrei na convenção como disse ao Camata e ao Zé Moraes: olha, sou candidato de qualquer jeito, pra ganhar ou pra perder, porque sabia que tinha chances. Eu sabia. O país estava na mão do PMDB, majoritário no Congresso Nacional. Ulisses com a influência que tinha. O povo querendo votar no PMDB, votou no PMDB com toda a força e eu com o controle do partido no estado, só seria candidato quem estivesse comigo. Deputado estadual e federal tinham que estar com Max Mauro. Camata só seria senador se estivesse com Max. Procurou o Elcio e se fosse pra lá não seria candidato.⁴⁸⁶

⁴⁸³ Ibid, p.95.

⁴⁸⁴ Ibid, p.95.

⁴⁸⁵ Ibid, p.153.

⁴⁸⁶ Ibid, p.154.

Max Mauro, corroborando a participação de Figueiredo no processo, e ressaltando a decisão de forma compartilhada com seu grupo, narra a entrada de Camilo Cola no PMDB da seguinte forma:

Aí o Camilo vai a Figueiredo em fim de 85 e pergunta e agora? Qual é a minha posição no Espírito Santo? Figueiredo disse a ele, procure o Camata, que por sua vez disse a ele que procurasse o PMDB de Cachoeiro, o Gilson Carone e o Roberto Valadão, alinhados à esquerda. Lá eles o orientaram a me procurar. Foi quando me sentei pela primeira vez com Camilo. Ele queria me apoiar. Eu tinha o partido na mão. Em 82 eu não, mas a essa altura trabalhei a maioria e nós elegemos Dilton Lyrio presidente. Eu tinha a executiva e a maioria na convenção. Camilo disse que só viria para o partido pela minha mão. Promovi uma reunião em Vila Velha com a companheirada para discutir o assunto, colocamos em votação. A maioria considerou importante aquela adesão e ele se filiou.⁴⁸⁷

A convenção no Ginásio do Álvares Cabral foi tumultuada e Camata recebeu vaias e agressões de pessoas que não admitiam a quebra do acordo estabelecido. Mesmo com apoio de Camata a Ignácio, Max conseguiu 169 votos, 56 a mais que José Ignácio.⁴⁸⁸

Os partidários do senador José Inácio Ferreira tomavam a ala direito de quem entrava no Ginásio predominando a cor azul das camisetas com o nome do senador. Do lado esquerdo, a torcida de Max Mauro coloria de verde e amarelo as arquibancadas, que de um lado apresentava os dizeres 'Agora é Max' e de outro mostrava sua fotografia [com Gerson Camata], tirada quando Max perdeu a convenção do partido em 1982 e decidiu apoiar seu concorrente.⁴⁸⁹

De acordo com Eurico Rezende, governadores podiam perder eleições, mas não perdiam convenções partidárias.⁴⁹⁰ A crença de que os poderes concentrados na mão do chefe do executivo sempre lhe permitiam direcionar o sentido das convenções foi contrariada por Max, que disse o seguinte sobre essa questão:

Eu desmistifiquei isso, ganhando a convenção contra o governador José Moraes, que tinha assumido para o Camata concorrer ao Senado. Ganhamos do Camata, que era o governador licenciado, do governador que assumiu em seu lugar, José Moraes, e do senador José Ignácio. Ganhamos dos três. O Camata saiu revoltado, dizendo que tinham jogado urina nele e na mulher, Rita Camata. Conversa fiada.⁴⁹¹

Max ainda chegou a estabelecer um acordo de apoio a Ignácio no próximo pleito, em 1990, buscando a unidade do partido tendo em vista a crise deflagrada juntamente

⁴⁸⁷ Ibid. p.149.

⁴⁸⁸ CASSUNDÉ, 2008, p.129.

⁴⁸⁹ CONVENÇÃO do PMDB é marcada por incidentes. A GAZETA, Vitória, 06 jun. 1986, p. 3.

⁴⁹⁰ MACEDO, 2008, p.150.

⁴⁹¹ MACEDO, 2007, p. 150.

com o descumprimento do acordo por parte de Gérson Camata. A partir desse acordo Ignácio voltou atrás em relação à ameaça de não apoiar a campanha de Max. Apesar disso, a unidade dentro do PMDB ficou comprometida pelo desfecho da convenção. Camata não cumpriu o acordo e ainda exigia desculpas de Max por conta dos incidentes.⁴⁹²

Os conflitos internos que polarizaram o partido entre *maxistas* e *camatistas* não se resumiram às convenções. Estão diretamente relacionados à crise do PMDB que levou à chamada *implosão* do PMDB como veremos adiante. Após as convenções, o grupo liderado por Camata e Moraes passou a combater o candidato a vice-governador escolhido pela maioria dos convencionais e dos prefeitos do PMDB. Apesar de contar com boa base de sustentação, Sérgio Ceotto, ex-secretário do Interior e Transportes no governo Camata, renunciou à candidatura devido às pressões.⁴⁹³

Nesse contexto muitas foram as hipóteses levantadas com nomes para ocupar o lugar de Ceotto. O deputado federal aliado de Camata, Vasco Alves, apontava entre os *camatistas*, nomes como o senador José Ignácio, que preferiu se manter no cargo, a deputada federal Myrthes Bevilácqua e a deputada estadual Rose de Freitas. O nome do ex-secretário de Saúde, Douglas Puppín, também foi cogitado. Porém, várias lideranças, como Vasco Alves, Berredo de Menezes, Domingos Sávio (prefeito de Jaguaré), Adelson Salvador (prefeito de Nova Venécia), Salvador Bonomo (deputado estadual), entre outras que se reuniram em Nova Venécia no dia 05 de setembro, se opuseram ao nome de Puppín. Já o nome de Carlos Alberto Cunha conseguia trazer algum consenso e foi sugerido inclusive por Bonomo.⁴⁹⁴

Os partidos que participavam da coligação junto com o PMDB aproveitaram a oportunidade para se reunir e indicar, apoiados em entendimento do TSE que as decisões em uma coligação têm que ser tomadas pela maioria dos partidos, o nome de Hugo Borges (PMDB) como substituto de Ceotto. Essa indicação foi feita em reunião onde participaram Namy Chequer (PC do B), José Carlos Nascif (PMN), José de Anchieta (PDC), e Antônio Pimentel (PSC).⁴⁹⁵ Além desses partidos, participavam da coligação PSL e PCB. Enquanto isso o governador José Moraes

⁴⁹² CAMATA condiciona apoio a Max a pedido de desculpas. *A Gazeta*, Vitória, 01 jul. 1986, p. 1.

⁴⁹³ MAX comenta problemas e ainda não vê unidade. *A Gazeta*, Vitória, 07 set. 1986, p.3.

⁴⁹⁴ INTERIOR lamenta a saída de Ceotto da disputa. *A Gazeta*, Vitória, 06 set. 1986, p.2.

⁴⁹⁵ PEQUENOS querem Hugo no lugar de Ceotto. *A Gazeta*, Vitória, 07 set. 1986, p.3.

defendia o nome de Carlos Alberto Cunha, com quem, segundo ele, o PMDB ganharia força.⁴⁹⁶ Max cedia às exigências do Palácio Anchieta enquanto Moraes cobrava dos prefeitos que apoiaram Ceotto que se mantivessem passivos diante da renúncia e ainda apoiassem o nome do seu candidato. Caso contrário, várias obras seriam boicotadas no interior.⁴⁹⁷

A respeito da substituição de Ceotto por Carlos Alberto Cunha, o candidato do PT, Arlindo Vilaschi declarava que “ao que tudo indica é que as candidaturas do PMDB têm que passar pelo crivo ideológico da UDR”. Rebatendo as declarações de Arlindo, Max Mauro afirmava que ele dirigiu “disciplinadamente” a Fundação Jones dos Santos Neves além de ter sido secretário de Estado no governo de Eurico Rezende, quando as nomeações tinham que ser aprovadas pelo SNI.⁴⁹⁸

Max vinha de um histórico de grandes votações. Obteve em 1974, para deputado estadual, 11.439 votos nominais, ficando em sétimo colocado. Já em 1978 conseguiu 54.012 votos nominais para deputado federal, ficando em primeiro lugar com quase dez mil votos a mais que o segundo colocado, o arenista Theodorico Ferraço. Em 1982, Max foi novamente recordista de votos ficando com 87.042 votos nominais, ficando desta vez com mais de quinze mil votos de vantagem do segundo colocado, Theodorico Ferraço (PDS), mais uma vez com ampla desvantagem em relação a Max Mauro.⁴⁹⁹

Gérson Camata e José Moraes resistiam ao nome de Max, porém, este era um nome expressivo nas urnas e, além disso, vinha fazendo um trabalho de base dentro dos diretórios municipais do PMDB, como afirmou o comunista Humberto Martins em seu jornal. O crescimento da candidatura de Max contribuiu para que houvesse um arrefecimento dos ânimos e trouxe unidade no partido durante a campanha.⁵⁰⁰ Diante do fortalecimento de Max no partido e da recusa de Élcio Álvares em aceitar os termos para obter o apoio de Camata e Moraes, não restou alternativa para a dupla que, a contragosto, passou a apoiar Max Mauro. Camata sustenta que não foi assim, pelo contrário. Ele teria ajudado a fazer com que Max crescesse “no Ibope”.

⁴⁹⁶ GOVERNADOR diz que PMDB ganha força. *A Gazeta*, Vitória, 06 set. 1986, p.2.

⁴⁹⁷ XEQUE. *A Gazeta*, Vitória, 06 set. 1986, p.2.

⁴⁹⁸ CANDIDATO ironiza Arlindo. *A Gazeta*, Vitória, 12 set. 1986, p.2.

⁴⁹⁹ Disponível em <http://www.tre-es.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-anteriores-a-2006>, acesso em 27/06/2012.

⁵⁰⁰ MARTIN, 2008, p.116.

Ao ser indagado sobre a recusa de dar apoio a Max, Camata respondeu da seguinte forma:

Santo Cristo. Dia e dia eu apoiei. Ele saiu candidato. O candidato adversário era o Élcio. José Moraes, que assumiu o governo, queria apoiar o Élcio. O Max chegou lá em casa, um dia de noite, sentou na escada do prédio e me disse: olha, eu vim entregar a minha candidatura. 44% o Élcio, 2% o Max, uma pesquisa que o Camilo Cola mandou fazer, mostrava isso. O que eu fiz? Vamos à casa do Zé Moraes. Meia noite, nós fomos lá. Zé, tá aqui o candidato do PMDB que você jurou no dia em que eu te passei o governo que acontecesse o que acontecesse você tinha que apoiar o candidato do partido. Fechou ali. Começamos a inaugurar estradas, Max no palanque, *peguei os prefeitos do Espírito Santo todinhos botei debaixo do cabresto pra trabalhar pro Max*. E outra coisa: passou um tempo, uns quinze dias, o Max chegou lá desanimado porque não tinha dinheiro. Fomos ao palácio falar com Sérgio Ceotto, que era o secretário de Transportes, e Saturnino, que era diretor do DER. *O José Moraes falou: faz o caixa, de quanto precisa? Chama os empreiteiros aqui! Todo mundo vai ter que dar. Chegara lá e ele ordenou. Seu Fulano, você vai ter que dar tanto, você dá tanto, você dá tanto e você dá tanto, se não, eu paro as estradas. Fez um caixotão de dinheiro. Não ajudei?*⁵⁰¹

A declaração de Camata demonstra a dependência dos prefeitos ocasionada pela falta de recursos disponíveis nos cofres da prefeitura e como que este fato permite que o chefe do executivo estadual pressione os prefeitos no sentido de direcionar o apoio a determinados candidatos. Além disso, fica patente a relação estreita entre o empresariado, dono das empreiteiras, que se beneficiam das verbas públicas na execução das obras públicas. A forma como acontecem as licitações e as obras públicas alimentam o ciclo vicioso que envolve poder econômico e poder político. Além da paralisação das obras quais outros riscos poderiam correr os empresários que se recusassem a cumprir o mandado de Camata? Será que participariam das próximas licitações?

O apoio de Camata a Max é explicado por Élcio Álvares de forma diferente. Camata e Moraes queriam o controle do sistema financeiro estadual, e não obtiveram de nenhuma das partes. Élcio Álvares demonstra essa questão em sua narrativa e nos dá evidências do principal motivo que levou à ruptura definitiva entre Max e Camata durante o ano de 1987, o que será abordado mais especificamente adiante. Élcio argumenta em livro no qual procurou registrar suas memórias que:

Apontado como candidato pelo Partido da Frente Liberal, do qual fui um dos fundadores, tendo Edson Machado como Vice-Governador, tratei de estabelecer alianças e *nutria esperança de ter o apoio de Gérson Camata e José Moraes*, tanto que em plena campanha numa noite às vésperas de viajar para Barra de São Francisco, estive em casa do empresário Carlos

⁵⁰¹ Entrevista Gérson Camata. In: MACEDO, 2007, p. 136 (destaques meus).

Guilherme Lima, situada na Ilha do Frade, em Vitória, quando *conversei longamente com Gérson e José Moraes. Infelizmente não pude aceitar as condições propostas para o apoio dos dois*, que seria bastante significativo no resultado do pleito, visto que detinham as rédeas do Governo. Paralelamente, o empresário Camilo Cola, já candidato a Senador também conversou com Gérson Camata e José Moraes no sentido de que os dois apoiassem Max Mauro, que, àquela altura já era candidato ostensivo patrocinado por Camilo. (...) Não sei, sinceramente, se algum dia depois Camata e Moraes não se arrependeram do apoio dado ao candidato vencedor, em detrimento do meu nome. *José Moraes exigiu demais nas preliminares do entendimento comigo, que envolvia o controle do sistema financeiro estadual, e do candidato que apoiaram nada tiveram, nem consideração.*⁵⁰²

O jornalista de A Gazeta, Willian Luiz de Abreu que se licenciou e filiou-se ao PMDB para disputar vaga de deputado estadual, disse em depoimento à pesquisadora Maria Helena Macedo que

O Camata e o Zé Moraes tinham perdido a convenção do PMDB para o Max. O candidato deles foi o senador José Ignácio. Queriam então dar o troco, apoiando o candidato do PFL, Élcio Álvares. Foram a Brasília consultar o presidente. Sarney tinha em mãos uma pesquisa indicando que o povo brasileiro ia retribuir o PMDB pelo sucesso do Plano Cruzado, idealizado por um integrante do partido, o ministro da Fazenda, Dílson Funaro. Eles voltaram ao Espírito Santo e caíram de cabeça na campanha do Max. O Max aguentou, mas deu o troco assim que assumiu o governo, rompendo com os dois.⁵⁰³

Max insistiu na recusa em aceitar as condições colocadas pela dupla Camata-Moraes. Sua explicação segue a mesma tônica de Élcio Álvares no que diz respeito aos postos estratégicos da administração estadual como moeda de troca pelo apoio no processo eleitoral. Sobre essa questão relatou Max:

Eu não estava convicto da vitória, porque em política não tem isto, mas tinha potencial eleitoral, era a minha vez. Fui fundador do partido, estruturei o partido no estado, conversei com todos os convencionais, que até então não tinham me pedido nada, até que houve uma reunião no Vitória Palace Hotel, na Praia do Canto. Paulo Galvão, prefeito de Castelo, foi encarregado de fazer a ata. Eles queriam trocar apoio por cargos. O interesse deles era o sistema financeiro, Secretaria da Fazenda, DER, Secretaria de Transportes. Quando falaram isto, o Dilton, que era presidente, disse: Isso é uma indignidade. Se levantou e implodiu a reunião. Não se assinou documento nenhum e eu não tive que cumprir acordo nenhum.⁵⁰⁴

Max avaliou a participação de Camata e Moraes em sua campanha para governador e apontou os prejuízos de Camata se ele não desse apoio à sua campanha. Além disso, reconheceu o papel de Camilo Cola naquele contexto:

⁵⁰² ÁLVARES, Élcio. Memórias do meu tempo. Vila Velha: Edição do autor, 2012, p.149; 153 (destaques meus).

⁵⁰³ Relato disponível em: MACEDO, 2007, p. 150-151.

⁵⁰⁴ Relato disponível em: MACEDO, 2007, p. 151.

Tinha tudo pra dar certo, apoio da executiva nacional, apoio do Ulisses, tudo. E nós tínhamos uma posição: se Camata não ficasse conosco, ele não seria candidato a nada e ele já tinha deixado o governo. Não seria. Ele nunca se integrou totalmente à minha campanha, mas o Zé Moraes fechou. Camata resistiu ao máximo, tanto que nunca deu um depoimento na televisão, mas foi aos comícios. Essa campanha já teve televisão e isso ficou por conta do Camilo”.

Sua fala continua com a explicação sobre relação dele com esse trio, historicamente ligado ao regime militar. Max explicitou também a forma encontrada por Camata para apoiar João Calmon, motivada pelo temor em ter uma figura como Camilo Cola liderando concorrente dentro do partido:

Senti a diferença, mas tudo em razão da Macaca. Camilo tinha recursos, não tinha voto. Camata tinha votos e eu tinha votos, mas não tínhamos recursos. O Camata ligado às elites e eu mais ligado à tradição do partido e ao movimento social, então eu tinha nome e voto, já tinha provado isso duas vezes. Camilo chega no partido nesse clima. Claro que me interessava o acordo com ele e cumpri meu compromisso com a Macaca, porque ele foi meu candidato ao senado. Fiz a campanha toda ao lado de Camilo. O Camata era arredo, tinha o apoio total do governo, de José Moraes, que me via assim de lado, muito embora ele tenha sido mais partidário que Camata na medida em que acabou me apoiando. Eu usava a imagem dele na TV, mas ele nunca deu um depoimento, mas ia aos comícios. No final não sei o acerto dele com o Camilo, mas na reta final da campanha o pai de Camata abriu apoio para Calmon e depois Camata escreve uma carta pedindo voto, usou o nome do pai para não se comprometer.⁵⁰⁵

A aproximação de Max Mauro com Camilo Cola foi evidenciada por Álvares e, segundo Margô Martin, “o apoio a Max somente foi possível com a mediação do empresário Camilo Cola”.⁵⁰⁶ Camilo Cola era temido no PMDB devido ao seu poder econômico, que facilitaria sua pretensão de ser candidato a governador em 1990. Por isso, Camata e Ignácio teriam entrado em rota de colisão com ele.⁵⁰⁷

Camilo teria articulado sua entrada no PMDB e gasto muito dinheiro na campanha de 1986, o que não fez com que ele ganhasse a eleição para o Senado. Seu poder econômico não resultou em vitória política. Segundo Nery, Cola teria alugado quase todo o Hotel Palace, na Praia do Canto, bairro nobre de Vitória, para que ali funcionasse o seu comitê de propaganda:

⁵⁰⁵ Relato disponível em: MACEDO, 2007, p.152.

⁵⁰⁶ 2008, p.116.

⁵⁰⁷ MACEDO, 2007, p.97.

A gente dormia, comia, fazia tudo ali. Foi uma campanha milionária, financiada pelo Grupo Itapemirim e empresas que se relacionavam com ele, de pneus, carrocérias, enfim. Para mim, foi a campanha mais rica entre todas que tive oportunidade de trabalhar e acompanhar de perto. Nem a de Albuíno, nem a de José Ignácio foram tão suntuosas quanto esta, porque o Nelson jogou pesado em todos os níveis de comunicação. O Max não se envolvia com dinheiro, mas era muito.⁵⁰⁸

A campanha de 1986 não se resumiu à participação de Camilo Cola. Segundo Max Mauro houve também a participação dos empresários do jogo do bicho, o que teria motivado o rompimento entre o seu grupo e o de Camata no partido. Segundo Max,

Eu me lembro de uma reunião na Fazenda do José Mores, em Carapina, pra discutir a campanha quando se tratou das questões dos recursos. Nós não tínhamos fonte de renda. Lá pras tantas Zé Moraes informa que estavam mantendo uns contatos e alguma coisa estava sendo encaminhada, quando chega o Carlos Guilherme Lima, que ele deve ter mandado chamar. Ele mostrou as fontes que já tinha procurado e citou o jogo de bicho. O Dirceu Cardoso deu um quique, eu dei um quique, o Mário Moreira deu um quique. Não aceitamos porque tinha que haver seleção e a reunião terminou assim. A partir dali o partido rompeu e já não teve influência sobre a campanha de Camata.⁵⁰⁹

Nessa entrevista Max chamou atenção para um fato que ainda está por ser colocado na ordem do dia no Brasil. Trata-se do abuso do poder econômico no processo político. Max reconheceu que: “Foi uma campanha muito cara, sob o comando dos dois e era natural que assim fosse porque uma eleição hegemônica exige recursos e os recursos estão com quem tem poder”.⁵¹⁰ Max criticou que, ao mesmo tempo em que a Ditadura abriu espaço para campanhas diretas também abriu espaço para campanhas muito ricas: “quem está no poder atrai recursos, prática das elites econômicas”.⁵¹¹

Nota-se que o controle do sistema financeiro estadual era disputado por pelo menos três grupos políticos naquele momento, o de Élcio Álvares, o de Camata-Moraes e o de Max Mauro. A construção da candidatura de Max Mauro passava inevitavelmente pela discussão dessas questões, diante da disputa que se realizava pela hegemonia no aparelho estatal. A versão apresentada por Álvares permite verificar que a

⁵⁰⁸ Relato disponível em: MACEDO, 2007, p.98.

⁵⁰⁹ Relato disponível em MACEDO, 2007, p.147.

⁵¹⁰ MACEDO, 2007, p.147.

⁵¹¹ MACEDO, 2007, p.147.

disputa pelos postos de comando no Estado enfraquecia a direita capixaba, aumentando as chances do candidato Max Mauro identificado com a esquerda do PMDB.

A disputa política não era exclusividade entre os partidos oriundos da ARENA. Em Cachoeiro de Itapemirim, por exemplo, município com 68.972 eleitores,⁵¹² quinto em quantidade de eleitores no estado, o PMDB encontrava-se em crise. As divergências entre as lideranças locais refletiam-se na disputa pela cadeira de senador. As alianças se organizaram da seguinte forma: Gilson Caroni apoiou Camilo Cola enquanto que o prefeito Roberto Valadão apoiou Camata.⁵¹³ Essa divisão repercutiu de forma negativa na campanha de Max no sul do estado e posteriormente contribuiu para crise do PMDB que será detalhada no próximo capítulo. Internamente ainda o PMDB teve que lidar com grupos que apoiaram o candidato do PFL, Élcio Álvares. Em Cariacica, por exemplo, quatro vereadores do PMDB declararam apoio a Élcio, que ainda contava com a adesão de outros peemedebistas de outras regiões.⁵¹⁴

Na contramão do que esperavam os setores conservadores, ou seja, o afastamento dos setores populares, Max fortalecia sua representação junto aos movimentos populares. Isto pode ser observado na criação de um comitê Pró-Max no *campus* de Goiabeiras da Universidade Federal do Espírito Santo. Durante a inauguração desse comitê Max se comprometeu com a devolução do patrimônio estudantil confiscado dos estudantes universitários e secundaristas durante o regime militar, além disso, propôs a democratização das relações entre o Governo, a Universidade e o movimento estudantil. A inauguração do comitê contou com a participação de representantes de Diretórios dos estudantes, da União Estadual dos Estudantes, de movimentos comunitários, de professores universitários e de candidatos do PMDB que eram identificados com as lutas estudantis.⁵¹⁵

No dia 21 do mês de outubro Max Mauro superou Élcio Álvares nas pesquisas eleitorais.⁵¹⁶ Diante desse quadro de crescimento eleitoral o PFL intensificou seus ataques ao PMDB e se concentrou em duas estratégias: associar o PMDB aos

⁵¹² VIEIRA, 1992, p.22.

⁵¹³ MAX reata hoje com Valadão em Cachoeiro. *A Gazeta*, Vitória, 06 set. 1986, p.2.

⁵¹⁴ ÉLCIO prevê outras adesões de grupos peemedebistas. *A Gazeta*, Vitória, 14 set. 1986, p.5.

⁵¹⁵ MAX já tem comitê no Campus. *A Gazeta*, Vitória, 04 set. 1986, p.2.

⁵¹⁶ GALLUP diz que Max supera Élcio: 40,6% a 39,5%. *A Gazeta*, Vitória, 21 out. 1986, p.3.

comunistas e denunciar a utilização da máquina pública na campanha eleitoral. Toda a campanha pefelista pelo interior do estado estava centrada na associação do PMDB com os comunistas. O lema do PFL dizia: “Quem quiser votar em comunista vote no PMDB quem não quiser vote no PFL”.⁵¹⁷

Essa postura chegou a gerar conflitos e agressões entre pefelistas e peemedebistas. Em episódio ocorrido em Barra de São Francisco o PFL por meio de veículo sonorizado insistiu nessa questão utilizando como argumentação a coligação do PMDB com o PCB e o PC do B. Na coligação estavam presentes o PMDB, PC do B, PCB, PSC, PDC e PMN.

No município de Pinheiros o candidato a vice-governador Edson Machado, depois de cumprimentar os participantes do comício chamando-os de “massa humana e cristã” passou a afirmar que Max Mauro era “partidário do comunismo ateu e com ele no Governo o povo não teria garantia à lei e aos costumes como teria com Élcio”.⁵¹⁸ Para Machado a escolha seria entre a democracia e o comunismo. Élcio Álvares também se valia do anticomunismo e da imagem de homem religioso, “um homem de Deus”, para conquistar os eleitores. No norte do estado o advogado Valdir Souto Coelho alertava que “os comunistas, no poder, transformariam nossas igrejas em depósitos de feijão, porque não creem em Deus”.⁵¹⁹

Defendendo-se dessas acusações o PMDB tratou de colocar nos programas de televisão seus candidatos ligados a Igrejas Evangélicas como Nelson Aguiar, Etta de Assis e o reverendo Joaquim Beato. Informações desconhecidas até então também foram veiculadas: Max tinha sido coroinha e congregado Mariano.⁵²⁰ O anticomunismo se concentrava em propagar o medo de se abolir o direito de culto, esse temor era veiculado junto com a defesa do direito de propriedade.

A conexão dos movimentos sociais com o comunismo é uma estratégia que foi utilizada pelos setores conservadores para esvaziar a pauta de reivindicações dos movimentos sociais desde o início da “guerra fria” e não cessou com a queda da URSS. Novamente testemunhamos o retorno dessa associação com as chamadas

⁵¹⁷ ANTICOMUNISMO. *A Gazeta*, Vitória, 21 out. 1986, p.4.

⁵¹⁸ NO interior o anticomunismo. *A Gazeta*, Vitória, 21 out. 1986, p.3.

⁵¹⁹ NO interior o anticomunismo. *A Gazeta*, Vitória, 21 out. 1986, p.3.

⁵²⁰ HORÁRIO gratuito ajudou a campanha dos partidos. *A Gazeta*, Vitória, 02 nov. 1986, p.6.

“jornadas de junho de 2013” quando a direita tem recorrido à mesma prática para esvaziar o conteúdo popular dos protestos que buscam reformas no Estado.⁵²¹

Ao mesmo tempo em que se valia desse recurso, para reverter o quadro desfavorável, o PFL denunciava que o calendário de inaugurações do Governo do Estado havia sido organizado para fazer campanha eleitoral.⁵²² A legislação eleitoral favorecia enormemente essa prática tradicional da política capixaba. Oferecer churrascos e bebidas alcoólicas após inaugurações era parte do processo político, onde se estreitava a relação com o eleitor.

De fato as inaugurações se estenderam até poucas horas antes da realização do sufrágio. Em Pinheiros, no dia vinte de setembro, o PMDB inaugurou uma rodovia ligando o município à BR-101 e logo após realizou um comício onde o secretário do Interior e Transportes, Carlos Guilherme Lima, antigo adversário de Max Mauro, pediu votos para Max e Carlos Alberto Cunha. Apesar do prefeito Galdino Zaganelli (PFL) que se recusou a receber o governador José Moraes, ter sido criticado por Lima, o nome dele foi colocado em pauta.⁵²³



Acima: convite inauguração escritório CESAN em Cariacica. A Gazeta. 08 nov. 1986, p.2. (Mais da metade da página do jornal, no formato antigo, maior que o atual).

⁵²¹ A utilização do anticomunismo pode ser constatada em outras reportagens daquele período: MOREIRA: 'Élcio tenta soerguer anticomunismo'. A Gazeta. Vitória. 06 nov. 1986, p.5; PC do B acusa pefelista de roubar Kombi. A Gazeta. Vitória. 09 nov. 1986, p.3.

⁵²² PFL denuncia o uso da máquina administrativa. A Gazeta, Vitória, 21 out. 1986, p.3.

⁵²³ CRÍTICAS. A Gazeta, Vitória, 23 set. 1986, p.4.

Abaixo: convite inauguração Dório Silva. A Gazeta. 13 nov. 1986, capa. Ao lado: convite inauguração estação tratamento de água em Afonso Cláudio, rodovia Baixo Guandu-Itaimbé/Itaguaçu, assinatura de convênios de obras em Vila Velha e apresentação musical em Vila Velha. A Gazeta. 11 nov. 1986, capa.

Convite

O Governador do Estado, José Moraes e o Secretário da Saúde, Dr. Arildo Santos Abreu, em satisfação de convidar as demais autoridades, a classe médica, as lideranças comunitárias e o povo para a inauguração, hoje, às 16:00 horas, em Laranjeiras (Carapina/Serra) do HOSPITAL DR. DÓRIO SILVA.

É de oportunidade registrar que, com a inauguração dessa moderna unidade - 150 leitos - o Espírito Santo passa a ser o quinto Estado do país a possuir, entre os mais sofisticados equipamentos, um tomógrafo computadorizado de 5ª geração.

O Hospital Dr. Dório Silva, conquista da atual Administração, exigiu recursos financeiros do Governo do Estado, além de empréstimo junto ao Governo da Alemanha Ocidental, viabilizando um avanço técnico-científico, no setor da Saúde, de pelo menos 20 anos.



Convite

O Governador do Estado, José Moraes, o Secretário do Interior e Transportes, Carlos Guilherme Lima, o Diretor Geral do DER-ES, engenheiro Elvio Sartório e o Diretor Presidente da CESAN, engenheiro Sérgio Borges, têm a satisfação de convidar as autoridades, as lideranças e o povo de Afonso Claudio, Baixo Guandu, Itaguaçu, Itarana e Vila Velha para a inauguração, HOJE, das seguintes obras:

19:00 horas - A. Claudio: Inauguração da Estação de Tratamento D'Água de Serra Pelada.

12:00 horas - B. Guandu: Inauguração da Rodovia Baixo Guandu-Itaimbé/Itaguaçu.

21:00 horas - V. Velha: Assinatura de convênios de obras de infraestrutura em conjuntos habitacionais e obras sociais (Programa de Prioridades Sociais).

21:30 horas - V. Velha: Concentração popular na Praça da antiga Prefeitura Municipal - Show com o cantor AGEPE e apresentação de Escolas de Samba.

Com a inauguração da Rodovia Baixo Guandu-Itaimbé/Itaguaçu o Governo José Moraes completa totalmente a ligação, por asfalto, de todas as sedes municipais, interiorizando-se ao novo processo de desenvolvimento do Espírito Santo.

Santa Teresa recebe mais uma rodovia asfaltada

A Construtora Oxford venceu mais um desafio, entregando no último fim de semana o subtrecho da rodovia Armando Martinelli, que liga a sede do município de Santa Teresa à localidade de Patrimônio de Santo Antonio, com 18 quilômetros de extensão. O trecho corta todo o Vale do Canaã, um dos mais bonitos do Espírito Santo e do Brasil.

A solenidade de inauguração contou com a presença do governador José Moraes, do diretor-presidente Abelardo Garcia e do superintendente da filial da Oxford no Espírito Santo, Amaury de Souza, do secretário do Interior e dos Transportes, Carlos Guilherme Lima.

Importância

A rodovia vai facilitar o escoamento da produção da região, especialmente de artefatos de madeira, cerâmica e aguardente de cana. Sua importância foi demonstrada pelos produtores e agricultores, que no pé da serra, homenagearam o governador José Moraes e sua comitiva e também os dirigentes da Construtora Oxford Ltda., Abelardo Garcia e Amaury

de Souza.

Um sonho acalentado há muitos anos e que finalmente está sendo concretizado, faltando apenas as obras finais num trecho de 12 quilômetros, entre o Patrimônio de Santo Antonio e o distrito de São Roque, vai custar a importância de Cz\$ 65,1 milhões. A rodovia Armando Martinelli (ES-080) tem 30,2 quilômetros de extensão e originalmente foi construída em 1927.

Presenças

A entrega ao tráfego do trecho Santa Teresa-Patrimônio de Santo Antonio, contou ainda com as presenças do diretor-geral do Departamento de Estradas da Rodagem, Elvio Antonio Sartório; presidente do Banestes, Carlos Alberto Lessa; prefeito de Santa Teresa, Etevaldo Damázio; presidente da Câmara Municipal de Santa Teresa, José Pasolini; deputados Dilton Lyrio, Ozéas Ximenes e José Casa Grande; ex-governador Gerson Camata, Carlos Alberto Cunha, Waldemar Zamprogno, Luiz Baptista, ex-prefeito de Santa Teresa, Waldir Loureiro, vareadores teresenses, entre outros.



Momento em que o governador José Moraes cortava a fita, inaugurando a nova rodovia



Construída em 1927, só agora a estrada de Canaã recebeu asfalto



A moderna rodovia começa na sede do município de Santa Teresa e corta através...



... das encostas, todo o Vale do Canaã, um dos mais bonitos do Espírito Santo

Propaganda inauguração de rodovia em Santa Teresa. A Gazeta. 13 nov. 1986, p.8 (Meia página, formato antigo).

Além das inaugurações e apoios políticos Max também se beneficiou da propaganda eleitoral na televisão. A TV se transformou num grande instrumento político, pois passou a permitir que o candidato pudesse veicular suas ideias e buscar o convencimento do eleitor, sem que este precisasse sair de sua residência e ir a comícios ou outros eventos. E em relação ao rádio permitiu a utilização de imagens e programas previamente elaborados por publicitários que se especializavam em fazer com que o candidato apresentasse uma estética esperada pelo eleitor. Assim, os candidatos passaram a receber cuidados específicos desde as suas vestimentas a aspectos bigráficos a serem ressaltados.⁵²⁴ Segundo Cassundé,

A candidatura de Max Mauro contou com a colaboração do publicitário Nelson Mendes, que havia sido contratado pelo empresário Camilo Cola, candidato ao Senado. A campanha peemedebista foi bastante arrojada. As principais jogadas de propaganda foram articuladas em torno da chapa que ficou conhecida como MACACA, expressão amplamente utilizada pelo PMDB, numa alusão às iniciais de **Max** Mauro, e dos candidatos ao Senado, **Camilo** Cola e Gerson **Camata**. O refrão do *jingle* da campanha dizia: “Max, Camilo e Camata, é isso aí, vamos lá Macaca!”

Maria Helena Macedo reitera o papel de Camilo Cola e do marketing político na campanha de Max Mauro para Governador em 1986. Segundo ela,

a nova fórmula introduziu-se no Espírito Santo nos primeiros anos da década de 80, através da campanha de Camilo Cola ao Senado, atravessa a eleição ao governo de Max de Freitas Mauro para culminar, nos termos de sua importância, com a eleição de Albuíno Azeredo para o cargo de governador do Estado, em 1990.

O horário gratuito na televisão e no rádio passou a ser um importante elemento dentro do processo eleitoral. Isso não passou despercebido pelos partidos políticos. Os partidos com pouca expressão no cenário político utilizaram em 1986 esse direito como moeda de troca na formação de alianças. PSC, PDC e PMN ameaçaram se desligar da coligação realizada com o PMDB pois não estavam recebendo apoio para gravação dos programas. Assim, conforme fala do presidente do PSC, Antônio Carlos Pimentel, publicada no noticiário do jornal A Gazeta, esses partidos

⁵²⁴ Para maiores conhecimentos sobre as campanhas modernizadas no Espírito Santo vide as dissertações de CASSUNDÉ, Ronaldo L. A Vitória de Albuíno: Campanhas Modernizadas no Brasil e no Espírito Santo. 2008. 200 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008. MACEDO, 2007.

ameaçavam “ceder parte dos seus quatro minutos aos candidatos do PT, Arlindo Villaschi, ou Élcio Álvares do PFL, ou seja, quem estiver disposto a arcar com as despesas da gravação dos programas, poderá usar parte do tempo dos pequenos”.⁵²⁵

O horário gratuito eleitoral no rádio e na TV, assim como a adequação da campanha a uma forma modernizada viabilizada com altos custos, não se constituem em determinantes do processo político, como ficou patente com a derrota de Camilo Cola para o Senado. No entanto, passou a ser elemento *sine qua nom* para a vitória no processo eleitoral. A partir desse vetor uma ideia personificada num candidato pode ser vendida como bem expressou o jornalista Joaquim Nery ao testemunhar que “nunca imaginara, até então, que um candidato pudesse ser *vendido* como um produto para consumo do mercado de eleitores”.⁵²⁶

É diante desse contexto que Max Mauro se elegeu governador do Estado do Espírito Santo. Por isso a bandeira do desenvolvimento social foi uma constante na campanha e apresentado como objetivo maior da administração de Max. Na mensagem de posse Max anunciou que iria fazer um governo “voltado para os problemas sociais que afligem nosso povo, como consequência da perversa política de concentração de renda, praticada pelo autoritarismo em nosso país.”⁵²⁷

TABELA 1 – Eleição para Governador do Estado do Espírito Santo - 1986

Candidato	Partido	Votos	%	Votos válidos (%)
Max Freitas Mauro	PMDB	532.713	48,06	54,9
Élcio Álvares	PFL	334.678	30,19	34,5
Arlindo Villaschi Filho	PT	97.279	8,77	10,0
Rubens Gomes	PDT	4.957	0,44	0,5
Total de Votos Válidos		969.627	-	100
Total de Votos apurados		1.108.293	100	-

Fonte: TRE-ES apud OLIVEIRA, 2008.

Max Mauro foi eleito com ampla margem sobre o segundo colocado ficando com quase duzentos mil votos a mais como podemos ver na tabela 1. Max reiterou também na ocasião, em sua mensagem de posse, que uma administração com uma participação popular não significava antepor qualquer tipo de força ao Legislativo,

⁵²⁵ PEQUENOS podem romper a coligação com o PMDB. *A Gazeta*. Vitória, 14 set. 1986, p.5.

⁵²⁶ Apud MACEDO, 2007, p. 94.

⁵²⁷ Anais da ALES, 11ª Legislatura, volume XXXVI, 15 de março de 1987, p. 103.

mas sim contribuir para fortalecê-lo paralelamente ao fortalecimento da sociedade. Sua relação com as forças políticas representadas na ALES e em outras instâncias de poder passam a ser objeto de investigação no próximo capítulo. Sua trajetória política a partir da eleição o colocou em uma situação política bem diversa da que havia experimentado até então.

De membro ativo na oposição ao autoritarismo e ao regime político excludente instaurado com a Ditadura Militar, Max passou a ser mediador das forças conflitantes dentro da sociedade. Como chefe do Executivo estadual passou a concentrar poderes e a ser alvo das pressões sociais resultantes das interações sociais estabelecidas e detalhadas no capítulo anterior. Sua trajetória é contemporânea de um importante momento político do país quando foi escrita nova constituição para o país. Ao mesmo tempo uma nova ordem mundial foi estabelecida a partir da queda da URSS.

4. O GOVERNO MAX MAURO NO ESPÍRITO SANTO (1987-1990)

O estudo da trajetória de Max Mauro passa a se confundir nesse momento com o estudo do Governo Max Mauro e da política capixaba na segunda metade da década de 1980 no Espírito Santo. Os projetos de Max Mauro passam a interessar em medida muito maior à sociedade capixaba uma vez que passa a desfrutar de grande parcela de poder que o cargo de chefe do Executivo estadual lhe confere. Assim, passamos a investigar as relações de poder entre os atores políticos estabelecidos em duas importantes instituições políticas capixabas: o Governo Estadual e a Assembleia Legislativa do Espírito Santo.

De que forma Max Mauro um político identificado com a esquerda progressista se relacionou com os grupos conservadores que mantinham o controle das estruturas de poderes locais? Essa pergunta foi o ponto de partida desse trabalho. Nossa pesquisa nessa direção apontou para a necessidade de entendimento do processo de fortalecimento do Partido Democrático Trabalhista no Espírito Santo, bem como da crise pela qual passou o PMDB na segunda metade da década de 1980.

As escolhas pessoais de Max Mauro, bem como suas características particulares imprimiram características específicas ao Governo do Estado. Logicamente, as intenções e percepções de Max Mauro se confrontam com aspectos estruturais econômicos, sociais e culturais que vão além do indivíduo e limitam as suas ações. Assim, o ato de investigar a trajetória de Max Mauro no governo capixaba resulta em reflexões e material factual para contribuir com o entendimento do sujeito no conjunto das relações sociais.

Nesse percurso a pesquisa trouxe mais indagações. Os documentos observados nos trouxe a questão: tomando-se a não eleição de Camilo Cola e o sucesso eleitoral de Max Mauro, até onde o financiamento de campanha determina o sufrágio? Não podemos considerar esse fato como determinante, mas há que se ressaltar a sua necessidade. Além disso, devemos levar em consideração que a lógica do parlamentar é fundamentada no cálculo racional, no individualismo. Suas ações são calcadas em trocas que garantem a manutenção de um padrão de vida social elevado e para tanto o acesso a verbas e cargos.

Assim, de que forma o sistema político poderia assumir uma feição mais republicana e democrática? Refletir sobre os abusos do poder econômico sobre o processo político e sobre suas estratégias para dominar o Estado torna-se assim uma condição *sine qua nom* para o estudo da história política.

O individualismo dos deputados não é uma característica exclusiva deles, é também um reflexo de valores estabelecidos na sociedade. A propagação do individualismo acontece de forma organizada e sistemática a partir instituições de cunho liberal e se difunde em toda a sociedade nos mais diversos canais de comunicação. Assim, é inegável que o individualismo contribua para aqueles que concentram renda e com isso dispõem de meios para financiar políticos que os represente na estrutura estatal. Se o comportamento individualista dos deputados é um valor a ser rechaçado, o fortalecimento de estruturas que sirvam aos interesses coletivos é um caminho a ser trilhado.

Nesse sentido, o cientista político Fernando Abrúcio apontou a existência de alguns “suportes logísticos” ou “suportes eleitorais” tais como a máquina pública estadual (considerado por ele o mais importante), sindicatos, associações empresariais e igrejas.⁵²⁸ Atualmente esses suportes são a base para que o parlamentar possa assumir seu posto. Retirando a figura da própria máquina pública estatal temos aquilo que podemos chamar de partidos *gramscianos*, já considerados nesse trabalho. A máquina estatal aparece como o elemento mais importante no processo de escolha dos governantes e demais cargos políticos. Diretamente associada a ela aparecem, na democracia liberal, os partidos, estrutura necessária para alcançar alguns dos postos mais importantes da esfera pública.

Apesar da importância dos outros suportes ou estruturas que atuam no processo político não há como se prescindir dos partidos para torna-se candidato aos cargos políticos de chefe do executivo ou exercer mandato parlamentar. Daí a importância de se organizar o sistema político com vistas a minimizar o comportamento individualista nos partidos. De acordo com Abrúcio,

o sistema proporcional de lista aberta incentiva os candidatos à Assembleia Legislativa a adotar estratégia eleitoral individualista e não partidária – um

⁵²⁸ 2002, p.134.

efeito contrário teria a lista fechada, pois os candidatos a deputado fariam campanha para o partido e não para si próprios.⁵²⁹

Na investigação que ora realizamos observamos que o perfil socioeconômico do Espírito Santo na segunda metade década de 1980 ainda era marcado pela vida rural. Esse aspecto da sociedade capixaba, analisado no segundo capítulo desta dissertação associado ao *modus operandi* dos atores políticos do período, nos permitiu identificar a maior parte dos representantes políticos estabelecidos no parlamento capixaba com os interesses de uma elite formada por poderes locais que não hesitavam em utilizar a violência para defender a propriedade privada diante do avanço dos direitos coletivos.

O recorte cronológico estabelecido do Governo Max Mauro se confunde com o período de reorganização do ordenamento jurídico do Brasil, fruto da transição pactuada entre o regime estabelecido na Ditadura Militar e o regime democrático que se instaurava com a chamada Nova República. No início do seu governo, por exemplo, os ocupantes dos cargos de delegado de polícia ainda eram escolhidos pelo governador. Os delegados de polícia tradicionalmente eram escolhidos em acordo dos poderes locais com membros da alta hierarquia da Polícia Militar. O coronel Sérgio Luiz Aurich que veio a compor o primeiro escalão do Governo Max foi delegado em Colatina desta forma.

Ao mesmo tempo em que a estrutura política era reorganizada, a crise econômica e o conflito social deflagrado no período se apresentaram como um importante ingrediente que atuou diretamente nas relações políticas analisadas. Esse cenário se associava a um eleitorado constituído por um total de 1.159.546 eleitores num conjunto de 2.294.407 habitantes, o que significa que os eleitores constituem 50,5% do total da população.⁵³⁰ Se for levada em consideração a possibilidade de erros e fraudes, que era uma realidade, podemos inferir que há a possibilidade de diminuir ainda mais a quantidade de eleitores.

Como evidência dessas distorções identificamos que o deputado estadual Nilton Gomes (PFL), eleito em 1986, sua esposa Edna Reis Gomes e seus auxiliares, Maria da Glória Malfesoni e Vicente de Paula Tosta da Cunha, foram indiciados pela

⁵²⁹ ABRÚCIO, 2002, p.134.

⁵³⁰ VIEIRA, 1992. P. 22.

Polícia Federal por terem fornecido 137 títulos eleitorais falsos. Nesse mesmo inquérito instaurado foi indiciada uma funcionária do Cartório Eleitoral, além de outras pessoas.⁵³¹ Nesse mesmo ano o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) identificou a existência de mais de 1500 títulos em situação irregular no município de Ibitirama.⁵³²

Dados ainda de 1989 dão conta de que o município de Atilio Vivácqua possuía 29,91% de eleitores além do total de habitantes enquanto que o padrão do estado era caracterizado pela existência de uma quantidade de eleitores bem inferior à quantidade de habitantes.⁵³³ A respeito desse fenômeno nesse município, José Eugênio considera dois fatores explicativos: a migração desacompanhada da transferência do título e a “fraude da transferência irregular de títulos eleitorais, prática que permanece, promovida por candidatos e políticos inescrupulosos”.⁵³⁴

Em 1986 nenhum partido concentrou votos exclusivamente na Grande Vitória, todos se valeram de votos provenientes de bases eleitorais estabelecidas no interior do Estado.⁵³⁵ Assim, a política tradicional foi a base sobre a qual foram ocupados maior parte dos cargos eletivos. É importante ressaltar que os parlamentares eleitos nesse ano participaram da Assembleia Nacional Constituinte em 1988 e da Constituinte Estadual em 1989. No capítulo dois demonstramos como a UDR atuou como um partido escolhendo seus candidatos e se empenhando para a eleição dos mesmos.

TABELA 2 - Padrão de Carreira dos deputados eleitos

Padrões	Interior	GV	Misto	Total
Carreira Municipal	9	3	2	14
Carreira Estadual	5	-	1	6
Atividade Profissional	4	-	1	5
Atividades Associativas	2	2	1	5
Totais	20	5	5	30

Elaborado a partir do noticiário de A Gazeta por Amarildo Mendes Lemos

Na tabela acima vemos que somente cinco parlamentares contaram com votos concentrados na Região Metropolitana da Grande Vitória (GV). Corroborando a

⁵³¹ FEDERAL confirma indiciamento de Nilton em fraude. A Gazeta. Vitória. 09 mar. 1989, p.5.

⁵³² TRE constata 1500 títulos irregulares em Ibitirama. A Gazeta. Vitória. 08 ago. 1989, p.2.

⁵³³ VIEIRA, 1992, p.27.

⁵³⁴ VIEIRA, 1992, p.27.

⁵³⁵ Ver Anexo III - Deputados 11ª Legislatura - ALES

análise feita pelo professor André Pereira,⁵³⁶ pelo menos 70% dos deputados estaduais eleitos em 1986 teve um histórico de ligação com o Estado. Assim, a maior parte do plenário constituído manipulou recursos públicos antes de ser eleito. Nesse caso, ocorreu ainda a exclusão do deputado Enivaldo dos Anjos que foi servidor do Judiciário assim como o seu pai. Enivaldo foi classificado no conjunto das atividades associativas devido ao seu histórico em organizações desportivas. No entanto, sua biografia compreende uma diversidade de atividades.

Metade do plenário da ALES foi de deputados com bases eleitorais no interior que ao mesmo tempo manipularam recursos públicos. Esse cruzamento de dados aponta para a força política dos poderes locais na organização do sistema político estadual. Assim, as prefeituras – sobretudo de cidades como Cachoeiro do Itapemirim, no sul, Colatina e Linhares, no norte – passaram a se constituir em importante mecanismo de promoção da carreira política na medida em que vinculavam o político diretamente com suas bases eleitorais. Nesse sentido, vale ressaltar que as votações recebidas são caracterizadas por bases eleitorais altamente concentradas.⁵³⁷ Esse mesmo aspecto é observado também por Fernando Abrúcio que afirma que os candidatos a deputado estadual “têm sua base eleitoral em uma área geográfica circunscrita a alguns municípios”.⁵³⁸

Nas atividades profissionais foram identificados quatro parlamentares sendo três deles médicos e um radialista. O plenário, na verdade era composto por 6 médicos, porém outros três foram incluídos em carreiras estatais. Dos três médicos incluídos nas atividades profissionais, um era dono de hospital, ou seja, empresário. Essa profissão permite ao candidato, dada a carência de médicos para atender a população, desenvolver com os eleitores laços de tipo clientelistas. O outro candidato incluído nessa categoria foi radialista e também presidente de uma fundação de auxílio aos necessitados que permite também a vinculação clientelística dos atendidos com sua pessoa. Além do empresário médico, foi identificado também um empresário que também era fazendeiro e ligado politicamente ao megaempresário Camilo Cola.

⁵³⁶ 2002, p.22.

⁵³⁷ PEREIRA, 2002, p.15.

⁵³⁸ ABRÚCIO, 2002, p.134.

A correlação entre partido político e padrão de carreira pode ser observada no PT cujos representantes estiveram ligados a movimentos sociais e atividades associativas. Seus eleitores estavam mais concentrados na Região Metropolitana da Grande Vitória, com exceção de Ângelo Moschen que teve seus votos concentrados na região norte onde militou junto aos trabalhadores rurais.

A disputa por um mandato eletivo como representante do povo na ALES em 1986 foi marcada por uma competição que contou com 219 candidatos que receberam votos, numa relação de 7,3 candidatos por vaga. Esses 219 candidatos receberam 765.371 contabilizando um quociente eleitoral de 25.512 votos.⁵³⁹

O candidato mais votado, curiosamente o deputado Nilton Gomes, recebeu 25.381 votos, 131 a menos que o mínimo necessário para se eleger candidato sem precisar dos votos da coligação. O segundo colocado, o deputado Paulo Hartung, angariou 17.343 e precisou de 8.169 votos da coligação para se eleger. Já o último colocado, o deputado Alcino Santos, ficou com 5.688 votos e necessitou de 19.824 votos da coligação para se eleger. Dois terços dos deputados não conseguiram nem a metade da quantidade de votos necessários para alcançar o quociente eleitoral.⁵⁴⁰

Tratava-se, como dissemos, de um ano em que o PMDB foi majoritário em todo o Brasil. No Espírito Santo a esquerda foi representada no parlamento por um deputado do PC do B, um do PDT, três do PT. A direita ficou representada por um deputado do PDS e mais nove do PFL. O PMDB, como centro, ficou com quinze deputados. Fazendo uma análise flexível dos critérios tradicionais de classificação ideológica dos partidos⁵⁴¹ podemos acrescentar à esquerda da época o então deputado Paulo Hartung que manteve uma aproximação com o PT. Hartung inclusive chegou a ser indicado pela bancada do PT para presidência em chapa para disputar a Mesa Diretora em já em 1987. Como não saiu candidato teria votado no deputado Cláudio Vereza, ao invés de votar no candidato de seu partido, Dilton Lyrio (PMDB), que tinha o apoio de Max Mauro.⁵⁴²

⁵³⁹ www.tre-es.es.gov.br.

⁵⁴⁰ www.tre-es.es.gov.br.

⁵⁴¹ PEREIRA, André R. V. V. Governos de Coalizão no Espírito Santo (1986/98). Artigo apresentado no 3º Encontro Nacional da ABCP - Associação Brasileira de Ciência Política em julho de 2002. Contou com a colaboração de Amarildo Mendes Lemos e Assis Guimarães.

⁵⁴² DEPUTADOS tomam posse e elegem Dilton presidente. A Gazeta, Vitória, 02 fev. 1987, p.3.

4.1 - Eleição da mesa diretora 1987

O bloco camatista do PMDB era composto pelos deputados Douglas Puppim (ex-secretário de Saúde de Camata), Valci Ferreira (líder do Governo Camata na ALES), Hugo Borges (presidente da Mesa Diretora no mandato 1985-1986), Armando Viola e Antônio Pelaes; posteriormente esse grupo recebeu o reforço do deputado Rubens Camata, que substituiu o deputado Jorge Anders eleito em 1988 para a prefeitura de Vila Velha. Esse grupo alinhou-se ideologicamente à direita e posteriormente já em 1987 com a ruptura entre Max e Camata o PMDB ficou claramente dividido. Não podemos analisar a bancada do PMDB como um grupo homogêneo, muito menos esperar que os deputados seguissem um mesmo padrão de comportamento no plenário. André Pereira nos chama atenção para a fraqueza dos partidos no Espírito Santo e considera o domínio do sistema partidário do estado pelo PMDB entre 1982 e 1990. A partir de 1990, após a crise do PMDB ocorreu uma “altíssima fragmentação e desarticulação dos partidos na arena parlamentar. Este fenômeno sugere uma mudança de enfoque, dos partidos para os deputados como unidade de estudo.”⁵⁴³

A raiz do grupo *suprapartidário* que ganhou destaque no governo Albuíno encontra-se nesse grupo que posteriormente passou a controlar os principais postos da Mesa Diretora e das Comissões Internas da ALES. O elemento aglutinador desse grupo não era o que podemos chamar de “Partido da Mesa Diretora.”⁵⁴⁴ O fortalecimento desse grupo se deu com a articulação do grupo camatista do PMDB com lideranças do PFL dentro parlamento.

A nossa hipótese é que esse cimento se relacione com entidades classistas. Além da identificação dos deputados como unidade de estudo, para um aprofundamento das relações políticas do período deve ser investigado o papel de instituições como a UDR, a FINDES, o SINDICON, além de dos centros de poder: ARACRUZ, CST e CVRD. Como afirmou o experiente deputado Alcino Santos: o centro e a direita “se seguram nos grandes empresários”.⁵⁴⁵

⁵⁴³ PEREIRA, 2002, p.3.

⁵⁴⁴ LEMOS & PEREIRA, 2002.

⁵⁴⁵ ALCINO admite que deputado só pensa em dinheiro. A Gazeta, Vitória, 05 fev. 1989, p.2.

A bancada do PMDB que somava a metade do plenário reuniu-se no dia 26 de janeiro de 1987 no salão Pelicano do hotel Porto do Sol para tratar da escolha do líder de bancada e também da eleição da mesa diretora. Vários deputados demonstraram interesse em se apossar do cargo de presidente da casa. Além do ex-presidente da casa Hugo Borges, que também pleiteava o posto de líder de bancada, Armando Viola, Salvador Bonomo e Jorge Anders, também se apresentaram como prováveis candidatos. No entanto, os deputados emedebistas convergiam para os nomes de Dilton Lyrio e Paulo Hartung. As esperanças de Paulo Hartung em se eleger presidente da ALES em 1987 se foram com sua saída antes do término da reunião da bancada juntamente com Valci Ferreira.⁵⁴⁶

Hugo Borges não conseguiu ser eleito para nada. A liderança da bancada do PMDB iria ficar com Paulo Hartung, em virtude de a presidência ter ficado com Dilton Lyrio. No entanto, ficou nas mãos de Salvador Bonomo, aliado do governador, devido à postura de Paulo Hartung. A escolha do nome de Lyrio agradou não somente ao governador eleito Max Mauro. O governador José Moraes, que ainda não havia abandonado o posto, pois a entrega da faixa aconteceu no dia 15 de março, também estava satisfeito com a escolha da bancada peemedebista.

Foi destaque também, nessa reunião para formação de uma chapa liderada pelo PMDB, o deputado João Gama. Ele conseguiu firmar o compromisso com os colegas de bancada no sentido de apoiá-lo integralmente.⁵⁴⁷ Valci também pleiteava o cargo de 1º secretário, porém sua saída antecipada favoreceu João Gama, que chegou a ameaçar formar chapa com a oposição apoiando o nome de Alcino Santos (PDS) para a presidência.⁵⁴⁸

A decisão pelo nome de Dilton Lyrio se deu após muitos impasses e controvérsias. O que aparentemente parece contraditório, aparece posto pelo deputado João Gama. Suas ameaças que envolviam o apoio a Alcino Santos podem parecer um paradoxo. No entanto, explica-se pelo comportamento individualista dos deputados e pela articulação em torno de alianças eleitorais articuladas por lideranças locais que a pretexto de um suprapartidarismo representam a plataforma política dos grupos conservadores. Nesse imbróglio, o governador eleito Max Mauro advertiu aos

⁵⁴⁶ PMDB tenta acordo para a presidência da Assembleia. A Gazeta, Vitória, 28 jan. 1987, p.2.

⁵⁴⁷ PMDB tenta acordo para a presidência da Assembleia. A Gazeta, Vitória, 28 jan. 1987, p.2.

⁵⁴⁸ PMDB indica Dilton Lyrio para disputar Assembleia. 27 jan. 1987, p.3.

participantes da reunião que a decisão de liberar os deputados para escolherem livremente seu candidato para o comando da Assembleia poderia ser tomada, porém, esse não era o “caminho do PMDB”.⁵⁴⁹

O jornalista Marcelo Martins nos dá detalhes sobre as articulações. Segundo ele o grupo que queria eleger Hugo Borges, apoiado pelo governador José Moraes, pretendia afastar Salvador Bonomo e Armando Viola da disputa. Para tanto articulou o apoio dos deputados novatos: Fernando Santório, Jório de Barros, Arildo Cassaro, Paulo Lemos e Jorge Anders. Douglas Puppín, João Gama e Hugo Borges asseguravam o apoio dos novatos. Porém, essa movimentação no tabuleiro do xadrez político foi captada pelos deputados Bonomo e Viola que anunciaram a retirada de seus nomes e passaram a indicar, juntamente com Valci Ferreira, Paulo Hartung e Antônio Pelaes, o Deputado Dilton Lyrio.⁵⁵⁰

Essa movimentação gerou novas articulações no tabuleiro político. Armando Viola, apesar do anúncio que ia renunciar à disputa, em favor de Hugo Borges, que possuía maior trânsito junto aos oposicionistas, manteve sua candidatura e reuniu-se em 30 de janeiro de 1987 com os deputados dissidentes Douglas Puppín (PMDB), Hugo Borges (PMDB), Valci Ferreira (PMDB), além de Alcino Santos (PDS) e José Tasso (PFL). Os três dissidentes do PMDB já haviam anunciado a intenção de formarem uma chapa com os nove deputados pefelistas pois não concordavam com a indicação de Dilton Lyrio como candidato do partido e pretendiam manter Hugo Borges na presidência da Casa.⁵⁵¹

Apesar de haver algum consenso em relação ao nome de Dilton Lyrio, a composição da chapa com Paulo Lemos na vice-presidência, João Gama na primeira secretaria e Fernando Santório na terceira não agradou a todos os peemedebistas. Assim, no dia da votação uma composição com Hugo Borges na presidência, Armando Viola na 1ª secretaria, e cedendo a 1ª vice-presidência e a 2ª secretaria para o PFL, chegou a ser articulada. Porém, as negociações não conseguiram atrair a totalidade dos pefelistas. Armando Viola, que foi inicialmente indicado por Valci Ferreira como candidato e contava com o apoio de Puppín, Hartung e Pelaes, possuía grande

⁵⁴⁹ PMDB indica Dilton Lyrio para disputar Assembleia. 27 jan. 1987, p.3.

⁵⁵⁰ PMDB indica Dilton Lyrio para disputar Assembleia. 27 jan. 1987, p.3.

⁵⁵¹ DEPUTADOS tomam posse e elegem Dilton presidente. A Gazeta, Vitoria, 02 fev. 1987, p.3.

rejeição do governador José Moraes e acabou ficando isolado nas articulações para a composição da mesa diretora.⁵⁵²

Além da atuação de José Moraes, Max também teve destacada atuação no processo de escolha do presidente da ALES. Segundo o jornalista Marcelo Martins a estratégia de Max envolvia inclusive a participação do empresário Camilo Cola. Camilo era padrinho político do deputado Luiz Carlos Santana (PDT), de Cachoeiro de Itapemirim, e, além desse voto, assegurou o do deputado Ronaldo Lopes (PFL), de Linhares.⁵⁵³ Além disso, no dia da eleição saía estampado no jornal pela jornalista Sônia Bridi que a definição da Assembleia influenciaria na formação do secretariado e na ocupação dos outros escalões. Ela ressalta que para Max

os critérios básicos para a escolha dos seus auxiliares são a competência, probidade e lealdade ao PMDB e aos companheiros. E a *eleição de hoje será o primeiro teste de lealdade dos peemedebistas. Seu resultado terá desdobramentos favoráveis ou desfavoráveis aos deputados do PMDB*, dependendo do comportamento de cada um deles.⁵⁵⁴

Essa fala parece ter tido efeito sobre parlamentares de outros partidos também. O deputado comunista João Martins, por exemplo, havia feito declarações de hesitação a Dilton Lyrio. Segundo ele, quando presidente da Casa entre 1983 e 1984, Lyrio havia impedido reuniões do PC do B no plenário, alegando que o partido era clandestino, foram contornadas.⁵⁵⁵ Lyrio, no entanto, alegou que jamais teve restrições ao PC do B ou ao PCB. Lembrava inclusive que o suplente de vereador em Vitória Gildo Ribeiro (PC do B) havia trabalhado em seu gabinete. Porém, a posição de Martins mudou Dilton passou a afirmar que podia contar com o voto de Martins.⁵⁵⁶

A chapa vencedora recebeu 20 votos e ficou constituída da seguinte forma: Dilton Lyrio (PMDB), presidente; Paulo Lemos (PMDB), 1º vice-presidente; José Tasso (PFL) 2º vice-presidente; João Gama Filho (PMDB), 1º secretário; Luiz Piassi (PFL), 2º secretário; Fernando Santório (PMDB), 3º secretário; Ronaldo Lopes (PFL), 4º secretário.

⁵⁵² PMDB enfrenta dividido disputa na Assembleia. A Gazeta, Vitória, 31 jan. 1987, p.2.

⁵⁵³ MAX monta esquema especial para eleição de Dilton Lyrio. A Gazeta, Vitória, 28 jan. 1987, p.2.

⁵⁵⁴ DEFINIÇÃO na Assembleia terá influência sobre secretariado. 01 fev. 1987, p.6. (destaques meus)

⁵⁵⁵ PMDB enfrenta dividido disputa na Assembleia. A Gazeta, Vitória, 31 jan. 1987, p.2.

⁵⁵⁶ MAX monta esquema especial para eleição de Dilton Lyrio. A Gazeta, Vitória, 28 jan. 1987, p.2.

TABELA 3 - Eleição da Mesa Diretora -1987

Vencedora		Perdedora		Branco	
Nome	Partido	Nome	Partido	Nome	Partido
Dilton Lyrio	PMDB	Cláudio Vereza	PT	Enivaldo dos Anjos	PFL
Paulo Lemos	PMDB	João Coser	PT	Dilo Binda	PFL
João Gama	PMDB	Ângelo Moschen	PT	Dário Martinelli	PFL
Fernando Santório	PMDB	Paulo Hartung	PMDB	Heraldo Musso	PFL
Arildo Cassaro	PMDB			Dissidente*	PMDB
Levi Aguiar	PMDB				
Salvador Bonomo	PMDB				
Jorge Anders	PMDB				
Jório de Barros	PMDB				
Antônio Pelaes	PMDB			Abstenção	
José Tasso	PFL			Armando Viola	PMDB
Luiz Piassi	PFL				
Ronaldo Lopes	PFL				
Nilton Gomes	PFL				
Waldemiro Seibel	PFL				
Alcino Santos	PDS				
João Martins	PC do B				
Luiz Santana	PDT				
Dissidente*	PMDB				
Dissidente*	PMDB				

*Os dissidentes foram Hugo Borges, Valci Ferreira e Douglas Puppim. O jornal A Gazeta informou que um dos dissidentes votou em branco. Cf. DEPUTADOS tomam posse e elege Dilton presidente. A Gazeta, Vitória, 02 fev. 1987, p.3.

O PT chegou a tentar articular a eleição de Paulo Hartung para a presidência da Casa, no entanto, não obteve êxito. Diante da negativa dos outros partidos em relação à proposta dos petistas, o PT lançou a candidatura do deputado Cláudio Vereza à presidência e não apresentou nomes para os demais cargos. Vereza recebeu quatro votos: dele, de João Coser (líder da bancada do PT), de Ângelo Moschen (PT) e de Paulo Hartung (PMDB). Armando Viola se absteve de votar e foram contabilizados ainda cinco votos em branco.⁵⁵⁷

Observamos que articulou-se entre os governistas uma estratégia para anular o domínio do grupo camatista no plenário. Essa movimentação requereu, para tanto, uma aproximação com deputados pefelistas, o pode ser observado na composição da chapa vencedora, na votação para a composição da Mesa Diretora e na presidência das comissões internas.

⁵⁵⁷ DEPUTADOS tomam posse e elege Dilton presidente. A Gazeta, Vitória, 02 fev. 1987, p.3.

A escolha de Dilton Lyrio pelo PMDB para presidir a ALES não foi aceita pelo PT. O presidente regional do PT, Perly Cipriano, questionava sobre a autonomia de Dilton em relação ao governo e sobre sua abertura para os movimentos sociais. Os petistas diziam que Lyrio “é mais autoritário que o ex-presidente da Casa, Vicente Silveira, do PDS”.⁵⁵⁸ O PT lançou Cláudio Vereza à presidência da ALES e tentou articular a insatisfação de peemedebistas na oposição a Dilton Lyrio.

Dentro do PMDB o candidato Salvador Bonomo teria apoio dos petistas para a presidente da Casa. Porém, diante da impossibilidade dessa composição, a articulação do PT em torno da candidatura de Vereza foi buscada por esse partido também junto aos parlamentares Paulo Hartung (PMDB), João Martins (PC do B), Luiz Carlos Santana (PDT), Enivaldo dos Anjos (PFL-líder) e Alcino Santos (PDS).⁵⁵⁹

Apesar de Paulo Hartung ter sido identificado como votante da chapa de Vereza, ele garantia que tinha votado na chapa vencedora, procurando manter uma boa relação com o executivo. Em janeiro, durante a formação de chapas para a presidência, o deputado Cláudio Vereza (PT) esperava contar com o apoio de deputados do PMDB “insatisfeitos com o andamento do processo sucessório”.⁵⁶⁰ Essas articulações do PT tornaram-se infrutíferas e a chapa apoiada pelo governador foi eleita com o apoio de deputados pefelistas.

As composições do início do mandato favoreceram o Executivo. Isto poderia reforçar o pensamento de Fernando Abrúcio, que assevera que:

É o Executivo estadual a única instituição que tem força, com recursos e coerência interna para organizar, *sozinho*, a agenda política estadual. Enquanto isso, se os deputados da Assembleia Legislativa não têm recursos de poder para sequer controlar suas bases eleitorais, imagine para contrabalançar o poder do Executivo.⁵⁶¹

Como suporte mais importante do processo político no direcionamento dos sufrágios, o controle da máquina pública era reforçado ainda mais pela disponibilidade de recursos econômicos pelos bancos estaduais. De acordo com Abrúcio, “os bancos estaduais eram fonte privilegiadas de recursos para os

⁵⁵⁸ BANCADA do PT pode lançar candidato. A Gazeta, Vitória, 28 jan. 1987, p.2.

⁵⁵⁹ PT lança Vereza para presidência da Assembleia. A Gazeta, Vitória, 30 jan. 1987, p.3.

⁵⁶⁰ PT lança Vereza para a presidência da Assembleia. A Gazeta, Vitória, 30 jan. 1987, p.3.

⁵⁶¹ ABRÚCIO, 2002, p.137.

governadores. Emprestavam dinheiro a correligionários do governador, como também ajudam a conquistar novos aliados para o governo estadual.”⁵⁶²

Essa intensa disputa está diretamente relacionada ao fato de que o posicionamento estratégico dentro da ALES permite maiores poderes aos parlamentares. Nesse sentido, existe ainda uma peculiaridade capixaba evidenciada na avaliação de André Pereira que retira a força explicativa da proposição de Abrúcio em sua Teoria do Baronato. Pereira constatou que

o ES está entre os estados brasileiros nos quais a delegação de poderes ao Presidente da Mesa Diretora e aos presidentes das comissões permanentes de maior destaque atinge níveis mais significantes do que os demais estados. Com isto, o que está a se dizer é que os deputados poderiam – e efetivamente o fizeram – compensar suas desvantagens estratégicas vis-à-vis o governador por meio do controle de cargos na Assembleia, reequilibrando o jogo.⁵⁶³

Um estudo de caso da história política capixaba não confirmou, portanto, a tese de Fernando Abrúcio.⁵⁶⁴ O contraponto ao poder do governador pode ser realizado por meio do controle de cargos importantes no parlamento e a partir da unidade dos parlamentares. Por isso a articulação do grupo camatista com a oposição constituída pelo PFL era perigosa para o governador Max Mauro que ainda tinha que levar em consideração a presença de três deputados petistas. Essas forças somadas o colocariam Max em desvantagem. Uma coalizão do PT com o PFL seria algo impensável naquele contexto. Contudo, esses partidos poderiam em frentes separadas fazer oposição ao governador.

Em trabalho anterior concluímos que os deputados capixabas são “baratos”, ou seja, poderiam ser “comprados por pouco”.⁵⁶⁵ Esse contingente parlamentar, teoricamente, não transmite segurança para o governador em votações de projetos que alterem significativamente o *status quo*. Contudo, pode-se garantir sucesso em votações pontuais. A condição de governabilidade no Espírito Santo parece ter seguido o que o pesquisador Fernando Abrúcio constatou no Rio Grande do Sul. Segundo ele:

⁵⁶² ABRÚCIO, 2002, p.126.

⁵⁶³ PEREIRA, 2002, p.4.

⁵⁶⁴ LEMOS & PEREIRA, 2002.

⁵⁶⁵ LEMOS & PEREIRA, 2002, p.434.

o governo de Alceu Collares, no Rio Grande do Sul, priorizou ainda mais as ações diretas junto aos municípios uma vez que o governador não tinha maioria na Assembleia Legislativa. Desta forma, agradando os prefeitos e os líderes locais, Collares pressionava as bases dos deputados estaduais para que estes apoiassem os projetos do Executivo.⁵⁶⁶

O caminho da municipalização foi uma das principais bandeiras do governador Max Mauro e de seu sucessor Albuíno Azeredo. Essa parece ter sido também a alternativa que viabilizou o sucesso de Max Mauro no Legislativo. Max Mauro foi historicamente vinculado com a esquerda do PMDB e teve sua vida política marcada pela forte oposição aos poderes locais, o que dificultou inclusive a articulação de sua campanha em 1986. De acordo com Fernando Abrúcio,

pertencer a um partido historicamente marcado como oposição à elite local – ou a importante parcela dela, pelo menos – é um indício de dificuldades futuras ao governador eleito, essa dificuldade será ainda maior se houver uma pluralidade de elites competindo pelo poder (...).⁵⁶⁷

Max Mauro pertenceu a ala do PMDB que fazia oposição às elites locais e à política tradicional e, além disso, a direita encontrava-se dividida com a ruptura entre Elcio Álvares e Eurico Rezende, que governaram o Espírito Santo antes da ascensão do PMDB em 1982. Em 1986 o PMDB e Max Mauro tiveram, como foi relatado anteriormente, que enfrentar a pecha de comunistas, estratégia de pefelistas para inviabilizar sua campanha. Isso reforça a semelhança entre a explicação de Abrúcio para o governo de Collares e as características assumidas por Max Mauro.

No início de 1987 Armando Viola, vice-líder do governo, não havia ainda se colocado na oposição a Max Mauro. Além de não participar da mesa diretora viu dois deputados que disputam votos em sua base eleitoral, João Gama e Ronaldo Lopes, ocupando cargo na mesa diretora. Diante desse desfecho ele foi indagado sobre os possíveis prejuízos do desfecho das eleições para os cargos da mesa diretora. Em sua resposta, Viola garantiu que não seria prejudicado de forma alguma visto que “o maior líder da cidade é meu amigo, meu irmão, meu compadre, meu companheiro.

⁵⁶⁶ ABRÚCIO, 2002, p.132.

⁵⁶⁷ Idem, p.119.

Falo do prefeito Samuel Batista, a quem devo minhas duas eleições consecutivas para a Assembleia Legislativa”.⁵⁶⁸

Destacamos esse episódio da fala de Viola, pois ela reforça o papel das prefeituras e dos poderes locais na política estadual. Ou seja, um caminho alternativo para contrabalançar seu alijamento dos postos importantes da Mesa Diretora, que permitem ao parlamentar um maior empoderamento frente ao executivo e transferir recursos para suas bases eleitorais, seria o fato de ser aliado do prefeito. Viola fazia questão de lembrar que é ao prefeito que ele devia suas duas eleições.

4.2 - Governabilidade ou “jogo fisiológico do é dando que se recebe”.⁵⁶⁹

A disputa inicial permitiu ao governo traçar um panorama acerca de suas possibilidades para a formação de uma base de sustentação na Assembleia. Max não constituiu maioria na ALES, sobretudo após o racha definitivo com o grupo camatista. No entanto, vários depoimentos analisados coincidem com a fala do presidente eleito para o mandato de 1989-1990, o deputado Alcino Santos: “O governador sempre esteve em minoria nesta Casa e sempre aprovou seus projetos, a não ser pequenos problemas. Seu secretariado tem dialogado com os deputados e é isso que os deputados querem”.⁵⁷⁰

Corroborando essa declaração de Alcino Santos, identificamos uma fala do líder do PFL em 30 de agosto de 1989 que diz o seguinte sobre a aprovação das mensagens do Executivo: “Há dois anos, sob a liderança do Sr. Deputado Enivaldo dos Anjos, a nossa bancada e quase a totalidade dos membros dessa Casa, todos, aprovamos projetos do Governo do Estado”.⁵⁷¹

No entanto, Max Mauro não organizou sozinho a agenda pública estadual. O senador Gérson Camata realizava uma oposição sistemática ao governador e passou a direcionar verbas para prefeituras. Dessa forma, Camata também firmava

⁵⁶⁸ VIOLA perde, mas não faz oposição. A Gazeta, Vitória, 02 fev. 1987, p.3.

⁵⁶⁹ Com essa expressão Max de Freitas Mauro definiu governabilidade em entrevista. *Revista Vida Vitória*, ano X, nº 149, 2ª quinzena, 31 de outubro de 1995, p.9.

⁵⁷⁰ ALCINO admite que deputado só pensa em dinheiro. A Gazeta, Vitória, 05 fev. 1989, p.2.

⁵⁷¹ ANAIS ALES 11ª Legislatura, quarta-feira, 30 de agosto de 1989, p.227.

vínculos com os poderes locais. Essa prática, conhecida como “governo paralelo” foi reforçada pelo conflito estabelecido pelo governador com o presidente da República José Sarney.

A questão com o Governo Federal começou a se mostrar conflituosa já no ano de 1987. Nesse ano o governador ainda apoiava o mandato de 5 anos para o presidente Sarney. Porém, observamos que Max Mauro e a bancada federal, com exceção de Nyder Barbosa, não foram consultados em 1987 sobre as mudanças no ministério e manifestaram-se descontentes com esse fato.⁵⁷²

Em 1988 o conflito ficou explícito e em janeiro os peemedebistas históricos passaram a exigir o rompimento do partido com o Governo Federal.⁵⁷³ Entre janeiro e junho Max pendeu entre o apoio a Sarney e aos históricos. A votação sobre a duração do mandato do presidente aconteceu em junho de 1988 e a maioria dos parlamentares votaram pelos quatro anos. Votaram com a favor de Sarney os senadores João Calmon e Gérson Camata, além dos deputados Stélio Dias e Nyder Barbosa.⁵⁷⁴

No segundo semestre de 1988 o governador Max Mauro passou a acusar o Governo Federal de pressioná-lo a “convencer” a bancada federal a votar no presidencialismo e no mandato de 5 anos. Max permaneceu junto com a maior parte da bancada federal e se colocou contra o Governo Federal.⁵⁷⁵ Max alinhava-se com os históricos e declarava seu apoio ao governador da Bahia, Waldir Pires, que por sua vez apoiava Max no rompimento com o Governo Federal.⁵⁷⁶

Nesse contexto, Sarney ainda foi acusado por Max de ser o mais corrupto da história do país. Em resposta, o Governo Federal tentou processá-lo⁵⁷⁷ e promoveu retaliações ao governo estadual, além de fortalecer o *governo paralelo* do senador Gérson Camata que constituía sua base de sustentação.⁵⁷⁸ Camata se beneficiava,

⁵⁷² MUDANÇAS no ministério surpreendem governador. *A Gazeta*, Vitória, 23 out. 1987, p.2.

⁵⁷³ DEPUTADOS do PMDB criticam rompimento com Sarney. *A Gazeta*, Vitória, 12 jan. 1988, p.3.

⁵⁷⁴ MAIORIA dos capixabas vota pelos quatro anos. *A Gazeta*, Vitória, 03 jun. 1988, p.3.

⁵⁷⁵ DENÚNCIA. *A Gazeta*, Vitória, 04 out. 1988, p.4.

⁵⁷⁶ GOVERNADOR defende compromissos. *A Gazeta*, Vitória, 16 jun. 1988, p.3.

⁵⁷⁷ DEPOIMENTO. *A Gazeta*, Vitória, 12 dez. 1989, p.4.

⁵⁷⁸ Essas retaliações podem ser observadas ainda no primeiro semestre de 1988. Cf. MANHÃES diz que Sarney persegue governo de Max. *A Gazeta*, Vitória, 04 abr. 1988, p.2.

portanto, desde 1987, da inserção de emendas no orçamento da União que direcionava verbas diretamente para as prefeituras.⁵⁷⁹

As forças antagônicas dentro do PMDB, representadas por Max Mauro, de um lado e a dupla Camata/Moraes, de outro, compuseram o mesmo palanque até o dia 13 de novembro de 1986, pois de outra forma, como já foi abordado, os prejuízos seriam maiores. A unidade instável criada no processo eleitoral logo demonstrou fissuras irreparáveis. A composição dos cargos de primeiro, segundo e terceiro escalões foi o próximo ponto de pauta. Paralelo ao debate sobre a constituição do governo e sobre qual o rótulo político que definiria o governo, uma acomodação interna de forças da Assembleia Legislativa Estadual aconteceu.

Se em janeiro, ou seja, antes da divulgação dos nomeados para compor o governo já existiam insatisfações, depois elas ficaram mais evidentes. Assim, a composição da equipe de governo foi a gota d'água para a separação definitiva. O preenchimento de cargos foi assim o início de um processo que se arrastou até a metade de setembro de 1987, quando ficou claro que não havia mais condições de unidade entre os dois grupos políticos.⁵⁸⁰

Depois das represálias sofridas quando Camata e, sobretudo, quando Moraes foi governador, e exonerou os *maxistas* do governo, foi a vez de Max Mauro dar as cartas, já que passou a desfrutar do poder de nomear. Segundo o jornal A Gazeta, nas palavras da jornalista Rita Bridi,

Foi montada uma estratégia para tentar afastar Gérson Camata, eleito senador, do então governador, em final de mandato, José Moraes. E em cima dessa estratégia começou a ser arquitetada a equipe de Governo, escolhendo-se pessoas ligadas à administração Camata/Moraes, mas com afinidades maiores a Camata, isolando José Moraes. A estratégia não deu certo, Camata e Moraes continuaram juntos.⁵⁸¹

A ruptura definitiva entre os dois, Camata e Max, ficou flagrante no episódio das 'caixinhas', narrado pelo noticiário do jornal A Gazeta e citado anteriormente.⁵⁸² Camata respondia aos jornalistas que estava sendo "violentamente atacado por que

⁵⁷⁹ MAX já admite que Camata faz governo paralelo. *A Gazeta*. 09 set 1987, p. 2.

⁵⁸⁰ CAMATA aceita diálogo com Max mas exige mudanças. *A Gazeta*, Vitória, 06 set. 1987, p.6.

⁵⁸¹ MAX realizará mudanças na equipe ainda esse mês. *A Gazeta*, Vitória, 29 nov. 1987, p.7.

⁵⁸² GOVERNADOR atribui a empreiteiras crise com Camata. *A Gazeta*, Vitória, p.2, 15 set. 1987.

indiquei, o (Carlos) Lessa para a presidência do Geres”. Roberto Moscozo continuou a reportagem apresentando a defesa de Camata que rebateu a acusação do governador acerca das indicações. Camata respondeu que: “Ele indicou o Carlos Dorsch para o INCRA e ninguém na bancada foi ouvido.” E continuou afirmando que quando era governador “o Max indicou seu primo, Fernando Duarte, para a Caixa Econômica, não me ouviu e nem ouviu a bancada.”⁵⁸³

Ao mesmo tempo na bancada federal a deputada Rose de Freitas reclamava que suas indicações não resultaram em nomeações, dizendo que Max estava enclausurado. Vasco Alves já vinha articulando o Movimento de Unidade Progressista, dissidência esquerdista do PMDB, discutida com membros do PT, durante aniversário desse partido em agosto de 1987.⁵⁸⁴ Vasquinho, como era conhecido, também acusava o governo de individualismo e centralismo administrativo.⁵⁸⁵

Em 15 de setembro de 1987 foram demitidos: o diretor da Carteira de Câmbio do Banestes, Odilomar Barcelos; o diretor Operacional da Banestes Seguradora, Ozires Pizzol; e o diretor administrativo da Banestes Seguradora, Arnaldo Pinheiro de Moraes, irmão de José Moraes. Na Escelsa foi demitido o representante do Governo na diretoria, Pablo Luciano Pumang, diretor de Engenharia e Obras no governo Camata. O representante do Governo no Conselho de Administração da Escelsa, Rogério Nogueira, ligado ao ex-governador José Moraes, também foi demitido.

Apesar de constituir um grupo de aliados, o senador Gérson Camata encontrava dificuldade em garantir uma maioria de votos na assembleia que aprovasse suas contas como governador do estado. A Comissão de Finanças, Antônio Pelaes (Cunha), Paulo Hartung (Moulin), Paulo Lemos, Heraldo Musso, Ronaldo Lopes, Moschen, Alcino Santos, havia dado parecer rejeitando as contas de Camata. Apesar de ser considerado camatista, Armando Viola acompanhando esse parecer, exigia celeridade no processo e questionava o presidente da Casa, o deputado Dilton Lyrio, sobre a não publicação do parecer, formalidade necessária para que as contas de Camata entrassem na ordem do dia.⁵⁸⁶

⁵⁸³ CAMATA aceita diálogo com Max mas exige mudanças. A Gazeta, Vitória, 06 set. 1987, p.6.

⁵⁸⁴ CONFRATERNIZAÇÃO. A Gazeta, Vitória, 21 ago. 1987, p.4.

⁵⁸⁵ GOVERNADOR atribui a empreiteiras crise com Camata. A Gazeta, Vitória, p.2, 15 set. 1987.

⁵⁸⁶ VIOLA garante que governo tem provas. A Gazeta, Vitória, p.2, 15 set. 1987.

Armando Viola enaltecia a “coragem do governador Max Mauro em tornar público o desvio de dinheiro”.⁵⁸⁷ Viola, antes de se colocar na oposição ao governo, foi vice-líder do governador Max Mauro na ALES.⁵⁸⁸ Antes disso, em 25 de junho de 1987, diante do pedido de autorização para que o governo pudesse realizar empréstimo junto ao BNDES para investir no transporte urbano da Grande Vitória, Viola ameaçou votar contra a matéria se seu pedido de um quinto do empréstimo não fosse voltado para melhorias de estradas de Linhares.⁵⁸⁹ Novamente em 1988, após a ruptura entre Max e Camata, e também após o seu alijamento da Mesa Diretora, Viola voltou a ser identificado como aliado de Camata.⁵⁹⁰

O agravamento da crise entre Max e Camata gerou problemas ao estado do Espírito Santo que passou a não contar com um grupo unido para disputar recursos junto ao governo federal. Nesse contexto, apareceram críticas a aliados do governador que não estariam atendendo as expectativas em seus cargos. Ocorriam pressões para que o governo também substituísse aliados.⁵⁹¹ Os cálculos políticos foram descritos pela jornalista Sônia Bridi, a qual afirmou que:

não está descartada a extinção de órgãos e a extinção de postos ocupados por pessoas que foram nomeadas para atender a acomodações de grupos políticos e que hoje não têm razão para continuar no governo, diante da crise. Não se pode deixar de considerar também as indicações feitas por integrantes da bancada federal e estadual. Fontes ligadas ao governador asseguram que está sendo devidamente avaliado o comportamento de cada bancada para com o Governo estadual. Quem tem participação no Governo e não tem correspondido em termos de apoio, corre o risco de ter seu espaço reduzido para os que estejam dispostos a apoiar a administração.⁵⁹²

A primeira mudança no secretariado de Max Mauro foi decorrente da ruptura com o Senador Gérson Camata. A saída dos camatistas do governo implicou em novas estratégias para compor maioria na ALES e superar a oposição estabelecida no parlamento. Nesse contexto, Rubens Camata, que ocupou cargo no segundo escalão e depois assumiu vaga na ALES, “chegou a romper com o irmão, Gérson

⁵⁸⁷ VIOLA garante que governo tem provas. A Gazeta, Vitória, p.2, 15 set. 1987.

⁵⁸⁸ VIOLA: Camata e Moraes ‘desgraçaram’ o Estado. A Gazeta, Vitória, p.2, 23 set. 1987.

⁵⁸⁹ VIOLA garante que Max não deixará Linhares abandonada. A Gazeta, Vitória, p.2, 25 jun. 1987.

⁵⁹⁰ GOVERNADOR pode entrar na campanha. A Gazeta, Vitória. 06 out. 1988, p.5.

⁵⁹¹ MAX realizará mudanças na equipe ainda esse mês. A Gazeta, Vitória, 29 nov. 1987, p.7.

⁵⁹² MAX realizará mudanças na equipe ainda esse mês. A Gazeta, Vitória, 29 nov. 1987, p.7.

Camata, para apoiar Max, mas acabou também pedindo demissão do Governo, por que já era considerado, então, aliado e espião do próprio irmão”.⁵⁹³

Nessa reforma do secretariado em 1988, Max Mauro não deixou de consultar a bancada governista que aceitou as nomeações realizadas pelo governador. Os deputados mais próximos a Max foram ouvidos enquanto que os demais foram apenas notificados das mudanças.⁵⁹⁴ Essa prática reforça mais uma vez que Max Mauro não organizou a agenda pública estadual sozinho. Em 1988, Luiz Polese assumiu a Secretaria de Transportes e Obras Públicas; Luiz Moulin, a Secretaria de Meio Ambiente; José Eugênio, a Secretaria de Educação; Ednaldo Loureiro, a Secretaria de Administração; e Saturnino Mauro, a Secretaria de Interior.⁵⁹⁵

O secretário de Transportes e Obras Públicas, Sérgio Ceotto, saiu para assumir a Casa Civil, que era ocupada por Djalma Monteiro, aliado de Camata e José Moraes que saiu em função do conflito. Na Coordenação Estadual do Planejamento (COPLAN) Ricardo Santos, acusado de camatista e petista ao mesmo tempo, deu lugar a Albuíno Cunha Azeredo. Em sua posse Max anunciou que Albuíno “tem defendido com eficiência os interesses do Estado junto à CVRD”.⁵⁹⁶

O secretário de Interior, o camatista Leodózio Paste, primo de Rita Camata, deu lugar ao irmão de Max Mauro, Saturnino Mauro em 1988. Ao mesmo tempo, José Cupertino Leite de Almeida saiu do governo para disputar vaga no Tribunal de Justiça dando lugar a Edinaldo Loureiro Ferraz, que possuía um perfil técnico.⁵⁹⁷

Por ocasião de nova crise no primeiro escalão o noticiário considera que “acertar parecia difícil, sobretudo por que os nomes escolhidos, inicialmente, foram resultantes de acordos políticos. Muitos impostos pelos que apoiaram Max, *inclusive partidos*.”⁵⁹⁸ Nesse contexto, poucos partidos se faziam presentes no plenário. Além do PMDB, constavam PFL, PT, PDS e PDT.

A saída do secretário de Educação Joaquim Beato teria sido, segundo o próprio Beato, resultado de “*manobras de alguns políticos do PMDB e dos radicais de*

⁵⁹³ TRÊS assessores do governo estão demissionários. A Gazeta. Vitória, 05 jun. 1988, p.2.

⁵⁹⁴ BANCADA aceita nomeações. A Gazeta, Vitória. 06 jan. 1988, p.3.

⁵⁹⁵ SECRETÁRIOS prometem economia e obras no Estado. A Gazeta. Vitória, 09 jan. 1988, p.5.

⁵⁹⁶ MAX empossa secretariado e busca municipalização. A Gazeta. Vitória. 08 jan. 1988, p.2.

⁵⁹⁷ SECRETÁRIOS prometem economia e obras no Estado. A Gazeta. Vitória. 09 jan. 1988, p.5.

⁵⁹⁸ TRÊS assessores do governo estão demissionários. A Gazeta. Vitória, 05 jun. 1988, p.2. (destaques meus).

esquerda' que integram a liderança da União dos Professores do Espírito Santo."⁵⁹⁹ Porém, sua conexão com o senador Gérson Camata parece ter sido o fator decisivo. No lugar de Beato entrou José Eugênio Vieira, que na época era subsecretário de Administração. Com perfil técnico, ao final do Governo Eugênio demonstrou habilidade política e despontou como um dos principais articuladores da campanha de Albuíno, chegando a filiar-se ao PDT.

A partir de 1988 podemos identificar um aumento do número de secretários com perfil técnico. Em dezembro de 1987, foi extinta a Secretaria de Comunicação e, em 1988, criada a Secretaria de Meio Ambiente. Luiz Moulin foi, nessa mudança, reacomodado passando a responder, portanto, pelo Meio Ambiente. Luiz Moulin (prefeito de Guaçuí) tinha sido, juntamente com Adelson Salvador (prefeito de Nova Venécia) e Paulo Galvão (prefeito de Castelo), um dos articuladores do movimento municipalista de apoio à candidatura de Max Mauro. Na Secretaria de Comunicação Moulin havia perdido o domínio sobre a verba publicitária do Governo.⁶⁰⁰ Já na Secretaria de Meio Ambiente alegava dificuldade para realizar a implementação do Sistema Estadual de Meio Ambiente devido às pressões de fortes grupos econômicos.⁶⁰¹

Moulin, em sua carta de demissão, entregou o cargo em caráter irrevogável, acusando "o tratamento desigual, dado ao nosso trabalho, bem como o total descaso, com nítidos traços de *sabotagem, recebido de pessoas que detêm postos de mando na atual administração*".⁶⁰² Nesse contexto, no mês de junho de 1988, em debate realizado entre os deputados e o secretário de Saúde, Gilson Carone, este chegou a confirmar que o Estado não possuía instrumentos para fiscalizar se a Aracruz iria cumprir os condicionantes estabelecidos no Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) da empresa que expandia a exploração econômica no Estado naquele período.⁶⁰³

Pela leitura que se faz, é inegável que as modificações no primeiro escalão tenham levado em consideração a formação de maioria na ALES. No entanto, inicialmente constatamos que somente os aliados foram consultados, e depois o jornal indica que

⁵⁹⁹ A política de Educação. A Gazeta. Vitória, 01 jan. 1988, p.4. (destaques meus).

⁶⁰⁰ CRISE. A Gazeta. Vitória. 04 set. 1988, p.4. A Gazeta. Vitória, 04 set. 1988, p.4.

⁶⁰¹ BIÓLOGO substituirá Moulin na Secretaria de Meio Ambiente. A Gazeta. Vitória, 07 mai. 1988, p.6.

⁶⁰² MOULIN denuncia 'sabotagem' e deixa Secretaria. A Gazeta. Vitória. 05 mai. 1988, p.5. (destaques meus).

⁶⁰³ DEBATE sobre a Aracruz não tem resultado positivo. A Gazeta. Vitória, 15 jun. 1988, p.7.

houve imposição daqueles que apoiaram Max Mauro, inclusive partidos. Esses apoios parecem estar relacionados ao processo eleitoral, o que coincide com a classificação por nós realizada, explícita no gráfico. Não foi possível identificar quais seriam os partidos. Na coligação estavam presentes o PMDB, PC do B, PCB, PSC, PDC e PMN. A consulta às fontes indica que esses partidos não teriam força política suficiente para fazer esse tipo de imposição. Sendo assim, permanece a pergunta, quais seriam esses partidos ou que partido seria esse? Seria um partido formal?

Em 1988 Max Mauro se recusou a apoiar o candidato do PMDB na capital, o empresário José Luiz Kfuri, pois ele tinha o apoio do ex-governador José Moraes. Max também se recusou a apoiar o candidato do PMDB em São Mateus, alegava que este havia apoiado o candidato do PFL, Élcio Álvares, em 1986. Em Itapemirim, apesar de Valci Ferreira ter migrado para o PTB, ainda controlava o diretório peemedebista, e por isso Max apoiou o ex-peemedebista, Erivelto Porto Meirelles do PSDB. Em Viana, devido ao apoio do prefeito Demóstenes, com problemas na Justiça, Max também não deu apoio ao candidato do PMDB. Em meio ao debate das eleições, Max admitiu subir em palanque na companhia de representantes de outros partidos apoiados pelo PMDB.⁶⁰⁴

De acordo com o noticiário de A Gazeta, o secretário de Saúde Nilton Gomes, conhecido como Nilton Baiano apoiou o candidato do PT, Vitor Buaiz contra o seu homônimo, o então deputado estadual Nilton Gomes, do PFL.⁶⁰⁵ Desde julho Max já havia sinalizado a possibilidade de coligação do PMDB com a esquerda, especificamente com o candidato da Frente Vitória, Vitor Buaiz.⁶⁰⁶ Isto, porém, se tornou inviável. No entanto, os indícios da aproximação de Max Mauro com Vitor Buaiz, ambos com profissão de médico, podem ser percebidos nesta narrativa:

o governador Max Mauro procurou ser solidário e prometeu que dará o apoio necessário na medida do possível à nova administração de Vitória, (...). Estrategicamente poupado de críticas durante a campanha eleitoral de Vitória, o governador Max Mauro não disfarçou seu contentamento pela vitória de Vitor Buaiz, com quem tem estreitos laços de amizade desde o tempo em que era deputado federal e o prefeito eleito ainda dirigente sindical.⁶⁰⁷

⁶⁰⁴ MAX admite apoiar candidatos de outros partidos. A Gazeta. Vitória, 16 set. 1988, p.2.

⁶⁰⁵ GOVERNADOR pode entrar na campanha. A Gazeta. Vitória, 06 out. 1988, p.5.

⁶⁰⁶ MAX admite coligação do PMDB até com a esquerda. A Gazeta. Vitória, 14 jul. 1988, p.2.

⁶⁰⁷ VITOR diz a Max que situação da PMV é caótica. A Gazeta. Vitória, 09 dez. 1988, p.3.

No início de 1989, Max Mauro perdeu a eleição da Mesa Diretora. Nessa ocasião os deputados petistas votaram em bloco apoiando a chapa do governador. Destoando da lógica partidária e caracterizando o suprapartidarismo presente na ALES vemos que Alcino Santos, único representante do PDS, foi eleito presidente.

TABELA 4 - Eleição da Mesa Diretora -1989

Vencedora		Perdedora	
Nome	Partido	Nome	Partido
Alcino Santos	PDS	João Gama	PMDB
Valci Ferreira	PTB	Dilton Lyrio	PMDB
Hugo Borges	PMDB	Paulo Lemos	PMDB
Douglas Puppim	PMDB	Fernando Santório	PMDB
Antônio Pelaes	PMDB	Jório de Barros	PMDB
Armando Viola	PMDB	Salvador Bonomo	PMDB
Rubens Camata	PMDB	Arildo Cassaro	PMDB
Rainor Breda	PFL	Levi Aguiar	PMDB
Dário Martinelli	PFL	Paulo Hartung	s/ partido
Waldemiro Seibel	PFL	Perly Cipriano	PT
José Tasso	PFL	João Coser	PT
Ronaldo Lopes	PFL	Ângelo Moschen	PT
Nilton Gomes	PFL	João Martins	PC do B
Lúcio Merçon	PFL	Luiz Piassi	PDT
Antônio Moreira	PFL		
Luiz Santana	PDT		

Fonte: Elaborado por Amarildo Mendes Lemos a partir do jornal A Gazeta.

A chapa vencedora e a votação para a mesma ficou da seguinte forma: Alcino Santos – PDS, Presidente; Hugo Borges - Bloco Parlamentar Independente (BPI), Vice-Presidente; Dário Martinelli – PFL, 2º Vice-presidente; Ronaldo Lopes - PFL, 1º Secretário; Armando Viola - BPI, 2º Secretário; Waldemiro Seibel – PFL, 3º Secretário; Douglas Puppim - BPI, 4º Secretário. Ao invés de identificarmos os deputados peemedebistas com a sigla do partido, assinalamos o termo Bloco Parlamentar Independente, pois era desta forma que as publicações oficiais passaram a divulgar, após a oficialização deste grupo.

O deputado Hugo Borges liderou o Bloco Parlamentar que se organizou informalmente com o nome de Bloco Resistência após a ruptura de Max com Camata. Posteriormente o BPI foi formalizado e esse grupo passou a ser identificado desta forma nos anais da ALES. Não há sequer referência ao PMDB na frente do nome dos membros do BPI na caracterização do Poder Legislativo. O BPI aparece

como um partido independente constituindo representação partidária e ainda gabinete de liderança.

Em março de 1989 o pedido de oficialização do bloco foi feito por Hugo Borges. Esse fato gerou um acalorado debate no plenário da ALES quando o líder do PMDB, Paulo Lemos, advertiu o grupo utilizando a seguinte expressão: “as viúvas de Camata que se comportem.” Em sua fala o deputado Paulo ainda acusou o deputado Douglas Puppim de “conspirador.”⁶⁰⁸ O governador Max Mauro se viu, assim, diante de uma Mesa Diretora dominada pelo PFL e ainda com os poucos membros peemedebistas rompidos com o governo.

A análise da votação permite observar a articulação do PFL com o BPI impondo a derrota para a chapa apoiada pelo governador. Os deputados peemedebistas aliados do senador Gérson Camata representavam uma força muito significativa no plenário. Em 1989 o plenário não se dividiu em três facções como em 1987, quando parte do PFL apoiou o candidato do governo, a esquerda lançou candidato próprio e quatro pefelistas e dois peemedebistas se colocaram claramente na oposição não votando em nenhuma das duas chapas.

Para fazer frente à direita camatista o governador tentou, sem sucesso, uma composição com a ala esquerda. A chamada “ala esquerda” da ALES era composta pelos deputados Cláudio Vereza, Ângelo Moschen e João Coser, do PT; João Martins, do PC do B; Paulo Hartung, do PSDB. Esse grupo, além do deputado Luiz Santana (PDT), defendia uma postura de independência em relação ao Governo, que, contudo, contava com o seu apoio eventualmente.⁶⁰⁹

A oposição sistemática a Max Mauro, no período em que Alcino Santos foi presidente da Mesa Diretora, foi composta pelos deputados Nilton Gomes, José Tasso, Antônio Moreira, Dário Martineli, Ronaldo Lopes e Lúcio Merçon, do PFL; Rainor Breda (PDS); Valci Ferreira (PTB); Armando Viola e Douglas Puppim, do PMDB; Rubens Camata e Antônio Pelaes, do PRN.⁶¹⁰

⁶⁰⁸ BLOCO do PMDB causa polêmica. A Gazeta. Vitória. 09 mar. 1989, p.3.

⁶⁰⁹ GOVERNADOR não articula maioria na Assembleia. A Gazeta. Vitória. 25 fev. 1990, p.2.

⁶¹⁰ GOVERNADOR não articula maioria na Assembleia. A Gazeta. Vitória. 25 fev. 1990, p.2.
Aqui os deputados são identificados de acordo com o partido dos deputados nesse ano, após migrações partidárias.

Desse grupo oposicionista Ronaldo Lopes e Lúcio Merçon, do PFL, votavam eventualmente com o governo em matérias que beneficiem os professores ou suas bases eleitorais. Apesar de Hugo Borges liderar o BPI, o jornal anunciava que ele apoiava o executivo para ter as reivindicações de Guarapari atendidas.⁶¹¹

As fontes consultadas demonstram que Fernando Santório, Arildo Cassaro, Jório de Barros (votou contra algumas vezes e ameaçou romper com o executivo devido ao apoio a Dilo Binda, PFL), Paulo Lemos, Salvador Bonomo, João Gama e Dilton Lyrio deram apoio incondicional ao governador até 1990. Esse mesmo grupo acompanhou a orientação do governo de migrar para o PDT. Em 1990 podemos identificar todos na bancada pedetista.⁶¹²

No dia 08 de dezembro de 1989 Max conseguiu ampliar o primeiro escalão ao conseguir a aprovação na ALES da modificação da estrutura da Auditoria Geral do Estado, que ganhou *status* de Secretaria de Estado acrescentando 4 supervisores comissionados e mais 12 auditores internos. Max contou com o apoio dos membros da chamada bancada progressista. Votaram a favor do Governo a bancada do PT, Paulo Hartung (PSDB) e João Martins (PC do B). Foram contabilizados sete votos contrários.⁶¹³ Aqui é interessante notar que a confrontação entre o título da matéria e o seu conteúdo apontam para uma oposição que não é formada pela esquerda da Casa.

Da mesma forma que Max não articulava uma maioria de votos de forma incondicional, a oposição também não conseguia constituir uma frente que impusesse derrotas ao Executivo e que gerasse, assim, uma crise de governabilidade. A jornalista Rita Bridi avaliava que Max Mauro “não tem demonstrado muito jogo de cintura na hora de fechar apoio às suas teses”.⁶¹⁴ Porém, em matérias de interesse popular podia contar com a ala esquerda.⁶¹⁵ Em entrevista dada ao autor deste trabalho, Max Mauro alegou que muitas matérias nesse sentido foram encaminhadas ao plenário, o que prejudicaria a imagem dos

⁶¹¹ GOVERNADOR não articula maioria na Assembleia. A Gazeta. Vitória. 25 fev. 1990, p.2.

⁶¹² GOVERNADOR não articula maioria na Assembleia. A Gazeta. Vitória. 25 fev. 1990, p.2.

⁶¹³ AUDITOR ganha ‘status’ de secretários sob crítica da oposição. A Gazeta. Vitória, 08 dez.1989, p.3.

⁶¹⁴ GOVERNADOR não articula maioria na Assembleia. A Gazeta. Vitória. 25 fev. 1990, p.2.

⁶¹⁵ GOVERNADOR não articula maioria na Assembleia. A Gazeta. Vitória. 25 fev. 1990, p.2.

deputados diante da população caso não fossem aprovados.⁶¹⁶ E em outro caso, em se tratando de obras para o interior podia contar com os deputados cuja base eleitoral coincidissem com a região beneficiada.⁶¹⁷

O volume de projetos arquivados na ALES somente ultrapassou a quantidade de projetos aprovados em 1987. Nos outros anos existem mais projetos aprovados com destaque para o ano de 1989. Esses dados podem ser identificados na tabela abaixo.

No início e, sobretudo, no final do governo mais projetos foram devolvidos ao autor, o que indica maiores acordos para reformulação de projetos com vista à aprovação no plenário. A maior quantidade de vetos ocorreu em 1988, ano das eleições municipais e a maior quantidade de projetos devolvidos ao autor coincide com o ano da sucessão de Max Mauro, indicando uma possibilidade de estar refletindo um maior diálogo com os deputados, já que os projetos devolvidos ao autor para correções apontam para alterações necessárias com vistas a se garantir a aprovação no plenário.

TABELA 5 – Atividade parlamentar 1987-1990

Projetos	Período				
	1987	1988	1989	1990	Total
Aprovados	98 (?)	140	130	149	517
Arquivados	178	118	54	102	452
Rejeitados	2	4	2	4	12
Retirados de pauta	5	2	5	-	12
Vetados totalmente	8	16	9	4	37
Vetados parcialmente	1	4	1	1	7
Devolvidos ao autor	6	5	3	22	36
Totais	298	289	204	282	1073

Fonte: Jornal A Gazeta.

A Lei de Terras proposta pelo Executivo uniu o Governo com a esquerda da ALES. Essa lei tratava das terras devolutas pertencentes ao Estado. Em seu texto encontrava-se a regulamentação da posse da terra no Estado. Esse propósito incomodou os posseiros que haviam ocupado terras pertencentes ao Estado. Diante

⁶¹⁶ MAURO, Max de Freitas. *Agora é Max: a trajetória política de Max de Freitas Mauro (1970-1990)*. 2012. Entrevista concedida a Amarildo Mendes Lemos, Vila Velha, 15 out. 2012.

⁶¹⁷ GOVERNADOR não articula maioria na Assembleia. A Gazeta. Vitória. 25 fev. 1990, p.2.

disso, a bancada direitista na ALES se movimentou na defesa dos posseiros, e no âmbito da sociedade a Federação dos Agricultores do Espírito Santo (FAES) contribuía para pressionar o Estado para alargar o limite de 100 para 600 hectares, previstos em lei.⁶¹⁸ Com isso os poderes locais pretendiam legitimar grandes extensões de terras das quais haviam se apossado no passado, como relatado no capítulo dois.

No texto enviado pelo Governo procurou-se garantir a função social da terra. Dessa forma, a ordem de prioridade era assentamento de trabalhadores rurais sem terra, proteção ambiental e destinação a pesquisa e fomento agrossilvopastorial.⁶¹⁹ Contudo, o governo não conseguiu garantir o texto inicial, teve que aceitar emendas realizadas pela bancada direitista.

A forma como foi noticiada a votação da matéria dá o tom que o jornal A Gazeta quis dar ao assunto: *NOVA lei só legitima área do ES até 100 hectares*. O editor do jornal se colocou claramente a favor da regulamentação de grandes propriedades. O valor defendido pelo presidente da FAES, Vinícius Alves, representava o interesse dos grandes proprietários de terras, que se organizavam também a partir da UDR. Essas entidades buscavam a implementação de leis favoráveis ao latifúndio.

Com relação à estrutura fundiária do estado sabemos que, em 1985, 89,26% dos estabelecimentos rurais possuíam até 100 hectares e representavam 42,54% das propriedades rurais; 9,6% dos estabelecimentos tinham entre 100 e 500 hectares e representava 32,96% das terras ocupadas; e 1,14% das propriedades possuíam mais de 500 hectares e representavam 24,49% das propriedades capixabas.⁶²⁰ Vemos que aproximadamente um quarto das propriedades capixabas estava concentrado nas mãos de poucos proprietários. A direita capixaba articulava o interesse desses grupos conservadores para aprovação da matéria, e assim, conseguiu que o governo cedesse algumas emendas ao projeto de lei inicial. A direita garantiu que o pagamento do Estado para regularização seria de 30% do valor da terra, metade do que havia sido proposto pelo governo. Também conseguiu

⁶¹⁸ LEI de Terras causará divergências. A Gazeta. Vitória. 06 mai. 1990, p.17.

⁶¹⁹ NOVA lei só legitima área do ES até 100 hectares. A Gazeta. Vitória. 17 mai. 1990, p.11.

⁶²⁰ BERGAMIM, Márcia Cristina. Trajetória da Agricultura Familiar no Espírito Santo: constituição, crise e recomposição. In: CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira. Transformações Socioeconômicas do Espírito Santo: uma abordagem histórica e de manifestações recentes. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico, 2006, p.131. A autora estabelece ainda uma relação direta entre desenvolvimento social e tamanho da propriedade.

suprimir as palavras ascendentes e descendentes onde o texto diz quem pode requerer a regulamentação da terra. Desta forma, garantia-se que em uma mesma família filhos e netos garantissem a regulamentação de terras pertencentes ao Estado.⁶²¹

Resumindo, o texto aprovado determinou, portanto, que o posseiro pagaria 30 e não 60% do valor da terra no ato de regulamentação da área ocupada. Ainda foi retirado do texto inicial o impedimento de que membros de uma mesma família pudessem realizar os registros. Com isso, uma pessoa podia dividir a terra e registrá-la em nome de cada filho, dos pais, etc. Desta forma podia fazer o registro de uma quantidade de terras bem superior àquela estabelecida na lei. Na prática as terras eram de um único dono que as registrava no nome de diversas pessoas.

Com minoria no parlamento e sem a presença de deputados aliados na Mesa Diretora o governador Max Mauro encontrou maiores dificuldades para conseguir aprovação de suas mensagens no parlamento capixaba. Isso não representou, contudo, uma derrota do Poder Executivo frente ao Poder Legislativo.

Conforme observou André Pereira acerca dos três governos que sucederam Max Mauro, “os quantitativos de técnicos são sempre muito altos, refletindo o interesse dos governadores em controlar os destinos da administração”.⁶²² A mesma tendência também foi observada no Governo Max.

Os principais secretários que, segundo o noticiário, assumiram o cargo com esse perfil foram José Teófilo e Albuíno Azeredo. Aqui optamos por caracterizar Albuíno Azeredo como representante da CVRD. Entendemos que essa empresa apresenta-se como um importante suporte eleitoral, também identificada largamente pela literatura e pelo noticiário como um centro de poder.

Os interesses dessa empresa junto ao executivo estadual ficaram claros na discussão sobre o Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM), bem como no debate realizado sobre a poluição proveniente de suas atividades econômicas. Demonstrando sua importância para o executivo estadual, vemos que por meio da CVRD o governo do Estado realizou empréstimos no Japão.⁶²³ Curiosamente a

⁶²¹ NOVA lei só legítima área do ES até 100 hectares. A Gazeta. Vitória. 17 mai. 1990, p.11.

⁶²² PEREIRA, 2002, p. 30.

⁶²³ ESTADO recorre ao Japão para financiamentos. A Gazeta. Vitória, 09 fev. 1989, p.8.

previsão havia sido feita antes da posse de Max, em janeiro de 1987: “de repente Max pode precisar viajar muito, para levantar empréstimos no exterior”.⁶²⁴ Em fevereiro de 1989 o governador Max Mauro foi ao Rio de Janeiro requisitar verbas da empresa para construção de casas populares e reestruturação arquitetônica do Convento da Penha.⁶²⁵

Em 1990, a CVRD apoiou projetos de abastecimento e saneamento do Governo do Estado em seis localidades capixabas. Os municípios de Conceição da Barra, Presidente Kennedy, Montanha e nos distritos de Pedra Azul (Domingos Martins), Vila Valério (emancipou-se de Linhares em 1994) e Lagoa Seca (sem informação).⁶²⁶ A Secretaria de Educação de São Mateus, por exemplo, também requisitou verbas para a estatal.⁶²⁷ A Prefeitura de Vitória em articulação com a Secretaria Estadual de Transporte e Obras Públicas também acionou a CVRD para melhoramento da infraestrutura viária da capital.⁶²⁸

Em 1988 o jornalista Walter Conde estampava no jornal em matéria de uma página: “ARACRUZ antecipa Cz\$ 3 bi para o ES fazer obras”. O Governo do Estado conseguiu antecipação sete e meio milhões de dólares que deveriam ser pagos como ICM. Essa verba foi direcionada para a duplicação e construção de seis rodovias, inclusive uma ponte. Além de contribuir com o governo estadual essa medida visava uma reestruturação logística que a empresa necessitava para expandir suas atividades econômicas.⁶²⁹

Reforçando o processo de expansão da Aracruz Celulose, o Governo do Estado atuou assinando convênios com essa empresa e com algumas prefeituras. Assim, destaca-se que o programa de reflorestamento desenvolvido pelo governo do Estado promoveu a distribuição de mudas de eucalipto “produzidas com tecnologia da Aracruz e plantio, manutenção e *exploração* sob a orientação técnica do ITCF”,⁶³⁰ o Instituto de Terras e Cartografia e Floresta, subordinado à Secretaria de Agricultura. A Emater (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Governo do Estado) já realizava projeto semelhante a esse em três municípios do

⁶²⁴ VISÃO. A Gazeta, Vitória, 26 jan. 1987, p.4.

⁶²⁵ EM tempo. A Gazeta. Vitória. 02 set. 1989, p.6.

⁶²⁶ VALE libera 340 milhões para saneamento no Estado. A Gazeta. Vitória. 06 jun. 1990, p.8.

⁶²⁷ 60% das escolas do norte estão depredadas. A Gazeta. Vitória. 03 set. 1989, p.15.

⁶²⁸ PREFEITURA acerta obras com Governo. A Gazeta. Vitória, 15 abr. 1990, p.10.

⁶²⁹ ARACRUZ antecipa Cz\$ 3 bi para o ES fazer obras. A Gazeta. Vitória, 16 out. 1988, p.15.

⁶³⁰ MAX firma convênio para casas e reflorestamento. A Gazeta. Vitória, 28 jul. 1989, p.8.

ES. A Aracruz atuou também em parceria com a CVRD, que disponibilizou recursos para que o governo estadual realizasse a construção de casas populares, afinal o eucalipto era matéria prima para a primeira e fonte de energia para a segunda empresa.⁶³¹

A presença de Albuíno no Governo do Estado era um fator estratégico muito importante diante das retaliações que o Governo Federal. Tendo essas relações estabelecidas podemos entender o fortalecimento de Albuíno no Governo Estadual e a criação do Manifesto dos Prefeitos de 20 de março de 1990, assinado por 44 chefes municipais.⁶³²

Nesse contexto, em relação à estabilidade do secretariado, ainda no primeiro semestre, momentos antes das mudanças ensejadas pelas eleições de 1988, o noticiário apresentava, um “Termômetro que permite avaliar rapidamente o prestígio de cada secretário: se está firme ou ameaçado de cair. Sua passagem pela Casa Civil, o apoio de Saturnino Mauro e o trânsito com Albuíno Azeredo. São três fatores que permitem a constatação”.⁶³³ Já em 1990, após a saída de Saturnino, Albuíno, juntamente com José Teófilo eram apresentados como homens fortes do governo Max, acumulando pastas e poder.⁶³⁴

A próxima reforma do secretariado de Max, após a ruptura que ensejou o governo paralelo camatista, aconteceu em virtude das eleições de 1988. A observação de cada secretaria pode ser feita no anexo III – Secretariado Max Mauro (1987-1990).

Dito isto, a alteração no primeiro escalão maxista em virtude do fim de mandato de prefeitos em 1988 resultou na indicação de José Francisco Barros, para a Secretaria do Trabalho e Ação Social. Essa Secretaria foi produto da fusão da Secretaria do Trabalho com a da Ação Social. Myrthes Bevilácqua havia sido indicada por acordo entre os grupos de Max e Camata e deixou a secretaria ao final de 1988. Dos acordos entre esses dois grupos ela foi a última a sair do Governo.

Gérson Diniz foi outro secretário que permaneceu isolado no Governo Max e que saiu fazendo críticas ao governador. À frente da Secretaria do Trabalho defendeu a

⁶³¹ MAX firma convênio para casas e reflorestamento. A Gazeta. Vitória, 28 jul. 1989, p.8.

⁶³² VIEIRA, 1992, p.54-55.

⁶³³ TRÊS assessores do governo estão demissionários. A Gazeta. Vitória, 05 jun. 1988, p.2.

⁶³⁴ MAX pode dar mais poderes a Teófilo. A Gazeta, Vitória. 12 abr. 1990, p.3.

manutenção das URP's⁶³⁵ divergindo da decisão do governo de suspendê-la. Max alegou semanas antes que a URP era uma lei federal e substituía essa forma de reajuste para evitar demissões em massa.⁶³⁶ Segundo Diniz, Max Mauro preferiu ouvir secretários de outras pastas “consideradas mais importantes para ele”.⁶³⁷ As demissões eram uma realidade inclusive nas prefeituras do PT. Magno Pires, em Vila Velha, e Vitor Buaiz, em Vitória, tiveram que recorrer a esse mecanismo devido à crise e ao inchaço da máquina pública, sobretudo devido ao empreguismo característico do período da Ditadura Militar.⁶³⁸

No final de 1989 Luis Polese e Sérgio Ceotto queixavam-se da abertura que o prefeito de Colatina, Dilo Binda, encontrava no Governo.⁶³⁹ Engrossando o grupo dos descontentes com o chefe do executivo encontramos também Almir Bressan e Edinaldo Loureiro que se queixava de estar sendo aliado do Governo Estadual. Segundo Loureiro as decisões eram estabelecidas em reuniões “fechadas”.⁶⁴⁰

Essas reuniões fechadas aconteciam, conforme Loureiro, sempre com a presença de Albuíno Azeredo e José Teófilo. No final de 1989 o Secretário de Administração, Edinaldo Loureiro Ferraz, pediu demissão do cargo devido às interferências de José Teófilo em sua pasta. Segundo o noticiário o pedido de exoneração foi realizado após o plano de cargos e salários do funcionalismo público elaborado por Loureiro ter sido modificado por Teófilo, com anuência do governador, e sem o seu conhecimento.⁶⁴¹

O primeiro escalão se encontrava desse modo sinalizando as divergências internas dentro do Governo. As críticas dos dois representantes do norte estado são exemplos disso. Além das questões partidárias, classistas, entre outras, existia um apelo muito forte pela representação regional. Polese e Ceotto, não eram somente representantes de prefeitos que contribuíram na campanha, representavam o norte do estado. Tudo isso era levado em consideração na ocupação estratégica do

⁶³⁵ Era um fator utilizado para reajustar o salário dos servidores.

⁶³⁶ ESTADO acaba com URP e estuda fórmula salarial. A Gazeta. Vitória. 20 abr. 1988, p.10.

⁶³⁷ SECRETÁRIO critica o governador ao divulgar programa do 1º de maio. A Gazeta. Vitória. 01 mai. 1988, p.20.

⁶³⁸ ESTIMULADOS pela PMV, 50 se demitem. A Gazeta. Vitória. 09 mar. 1989, p.7; BANCADA do PT defende Magno sobre demissões. A Gazeta. Vitória. 22 abr. 1988, p.2; PREFEITOS ‘congelam’ planos de demitir servidores logo. A Gazeta. Vitória. 05 mar. 1989, p.14.

⁶³⁹ DISPUTA entre grupos acirra crise no ‘staff’ de Max. A Gazeta, Vitória. 03 dez. 1989, p.3.

⁶⁴⁰ DEMISSÃO de secretário inicia crise no Governo. A Gazeta, Vitória. 09 dez. 1989, p.3.

⁶⁴¹ DEMISSÃO de secretário inicia crise no Governo. A Gazeta. Vitória, 09 dez. 1989, p.2.

espaço público e também deve ser considerado nas disputas que ocorriam. Em Abril de 1990 observamos outros conflitos internos, quando os secretários Nilton Baiano e Francisco Barros disputavam controle sobre o Centro de Reabilitação Físico-Motora – CREFES.⁶⁴²

O controle de cargos comissionados no executivo além de constituir aliados, também, pode ser uma fonte de recursos para a campanha de deputados e de lideranças locais. Chegou a ser relatado no noticiário que no norte do estado os comissionados disponibilizavam 10% dos vencimentos para financiar campanha política supostamente de Ulisses Guimarães. Segundo o chefe da 1ª CIRETRAN de Colatina, Landupho Lintz, essa “ideia” teria partido do deputado estadual Jório de Barros. Landupho apontou ainda o chefe de habilitação Carlos Alberto da Silva Carvalho como o responsável pela coleta do dinheiro por sugestão de Jório.⁶⁴³

A reforma realizada pelo governo entre 1989 e 1990 foi marcada pela demora na indicação dos quadros a serem ocupados. De acordo com o noticiário tratava-se de uma falta de quadros no PMDB para assumir postos estratégicos. Para o jornal, a “prova” disso seria o fato de que o secretário da Fazenda, José Teófilo acumulou a pasta dos Transportes e Obras Públicas, enquanto que Albuíno Azeredo chefiava a Secretaria de Administração e a COPLAN.⁶⁴⁴

Apesar das críticas que recebia, Albuíno, ‘homem forte’ do governo, era apoiado por outras lideranças: José Eugênio, na Grande Vitória; Francisco Barros, no norte; Paulo Galvão, em Castelo, no sul; e Ruzerte Ghaigher, em Alfredo Chaves, na Região Serrana.⁶⁴⁵ Esses apoios geravam um raio de abrangência que incorporava as diversas regiões Estado.

Ao contrário de representar uma falta de quadros dentro do PMDB essa acumulação pode ser vista também como uma estratégia de Max Mauro, pois a eleição para a Executiva Regional do PMDB estava próxima e Gérson Camata poderia adquirir o controle do partido, mesmo em outra sigla, por meio de seus correligionários.

⁶⁴² PODER. A Gazeta, Vitória. 03 abr. 1990, p.4.

⁶⁴³ PMDB diz que não pressionou cobrança ilegal. A Gazeta, Vitória, 20 out. 1989, p. 3.

⁶⁴⁴ REALIDADE. A Gazeta. Vitória, 30 jan. 1990, p.4.

⁶⁴⁵ DISPUTA entre grupos acirra crise no ‘staff’ de Max. A Gazeta, Vitória. 03 dez. 1989, p.3.

Somente em maio de 1990 Max conseguiu garantir o controle do PMDB com a eleição de Dilton Lyrio.⁶⁴⁶

José Teófilo permaneceu no cargo durante todo o governo e havia acumulado interinamente a Secretaria de Transportes e Obras Públicas. A modificação no primeiro escalão maxista que aconteceu nesta secretaria em 1990 relaciona-se, segundo o noticiário, com o empresariado. Representando esse grupo identificamos ainda desde o início do governo o ex-presidente da Federação das Indústrias do Espírito Santo (FINDES), Hércio Rezende Dias, cuja indicação teria sido resultado de “compromissos de campanha que não podem ser quebrados intempestivamente”.⁶⁴⁷

Ressaltamos anteriormente o conflito estabelecido entre o governador Max Mauro e o SINDICON. A medida de contenção de despesas realizadas por Max gerou reação por parte dos sindicatos das empreiteiras. Após o conflito com Gérson Camata podemos identificar uma aproximação do governo estadual com esse sindicato. Inicialmente seu presidente, João Tovar, foi indicado para a empresa pública encarregada das obras da Terceira Ponte, a Companhia de Exploração da Terceira Ponte (CETERPO), e ao final do governo, em 1990, ele assumiu a Secretaria de Transportes e Obras Públicas.

Nesse mesmo ano, no mês de abril, o deputado Cláudio Vereza denunciou da tribuna da Assembleia o deputado Rainor Breda (PDS) por estar solicitando que os parlamentares votem a favor da liberação para que o governador Max Mauro fosse processado pelo Superior Tribunal de Justiça, devido à acusação a Sarney, e em troca oferecendo obras para os parlamentares. Rainor se defendeu acusando o governador de estar fazendo um “loteamento do governo em troca de apoio”.⁶⁴⁸

Nesse mesmo mês, em abril de 1990 seis secretários deixaram o Governo. Esse era o prazo limite para quem pretendia se candidatar. Pediram demissão, portanto, Ruzerte Gaigher, secretário de Interior; Sandro Chamon, da Justiça; Sérgio Ceotto, da Casa Civil; Paulo Galvão, de Agricultura; Francisco Barros, do Trabalho e Ação Social; e Albuíno Azeredo, da Coplan. Galvão saiu para disputar vaga na Câmara Federal e Albuíno para suceder Max Mauro, enquanto que os demais pretendiam

⁶⁴⁶ GRUPO de Max detém controle do PMDB no Estado. *A Gazeta*. Vitória, 07 mai. 1990, p.2.

⁶⁴⁷ SECRETARIADO aguarda definição. *A Gazeta*. Vitória, 18 dez. 1988, p.3.

⁶⁴⁸ VEREZA denuncia tentativa de suborno. *A Gazeta*, Vitória. 25 abr. 1990, p.3.

uma vaga na ALES.⁶⁴⁹ Nilton Baiano também deixou a secretaria de Saúde em abril de 1990 com o objetivo de candidatar-se. Segundo o noticiário ele e Galvão teriam saído do Governo contrariados com Max.⁶⁵⁰

Assumiu a Casa Civil, Juracy Magalhães Gomes, adversário político de Theodorico Ferraço. Juracy havia perdido a eleição para deputado estadual com 7.075 votos e ficou na 34ª posição e como aliado político já pertencia aos quadros do governo. Foi subsecretário de Educação e da Casa Civil. Na secretaria de Justiça assumiu José Anchieta de Setúbal. Na Secretaria de Trabalho e Ação Social, o presidente do Instituto Estadual de Bem Estar do Menor, onde se realizava a ressocialização, ou melhor, encarceramento dos menores infratores.⁶⁵¹

Na Coplan permaneceu José Teófilo, acumulando com a pasta da Fazenda, após ter ficado interinamente no cargo de Albuíno outra pessoa ligada à CVRD, Sérgio do Amaral Vergueiro, que era engenheiro dessa empresa e tinha ocupado o posto de subsecretário de planejamento a pedido de Albuíno. Na Secretaria de Interior foi convocado o ex-prefeito de Fundão, Sebastião Carreta, que era ligado a Dilton Lyrio e participava do grupo de Max no PMDB. Carreta perdeu eleição em 1988 e entrou no conjunto das lideranças que tiveram papel de destaque na campanha de Max em 1986.⁶⁵²

O secretariado de Max foi classificado por categorias da seguinte forma, a partir dos aspectos biográficos indicados pelo jornal A Gazeta. Maxista: pessoas que exerceram cargos por indicação direta de Max ou foram claramente ligados a ele. Camatista: pessoas que exerceram cargos por indicação direta de Gérson Camata ou foram claramente ligados a ele. CVRD: pessoas que exerceram importantes funções na empresa Companhia Vale do Rio Doce (CVRD - hoje Vale). Campanha/prefeitos: líderes políticos, prefeitos, deputados ou pessoas sem mandato ou que o perderam em 1988 e que apoiaram Max na campanha. Movimentos Sociais: lideranças que oriundas dos movimentos ligados aos interesses populares. Empresariado: pessoas ligadas a empresas que deram apoio político ao governador. Técnicos: pessoas chamadas de técnicos, de tecnocratas, de

⁶⁴⁹ SEIS secretários deixam os cargos. A Gazeta, Vitória. 03 abr. 1990, p.2.

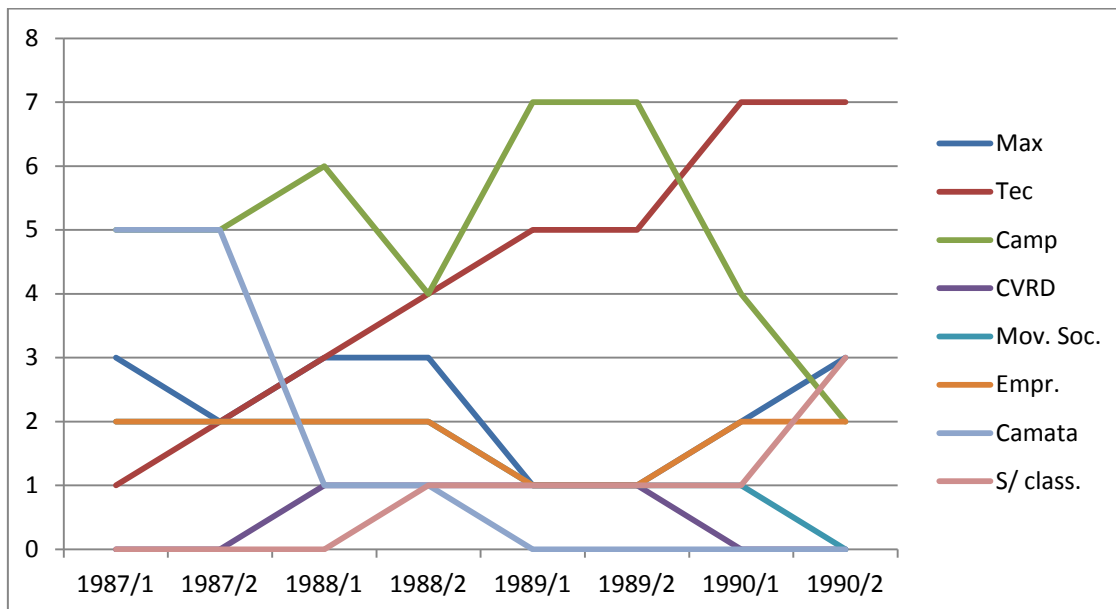
⁶⁵⁰ PMDB vai novamente 'rachado' para a Convenção. A Gazeta, Vitória. 06 mai. 1990, p.6.

⁶⁵¹ SEIS secretários deixam os cargos. A Gazeta, Vitória. 03 abr. 1990, p.2.

⁶⁵² SEIS secretários deixam os cargos. A Gazeta, Vitória. 03 abr. 1990, p.2.

funcionários antigos e ou de outras definições correlatas. Sem Classificação: que não foi possível classificar.

GRÁFICO 4 – Movimentação do secretariado por categoria



Elaborado por Amarildo Mendes Lemos a partir das consultas ao Jornal A Gazeta.

No gráfico elaborado observa-se o destaque para a presença de camatistas no início do governo e a ausência de pessoas ligadas ao senador a partir do segundo semestre de 1988. Juntamente com os camatistas, que de uma forma ou de outra estiveram envolvidos com o processo eleitoral, no início de seu governo, Max também nomeou muitas lideranças que haviam participado diretamente da eleição de 1986 apoiando sua candidatura. Os aliados de campanha tiveram muita participação durante todo o governo, já que a queda no gráfico é resultado da saída dessas lideranças do governo para participar do processo eleitoral. De forma crescente, as reformas no secretariado apontam para o aumento do número de técnicos no governo.

Observamos no conjunto da documentação analisada que Max negociava com o grupo conservador, porém mantinha a tutela sobre a formação do governo diante dos grupos locais e dos deputados na ALES. Identificamos que as mudanças no primeiro escalão não eram realizadas por indicação de deputados e partidos que controlavam os principais cargos na ALES. Esses até influenciavam na formação do

governo, mas não determinaram as nomeações no primeiro escalão que foi majoritariamente ocupado por aliados políticos no período eleitoral e por técnicos.

4.3 O começo do fim: a sucessão política e a ascensão do homem de ferro

Albuíno Azeredo: um homem de ferro. Assim Antônio de Pádua Gurgel intitulou a biografia do sucessor de Max de Freitas Mauro no Governo do Estado do Espírito Santo. Lá encontramos registrado que a principal missão de Albuíno Azeredo no Governo Max era “dar uma visão de curto, médio e longo prazos aos projetos do Governo, (...). Para fazer isso, atuou em várias frentes, tanto no âmbito estadual quanto na esfera federal e junto a organismos internacionais de fomento.”⁶⁵³ O Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento⁶⁵⁴ foram dois bancos que atenderam aos pedidos de Albuíno Azeredo, gerando inclusive recursos para o seu Governo, quando implementou o Programa de Despoluição (Prodespol).

No governo de Albuíno, essa verba deveria ser direcionada para a Secretaria de Obras, que foi ocupada pelo irmão de Max Mauro. Fazendo oposição a Max, Enivaldo dos Anjos e Teodorico Ferraço articularam o grupo que controlava os principais cargos na ALES, sob a liderança de Valci Ferreira e Marcos Madureira, conseguiram fazer pressão em Albuíno. Por fim, esse financiamento promovido por organismos internacionais intensificou o conflito dentro do Governo Albuíno, gerando a saída dos *maxistas* da administração.⁶⁵⁵

Essa narrativa coincide com o noticiário de A Gazeta onde vemos, no mesmo ano em que Albuíno havia assumido a pasta no Governo, que ele “tem liberdade de ir e vir no Governo Max, como homem forte”.⁶⁵⁶ Observamos ainda que Albuíno continuou recebendo salário da CVRD, onde foi Engenheiro e membro do Conselho

⁶⁵³ GURGEL, 2012, p.58.

⁶⁵⁴ VERBA do BIRD chega em agosto. A Gazeta, Vitória. 06 jul. 1990, p.5.

⁶⁵⁵ A relação entre a verba do Prodespol e a intensificação dos conflitos que geraram a saída dos *maxistas* do Governo Albuíno foi abordada em trabalho anterior quando foi realizado um estudo de caso sobre o governo Albuíno Azeredo, em 2002 em monografia de graduação e depois, em 2005, na especialização. Ver LEMOS, Amarildo M. O conceito de estratégia em Habermas: aplicação a um estudo de caso. 2005. Monografia (Especialização em Filosofia Social e Política: economia e sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2005.

⁶⁵⁶ SECRETARIADO aguarda definição. A Gazeta. Vitória, 18 dez. 1988, p.3.

de Administração da Companhia Vale do Rio Doce. Ele somente foi afastado do Conselho desta empresa em fevereiro de 1989, por Sarney. Apesar das negativas iniciais de albuíno, o noticiário, do ano de sua posse na Coplan, informa que ele era “o homem que estava sendo talhado para ocupar um alto cargo no esquema maxista” e que ele já sonhava ser Governador em 1988.⁶⁵⁷

Gurgel afirma que Albuíno realizou uma aproximação com as grandes empresas, também chamadas de centros de poder, os quais a historiadora Maria da Penha Smarzaró Siqueira conceituou como Grande Capital.⁶⁵⁸ CVRD, CST e Aracruz Celulose, atualmente, depois da implementação de políticas neoliberais que gerou a privatização das estatais, são nomeadas, respectivamente, Vale, ArcelorMittal Tubarão e Fíbria. Gurgel continua sua narrativa destacando o papel de Albuíno no reajuste do preço da tarifa de água que a CVRD paga à Companhia de Saneamento do Espírito Santo, a Cesan. Esse aumento permitiu à empresa um aumento da arrecadação.⁶⁵⁹

Para além dessa questão biográfica, o Espírito Santo enquadrava-se em um projeto mais amplo do Grande Capital.⁶⁶⁰ Na década de 1980, os projetos de duplicação dessas três grandes empresas foram colocados na ordem do dia. Os acordos de empréstimos aos poderes locais apresentavam-se, portanto, como a contrapartida do Grande Capital. A duplicação dessas empresas gerou os mesmos problemas que envolveram a implementação das mesmas no Espírito Santo, os quais foram abordados no capítulo dois.

As mudanças que aconteciam no Espírito Santo continuavam seguindo a lógica do Grande Capital como uma continuidade do processo anterior estudado por Maria da Penha Siqueira (2010). A forma desse processo aponta para a continuidade de sua hegemonia sobre a sociedade capixaba. Essa expansão realizada sob o grande capital associou, desde o início, capital estatal e capital privado.⁶⁶¹

Era um processo era agressivo. A escalada da violência era advertida pelo secretário de Segurança Pública, Luiz Sérgio Aurich, que destacava como causa dos conflitos as migrações estimuladas pelas oportunidades de emprego que

⁶⁵⁷ PODERES. *A Gazeta*. Vitória, 21 dez. 1988, p.6.

⁶⁵⁸ SIQUEIRA, 2010.

⁶⁵⁹ GURGEL, 2012, p.58.

⁶⁶⁰ SIQUEIRA, 2010.

⁶⁶¹ SIQUEIRA, 2010, p.109.

ocasionavam o inchaço e empobrecimento urbano. Além disso, no âmbito das relações patrão-empregado, encontramos também denúncias de coação de empregados, espancados por seguranças da Aracruz Celulose.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, José Anésio Dias do Vale, chegou a denunciar a organização de milícias por parte das empresas, que foram responsabilizadas por torturas e mortes de trabalhadores registradas.⁶⁶² Em 1979, em plena ditadura militar, Max criticava a atuação da empresa e se perguntava sobre os seus “estranhos poderes”.⁶⁶³ Dez anos depois, quando Max estava à frente do Executivo estadual, esses poderes não hesitavam em utilizar a violência para multiplicar a acumulação de capital.

No governo de Max Mauro esses centros de poder se certificaram da importância do controle do Executivo estadual, sobretudo no que diz respeito ao seu aparato repressivo. Em 1989, para autorizar a duplicação da capacidade produtiva da CST, cujo presidente era José Moraes, Max Mauro exigiu o investimento de U\$ 150 milhões em antipoluentes.⁶⁶⁴ Contudo, as empresas não compareceram à solenidade de assinatura do documento, devido à interferência do Governo Federal. Diante da negativa da CST e CVRD em assinar Termo de Compromisso para redução da poluição Max Mauro estabeleceu, com apoio da Polícia Militar, uma intervenção nas duas empresas. Mesmo sofrendo críticas por ser um ano eleitoral, Max insistiu na interdição temporária das fontes poluidoras alojadas nessas duas indústrias.⁶⁶⁵

Com essa atitude, Max mostrava que existia certo grau de autonomia do Executivo estadual frente ao Grande Capital, ao mesmo tempo em que gerava nessas empresas a necessidade de controlar o executivo estadual para que os problemas ambientais não colocassem empecilhos à reprodução do capital. Controlando o executivo estadual as empresas também podem liberar outros entraves à acumulação capitalista. Uma pesquisa que se concentre no financiamento de campanha realizado por essas empresas poderá trazer à luz maiores

⁶⁶² EM Aracruz, funcionários são espancados. *A Gazeta*. Vitória, 24 set. 1989, p.34.

⁶⁶³ MAURO, 1979, p. 26.

⁶⁶⁴ MAX exige investimentos da CST contra poluição. *A Gazeta*. Vitória, 13 set. 1989, p.10.

⁶⁶⁵ NOTA Oficial do Governo do Estado do Espírito Santo publicada em *A Gazeta*, Vitória, 29 ago. 1989, p.5. O Termo de Compromisso que seria assinado foi divulgado no *Jornal A Gazeta*, Vitória, 17 set. 1989, p.12.

esclarecimentos sobre as estratégias de controle político local para a reprodução do capital internacional.

Tendo em vista a manutenção da hegemonia, a biografia de Albuíno o colocava como um importante agente da defesa dos interesses desses grupos. No início de 1990, Albuíno já se colocava como candidato a governador com ou sem o apoio de Max.⁶⁶⁶ Sua bandeira e prática de fortalecimento dos poderes locais permitiu o crescimento dos apoios. Sobre esse aspecto, Gurgel argumenta que

Outro grande sucesso de Albuíno como secretário foi gerado por sua percepção do novo papel que os municípios poderiam assumir a partir da Constituição de 1988. Antes de muita gente com mais experiência na administração pública, ele previu o processo depois definido como municipalização.⁶⁶⁷

Gurgel teve o texto revisado por José Eugênio, Albuíno Azeredo e o próprio Idivarcy Martins, que pertenceu ao PCB e depois participou da campanha de Albuíno. Além disso, contou com fotos de Carlos Lessa. Mesmo incluindo vários atores políticos importantes na década de 1980, nenhum deles se lembrou de que o Instituto Pedroso Horta organizou uma série de debates, dois meses antes da posse de Max Mauro, que teve um seminário exclusivo para tratar do tema “Municipalismo e Participação Popular”. Ou seja, essa era uma bandeira do partido e não de alguns indivíduos.

Além de ter ressaltado, em 1986, a importância da organização popular, Max Mauro garantiu que iria desenvolver o municipalismo, atribuindo aos municípios um volume crescente de recursos e, também, de responsabilidade. Max reiterava que pretendia resolver os problemas do povo com uma maior redistribuição da renda com a ampliação da participação dos frutos do desenvolvimento econômico atrelado à justiça social.⁶⁶⁸

Albuíno não foi o grande pioneiro dessa bandeira, mas articulou apoios diretamente com os prefeitos⁶⁶⁹ e não hesitou em buscá-los em inimigos de Max como Élcio Álvares.⁶⁷⁰ Nesse sentido, em fevereiro de 1989 foi anunciado um convênio que a

⁶⁶⁶ Idivarcy Martins em entrevista concedida a Ronaldo Cassundé. CASSUNDÉ, 2008, p. 141.

⁶⁶⁷ GURGEL, 2012, p.58.

⁶⁶⁸ MAX defende organização popular livre de tutela. . A Gazeta. Vitória, 22 jan. 1987, p.2.

⁶⁶⁹ PEREIRA, 2002, p.7.

⁶⁷⁰ CONVERSA. A Gazeta. Vitória. 07 abr. 1990, p.6.

prefeitura de Atilio Vivácqua assinou com a COPLAN e a Secretaria do Interior com vistas à construção de redes de energia elétrica em algumas localidades daquele município.⁶⁷¹

Os convênios com as prefeituras foram muito criticados. Observamos nas fontes consultadas que deputados estaduais do interior “criticam constantemente, na Assembleia, as incursões do Estado nas suas bases eleitorais, através de obras”.⁶⁷² Max interiorizou sua administração e isso lhe conferiu, segundo observadores políticos, resultados positivos no processo de sucessão para governador do Estado.⁶⁷³ Essa prática retirava dos deputados sua importância como elo entre o Executivo estadual e as bases eleitorais.

Segundo o deputado Lúcio Merçon, o governo estaria “pressionando os prefeitos para que apoiem Albuíno em troca de recursos para obras em seus municípios”.⁶⁷⁴ De acordo com as declarações de Merçon

Para o Governo liberar o dinheiro para os municípios através de convênio é exigido do prefeito, (...), que seja feita uma grande festa no município – quando da assinatura do convênio – com churrasco e publicidade nos meios de comunicação locais com a divulgação do nome de Albuíno.⁶⁷⁵

Segundo o noticiário, Merçon teria disparado essas críticas da tribuna da ALES. Alguns dias após essa notícia ser veiculada, identificamos uma solenidade no Salão do Povo, no Palácio Anchieta, organizada para a celebração de convênio entre o Governo do Estado e o Movimento de Educação Promocional do Estado (MEPES). Nesse evento foram identificadas mais de cem “representantes de municípios” do interior e quinze prefeitos, além dos deputados Ângelo Moschen (PT), João Martins (PC do B), Paulo Hartung (PSDB), Salvador Bonomo, Paulo Lemos e João Gama (PDT).⁶⁷⁶

Assim, o início das campanhas de 1990 foi marcado pela reunião de “mais de 40 prefeitos” para a assinatura de convênios de obras na área da Educação. Foram firmados 48 convênios destinados à reforma e recuperação de salas de aula, o que

⁶⁷¹ DIA-A-DIA. A Gazeta. Vitória. 26 fev. 1989, p.4.

⁶⁷² SUSSEÇÃO. A Gazeta, Vitória, 18 jun. 1989, p.4.

⁶⁷³ SUSSEÇÃO. A Gazeta, Vitória, 18 jun. 1989, p.4.

⁶⁷⁴ MERÇON denuncia pressão a prefeitos. A Gazeta, Vitória. 12 abr. 1990, p.3.

⁶⁷⁵ MERÇON denuncia pressão a prefeitos. A Gazeta, Vitória. 12 abr. 1990, p.3.

⁶⁷⁶ ‘STAFF’ de Max continua indefinido. A Gazeta, Vitória. 18 abr. 1990, p. 2.

Max Mauro chamou de “início da municipalização” da Educação.⁶⁷⁷ Albuíno recebia assim forte reforço nas bases para disputar a Convenção do PMDB em 1989.

Contudo, do PTB, e não do PMDB, surgiu uma das primeiras sugestões para que Albuíno fosse lançado candidato. Foi feita por Theodorico Ferraço, prefeito de Cachoeiro de Itapemirim, que articulava os interesses dos prefeitos reunidos e se destacava como representante do sul do Estado. Em Março de 1990 os prefeitos que participavam do “movimento suprapartidário” que deu sustentação política à campanha do secretário Albuíno para suceder Max Mauro no Governo do Estado, indicaram o secretário José Eugênio para Vice-Governador, compondo a chapa do PDT.

Eugênio tinha “bom relacionamento” junto a vereadores, prefeitos e lideranças políticas e comunitárias do interior do estado e chegou, por isso, a ser cotado para assumir a Casa Civil.⁶⁷⁸ Entre março e abril de 1990 foram firmados 116 convênios que atingiram 53 das 68 prefeituras do Estado.

Entre eles foram contabilizados cinco ginásios de esportes (Itarana, São Mateus, Conceição da Barra, São Gabriel da Palha e Ecoporanga), equipamentos pesados (retroescavadeiras, motoniveladoras, pás-carregadeira, etc.), construção de postos telefônicos e dos correios, 35 unidades habitacionais (Venda Nova do Imigrante), cemitério (São Mateus), além de pontes, fábrica comunitária, pavimentação e drenagem de ruas, obras e serviços de saneamento básico. (...) foram liberados recursos para a aquisição de 15 ônibus para o transporte escolar (Alegre, Anchieta, Ibatiba, Muniz Freire, Jerônimo Monteiro, São Gabriel da Palha, Boa Esperança, Jaguaré, Domingos Martins, Mimoso do Sul, Pinheiros, Atílio Vivácqua e João Neiva, um cada, e Colatina, com dois ônibus). Havia ainda a compra de passes escolares e recursos para a celebração de convênio com empresas de transporte coletivo. A SEDU firmou nesse período convênio com 40 municípios, também para a reforma, construção e ampliação de escolas.

No recorte abaixo vemos as obras que estavam sendo inauguradas ou em execução nos municípios da Grande Vitória no final de abril de 1990. O título da reportagem chama a atenção para a concentração dos gastos em Cariacica, um município

⁶⁷⁷ MAX inicia campanha nos municípios. A Gazeta, Vitória, 19 jul. 1989, p.3.

⁶⁷⁸ JOSÉ Eugênio vai assumir o comando da Casa Civil. A Gazeta. Vitória. 13 abr. 1990, p.3.

bastante prejudicado com o fenômeno do êxodo rural e da concentração de renda. Pela quantidade de luminárias compradas podemos dizer que era o mais escuro.

Atividades em cada município	
Municípios	Obras (executadas e em execução)
Cariacica	<ul style="list-style-type: none"> ● 5.301 luminárias ● 233 postes ● 34 escolas (reforma, construção e ampliação) ● 75.617 km de redes de água (44,6% das redes de toda a C. Vitória) ● Terminal de Itacibá (concluído) ● Terminal de C. Grande (em execução) ● 19,6 km de vias pavimentadas (Transcol) ● 4,9 km de vias com pavim. em execução ● Repasse de NC/§ 16.617.036,87 em 1989 ● O Governo já iniciou processo de desapropriação de um terreno para construção de um hospital geral em Campo Grande.
Serra	<ul style="list-style-type: none"> ● 516 luminárias ● 38 postes ● 32 escolas (reforma, const. e ampliação) ● 37.972 km de redes de água ● Terminal de Carapina (construído) ● Terminal Laranjeiras (adquirido da Prefeitura) ● 12,2 km de vias pavimentadas ● 0,9 km de vias em execução ● Viaduto sobre estrada da CVRD (4,4 metros) ● Repasse de NC/§ 2.958.597,79 em 1989
Viana	<ul style="list-style-type: none"> ● 296 luminárias ● 08 postes ● 06 escolas (construção, ampli e reforma) ● 3.128 km de redes de água ● 5,8 km de vias pavimentadas ● Repasse de NC/§ 719.506,46 em 1989
Vila Velha	<ul style="list-style-type: none"> ● 2.450 luminárias ● 441 postes ● 21 escolas (constr. reforma e ampliação) ● 41.980 km de redes de água ● Terminal de V. Velha (construído) ● Terminal do Ibes (em execução) ● 15,3 km de vias pavimentadas (Transcol) ● 1,9 km de vias pavimentadas (acessos à Terceira Ponte) ● Ponte sobre o canal da Costa (6 metros) ● Repasse de NC/§ 7.031.897,28 em 1989 ● Ginásio coberto de Coqueiral de Itapanica ● Parque da Prinha ● Urbanização do Canal da Costa ● Construção de um hospital (em execução)
Vitória	<ul style="list-style-type: none"> ● 93 luminárias ● 02 postes ● 13 escolas (reforma, construção, ampliação) ● 10.754 km de redes de água ● Reforma do Terminal D. Bosco (convênio c/ a PMV)
<p>Fonte: Governo do Estado Os dados, segundo o governador Max Mello são parciais e não representam a totalidade de obras e serviços executados na administração da C. Vitória em sua administração.</p>	

Fonte: GOVERNO gasta mais com as obras em Cariacica. A Gazeta, Vitória, 29 abr. 1990, p.10.

No início da campanha, durante as caravanas pelos municípios, levantando oportunamente a bandeira da municipalização e sinalizando o empoderamento dos executivos municipais, Max “uniu em um abraço dois adversários ferrenhos”, o ex-deputado Juracy Magalhães e o prefeito Theodorico Ferraço. Magalhães havia deixado em 1988 a subsecretaria de Educação e foi para a Subsecretaria da Casa Civil justamente para realizar a articulação com os prefeitos. Esse evento representava justamente a efetivação da estratégia governista. Walter De Prá, que

derrotou o candidato de Max à prefeitura de Nova Venécia, também recebeu “um forte abraço” do governador.⁶⁷⁹

A municipalização com aumento dos recursos a serem disponibilizados aos chefes dos executivos municipais permitiria uma maior autonomia dos prefeitos em relação à esfera estadual e federal. Os prefeitos geralmente ficam com o pires na mão pedindo verbas ao Governo Estadual e/ou à União devido à falta de recursos no município. Esse fato é agravado ainda mais pela criação de municípios motivada por conflitos políticos. Isto gera uma nova estrutura estatal em um território com baixo desenvolvimento econômico e com poucas atividades que redundem em receita para os cofres da administração municipal.

Segundo Gurgel

Em pouco tempo Albuíno tinha realizado cerca de 50 convênios, o que aproximou das comunidades do interior. De apenas um técnico, virou interlocutor privilegiado. Os prefeitos, em vez de procurarem a Casa Civil, fórum tradicional para suas conversas com o Governo, falavam antes com ele. O mesmo acontecia com os deputados estaduais e os membros da bancada federal em Brasília.

Esses convênios equivalem às ações diretas nos municípios, identificadas por Abrúcio no Governo Alceu Collares e citadas anteriormente. Atendendo a necessidades dos redutos de prefeitos e lideranças locais o governo Max também realizava uma pressão sobre as bases dos deputados. Dessa forma articulava apoios para aprovação de suas mensagens na Assembleia Legislativa. Albuíno reiterava ainda que os convênios barateavam os custos aproveitando a mão de obra e máquinas (basculante, tratores, equipamentos) das prefeituras.

O fato de as lideranças não procurarem a Casa Civil é emblemático, pois lá se encontrava pessoas próximas a Max ou Sérgio Ceotto, que foi substituído por Carlos Alberto Cunha após pressão de José Moraes. Somente ao final do Governo Max que José Eugênio, que possuía bom relacionamento com os poderes locais, assumiu esta pasta. A necessidade de apoios após a ruptura com Camata se fez realmente necessária, pois o senador contribuiu para engrossar a oposição a Max no parlamento.

⁶⁷⁹ MAX inicia a campanha nos municípios. A Gazeta, Vitória, 20 out. 1989, p. 3.

Nesse sentido, Albuíno também abordou em declarações a Gurgel o tema da necessidade dos apoios na ALES. Além disso, apontou para a relação que podemos estabelecer entre articulação com as prefeituras e sucesso na aprovação de mensagens no Legislativo. Albuíno reconheceu ainda, sua posição não partidária na articulação dos apoios dos prefeitos por meio dos convênios e, como decorrência dessa postura, a falta de apoio do presidente do PMDB à sua candidatura.⁶⁸⁰

Nas palavras de Albuíno observamos o seguinte:

Devido a essa minha postura, prefeitos e deputados que não estavam ao lado do governador mudaram de posição. Então posso dizer que esse processo de municipalização, além de reduzir custos, trouxe um grande ganho político. O Governo, que tinha dificuldades na Assembleia Legislativa, passou a contar com o apoio de alguns deputados de partidos que antes faziam oposição.⁶⁸¹

Nas articulações políticas do período, o governador Max Mauro inicialmente propôs a Theodorico Ferraço um convênio com a prefeitura para terraplanagem e retirada dos trilhos na ordem de NCz\$ 27 milhões.⁶⁸² Porém, Ferraço se recusou a assinar o convênio com o governo, pois este só havia disponibilizado Cr\$ 15 milhões. No embate, Ferraço conseguiu ampliar ainda mais o valor, um mês depois as partes chegaram a um acordo e Max ampliou a verba para Cr\$ 50 milhões.⁶⁸³

Nesse contexto eleitoral Albuíno era frequentemente questionado sobre a aliança com Teodorico Ferraço. Antigos aliados de Cachoeiro de Itapemirim, como o médico Gilson Carone, adversário de Ferraço, passaram a questionar o governo sobre a afinidade de Ferraço com o PDT de Brizola. Em resposta, Max teria preparado a seguinte justificativa: “Ferraço foi um dos únicos a subir no palanque das diretas, ao lado de Brizola e Tancredo”.⁶⁸⁴ Era o começo do fim.

4.4 Da implosão do PMDB à ascensão do PDT

⁶⁸⁰ GURGEL, 2012, p.61.

⁶⁸¹ Apud GURGEL, 2012, p.61.

⁶⁸² MAX dá NCz\$ 27 milhões para retirar trilhos. A Gazeta. Vitória. 17 mar. 1990, p.7.

⁶⁸³ MAX dá Cr\$ 50 milhões para retirar trilhos de Cachoeiro. A Gazeta. Vitória. 28 mar. 1990, p.9.

Existe uma confusão no noticiário referente às moedas que não pode ser esclarecido. Permanece o sentido do aumento da verba para a possibilidade do acordo.

⁶⁸⁴ JUSTIFICATIVA. A Gazeta. Vitória. 04 set. 1990, p.6.

A ascensão do Partido Democrático Trabalhista (PDT) no cenário político capixaba esteve intimamente ligada à decisão pessoal do governador Max Mauro (1987-1990) de migrar para esse partido, no momento em que o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) entrava em crise, no Espírito Santo e no Brasil. Observamos que, as escolhas de Max buscaram garantir no âmbito local a preservação de sua identificação como progressista e, ao mesmo tempo, condições de governabilidade, para aprovação das mensagens do governador no legislativo estadual, bem como garantir a eleição de Albuíno à sucessão do governo estadual. Acerca do PDT, afirmamos em outra ocasião que

O PDT de 1990 foi, na realidade, tomado de assalto pelo grupo do governador Max Mauro, que apoiou a candidatura de Azeredo. A história pessoal e o discurso de Mauro costumavam ser qualificados de 'progressistas'. A bancada estadual do partido, porém, não diferia em nada em termos biográficos e eleitorais do PRN, por exemplo.⁶⁸⁵

A explicação acima segue o mesmo raciocínio de José Eugênio Vieira, ex-secretário de Educação no Governo Max e também Secretário Chefe da Casa Civil, posto acumulado com o Secretário de Transporte e Obras Públicas por quatro meses, no Governo Albuíno Azeredo (1991-1994). Para ele:

A explicação é simples: no final do Governo Max Mauro, mais precisamente em 15/02/1990, a parte mais nitidamente 'maxista' do PMDB migrou para o PDT, nela incluindo o Governador Albuíno Cunha Azeredo, eleito por essa sigla. Com a posse de Albuíno, em março de 1990, uma nova leva de políticos preferiu o partido do Governador, atraída por acenos de crescimento ou por questões pessoais.⁶⁸⁶

Publicada em 1992, a obra de Vieira foi escrita durante momento de grande tensão entre a Assembleia e o Governador Albuíno, que como forma de manter a governabilidade passou a retirar os 'maxistas' dos cargos que ocupavam desde o início do Governo.⁶⁸⁷

Apesar da resistência interna que houve na Executiva Regional do partido, Max foi, paulatinamente, abrindo caminho dentro do PDT para seu grupo diante dos conflitos que se seguiram com o senador Gérson Camata. Max aceitava a aliança, no entanto, não aceitava que Camata controlasse postos de fundamental importância

⁶⁸⁵ LEMOS & PEREIRA, 2002, p.420

⁶⁸⁶ VIEIRA, 1992, p. 41.

⁶⁸⁷ LEMOS & PEREIRA, 2002.

para o Governo do Estado. Vimos que a unidade não foi alcançada. Assim, esse fato, a ruptura, que ensejou a intensificação da polarização interna dentro do partido, é de fundamental importância para o entendimento da crise interna do PMDB e para a explicação local da migração partidária que se deu para o PDT sob a orientação de Max Mauro.

4.4.1 Ascensão e fragmentação do PMDB na década de 1980

Observamos acima ainda, no terceiro capítulo, que, duas eleições, a de 1982 e a de 1986, por incorporarem temas nacionais resultaram em grande crescimento do PMDB em todo o país frente aos outros partidos. O PMDB não elegeu somente governadores, também ganhou a eleição em muitas prefeituras e passou a gerir todos os recursos que o cargo de chefe do executivo lhe assegurava. Acerca da preponderância do PMDB sobre os outros partidos de esquerda no Espírito Santo em 1982, encontramos registrado na Revista Agora:

Não poderiam ser menos estimulantes as chances dos chamados partidos 'à esquerda do PMDB', o PT e o PDT. Entrincheirados durante toda a campanha em áreas sociais mais carentes, em aglomerados, filas de INPS, portas de fábricas, regiões de invasão, com eleitores teoricamente mais inclinados aos candidatos que pregavam à exaustão a igualdade de seus padrões de vida, os petistas e pedetistas não tiveram como esconder a decepção quando foram colher nas urnas os frutos de um trabalho certamente exaustivo, sobretudo pela carência de recursos.⁶⁸⁸

O PMDB concentrou muitos votos no pleito de 1982 e se fortaleceu ainda mais com as eleições de 1986. Dessa forma, com as chaves dos cofres dos executivos estaduais e municipais, e na segunda metade da década de 1980 também com o controle do governo federal, passou a estabelecer uma conciliação com as oligarquias locais que deram sustentação ao regime militar.⁶⁸⁹

Essa conciliação é um elemento importante no processo. Desse fato reconhecemos que a mudança política caminhou junto com os interesses dessas oligarquias locais e que não houve simplesmente uma imposição da agenda política pelo chefe do executivo estadual que lhe permitisse controlar totalmente o partido no estado.

⁶⁸⁸ PT e PDT: nada, nada. *Revista Espírito Santo Agora*, Vitória, n. 74, p. 8, nov.1982.

⁶⁸⁹ ABRÚCIO, 2002, p. 123.

Buscando demonstrar a amplitude de atuação dos Governadores estaduais que participaram do contexto de redemocratização no Estado brasileiro, o cientista político Fernando Abrúcio defendeu que “a organização das ações políticas é fragilmente baseada em partidos, sempre fracos e com tempo de vida curto. Geralmente, grande parte dos políticos muda de partido de acordo com as mudanças no Executivo estadual.”⁶⁹⁰

Entre os componentes que determinam a fraqueza dos partidos Abrúcio aponta diretamente a questão da migração partidária. Seu trabalho aborda esse assunto a partir da perspectiva que o executivo estadual é um polo atrativo que ocasiona o crescimento dos partidos no legislativo estadual, além das prefeituras e câmaras de vereadores. Diferentemente do que afirma Abrúcio, em estudo de caso do governo Albuíno (1991-1994), demonstramos que não houve a cooptação dos deputados, nem o controle do governador sobre a Assembleia Legislativa.⁶⁹¹ Houve sim um fortalecimento do PDT no Espírito Santo, sobretudo em nível municipal,⁶⁹² porém, em número muito aquém do que o teorizado no conceito de cooptação.⁶⁹³

Concordando com Pereira (2012), Abrúcio observou ainda que não houve no Brasil uma modernização política que acompanhasse a modernização econômica e, sendo assim, as ações políticas permaneceram eivadas de práticas clientelistas após o término do Regime Militar.⁶⁹⁴ É a partir desse continuísmo que Abrúcio aponta o fortalecimento dos partidos ligados aos governadores. No Espírito Santo, o Governo do Estado conectou-se a dois partidos, o PMDB e o PDT, e buscou fortalecer ambos.

Assim, o termo implosão⁶⁹⁵ não parece ser o mais exato para definir o que aconteceu com o PMDB na década de 1980. O partido não se extinguiu, não foi demolido, nem se explodiu. Sofreu uma crise, mas se manteve forte e elegeu sete governadores no ano de 1990. Ocupou o segundo lugar com dois a menos que o PFL que apareceu em primeiro e quatro a mais que o terceiro colocado, o PDT. Vale

⁶⁹⁰ ABRÚCIO, 2002, p. 124.

⁶⁹¹ LEMOS & PEREIRA, 2002.

⁶⁹² VIEIRA, 1992; VIEIRA, 1996.

⁶⁹³ ABRÚCIO, 2002.

⁶⁹⁴ ABRÚCIO, 2002, p. 165.

⁶⁹⁵ Revista Agora Revista Agora, Vitória, abr. 1988, p.5. O termo aparece como título de reportagem. E também foi empregado em artigo escrito anteriormente por esse autor em parceria com o professor André Pereira. Ver LEMOS & PEREIRA, 2002, p.413.

ressaltar que nessa contagem do PMDB está incluído o estado de São Paulo, a maior economia da federação.⁶⁹⁶

O fortalecimento do PMDB foi acompanhado do crescimento de grupos que disputavam localmente os diretórios e o controle do partido para viabilizarem suas campanhas. Dessa forma, diante da impossibilidade de acomodação de forças conflitantes, o caminho seguido pelos grupos aliados do processo eleitoral foi o da migração partidária. Assim, o processo de fragmentação que sofreu o PMDB esteve diretamente relacionado à busca por legendas e recursos para manutenção do *status quo*. Dessa forma, a migração partidária que se seguiu à crise do partido se deu por esse caminho.

Embora as migrações partidárias tenham enfraquecido o partido, a trajetória do PMDB não aponta para sua implosão, mas para a fragmentação da grande frente que ensejou sua formação, bem como a transformação de partido de representação das classes populares para veículo oligárquico com importante papel na revitalização da rede clientelista tradicional.⁶⁹⁷

A disputa pelos diretórios e pelo controle do partido em âmbito local era um passo importante para a decisão dos nomes que disputariam os pleitos municipais, os quais dispunham do horário gratuito da propaganda eleitoral no rádio e na televisão, e para o controle do partido em âmbito estadual. No Espírito Santo duas forças políticas disputavam esses espaços. De um lado, Max Mauro representava os 'históricos' e era identificado com a ala esquerda do partido. De outro, Gérson Camata, oriundo da ARENA, filiou-se ao PMDB em 1982 e representava o grupo conservador que formava a base de sustentação do regime militar.

A matéria da Revista Agora, em abril de 1988, acerca desse conflito que marcou a fragmentação do PMDB, e que trazia uma matéria com o título: "A implosão do PMDB", prosseguia com o seguinte subtítulo: "na renovação dos diretórios municipais do PMDB parece clara a vitória de Max. Mas Camata ainda não desistiu de ganhar as eleições de novembro".⁶⁹⁸ Assim, nota-se que como chefe do executivo estadual Max se fortaleceu dentro do partido. Porém, o grupo leal ao seu adversário, o senador Gérson Camata, também permanecia forte dentro do PMDB. Apesar dos

⁶⁹⁶ ABRÚCIO, 2002, p. 205.

⁶⁹⁷ HAGOPIAN, 1987, p. 22-23 in: ABRÚCIO, 2002, p. 123.

⁶⁹⁸ Revista Agora Revista Agora, Vitória, abr. 1988, p.5.

conflitos internos e da diminuição que houve nos anos seguintes em decorrência dessa divisão, durante toda a década de 1990 os dados disponíveis demonstram que nacionalmente o PMDB ainda se manteve como o partido mais forte.⁶⁹⁹

Atuando contra o regime militar, o MDB/PMDB identificou-se com a defesa dos direitos sociais e das liberdades civis. Porém, foi mais do que isso, foi uma ampla frente heterogênea que serviu de plataforma para abrigar desde comunistas e militantes do MR-8 a oligarquias locais que necessitavam de legenda para concorrer contra adversários. Conforme Rodrigo Motta,

o MDB deu abrigo e serviu de canal de expressão para diferentes segmentos da esquerda, de revolucionários a moderados, de intelectuais a sindicalistas. (...) A partir dos anos 1980, com a saída paulatina dos quadros e grupos de esquerda, o (P)MDB foi ficando cada vez mais 'destro'.⁷⁰⁰

Na segunda metade da década de 1980 o PMDB ficou nacionalmente marcado pelo fracasso dos planos de estabilização da economia a qual continuava a apresentar índices de inflação que chegaram à casa dos quatro dígitos. Esse contexto foi favorável para a migração partidária, sobretudo para aqueles que não queriam ser identificados com o fracasso do Plano Cruzado e/ou queriam assegurar uma legenda para disputar as eleições e não enxergavam essa certeza no PMDB.

Internamente o PMDB perdeu muitos quadros para o PDT e, em relação ao eleitorado, o PT também foi um grande algoz. O PT havia se fortalecido no meio urbano e levantou lideranças com histórico de atuação junto aos sindicatos e aos movimentos sociais que lhe deram respaldo nas urnas. Desta forma, conseguiu eleger o chefe do executivo da Prefeitura Municipal de Vitória, o ex-presidente do sindicato dos médicos, Vitor Buaiz.

O PT capixaba capitaneou, na década de 1980, muitos votos dos setores da classe média e de trabalhadores rurais na região norte do Espírito Santo. A atuação do PT juntamente com a Igreja Católica, a partir da Diocese de São Mateus, na defesa dos interesses dos trabalhadores agrícolas repercutiu em grande número de filiações. A essa questão se referia o deputado estadual Ângelo Moschen (PT) quando dizia que o crescimento eleitoral se devia ao fato de o PT ter realizado uma "campanha

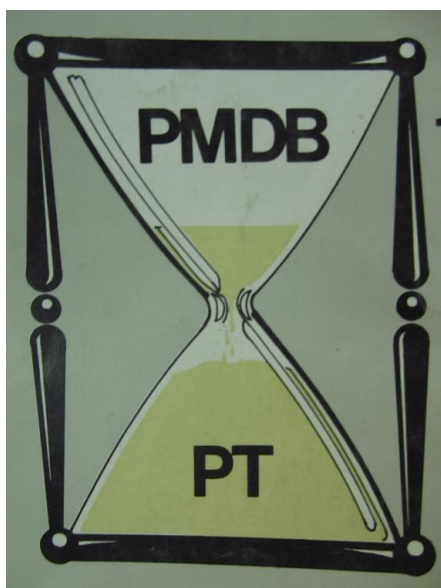
⁶⁹⁹ LIMA, 2005, p.42-43.

⁷⁰⁰ MOTTA, 2007, p.300.

diferente no norte para discutir os problemas dos trabalhadores, mostrando a diferença entre outros partidos tradicionais”.⁷⁰¹

É levando em consideração esse contexto que a Revista Agora estampou em sua capa uma ampulheta na qual o tempo se esvai indicando que o tempo do PMDB está acabando e passando para o PT. É o tempo do PT para representar a plataforma construída ao longo do século XX em diversos partidos e movimentos sociais brasileiros que apontava para a proteção dos trabalhadores diante da exploração do poder econômico. O PT passou a representar a plataforma construída ao longo do século XX em diversos partidos e movimentos sociais brasileiros e que aponta para a proteção dos trabalhadores diante da exploração do poder econômico. Articulava a insatisfação com o sistema político vigente.

O recorte abaixo é parte da capa da revista que anunciava, em janeiro o resultado do pleito de 1988. As pesquisas eleitorais apontavam que o eleitorado do PMDB estava se direcionando para o PT.



Fonte: REVISTA AGORA, Vitória, jan. 1988, nº 85, capa.

Contudo, em 1985, o PMDB conseguiu mais de 17 mil votos de vantagem sobre o PT nas eleições para a prefeitura de Vitória⁷⁰² e em 1986 tinha a maior parte dos votos do eleitorado.⁷⁰³ Mas, no início de 1988, o PT superou o PMDB em pesquisa de opinião veiculada logo no mês de janeiro. Essa pesquisa questionava acerca do

⁷⁰¹ PT já se prepara para enfrentar as urnas em 88. Crescimento surpreende Moschen. A Gazeta, p.5, Vitória, 02 fev. 1988.

⁷⁰² www.tre-es.es.gov.br

⁷⁰³ PARTIDO de preferência é o PMDB. A Gazeta, p. 05 jul. 1986;

partido com que a pessoa mais simpatizava ou de sua preferência realizada no mês de janeiro foi o prelúdio de um momento em que o PT passou a se identificar como bastião das lutas pelos direitos sociais.

Em 1988, é possível ver a virada petista e, ao mesmo tempo, observa-se a inevitável associação do PMDB com antigos atores políticos que contribuíram para a sustentação do regime militar. A presença de atores identificados com esse regime marcado por políticas econômicas que redundaram em concentração de renda e exclusão social afastava a popularidade do PMDB.⁷⁰⁴

4.4.2 O PDT como legenda para ex-aliados da ditadura militar

Enquanto que no PMDB essa heterogeneidade política, marcada pela presença de ex-arenistas ou emedebistas aliados dos militares, contribuiu para o recrudescimento de sua base eleitoral, no PDT esses atores atuaram em conjunto com as forças políticas que fundaram o partido no Espírito Santo em 1980 fortalecendo o partido. O MDB aqui teve seu crescimento ligado aos temas nacionais, aos movimentos populares e na atuação de forças políticas que apresentavam um programa político que levavam em consideração a pauta de reivindicações do trabalhador e se deu paulatinamente do final da década de 1970 até a década de 1980. Diferentemente, o crescimento do PDT no Espírito Santo se deu, a partir do último quartel da década de 1980, com a aquisição de quadros, políticos em mandato eletivo ou em outras funções da burocracia estatal que se apresentavam como candidatos-eleitores.

Muitos políticos reivindicavam o reconhecimento de sua migração para o partido e pleiteavam cargos conforme o *sistema métrico eleitoral*. Nesse sistema, cuja criação o jornalista Roberto Moscozo atribui ao ex-governador Eurico Rezende, o pretendente a um cargo público deveria demonstrar a sua densidade eleitoral, ou seja, sua capacidade de arregimentar votos para o partido. Esse potencial servia para apontar um lugar na hierarquia onde o pretendente poderia se instalar e também acomodar correligionários.⁷⁰⁵

⁷⁰⁴ A estrela sobe. *Revista Agora*, nº 85, janeiro, 1988.

⁷⁰⁵ 'NANICO', mesmo sem voto, exige espaço no Governo. *A Gazeta*. p.2, 25 jan 1987.

Nesse sentido, as filiações ao PDT também representavam uma média de eleitores com os quais o partido poderia contar nos pleitos. A utilização da patronagem como fonte de poder não era privilégio de Eurico Rezende. Segundo Fernando Abrúcio esse instrumento promotor do inchaço da máquina pública e da politização do preenchimento dos cargos públicos era regra básica de funcionamento da burocracia estadual em todo o Brasil.⁷⁰⁶

No Espírito Santo antes do grupo de Max “tomar de assalto” o PDT, outros políticos capixabas já haviam migrado para o partido no Espírito Santo. Gérson Camata juntamente o ex-deputado pefelista Theodorico Ferraço, e o seu vice e ex-governador, todos oriundos da ARENA, são apontados em 1987 pelo presidente do PDT de Nova Venécia, Abel Gonçalves, como “aquisições que o partido deverá ter”.⁷⁰⁷ Apesar de Camata não ter se filiado ao PDT, outros correligionários seus tomaram esse rumo.

O PDT já havia apoiado Theodorico Ferraço em 1986, quando a direção estadual, por meio do então candidato a Governador Rubens Gomes, partiu em defesa do pefelista.⁷⁰⁸ Apesar do apoio dado pelo diretório regional do PDT em 1986, em Cachoeiro do Itapemirim, reduto de Ferraço, os membros da executiva municipal “se consideram rompidos com a Regional, até que seja esclarecido esse infeliz acordo, cujos termos ninguém sabe”.⁷⁰⁹

A esse respeito, ou seja, da filiação de Ferraço ao PDT, o presidente nacional do partido, Leonel de Moura Brizola, tendo em vista a ampliação de filiados e o fortalecimento dos quadros do partido, teria dito em um Congresso Socialista realizado em Brasília em agosto de 1987, que “Ferraço é como um sapo que se precisa engolir, sabendo o gosto que ele tem”.⁷¹⁰ A questão de sua filiação ao PDT ainda continuou sendo debatida pelo noticiário em dezembro de 1988, quando o secretário do PDT de Cachoeiro de Itapemirim reiterou que Ferraço não seria aceito no partido “com ou sem mandato”.⁷¹¹ No entanto, os membros da Direção Regional ligados a Camata justificavam que Ferraço havia participado do Movimento

⁷⁰⁶ 2002, p.128.

⁷⁰⁷ FERRAÇO prepara PDT visando a eleição de 1988. *A Gazeta*, Vitória, p.2, 17 set. 1987.

⁷⁰⁸ PDT apoiará pefelista para Senado. *A Gazeta*, Vitória, p.2, 27/10/1986.

⁷⁰⁹ APOIO a Theodorico Ferraço provoca cisão no PDT. *A Gazeta*, Vitória, p.2, 01 nov. 1986.

⁷¹⁰ FERRAÇO deve deixar o PFL e ir para PDT. *A Gazeta*, Vitória, p.2, 10 set. 1987.

⁷¹¹ PDT não admite filiar Ferraço. *A Gazeta*, Vitória, p.2, 15 dez. 1988.

Trabalhista Renovador.⁷¹² No entanto, o grupo resistente à sua entrada considerava que a filiação de Ferraço ao partido de Ferrari, antes do golpe militar de 1964, era pra fazer oposição a Brizola e não por afinidade com o trabalhismo.⁷¹³

Fortalecendo o partido a partir da filiação de quadros, em 1987 o deputado Luiz Carlos Piassi, ex-ARENA, ex-PSD e eleito pelo PFL, migrou para o PDT. Outro político ligado à base de sustentação da ditadura militar e que passou a compor os quadros do PDT capixaba é o vereador da capital, Vitória, ex-PDS e ex-PFL, José Esmeraldo.⁷¹⁴

Além desses políticos o PDT também recebeu como filiado Luiz Candido Durão. Luiz apoiou o Regime Militar e, no município de Linhares, tinha o apoio aberto da conservadora União Democrática Ruralista (UDR). Durão confirmou aos jornalistas sua ligação com Camata e o apoio dele ao seu nome para a prefeitura de Linhares em 1988.⁷¹⁵ Contra Luiz Durão, Mateus Vasconcelos, prefeito de Pedro Canário, e a UDR pesava a suspeita de assassinato de sindicalistas ligados ao PT, conforme denunciou o petista Rogério de Medeiros.⁷¹⁶

Devido a divergências com o deputado estadual Ronaldo Lopes, presidente do Diretório Municipal do PFL, o vereador de Linhares Roberto Mendonça ingressou no PDT a convite de Luiz Durão.⁷¹⁷ Nesse contexto, o presidente municipal do PDT de Linhares, Marco Antônio de Oliveira Neves, acusou Lopes de estar a serviço de Max e defendeu Durão em sua intenção de disputar o cargo de chefe do executivo municipal.⁷¹⁸ Já o colatinense Jair Meneghelli, que passou pelo Partido Social Progressista de Ademar de Barros, pela Arena, pelo PDS e se desligou em 1987 do PFL para se filiar ao PDT, via o partido de Brizola como um “partido de momento”. Segundo ele, Brizola possuía grande popularidade no contexto da redemocratização

⁷¹² Fundado pelo gaúcho Fernando Ferrari, ex-líder da Bancada Trabalhista do PTB e do Bloco da Minoria (PTB, PSP e Partido Republicano) reeleito para a Câmara dos Deputados em 1958 com maioria dos votos. Renunciou à liderança da bancada em conflito com Leonel Brizola João Goulart e fundou o Movimento Trabalhista Renovador, oficializado como partido ao final de 1960. Manteve a herança nacionalista juntamente com o ideário de Getúlio Vargas e Alberto Pasqualini. Ver PEREIRA, André e WAGNER, Carlos. *Fernando Ferrari*. Porto Alegre: Tchê!, 1985. FERRARI, Fernando. *Mensagem Renovadora*. 2ª Ed. Porto Alegre: Editora Globo. 1960.

⁷¹³ APOIO a Theodorico Ferraço provoca cisão no PDT. *A Gazeta*, Vitória, p.2, 01 nov. 1986.

⁷¹⁴ DIFERENÇAS ideológicas nas filiações do PDT. *Revista Agora*. Vitória, nº 83, nov. de 1987.

⁷¹⁵ DURÃO consolida liderança pelo PDT de Linhares. *A Gazeta*, Vitória, p.2, 25 abr. 1988.

⁷¹⁶ *A Gazeta*, Vitória, p.2, 10 out. 1990.

⁷¹⁷ VEREADOR deixa o PFL de Linhares e vai para o PDT. *A Gazeta*, Vitória, p.2, 26 mai.1988.

⁷¹⁸ PEDETISTA acusa Lopes de estar a serviço de Max. *A Gazeta*, Vitória, p.2, 29 jun. 1988.

e por isso era avaliado por Meneghelli como “o grande homem do momento no país, e será o presidente da República, inevitavelmente”.⁷¹⁹

O presidente municipal da União Democrática Ruralista em Nova Venécia, Raymundo Nonato Ferreira Filho, anunciava a ligação do PDT com essa entidade conservadora nas articulações para levantar um nome de consenso entre os partidos que faziam oposição ao prefeito Adelson Salvador (PMDB), aliado de Max. Salvador filiou-se posteriormente ao PDT, porém, naquele momento, em Nova Venécia, PDT, PDS, PFL e PTB levantavam-se contra ele. Nesse sentido, vê-se que nessa cidade os membros do PDT, cujo programa consta a defesa da reforma agrária, encontravam-se em sintonia com os ruralistas, firmes opositores dessa reivindicação no campo. Nonato avaliava que os membros do PDT oriundos do PMDB são “mais moderados”, passíveis de aliança e que esse não era o PDT de Brizola.⁷²⁰

Essa mesma divisão pode ser identificada em debate no parlamento quando o deputado João Gama (PMDB) ao denunciar o uso de máquinas da prefeitura nas fazendas de Luiz Cândido Durão diz: “falávamos do Prefeito da nossa terra, do PDT, da UDR, que não é o PDT do Brizola.”⁷²¹

No anseio de se tornar presidente e articulando sua popularidade junto ao eleitorado, arrogando para si a herança do getulismo, Brizola aceitou engolir muitos sapos indigestos. Dessa forma, o partido perdia seu caráter combativo e sua ligação com os movimentos sociais para ampliar seus quadros e conseguir expandir sua base eleitoral.

4.4.3 Do PMDB para o PDT

O individualismo identificado no comportamento dos deputados promoveu a infidelidade partidária e nesse momento ficou patente a fraqueza dos partidos diante do rearranjo institucional que visava à acomodação de forças aliadas. Estas nem sempre encontraram espaço almejado nas legendas em que se encontravam e

⁷¹⁹ MENEGUELLI rompe com PFL para entrar no PDT. *A Gazeta*, Vitória, p.2, 19 nov. 1987.

⁷²⁰ UDR que unir os partidos de oposição, *A Gazeta*, Vitória, p.2, 02 jun. 1988.

⁷²¹ ANAIS ALES 11ª Legislatura, quarta feira, 30 de Agosto de 1989, p. 29.

acabavam por fortalecer a legenda do chefe do Executivo estadual.⁷²² O PMDB não conseguiu conter o processo de fragmentação que gerou quadros para diversos partidos criados durante a redemocratização. Abrúcio explicou esse fenômeno a partir do individualismo, produto da fragilidade dos partidos que deviam ser os organizadores da ação coletiva dos políticos em nível estadual.⁷²³

Nesse contexto, o personalismo e a vinculação pessoal, em detrimento dos partidos, estão ligados à capacidade que a pessoa tem, à frente do Estado ou não, de garantir recursos para que seus aliados possam financiar suas campanhas eleitorais. Nesse aspecto, o controle dos Bancos Estaduais, das verbas públicas e de muitos cargos na burocracia foi um poderoso instrumento nas mãos dos governadores servindo de atrativo para que os aliados pudessem garantir o *status quo*.

O crescimento do PDT no Espírito Santo aconteceu em meio a um quadro político desfavorável aos partidos ligados à Ditadura Militar, bem como de desprestígio do PMDB. A esse respeito, a Revista Agora reproduz a seguinte fala de um deputado não identificado: “quem ficar no PMDB pagará o preço do descrédito deste partido”. Em outra fala anônima, de um parlamentar de “malas prontas para outra agremiação”, constatamos o seguinte: “o certo é que, ano que vem tem eleição, e cada um vai procurar o partido que tiver mais chances de vitória, o que varia de município para município”.⁷²⁴

O noticiário apontava os diretórios municipais peemedebistas que não haviam ainda chegado a um consenso, segundo o subchefe da Casa Civil, devido a questões políticas locais ou divergências pessoais. Entre eles encontramos os seguintes municípios: Afonso Cláudio, Cachoeiro de Itapemirim, Conceição da Barra, Montanha, Pedro Canário, Santa Tereza, São Mateus e Muqui. Diante desse quadro de evasão de peemedebistas e ainda com o intuito de manter a unidade partidária o governador Max Mauro defendeu que as chapas dos diretórios “devem ser amplas, no sentido de atender a todas as facções.”⁷²⁵

Esse fator de desagregação do PMDB estadual foi, portanto, potencializado pelo conflito interno travado entre o governador Max Mauro e o senador Gérson Camata.

⁷²² ABRÚCIO, 2002, p.150.

⁷²³ Ibidem, p.163.

⁷²⁴ LEGISLATIVO: o que muda com as eleições. *Revista Agora*, nº 84, dezembro, 1987, p.8.

⁷²⁵ GOVERNADOR luta para conter evasão de peemedebistas. *A Gazeta*. 17 mar 1988, p.3.

Segundo a Revista Agora sete deputados estaduais acompanhariam Camata para o partido que ele fosse. Esta fala foi corroborada pelo Deputado Alcino Santos do PDS e pelo Deputado Valci Ferreira, correligionário de Camata, que asseverava, quanto ao número de deputados na Assembleia Legislativa, o controle de “no mínimo, sete, com possibilidade de mais.”⁷²⁶

Camata ainda articulava a insatisfação de peemedebistas do interior que “apostaram nas promessas de mais estradas, escolas e outras reivindicações e tiveram como retorno apenas a paralisação das obras em andamento.”⁷²⁷ Isso reforçava sua estratégia de direcionar recursos federais diretamente para as prefeituras. Em resposta o governador Max Mauro criticava o “governo paralelo”, acusando Camata de “estabelecer contatos com as lideranças municipais do Espírito Santo com o Governo Federal, à margem do Governo do Estado.”⁷²⁸

O PDT apareceu nesse momento da história do Espírito Santo como uma alternativa para as forças políticas que não enxergam um futuro político no PMDB. Porém, a desagregação do PMDB e as migrações partidárias que se seguiram em direção ao PDT não foram vistas com bons olhos por todos pedetistas. Entre os insatisfeitos encontrava-se o presidente em exercício do PDT de Colatina, Carlos César dos Santos, que chegou a propor a criação de uma comissão de ética “para examinar caso a caso os novos pedidos de filiação ao partido e evitar que o PDT seja inchado pela enxurrada de desligamento de pessoas hoje filiadas ao PMDB e que procuram o PDT por oportunismo.”⁷²⁹

Diante desse quadro de crise do PMDB e de conflito interno, entre o grupo liderado por Gérson Camata e o grupo liderado por Max, que o PDT apareceu como opção para o então governador. Seu crescimento se deu a partir da decisão do Governador do Estado em sua escolha pessoal pela legenda e de sua opção de apoiar o candidato Albuíno Azeredo, após a recusa de José Ignácio que alegava não querer ser candidato ‘chapa branca’. Apesar da força constituída pelo chefe do Executivo, foi possível perceber que novas lideranças emergiram dentro do PDT sem constituir laços pessoais com Max Mauro.

⁷²⁶ LEGISLATIVO: o que muda com as eleições. *Revista Agora*, nº 84, dezembro, 1987, p.8.

⁷²⁷ LEGISLATIVO: o que muda com as eleições. *Revista Agora*, nº 84, dezembro, 1987, p.8.

⁷²⁸ MAX já admite que Camata faz governo paralelo. *A Gazeta*. 09 set 1987, p. 2.

⁷²⁹ PARTIDO quer fazer seleção. *A Gazeta*. 15 dez 1988, p.2.

Contudo, ficou patente que o sentido da migração partidária seguiu inevitavelmente o controle que o chefe do executivo estadual tinha em relação aos recursos financeiros e de patronagem. Max Mauro contava em 1987 com 1209 cargos comissionados.⁷³⁰ A prerrogativa no direito de direcionar as verbas e nomear uma extensa burocracia são elementos muito importantes no arranjo político. Somou-se a poder o controle do banco estadual. Além disso, dos 67 prefeitos eleitos em 1988 o PMDB elegeu 17 chefes dos executivos municipais, e desse quantitativo, oito prefeitos migraram do PMDB para o PDT.⁷³¹

Diferentemente do que asseverou Abrúcio sobre a força dos governadores, esse poder não chegou a garantir ao governador Max Mauro o “controle milimétrico das bases locais”, em especial no período compreendido entre 1990-1994.⁷³² Nas eleições para prefeito em 1987, no município de Vila Velha, Max Mauro não conseguiu eleger seu candidato Luiz César Maretto (PMDB) em sua base eleitoral. O candidato de Max perdeu para Magno Pires (PT) que recebeu apoio de membros do próprio PMDB. Acerca dessa divisão no município de Vila Velha, Maretto acusa o então deputado federal Vasco Alves (PMDB), aliado de Gérson Camata (PMDB), de ter apoiado Magno Pires. Vasco não apoiou Maretto que era de seu partido, pelo contrário se opôs a ele. A derrota de Maretto representava para Camata e seu grupo uma derrota, não do PMDB, mas do governo estadual.⁷³³

O caminho dos maxistas para o PDT foi aberto pelo Deputado Federal Néelson Aguiar que se identificava com a ala progressista do PMDB. Aguiar foi um dos fundadores do PT, onde permaneceu filiado por breve tempo por conta da vinculação de votos.⁷³⁴ O deputado também contava em sua biografia com o fato de ter participado da solenidade de lançamento do PDT no Espírito Santo em 1980 na condição de membro do PT.⁷³⁵

Desde o primeiro semestre de 1987, os noticiários apontavam a defesa do PDT por Nelson Aguiar.⁷³⁶ Nesse mesmo ano, antes de sua filiação, ele respondeu aos jornalistas que ingressou na política como forma de contribuir para “organizar o

⁷³⁰ MAX tem 1209 cargos para preencher. *A Gazeta*, p.7, 01 fev. 1987

⁷³¹ VIEIRA, 1992, P.39.

⁷³² ABRÚCIO, 2002, p.173.

⁷³³ CAMATA culpa o governo estadual. *A Gazeta*. p.02, 15 dez. 1987.

⁷³⁴ CAPITAL e Trabalho vão hoje a debate. *A Gazeta*. 02 out 1986, p. 3.

⁷³⁵ PDT vê parlamentarismo como saída para crise. *A Gazeta*. 24 jul 1980.

⁷³⁶ AGUIAR diz que defende a linha nacionalista do PDT. *A Gazeta*. 18 jun 1987, p. 3.

grupo dos 11, de Brizola, de 63 para 64.” Aguiar prosseguia seu discurso: “naquela época eu vivia com o ouvido colado na Radio Mayrink Veiga, a emissora que mais divulgava os assuntos políticos.”⁷³⁷

Em outubro de 1987 Aguiar anunciou sua saída para o PDT, que segundo o jornal *A Gazeta* seria para viabilizar sua campanha à Prefeitura Municipal de Vitória. Nessa mesma reportagem a coluna Praça 8, reconhecida por suas considerações políticas, atribui ao deputado federal Nelson de Aguiar a alegação, entre aspas, que o PDT seria uma “alternativa para a dissidência peemedebista no Estado” e “partido de apoio”, “fiel ao governador.”⁷³⁸

Envolvido nas articulações junto aos políticos do interior no sentido de formar comissões executivas provisórias do PDT Nelson Aguiar assumiu a presidência do partido ainda em 1987. Segundo Rubens Gomes, houve uma troca de funções a partir de um acordo realizado no momento do ingresso de novos deputados ao PDT, Luiz Carlos Santana e Luiz Piassi. Rubens Gomes deixou a presidência e passou a ocupar o cargo de vice-presidente.⁷³⁹

Aguiar votou no Congresso Nacional contra o mandato de 5 anos para Sarney. Max seguiu a mesma orientação e Aguiar defendia-o acusando o Governo Federal de retaliações ao Governo Estadual.⁷⁴⁰ No entanto, não poupava críticas ao governador Max Mauro diante do escândalo da deportação de menores de rua para o Rio de Janeiro por policiais militares e alegava querer manter um distanciamento de Max como governador, apesar de considerá-lo seu amigo.⁷⁴¹

Apesar disso, permaneceram as ligações com o Palácio Anchieta. Durante a filiação do empresário colatinense Odilon Nicchio, Aguiar disparou contra Gérson Camata acusando-o de provocar divisões internas no PDT e classificando a possibilidade de entrada de Camata no partido como “oportunismo e fisiologismo.”⁷⁴²

Aguiar denunciava a intenção de Camata em derrubá-lo da presidência do partido por meio de articulação com Rubens Gomes. Segundo ele caso houvesse sua saída, posteriormente o partido seria entregue a políticos com ligação com Camata. Vasco

⁷³⁷ CARREIRA começa no movimento estudantil. *A Gazeta*. 16 ago 1987, p. 2.

⁷³⁸ MUDANÇA, *A Gazeta*. 28 out 1987, p. 4.

⁷³⁹ AGUIAR assume a presidência do PDT. *A Gazeta*. 02 dez 1987, p.2

⁷⁴⁰ GRUPOS mantém-se em estado de alerta. *A Gazeta*. 31 mai 1988, p.2.

⁷⁴¹ PT pedirá CPI para apurar deportação de menores. *A Gazeta*. 07 ago 1988, p. 18.

⁷⁴² AGUIAR diz que Camata provoca divisão no PDT. *A Gazeta*. 20 jan 1989, p.2

Alves (PSDB, ex-PMDB) e Paulo Hartung (sem partido, ex-PMDB), ligados a Camata, fariam parte desse jogo de Rubens Gomes. Aguiar analisava da seguinte forma: “o jogo que Rubens está fazendo é um jogo perigoso, pois ele se transformou num instrumento dentro do PDT, a mando dessa gente de fora.”⁷⁴³

Isolado no PMDB, o ex-prefeito de Guaçuí e ex-secretário de Comunicação e do Meio Ambiente no governo Max, Luiz Moulin ingressou no PDT em 1988. Moulin possuía ligações políticas com Camata e foi padrinho político de Hartung. Fortalecendo o PDT, ele articulou no primeiro semestre de 1988 cerca de 400 filiações para o partido.⁷⁴⁴

No dia 04/03/1989 os integrantes do Diretório Regional elegeram nova Comissão Executiva Regional para o PDT. O deputado federal Nelson Aguiar permaneceu como presidente e Rubens Gomes como 1º vice-presidente. O deputado estadual Luiz Carlos Piassi que havia desistido de sua saída do partido elegeu-se 2º vice-presidente. Já o deputado estadual Luiz Carlos Santana ficou com a secretaria geral do partido enquanto que Max Mauro deu seu primeiro passo consistente dentro do PDT por meio da escolha de seu irmão como tesoureiro do partido. Francisco Mauro havia perdido a eleição para prefeito de Vila Velha e ingressava no PDT controlando importante cargo na estrutura hierárquica do partido. Esse grupo apresentou um plano de trabalho da nova diretoria onde constavam três itens: ampliação do número de filiados, reestruturação do partido a partir da organização de diretórios municipais e fundamentação da campanha de Brizola para a presidência da República.⁷⁴⁵

A unidade do partido foi mantida com vistas ao fortalecimento para as eleições presidenciais. Em agosto de 1989, Rubens Gomes anunciava que “ao contrário do que está sendo anunciado, nunca o PDT esteve tão unido.”⁷⁴⁶ Apesar disso, as fissuras internas permaneceram e ficaram mais evidentes com a derrota de Brizola nas eleições de 1989 para presidente do Brasil.

Assim como Brizola, Max apoiou o PT no segundo turno, enquanto que setores do PDT capixaba apoiaram o candidato da UDR Ronaldo Caiado (PSD) no primeiro turno e Fernando Collor (PRN) no segundo. Contra essa postura o Diretório Regional

⁷⁴³ AGUIAR vê ‘jogo’ no PDT para filiação de Camata. 29 jan 1989, p. 3.

⁷⁴⁴ PRAÇA 8. *A Gazeta*. 20 jun 1988, p.4.

⁷⁴⁵ PIASSI fica no PDT e Aguiar é o presidente. *A Gazeta*. 07 mar 1989, p.2.

⁷⁴⁶ RUBENS garante que PDT permanece unido no Espírito Santo. *A Gazeta*. 28 ago 1989, p.2.

do PDT acionou a Justiça Eleitoral que acatou a interpelação e cancelou a filiação de sete vereadores e do vice-prefeito de Linhares, Jair (Nhozinho) Correa. Apesar da determinação de Brizola para que o partido tratasse com rigor os membros que descumpriram o acordo de apoiar o candidato do PT no segundo turno,⁷⁴⁷ o prefeito Luiz Durão permaneceu no partido, com a alegação de que apoiou Brizola no primeiro turno e Collor no segundo.⁷⁴⁸

Max Mauro alinhava-se nacionalmente com o grupo político do baiano Waldir Pires, que perdeu a disputa pelo controle do PMDB para Orestes Quércia. A escolha de Max pelo PDT vincula-se também ao direcionamento dado em âmbito nacional por Pires que apontou o partido de Brizola como caminho para seu grupo político. Pires era uma das lideranças do grupo progressista dentro do PMDB que insinuava sua ida para o PDT em janeiro de 1990. Max por fazer parte desse grupo era questionado sobre sua movimentação, ao que respondia da seguinte forma: “Eu não tenho pressa para definir isso, quem deve se preocupar com isso é quem vai se candidatar.”⁷⁴⁹ Para trilhar esse caminho Max teve que enfrentar resistências de seu grupo político no Espírito Santo, pois a ala progressista do PMDB capixaba era antibrizolista.⁷⁵⁰

Além disso, uma corrente dentro do PMDB, formada por prefeitos e por aqueles que pretendiam disputar as eleições em 1990, resistia à filiação ao PDT por temerem represálias do vice-governador Carlos Alberto Cunha, do presidente da mesa diretora da ALES Alcino Santos ou de outro aliado de Camata e Moraes que viesse a assumir a governadoria se houvesse a saída de Max do cargo para disputar as eleições. Assim, apesar de Max ter afirmado em janeiro de 1990 que não seria candidato, queriam duas garantias de Max: sua ida para o PDT e sua permanência no cargo de governador até o final do mandato.⁷⁵¹

Mesmo com as reuniões entre Max e Brizola, na qual Brizola teria garantido “ao Governador Max Mauro toda o espaço necessário para sua atuação política,”⁷⁵² em fevereiro de 1990, segundo a coluna Praça 8, Brizola concedeu carta branca para a

⁷⁴⁷ O partido ainda não havia recebido denúncias contra Durão. Somente contra Nhozinho e os vereadores. BRIZOLA exige expulsão de todos os ‘infiéis’. *A Gazeta*. Vitória, 17 jan. 1990, p.2.

⁷⁴⁸ SETE vereadores são expulsos do PDT de Linhares. *A Gazeta*. Vitória, 18 jun 1990, p. 2.

⁷⁴⁹ MAX recorre da isonomia da PGE. *A Gazeta*. Vitória, 13 jan. 1990, p.2.

⁷⁵⁰ PRAÇA 8. *A Gazeta*. Vitória, 03 jan. 1990, p.4.

⁷⁵¹ PMDB reúne bases dia 02 para discutir o futuro. *A Gazeta*. Vitória, 28 out. 1990, p.3.

⁷⁵² BRIZOLA confirma adesão de Max e Waldir ao PDT. *A Gazeta*. Vitória, 24 jan. 1990, p.3.

executiva regional providenciar a filiação de Camata. Porém, Camata colocou como condição para seu ingresso no partido, a saída de Nelson Aguiar da presidência. Camata realizou reuniões com o grupo de aliados no partido e tentou articular a campanha do deputado estadual Luiz Carlos Santana para governador na tentativa de abafar a candidatura de Albuíno, que seguiu com apoio de Max Mauro.⁷⁵³ Essa também era uma forma de recompensar Santana que havia apoiado Alcino Santos (PDS), aliado de Camata, para a presidência Mesa Diretora da Assembleia Legislativa.⁷⁵⁴

Havia forte resistência ao ingresso de Max no PDT entre os membros da diretoria regional. Destacaram-se nessa oposição ao ingresso de Max no PDT Rubens Gomes, vice-presidente, o deputado Luiz Carlos Santana e o Deputado Luiz Carlos Piassi. Também acompanhavam esse movimento os prefeitos Tadeu Marques Batista, de Bom Jesus do Norte, Luiz Cândido Durão, de Linhares, e Pedro Alves Santos, prefeito de São Mateus, além do ex-deputado federal Mário Gurgel. O prefeito de São Mateus não endossou essa opinião segundo José Eugênio Vieira,⁷⁵⁵ porém, segundo informações disponíveis em documentos, sob guarda do Arquivo Nacional, produzidos por órgãos do Sistema Nacional de Informações e Contrainformações (SIsNI), ele participou. Consta ainda que houve ameaça por parte desse grupo de deixar o partido caso se concretizasse o ingresso de Max Mauro no PDT.⁷⁵⁶

A entrada dos *maxistas* no PDT foi acompanhada de um acordo firmado entre o presidente nacional do partido, Leonel Brizola e Max Mauro. Brizola garantiu a Max que os cargos do diretório regional e da executiva seriam divididos de forma paritária entre o seu grupo e o que controlava a direção do partido em abril de 1990. Contudo, diante do descumprimento do acordo por parte da cúpula estadual do partido, a Executiva Nacional estaria estudando, segundo o ex-presidente do partido, o deputado Nelson Aguiar, a possibilidade de realizar uma intervenção no Espírito Santo. O presidente regional do PDT, Antônio Carlos Barleta, ciente dessa intenção, anunciava que não acreditava nessa possibilidade, pois não havia nenhum documento formal com essa orientação. Barleta alegava que o partido não tinha

⁷⁵³ PRAÇA 8. *A Gazeta*. Vitória, 12 abr. 1990, p.4.

⁷⁵⁴ PRAÇA 8. *A Gazeta*. Vitória, 19 jan. 1989, p.4.

⁷⁵⁵ 1992, p.88.

⁷⁵⁶ Certidão de Informações com resumos de documentos do Serviço Nacional de Informações. SNI-C0194130.

motivos para a intervenção e que, ele e seu grupo, esgotariam todas as armas para resistir. Apesar dessa fala diante da possibilidade de intervenção, o então presidente regional do PDT se mostrava disposto a negociar com os *maxistas* um consenso e indicava que estava trabalhando pela “união dos diversos grupos pedetistas”.⁷⁵⁷

A postura de Albuíno foi de oposição à intervenção que se cogitava no sentido de garantir o controle de cargos para aliados de Max Mauro. Para Albuíno a nova Executiva Regional do partido não trazia prejuízos à sua campanha para governador. Albuíno, estrategicamente, procurava a “reconciliação entre os diversos grupos que compõe o PDT”.⁷⁵⁸ Max Mauro também se colocava publicamente contra a intervenção e não queria interferir nos assuntos internos do partido por não ter se filiado ainda. Da mesma forma que Albuíno, pretendia o entendimento entre as correntes divergentes com vistas a fortalecer o partido para as eleições do final do ano.⁷⁵⁹

Nesse contexto, o próprio Rubens Gomes, ex-vice-presidente do PDT, que fez oposição à entrada de Max no partido, mudou de opinião. Gomes passou a defender que o fato de Max estar de fora do partido aumentava as divergências internas. Segundo ele o governador articulava em nome do PDT de dentro do Palácio Anchieta e seu grupo não participava das reuniões. Segundo ele o ingresso definitivo de Max no partido poderia contribuir para a união dos dois grupos que disputam a hegemonia do partido.⁷⁶⁰

A disputa pela hegemonia do PDT se associava à competição pela Executiva Regional do PMDB. Com dezoito votos a mais que Roberto Valadão, Dilton Lyrio foi reconduzido à presidência do partido. Valadão representava o grupo *camatista* enquanto que os *maxistas* apoiaram a chapa de Dilton. Na primeira vice-presidência dessa chapa estava Sérgio Ceotto, na segunda vice-presidência Argilano Dario, na secretaria geral Marilza Barbosa. Como primeiro secretário ficou José Paulo Barcellos e como tesoureiro, José Casagrande. Apesar do discurso de independência política em relação ao Palácio Anchieta, Dilton Lyrio recebeu apoio

⁷⁵⁷ PDT negocia para evitar intervenção. *A Gazeta*. Vitória, 25 abr. 1990, p.2.

⁷⁵⁸ ALBUÍNO propõe trabalho em conjunto. *A Gazeta*. Vitória, 25 abr. 1990, p.2.

⁷⁵⁹ MAX acredita que PDT contorne divergências. *A Gazeta*. Vitória, 26 abr. 1990, p.3.

⁷⁶⁰ DIVERGÊNCIAS. *A Gazeta*. Vitória, 29 abr. 1990, p.4.

do governador que pretendia por meio dos convencionais aliados impedir que Gérson Camata obtivesse a vitória.⁷⁶¹

Ao contrário do que pensa Fernando Abrúcio, para quem somente o executivo estadual possui condições de viabilizar recursos para as bases dos deputados estaduais e organizar a agenda política estadual,⁷⁶² Gérson Camata, na condição de senador realizava a transferência de recursos para as bases eleitorais de seus aliados. Esse cargo lhe conferia também a capacidade de influenciar na escolha dos cargos das estatais federais no Espírito Santo. Essas duas questões fortaleciam Camata na interferência sobre a agenda política estadual, seja por meio dos deputados aliados, seja por meio de prefeitos que necessitavam de recursos para suas localidades. Essa prática, chamada de *governo paralelo*, fazia com que Max Mauro procurasse o consenso com outras forças políticas no sentido de manter a hegemonia política no Espírito Santo. Dessa forma, o grupo vencedor dentro do PDT evitou a hegemonia de Max no PDT e conseguiu que ele se colocasse contra a intervenção nacional ao buscar contornar as divergências.

A filiação de Max ao PDT somente se concretizou em 1992. Ao final de seu governo possuía aliados no PMDB e no PDT, e a partir deles atuava diretamente sobre as disputas internas nos dois partidos. No entanto, diante do impasse da filiação de Max ao PDT, Albuíno filiou-se logo ao partido de Brizola “levando 17 prefeitos e alguns deputados estaduais”.⁷⁶³ Albuíno dependia de estar filiado a alguma legenda para oficializar sua candidatura.

A filiação de Albuíno Azeredo, Secretário de Estado do Planejamento e chefe da Coordenação Estadual de Planejamento no governo Max, no PDT resultou em acirramento de conflitos internos no partido. Não pelo mesmo motivo que fez com que um grupo se levantasse contra a filiação de Max, mas por causa das suas articulações com outros líderes municipais para promover a sua campanha. Albuíno foi apoiado por Max Mauro e por 42 prefeitos que escreveram um “Manifesto de apoio à candidatura de Albuíno Azeredo” em março de 1990. Assinaram esse

⁷⁶¹ GRUPO de Max detém controle do PMDB no Estado. *A Gazeta*. Vitória, 07 mai. 1990, p.2.

⁷⁶² ABRÚCIO, 2002, p.137.

⁷⁶³ PRAÇA 8. *A Gazeta*. Vitória, 15 fev. 1990, p.4.

manifesto 11 prefeitos do PDT, 10 do PMDB, 6 do PTB, 12 do PFL, 2 do PDS, 1 do PRN, 1 do PT e 1 do PDC.⁷⁶⁴

À frente do movimento de campanha de Albuíno, estavam personalidades como Mateus Vasconcelos, além do prefeito de Colatina, Dilo Binda (PFL), o prefeito de Cachoeiro de Itapemirim, Theodorico Ferraço (PTB) e o prefeito de Barra de São Francisco, Enivaldo dos Anjos (PFL). Lideranças locais que fortaleciam o nome de Albuíno no interior do estado.⁷⁶⁵ Endossando a candidatura de Albuíno, Max não aceitava que assessores saíssem do PMDB para o PSDB ou outro partido que não fosse o PDT. Desta forma, fez um ultimato: se fosse para deixar o PMDB para outro partido que não o PDT que também deixasse o Governo do Estado do Espírito Santo.⁷⁶⁶

Nesse contexto, aliados de Max como Gilson Caroni e Hélio Carlos Manhães se unem à Executiva Municipal do PDT em Cachoeiro do Itapemirim contra a entrega da coordenação da campanha de Albuíno a prefeitos do PFL e do PTB.⁷⁶⁷ Além disso, eles questionam que “em suas andanças pela cidade, o governador apenas prestigiou os candidatos Luiz Borges a federal e Ricardo Ferraço a estadual, além do prefeito”.⁷⁶⁸ Max contribuiu desta forma para fortalecer dentro do PDT o grupo que mais tarde articulou a ruptura de Albuíno com ele.

Para manter a governabilidade, afastar as ameaças de impeachment e manter um bom relacionamento com a Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, presidida no primeiro mandato por Valci Ferreira (1991-1992) e no segundo por Marcos Madureira (1993-1994), ambos ferrenhos inimigos de Max, Albuíno, em seu governo, afastou paulatinamente Max Mauro e todos os ‘maxistas’ do governo.⁷⁶⁹

Enquanto isso, o grupo aliado de Camata permaneceu no controle da Assembleia Legislativa e com influência sobre cargos importantes no Poder Executivo. Diante dessas questões devemos considerar a articulação de Albuíno na explicação do fortalecimento do PDT que chegou a contar com 23 prefeitos eleitos em 1992.⁷⁷⁰

⁷⁶⁴ VIEIRA, 1992, p.55.

⁷⁶⁵ Ibidem, p.55.

⁷⁶⁶ DISSIDENTES. Praça 8. *A Gazeta*. Vitória, 11 mar. 1990, p.4.

⁷⁶⁷ PDT-Cachoeiro abandona Albuíno. *A Gazeta*. Vitória, 17 ago. 1990, p.2.

⁷⁶⁸ RUSGAS. *A Gazeta*. Vitória, 21 ago. 1990, p.6.

⁷⁶⁹ LEMOS & PEREIRA, 2002.

⁷⁷⁰ VIEIRA, 1992, p.127.

Assim, não era simplesmente a parte mais nitidamente 'maxista'. Alianças com o então governador Max Mauro não fazia de todos os seus assessores 'maxistas' leais. Além disso, demonstrando maior independência, muitos aliados de Albuíno, recém-chegados ao PDT, defenderam sua campanha em 1990 e, no entanto, não apoiaram o partido. Essa questão foi denunciada pelo Deputado Federal Nelson Aguiar, insatisfeito com os resultados do PDT.

Apesar do sucesso na eleição majoritária, fazendo de Albuíno Azeredo governador para o mandato de 1991-1994, o PDT não conseguiu eleger nenhum deputado federal. Diante desse resultado, Aguiar arrependido do apoio a Max, asseverava que a infidelidade partidária foi fruto da tática estabelecida pelo governador Max Mauro. Segundo ele, os prefeitos que receberam as "benesses do Governo do Estado só tinham obrigação de apoiar Albuíno, deixando de lado os candidatos da coligação".⁷⁷¹

Aguiar apontou que Dilo Binda, de Colatina, apoiou candidatos proporcionais do PFL, Arildo Cassaro (PDT) apoiou João Batista da Motta (PSDB) na Serra, Pedro Koehler (PTB) deu apoio para Paulo Hartung e Rose de Freitas (PSDB) para a Câmara dos Deputados, Ruzerte Gaigher (PDT) apoiou José Tasso (PFL) e Nilton Gomes (PMDB) para deputado federal.⁷⁷²

A saída de Max Mauro do PMDB se deu no início de 1990. Ele direcionou seu grupo de correligionários peemedebistas para o PDT, mas apesar do anúncio de sua filiação a mesma não chegou a acontecer durante o exercício do seu governo.⁷⁷³ Acerca da filiação de Max ao PDT, Brizola anunciou publicamente que um dia após sua saída do Governo do Estado, Max assumiria a presidência do partido no estado.⁷⁷⁴ Ao mesmo tempo, e demonstrando sintonia com os anti-brizolistas presentes no PDT, Albuíno deixava bem claro sua posição com relação a qualquer ingerência por parte de Brizola na condução do PDT no Espírito Santo: "com relação à ingerência, quem me conhece sabe que não aceitaria isso de forma alguma. (...) Ele veio ajudar na campanha por solicitação nossa. Nós o convidamos".⁷⁷⁵

⁷⁷¹ DEPUTADO do PDT critica Max. A Gazeta, Vitória, p.3, 08 out. 1990.

⁷⁷² DEPUTADO do PDT critica Max. A Gazeta, Vitória, p.3, 08 out. 1990.

⁷⁷³ MAX confirma saída do PMDB. A Gazeta, Vitória, p.3, 14 fev. 1990.

⁷⁷⁴ PRAÇA 8. A Gazeta, p.4, 13 dez. 1990.

⁷⁷⁵ ALBUÍNO não aceita ingerência de Brizola. A Gazeta, Vitória, p.3, 27 nov.1990.

Esses aspectos das eleições de 1990 reforçam a argumentação de Abrúcio sobre a baixa institucionalização dos partidos, bem como sua fraqueza diante do processo eleitoral. O voto em lista aberta, a facilidade que os políticos encontram para migrar de partido em busca de recursos e cargos, e a forma como acontece o financiamento de campanha dão margem para que os políticos atuem de forma individualista desrespeitando o conteúdo programático dos partidos.⁷⁷⁶

O estudo do sentido da migração partidária que resultou no fortalecimento do PDT nos permite identificar que as escolhas pessoais de Max Mauro foram fundamentais nesse processo. Embora Max Mauro tenha sido o principal fiador da campanha e de sua eleição, Albuíno Azeredo não permaneceu como aliado de Max até o final de seu governo. Logo após o processo eleitoral Albuíno afirmou que Max “será sempre um conselheiro (...). A contribuição dele será sempre necessária”.⁷⁷⁷

Em busca de recursos para suas bases eleitorais uma diversidade de políticos realizou esse movimento em direção ao PDT, ora sob a direção de Max, ora sob a direção de Albuíno, ora sob a influência de outros políticos historicamente ligados à direita capixaba. Albuíno começou a ganhar independência em relação a Max desde o Manifesto dos Prefeitos em seu favor e se separou definitivamente do seu conselheiro após ter o controle do executivo estadual em suas mãos.

As vitórias que Max teve em relação ao grupo de Camata ficaram concentradas no período em que permaneceu à frente do executivo estadual. Após a vitória de Albuíno, o grupo ligado a Camata voltou a estabelecer forte influência sobre os rumos da agenda política estadual. Muito embora não estivesse em um partido com ampla representação na política estadual e na política nacional, Camata representava a direita que apesar dividida em vários partidos como o PFL, PTB e PDT, possuía laços que os uniam. O personalismo identificado na disputa entre Camata e Max deixa transparecer outros elementos que fornecem a liga necessária para que os grupos apresentem certa unidade. Essa unidade ficou caracterizada no movimento *suprapartidário*, como seus integrantes se denominavam.⁷⁷⁸

A fraqueza dos partidos e o caráter individualista dos deputados, infiéis aos seus partidos, não redundava somente em vantagens para o executivo estadual, como

⁷⁷⁶ ABRÚCIO, 2002, p.125.

⁷⁷⁷ ALBUÍNO não aceita ingerência de Brizola. *A Gazeta*, Vitória, p.3, 27 nov. 1990.

⁷⁷⁸ Ibidem.

queria Fernando Abrúcio.⁷⁷⁹ Gerson Camata conseguiu se manter forte na política capixaba enquanto que Max Mauro perdeu a influência que possuía dentro do PMDB e do PDT.

Max filiou-se ao nanico Partido da Mobilização Nacional (PMN) em 1994 quando novamente disputou o cargo de governador do Estado ficando com pouco mais de 13% dos votos válidos em terceiro lugar na disputa com menos de dois mil votos de vantagem sobre o último lugar, Rose de Freitas, deputada federal que havia saído do PMDB para ajudar a fundar o PSDB capixaba, e mais de cento e cinquenta mil votos abaixo do segundo colocado.⁷⁸⁰ Segundo Jonas Ferreira, “para o grupo do governador Albuíno Azeredo, assim como para o senador Gérson Camata, era interessante sepultar definitivamente o ex-governador. Que tal levar Max a perder até daquele ex-cabo da Polícia militar, que sequer sabe falar direito?”⁷⁸¹

TABELA 6 – Eleição para Governador do Estado do Espírito Santo – 1994 – 1º Turno.

Candidato	Partido	Nº de votos	%	Válidos (%)
Vitor Buaiz	PT	495.948	35,02	46,63
Dejair Camata	PSD	290.677	20,53	27,33
Max Freitas Mauro	PMN	139.262	9,83	13,09
Rosilda de Freitas	PSDB	137.666	9,72	12,94
Votos Brancos	-	256.076	18,08	-
Votos Nulos	-	96.181	6,79	-
Total de Votos Válidos		1.063.533	-	100
Total de Votos apurados		1.415.810	100	-

Fonte: TRE-ES apud OLIVEIRA, 2008.

No nanico PMN Max não conseguiu forças suficientes para fazer frente à liderança PT em relação ao eleitorado de esquerda, nem às forças conservadoras de forte tradição na política capixaba. Soma-se a isso o índice de rejeição captado pela quantidade de votos brancos e nulos. Somente o candidato eleito superou a soma desses dois tipos de votos.

⁷⁷⁹ ABRÚCIO, 2002, p.150.

⁷⁸⁰ www.tre-es.es.gov.br

⁷⁸¹ REIS, 1994, p.18.

Cabo Camata, primo de Gérson Camata, expulso da corporação militar durante o governo de Max Mauro representava a vontade que esse grupo tinha de ver Max Mauro derrotado, a necessidade de uma solução para o problema da violência que se agravava naquele contexto. Os desafetos de Max lideravam o grupo conservador capixaba na política estadual. Entre eles se destacavam Gérson Camata, José Moraes e também Valci Ferreira, um influente deputado estadual que fortaleceu esse bloco de oposição a Max e posteriormente, depois de três mandatos como deputado estadual, veio aposentar-se no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.⁷⁸²

⁷⁸² REIS, 1994, p.47-48.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar a trajetória política de Max de Freitas Mauro nos permitiu refletir sobre importantes acontecimentos históricos do Espírito Santo. Estudar acontecimentos específicos de nosso estado pode parecer provincianismo aos olhos de historiadores que estejam voltados exclusivamente para a Europa, com inclinação para ver em acontecimentos como a cavalaria medieval maior relevância. Porém, não estudamos e pesquisamos a história com o simples objetivo de divertir leitores interessados pelo passado.

O estudo de história do Espírito Santo aqui realizado perseguiu aquilo que José Murilo de Carvalho (1997) apresenta como elemento fundamental no debate teórico e nas pesquisas empíricas, ou seja, detectar a natureza da dominação. Nesse caminho mudamos as lentes, ora tratando de aspectos individuais, ora de aspectos coletivos. Ora particulares, ora gerais.

Max Freitas Mauro nasceu em Vila Velha (ES) no dia 11 de março de 1937. Vivenciou como um importante ator político grande parte do século XX. Sua trajetória coincide com os rumos tomados pela sociedade brasileira nas tentativas de superação de dois grandes problemas: o autoritarismo e a desigualdade social.

Logicamente, as ações individuais simplesmente não redundam em mudanças nos rumos da história. Mas o estudo de individualidades permite entrever as tramas da história, outras dimensões do passado. O personalismo em torno do nome Max obscurece a existência de uma base de sustentação política, que foi costurada por ele ao longo de sua carreira.

A investigação realizada nos permitiu um acompanhamento do noticiário da época e a partir desta opção metodológica foi possível tratar de diversos problemas importantes para o Estado. A violência é um dos aspectos que nos chamou a atenção. Na narrativa dos fatos que preocuparam a sociedade gerando repercussão nos jornais destacamos três resultantes do processo histórico pelo qual havia passado a sociedade brasileira. Elas foram analisadas em forma de estudo de caso e dizem respeito à violência no campo, nas favelas ou envolvendo seus moradores e no conflito entre trabalhadores e capitalistas e/ou Estado. Além do consenso, a força é um ingrediente indispensável do poder.

Existe uma conexão entre esses três eventos citados acima, que pode ser percebida por meio da diacronia. A intensificação dos conflitos sociais na década de 1980 tem suas raízes históricas que correspondem ao processo de modernização econômica capitalista no Espírito Santo. A concentração da terra retirou de muitas famílias sua fonte de subsistência e provocou intenso êxodo rural. Assim, a violência foi utilizada ao menos nos três casos: na luta dos 'sem-terra', assassinando suas lideranças; nos movimentos urbanos exterminando, em tribunal de rua, tanto lideranças como o Padre Gabriel, como exterminando a população pobre reincidente em crimes; e na repressão ao instrumento historicamente utilizado pelos trabalhadores contra a exploração do capital, a greve.

O estudo de governo por meio do noticiário permitiu a observação de muitos conflitos colocados no âmbito do aparato repressivo do Estado, dividido entre Polícia Civil e Polícia Militar. A corporação militar e os policiais civis, representados por suas lideranças, travaram embates políticos com o objetivo de influenciar na organização do poder. Essa movimentação realizada nos sugeriu a seguinte pergunta: qual o grau de autonomia do aparato repressivo perante o Estado? A resposta não foi traçada, no entanto, a formação dos Esquadrões da Morte permite identificar que existe o controle do chefe do Executivo sobre as instituições e existe a atuação de grupos compõe o Estado com a possibilidade de atuarem independentemente, inclusive conspirando contra o próprio Estado.

A organização do poder e o direcionamento dado ao Estado tem que levar em consideração todas as variáveis inseridas no jogo político. A morte, na forma do assassinato é uma realidade e, no estudo de governo em tela, dois atores políticos, chefes de executivos municipais foram assassinados. Esse dado se relaciona diretamente à pessoa do deputado estadual Arildo Cassaro, que teve seu pai, Anastácio Cassaro, prefeito de São Gabriel da Palha assassinado. Outro prefeito assassinado foi José Maria Miguel Feu Rosa, da Serra, aliado de Élcio Álvares. Os três policiais militares acusados da morte de Feu Rosa foram mortos dois meses após, em agosto de 1990.⁷⁸³

Paralelamente, o estudo do jogo político institucional visando identificar o padrão seguido para formação dos governos foi outro aspecto abordado no trabalho. Essa

⁷⁸³ MATADORES de Feu Rosa podem ter sido assassinados. A Gazeta. Vitória. 12 ago. 1990, p.29.

contribuição da Ciência Política permitiu identificar aspectos do sistema político que merecem reflexão atualmente. Ficou patente o descrédito das instituições públicas e a necessidade de uma reforma política nas chamadas jornadas de junho de 2013, que ocorreram no Brasil. Essas pressões geraram tímidas alterações numa das questões observadas aqui, o financiamento de campanha. Esse ingrediente da democracia eleitoral reflete em diminuição da democratização social, já que o poder econômico se vale desse recurso para defender seus interesses, e dessa forma se perpetua o desequilíbrio social, quando o Estado é minimizado e o poder econômico e os direitos individuais exacerbados. Para que o Estado assumisse uma feição mais republicana seria necessário, portanto, uma reforma política que compreendesse o fortalecimento dos partidos.

Para além dos partidos oficiais observamos também outras entidades que realizaram atividade política intensa. Na concepção gramsciana “partido’ é toda entidade que contribui para cimentar o bloco histórico, como jornais, sindicatos, igrejas, escolas, partidos políticos”.⁷⁸⁴ Esses suportes eleitorais também foram identificados nesse trabalho. Com exceção dos partidos políticos oficiais, podemos citar como entidades que se destacaram no cenário político: UDR e FAES, Igreja Católica, FINDES, CUT e SINDICON. Alguns desses partidos *gramscianos* chegaram a promover suas lideranças que compuseram o primeiro escalão do Governo Max: Hércio Rezende era oriundo da FINDES; João Tovar foi presidente do SINDICON; e Sandro Chamon era ligado à Arquidiocese de Vitória e também à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

As empreiteiras que inicialmente entraram em embates com o Governo do Estado ao final podiam ser representadas justamente pelo presidente do sindicato que liderou os boicotes às obras públicas. Entre as principais obras do Governo Max encontravam-se a Terceira Ponte e o Transcol, que consistia na criação de terminais rodoviários e uma infra-estrutura para interligar o transporte coletivo na Região Metropolitana da Grande Vitória. A necessidade de levar a cabo essas obras resultou na aproximação entre as partes, que em 1987 se mostraram conflitantes, ou seja, o governo e o empresariado da construção civil, representado por sua entidade o Sindicon.

⁷⁸⁴ GRAMSCI apud ACHIAMÉ, Fernando. O Espírito Santo na Era Vargas (1930-1937). Elites políticas e reformismo autoritário. Rio de Janeiro: FGV, 2010, p.184.

A problemática do campo envolvendo os trabalhadores rurais e os proprietários rurais foi encaminhada pelo governador Max Mauro por meio da Lei de Terras cujo texto defendia o interesse dos pequenos agricultores. No entanto, aqueles que no passado se apossaram de terras devolutas e naquele contexto reprimiam as ocupações realizadas pelo MST utilizaram a Federação da Agricultura e Pecuária do Espírito Santo (FAES) como forma de fazer pressão sobre o Executivo. O recuo do Executivo na reformulação da Lei de Terras demonstrou o poder dessa entidade sobre uma parcela do legislativo estadual, cujo padrão de carreira se caracterizou por ser interiorano e ligado à esfera estatal.

Os jogos políticos em tela têm como pano fundo principal a necessidade que o Executivo tem de ver suas mensagens aprovadas pelo parlamento. Já os parlamentares tem a necessidade de carrear recursos para suas bases eleitorais, além de garantir empregos para seus correligionários. Mesmo ‘baratos’, possuem capacidade para influir sobre o Poder Executivo. E nessa relação identificamos que as alianças de Max de Freitas Mauro com as lideranças locais e prefeitos resultou em sucesso na aprovação de que necessitava junto ao parlamento. Parece que o que Abrúcio identificou no Governo de Alceu Collares se repetiu aqui no Espírito Santo. Os convênios equivalem às pressões realizadas sobre as bases dos deputados com o objetivo de conseguir votos no parlamento.

Max Mauro defendeu abertamente o fim do voto secreto no Legislativo.⁷⁸⁵ Apesar disso, as votações secretas reforçam a vantagem do governador pois permitia que o Executivo negociasse com parlamentares isoladamente, já que eles poderiam se resguardar diante de seus colegas de partido que se mantinham na oposição. A esse respeito, um deputado pedessista entre 1979 e 1982, ‘Toninho Bagunça’, “muito dado a extrair o máximo de vantagem do que poderia ser oferecido pelo Palácio Anchieta” dizia o seguinte: “adoro uma secreta”.⁷⁸⁶ Esse caso ilustra outros aspectos do sistema político que, além do financiamento de campanha, influenciam negativamente o sistema político: o individualismo dos parlamentares e a fraqueza dos partidos.

O fortalecimento dos partidos está diretamente relacionado à minimização da atuação individual do político. Ao se fortalecer o partido político oficial minimiza-se a

⁷⁸⁵ MAX defende o fim do voto secreto no Legislativo. . A Gazeta. Vitória. 05 fev. 1987, p.3.

⁷⁸⁶ PARLAMENTAR usa sigilo para negociar interesses. A Gazeta. Vitória. 07 mai. 1989, p.2.

margem de atuação de elementos externos que vão de encontro ao programa político que caracteriza a entidade. Logicamente a modificação na forma de organização do sistema político não é uma panaceia. O ocultamento que pode ser exemplificado na expressão getulista das ‘forças ocultas’ e na expressão maxista referente aos ‘estranhos poderes’ podem ser elementos inevitáveis. Contudo, a maior transparência e visibilidade dos atos políticos é um requisito *sine qua non* das democracias republicanas.

A par do processo de democratização do sistema político deve andar a democracia social. Getúlio Vargas problematizou a democracia eleitoral no século XX questionando a inexistência de uma democracia social, que promovesse a distribuição das riquezas produzidas pelo povo, que via o fruto de seu trabalho sendo transferido para as contas de empresas e organismos multinacionais.

Da pregação nacionalista da primeira metade do século XX emergiu a doutrina trabalhista. Ao contrário das ideologias revolucionárias que pretendiam por meio da utilização da violência e da expropriação da propriedade privada promover a justiça social, o trabalhismo perseguiu esse mesmo objetivo buscando conciliar a iniciativa privada capitalista com direitos coletivos.

Em nossa pesquisa apontamos alguns elementos desse processo histórico que se materializaram aqui no Espírito Santo. A exploração do capitalista como algo planetário gerou resposta no mesmo âmbito. Aqui a organização dos trabalhadores foi limitada pela especificidade do processo histórico. O clientelismo não foi superado pela modernização econômica nem pela concentração populacional em áreas urbanas. Como ressaltou José Murilo de Carvalho, o fato de parlamentares e chefes políticos locais perderem a capacidade de controlar os votos da população e os governantes passarem a se relacionar diretamente com os eleitores não retira da relação o caráter clientelista.⁷⁸⁷

Essa relação que se estabelece diretamente entre o líder político, de forma personalista, e o eleitor podem sugerir equivocadamente a utilização do conceito populismo, como foi realizado pelo noticiário que procurou associar velhas práticas,

⁷⁸⁷ CARVALHO, José Murilo. *Mandonismo, coronelismo, clientelismo*: uma discussão conceitual. Revista Dados, vol. 40, n.2, Rio de Janeiro, 1997. Disponível Scielo.

o clientelismo, com populismo.⁷⁸⁸ Descartamos a utilização desse conceito por perceber a via de mão dupla que é a relação entre dominadores e dominados.

Os oprimidos não são exclusivamente vítimas de um processo de opressão, existe uma rede de colaboração que se estabelece de forma hierarquizada e com benefícios, mesmo que desiguais, para ambas as partes. Assim, não podemos falar por exemplo simplesmente de uma cooptação de lideranças. Líderes políticos ou a massa de eleitores não se deixam levar inocentemente por chefes estaduais.

Max Mauro não estava além do bem e do mal, estava sujeito às vicissitudes próprias da carreira que optou seguir. Procuramos focalizar sua trajetória ao mesmo tempo em que atentávamos para as forças profundas. Nessa análise identificamos a presença de Albuíno Azeredo no Governo como um agente responsável por captar recursos para a administração estadual ao mesmo tempo em que articulava os interesses do Grande Capital, em especial da CVRD que se encontrava em processo de duplicação e pretendia operacionalizar o Corredor Centro Leste, ou seja, a conexão da Estrada de Ferro Vitória a Minas com o Centro Oeste do Brasil que expandia a exploração agrícola e pecuária.

Como protagonista do Governo Max a candidatura de Albuíno foi tramada junto aos líderes locais que lançaram seu nome em Manifesto que contou com ampla maioria dos chefes dos executivos municipais. As obras carreadas por meio de convênios funcionaram como mola propulsora do candidato Albuíno Azeredo ao Governo do Estado da mesma forma que fez crescer os quadros do Partido Democrático Trabalhista. Leonel Brizola, com grandes chances de ser eleito presidente do Brasil, esteve a par desse processo aqui no Espírito Santo e entregou o partido nas mãos de Max Mauro. Nesse momento foi invocada a herança trabalhista de Saturnino Rangel Mauro e Max posicionou-se, apesar de tudo, junto à esquerda. Apoiou Vitor Buaiz (PT) na prefeitura de Vitória e Lula na disputa com Collor no segundo turno das eleições em 1989.

O estilo de governo de Max Mauro impediu que ele tivesse uma maior aproximação com o PT ao mesmo tempo em que ocasionou uma postura de oposição sistemática por parte da direita capixaba. Suas alianças em torno da eleição realizada por conta da sua sucessão afastaram antigos aliados. Suas escolhas pessoais foram

⁷⁸⁸ POPULISMO a velha prática que define eleições. Vitória. A Gazeta. 02 abr.1989, p.2.

importantes na dinâmica histórica do período, sobretudo na ascensão do PDT nessas paragens. Contudo, as consequências de suas opções não puderam ser calculadas friamente. O rompimento de Albuíno e o fracasso nas eleições de 1994 quando ficou em quarto colocado demonstraram havia chegado um novo tempo. Quando o Partido dos Trabalhadores passou a representar a esquerda política.

6 - REFERÊNCIAS

a) Fontes Impressas:

ANAIIS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESPÍRITO SANTO, 11ª E 12ª LEGISLATURA.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO. Fundo/coleção: Delegacia de Ordem Social e Política do Espírito Santo. Caixa 17: Partidos Políticos.

JORNAL A GAZETA, Vitória, Espírito Santo – 1982; 1986-1990.

REVISTA AGORA, Vitória, Espírito Santo – 1982; 1987-1988.

REVISTA VILA URBANA. Vila Velha, Ano I, Nº 01, Set-Out. 2001.

b) Depoimento:

MAURO, Max de Freitas. Agora é Max: a trajetória política de Max de Freitas Mauro (1970-1990). 2012. Entrevista concedida a Amarildo Mendes Lemos, Vila Velha, 15 out. 2012.

c) Meios eletrônicos

<http://www.cartacapital.com.br/sustentabilidade/metade-dos-documentos-de-posse-de-terra-no-brasil-e-ilegal-7116.html>.

http://www.seculodiario.com.br/partidos/index_pcb02.htm.

http://www.seculodiario.com/reportagens/index_scardua01.htm.

http://www.tse.gov.br/internet/institucional/glossario-eleitoral/termos/voto_vinculado.htm.

d) Obras de apoio:

ABREU, Alzira A. *A imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart*. In FERREIRA, M (org.). João Goulart: entre a memória e a história. RJ: Ed. FGV, 2006.

ABRÚCIO, Fernando. *Os Barões da Federação: os governadores e a redemocratização brasileira*. 2ª edição. São Paulo: Hucitec, 2002.

ACHIAMÉ, Fernando. *O Espírito Santo na era Vargas (1930-1937)*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites - século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BADENES, Francisco. *Império da Lei: Justiça Federal decreta a dissolução judicial da Scuderie Detetive Le Cocq*. In: Revista Phoenix Magazine, disponível no site <http://www.sindepolbrasil.com.br/sindepol07/seguranca1.html>. Acesso em 15/07/2010.

BANDEIRA, Moniz, *Brizola e o Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

BENEVIDES, Maria V. *O governo Kubitschek: a esperança como fator de desenvolvimento*. In: GOMES, Ângela de C. *O Brasil de JK*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

BITENCOURT, Gabriel. *História Geral e Econômica do Espírito Santo*. Vitória: Multiplicidade, 2006.

BLOCH, Marc. *Introdução à História*. 6ª Edição. Lisboa: Publicações Europa-américa (coleção saber), 1993.

BOBBIO, Norberto. *Estado, Governo e Sociedade: para uma Teoria Geral da Política*. 14ª edição. São Paulo: Editora Paz e Terra S/A, 2007.

BODEA, Miguel. *A greve de 1917 e as origens do trabalhismo gaúcho*. Porto Alegre: L&PM, s/d.

BODEA, Miguel. *A greve de 1917 e as origens do trabalhismo gaúcho*. Porto Alegre: L&PM, s/d.

_. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1992.

BURNS, Bradford E. *As relações internacionais do Brasil durante a Primeira República*. In: História Geral da Civilização Brasileira, Tomo III, O Brasil Republicano, FAUSTO, Boris (direção) São Paulo: Difel, 1981.

CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira. *Transformações socioeconômicas do Espírito Santo: uma abordagem histórica e de manifestações recentes*. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 2006.

CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS (horas.). *Domínios da História*. Rio de Janeiro, Campus, 1998.

CARDOSO, Fernando Henrique. *A soma e o resto: um olhar sobre a vida aos 80 anos*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CARVALHO, José Murilo. *Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual*. Revista Dados, vol. 40, n.2, Rio de Janeiro, 1997.

_. *Teatro das Sombras: a política imperial*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CARNIELLI, Padre Adwalter A. *História da Igreja Católica no Estado do Espírito Santo (1535-2000)*. 2ª Ed. Vila Velha: Comunicação Impressa, 2006.

CASALI, Derli; GOMESA, Helder; PIZZETA, Adelar; SOUZA, Ademilson (orgs.) *A Reforma Agrária e o MST no Espírito Santo: 20 anos de lutas, sonhos e conquistas de dignidade!* Vitória: Grafita, 2005.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro da Belle Époque*. 2ª Ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

CHAUVEAU, Agnès e TÉTART, Philippe. *Questões Para a História do Presente*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

COLBARI, Antônia. *A CUT-ES e o Movimento Sindical na Década de 80*. In: SINAIS - Revista Eletrônica. Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Edição n.08, v.1, Dezembro. 2010.

DELGADO, Lucília de A. N. e PASSOS, Mauro. *Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970)*. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de A. N. (orgs) *O Brasil Republicano vol. 4*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *Diretas Já: vozes das cidades*. In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de A. N. (orgs) *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro Civilização Brasileira, 2003.

_. *Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos desafios e conflitos na democracia*. In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de A. N. (orgs) *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro Civilização Brasileira, 2003.

_. *Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964)*. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O Populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

DUSSEL, Enrique. *De Medellín a Puebla uma década de sangue e esperança*. De Medellín a Sucre – 1968-1972. Vol. 1. São Paulo: Edições Loyola, 1981.

EARP, Fábio Sá; PRADO, Luiz Carlos. *O “milagre” brasileiro, crescimento acelerado, integração internacional e distribuição de renda 1967-73*. Disponível no site http://www.ie.ufrj.br/hpp/intranet/pdfs/milagre_brasileiro.pdf.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. *Arquivos da repressão política no estado do Espírito Santo (1930-1985)*. Vitória: Programa de Pós Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo, GM editora, 2011.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. Porto Alegre: Editora Globo, 1977, 4ª ed.

FAUSTO, Boris. *Trabalho Urbano e Conflito social*. São Paulo: Difel, 1983.

FERRARI, Fernando. *Minha Campanha*. Ed. Globo: Porto Alegre, 1961.

_ *Novos Rumos do Trabalhismo*. Rio de Janeiro.

FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão (orgs) *As Esquerdas no Brasil*. Vol. 2, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_ (orgs). *Revolução e Democracia (1964...)*. *As esquerdas no Brasil*. Vol.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

__ *O Populismo e sua história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FERREIRA, Marieta de M. e PINTO, S. C. S. *A crise dos anos 20 e a Revolução de 30*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.

FERRI, Mônica Freitas. *A disputa entre diferentes projetos políticos no orçamento participativo do município de Vila Velha, E. Santo: radicalização da democracia ou elitismo democrático?* 2009. 348 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

FICO, Carlos. *O golpe de 1964 e o papel dos EUA*. In: ARAUJO, M. A.; FERREIRA, M. M.; FICO, C.; QUADRAT, S. V.(orgs). *Ditadura e Democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

_ *Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_ *Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, Vol. 24, nº 47, 2004. Disponível em Scielo http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882004000100003. Acesso em 15/03/2013.

FIGUEIREDO, Argelina e LIMONGI, Fernando. *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

FILHO, Gisálio Cerqueira. *A “Questão Social” no Brasil: crítica do discurso político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

FILHO, Gisálio Cerqueira e NEDER, Gizlene. *Emoção e política: (a)ventura e imaginação sociológica para o século XXI*. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 1997.

FOUCALUT, Michel. *A História da Loucura na Idade Clássica*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.

GADELHA, Regina Maria d'Aquino Fonseca. *A lei de terras (1850) e a abolição da escravidão: capitalismo e força de trabalho no Brasil do século XIX*. Revista de História, nº 120, São Paulo, julho de 1989.

GINZBURG, Carlo. *Relações de Força: História, Retórica e Prova*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

_. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998.

_ *Burguesia e Trabalho: Política e Legislação Social no Brasil, 1917-1937*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

_. *Ideologia e trabalho no Estado Novo*. In: PANDOLFI, Dulce. *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

_. *O populismo e as Ciências Sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito*. In: FERREIRA, Jorge (org.) *O populismo e sua história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_. *Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1964): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base*. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.) *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964). As esquerdas no Brasil. Vol.2*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_. *Reflexões em torno do populismo e do trabalhismo*. *Varia História*, Belo Horizonte, nº 28, 2002.

_ (org.). *Regionalismo e Centralização Política: Partidos e Constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1980.

GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_ GRAMSCI, Antônio. *Obras Escolhidas*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

GRINBERG, Lucia. *Partido Político ou Bode Expiatório. Um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (1965-1979) – Arena*. Rio de Janeiro: Mauad, 2009.

GUALBERTO, João. *A Invenção do Coronel*. Vitória:SPDC-UFES, 1999.

GUERRA, Cláudio; MEDEIROS, Rogério de; NETTO, Marcelo. *Memórias de uma Guerra Suja*. Rio de Janeiro: Topbooks editora, 2012.

GUIMARAES, Ewerton Montenegro. *A chancela do crime*. Rio de Janeiro: Ambito Cultural, 1978.

GURGEL, Mário. *Crônicas de Vitória*. Vitória: Nemar editora, 1991.

GURGEL, Antônio de Pádua. *O Menino da Ilha – história de um líder popular*. Vitória: Contexto Jornalismo & Acessoria, 1998.

_. *Albuíno Azeredo: um homem de ferro*. Vitória: Pro texto comunicação e cultura, 2012.

HABERMAS, J. *O conceito de poder de Hanna Arendt*. In: HABERMAS: sociologia. São Paulo Ática, 1980.

HOBBSAWN, Eric. *A Era das Revoluções (1789-1848)*. São Paulo: Paz e Terra, 25ª edição, 2010.

HOLLANDA, Cristina Buarque de. *Polícia e Direitos Humanos: política de segurança pública no primeiro governo Brizola (Rio de Janeiro: 1983-1986)*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

LEÃO, Thiago D. F. *O “milagre econômico” brasileiro: estratégias governamentais para o desenvolvimento econômico e controle inflacionário brasileiro, de 1968 a 1973*. Monografia – Ciências Econômicas – UFES – Vitória, 2009.

LEMOS, Amarildo M. e PEREIRA, André R. V. V. *Cooptação ou Coalizão de Governo? O governo de Albuíno Azeredo no ES (1990/1994)*. Dimensões – Revista de História da UFES, Vitória, nº14, 2002.

LEMOS, Amarildo M. *O conceito de estratégia em Habermas: aplicação a um estudo de caso*. 2005. Monografia (Especialização em Filosofia Social e Política: economia e sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2005.

LIMA, Maria Solange. *Análise do Sistema Partidário Brasileiro: a evolução das bancadas parlamentares na década de 1990*. 2005. 52 f. Monografia (especialização em Gestão Legislativa) – Departamento de Administração. Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

LÖWY, Michael. *As esquerdas na ditadura militar: o cristianismo de libertação*. In: HOLLANDA, Cristina Buarque de. *Polícia e Direitos Humanos: política de segurança pública no primeiro governo Brizola (Rio de Janeiro: 1983-1986)*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

MACEDO, Maria Helena de A. *Poder e Comunicação: a emergência do marketing na política capixaba na década de oitenta (1980)*. 190 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

MADEIRA, Rafael Machado. *Vinhos antigos em novas garrafas: a influência de ex-arenistas e ex-emedebistas no atual multipartidarismo brasileiro*. 208 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

MARAN, Sheldon. *Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1979.

_. *Juscelino Kubitschek e a política presidencial*. In GOMES, Ângela de Castro. *O Brasil de JK*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

MARTIN, Margô Devos. A trajetória de uma geração política no Espírito Santo – da universidade ao poder – 1982 a 1992. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, 2008.

MARTINUZZO, José Antônio (org.). *Diário Capixaba: 115 anos da Imprensa Oficial do Espírito Santo*. Vitória: Imprensa Oficial do Espírito Santo, 2005.

_ (org.). *Roda VT! A televisão capixaba em panorâmica*. Vitória: DIO, 2006.

MATOS, Marcelo B. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. 1ª Ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

MATTEDI, José Carlos. *História da Imprensa Oficial do Espírito Santo*. Vitória: [s.n.], 2005.

MATTOS, Rossana. *Expansão urbana, segregação e violência: um estudo sobre a Região Metropolitana da Grande Vitória*. Vitória: Edufes, 2011.

MAURO, Max de F. *A luta de um democrata contada pelo arbítrio: pronunciamento sobre o uso político do serviço secreto brasileiro*. Brasília: Coordenação de Publicações da Câmara dos Deputados, 2002.

_ *Oposição Popular*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1979.

MENDONÇA, Sônia Regina e FONTES, Virgínia. *História e Teoria Política*. In: CARDOSO e VAINFAS. *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p.70.

MORAES, Paulo Stuck. *Evolução Demográfica do Espírito Santo (1940-1991)*. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 1999.

MORANDI, Ângela M. e ROCHA, Haroldo C. *Cafeicultura e grande indústria: a transição no Espírito Santo (1955-1985)*. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1991.

MOREIRA, Renato Heitor S. M. *O movimento estudantil na Universidade Federal do Espírito Santo: a trajetória de um grupo ao poder (1976-1981)*. 2008. 238f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História

Social das Relações Políticas do Centro de Ciências Humanas e Naturais da UFES, Vitória, 2008.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *João Goulart e a mobilização anticomunista de 1961-1964*. : IN: FERREIRA, M (org.). João Goulart: entre a memória e a história. RJ: Ed. FGV, 2006.

_. *O MDB e as esquerdas*. In.: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs). As esquerdas no Brasil. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

NASCIMENTO, Weydson F. *Cariacica no contexto da Grande Vitória (1960 a 1990)*. Universidade Federal do Espírito Santo – Monografia, 2001.

NEVES, Lucília de Almeida. *Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil*. in: FERREIRA, Jorge. O populismo e sua história.

OLIVEIRA, Ueber José de. *Desempenho político-eleitoral do Partido dos Trabalhadores, no Espírito Santo nas eleições de 1982 a 2002*. 326 f. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, 2008.

PARANHOS, Adalberto. *O Roubo da Fala*. Origens da ideologia do trabalhismo no Brasil. 2ª ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

PEREIRA, A. & WAGNER, C. *Fernando Ferrari*. Tchê!: Porto Alegre, 1985.

PEREIRA, André R. V. V. Governos de Coalizão no Espírito Santo (1986/98). Artigo apresentado no 3º Encontro Nacional da ABCP - Associação Brasileira de Ciência Política em julho de 2002. Contou com a colaboração de Amarildo Mendes Lemos e Assis Guimarães.

_. *Mais do mesmo: o reforço da integração subordinada do Espírito Santo no sistema capitalista internacional*. In: SINAIS – Revista Eletrônica - Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Ed. n.09, v.1, Jun. 2011. pp.203-232.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. *O proletariado industrial na primeira república*. In: História Geral da Civilização Brasileira, Tomo III, O Brasil Republicano, FAUSTO, Boris (direção) São Paulo: Difel, 1981.

PIRES, Marlene de Fátima C.; PINHEIRO, João Eudes R. *Educação popular e caráter educativo dos movimentos populares urbanos: um estudo do processo de participação popular no orçamento municipal de Vila Velha*. 1993. 167f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 1993.

PRESTES, Anita Leocádia. *Tenentismo Pós-30: continuidade ou ruptura?* São Paulo: Paz e Terra, 1999.

RAMOS, Luiz Fernando. *Nossa vigilância é a sua segurança: a cooperação CENIMAR e Dops/MG*. SINAIS – Revista Eletrônica. Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Edição n.07, v.1, Junho. 2010.

REIS, Daniel Aarão. *Entre Reforma e revolução: a trajetória do partido Comunista do Brasil entre 1943 e 1964*. In: História do marxismo no Brasil: partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960. Campinas: Edunicamp, 2007.

_ . *Trajatória, metamorfoses, perspectivas*. In.: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs). As esquerdas no Brasil. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

REIS, Jonas. *Em nome do Espírito Santo*. Vitória: Nemar editora, 1994.

RÉMOND, René. *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

REZENDE, Antônio Paulo. *História do Movimento Operário no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1990.

RIBEIRO, Luiz Cláudio M. *Memória & Luta: Sindicomercários: 75 anos de história (1931/2006)*. Vitória: Produz Comunicações, 2006.

_ (org.). *Sinergia-ES de Getúlio a Lula: 60 anos da organização dos trabalhadores de setor de energia no Espírito Santo (1945-2005)*. Vitória: Flor&cultura: Sinergia-ES, 2005.

RICCI, Paolo e ZULINI, Jaqueline. *Eleições e representação na Primeira República: o papel da Comissão de Verificação dos Poderes*. <http://cienciapolitica.servicos.ws/abcp2010/arquivos/24_6_2010_11_6_36.pdf>.

SANDRONI, Paulo (org.). *Novíssimo dicionário de economia*. São Paulo: Editora Best Seller, 1999.

SÊGA, Rafael A. *Jovem Vargas, reflexões sobre a formação cultural de Getúlio Vargas anterior à Revolução de 1930*. Relatório final de Pós-Doutorado – Universidade Federal do Paraná (UFPR).

SENTO-SÉ, João Trajano. *Um encontro em Lisboa. O novo trabalhismo do PDT*. In: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão (orgs.). As esquerdas no Brasil. Vol. 2, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985*. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano – vol. 4, o tempo da ditadura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_ *A Modernização Autoritária: do golpe militar à redemocratização (1964-1984)*. In: Linhares, Maria Yeda (org.). História Geral do Brasil. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1996.

SIQUEIRA, Maria da Penha S. e VASCONCELOS, Flávia Nico. *Urbanização da cidade e nova concepção portuária: a trajetória compartilhada pela cidade e porto de Vitória na construção do progresso e de identidades*. 2012. Texto apresentado no III Congresso Latinoamericano de Historia Económica y XXIII Jornadas de Historia

Económica. Disponível em www.aahe.fahce.unlp.edu.ar/jornadas-de-historia-economica/iii-clade-xxiii-jhe/ponencias/Penha%20Nico.pdf, acesso em 13/01/2013.

SIQUEIRA, Maria da Penha S. *Industrialização e Empobrecimento Urbano: o caso da Grande Vitória (1950-1980)*. 2ª Ed. Vitória: Grafitusa, 2010.

_. *O porto de Vitória e a construção da modernização econômica do Espírito Santo*. In: QUINTÃO, Leandro do C. e SILVA, Igor V. Vitória: Flor&Cultura, 2012.

_ (org.). *Sociedade e Pobreza*. Vitória: Coleção Rumos da História, Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, 2006.

SIMON, Cristiano G. B. *O campo dos senhores: UDR e elite rural – 1985/1988*. Londrina: Editora UEL, 1998.

SOUZA FILHO, Hildo Meirelles de. *A modernização violenta: principais transformações na agropecuária capixaba*. 1990. 201f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1990.

VAINFAS, Ronaldo. A luz própria de Leonel Brizola: do trabalhismo getulista ao socialismo moreno. In.: FERREIRA, Jorge; REIS, Aarão (org.) *Revolução e Democracia (1964...)*. As Esquerdas no Brasil. Vol. 3, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

VALADÃO, Vanda de A. *Assentamentos e Sem Terra: a importância do papel dos mediadores*. Vitória: Edufes, 1999.

VASCONCELLOS, Laura V. *Alberto Pasqualini e o trabalhismo no Brasil*. 2009. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Rio de Janeiro. 2009.

VELOSO, Fernando A. *Uma análise econométrica do crescimento econômico brasileiro*. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/ocs/index.php/sceesp/ce/paper/viewFile/1212/398>, acesso em 27/06/2013.

VIEIRA, José Eugênio. *História Política e Eleitoral do Espírito Santo de 1982 a 1992*. Vitória: Vida Editora, 1993.

_. *Espírito Santo: eleições 1996*. Vitória: ed. do Autor, 1996.

VIANNA, Marly de Almeida G. *O PCB, a ANL e as Insurreições de 1935*. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs) *O Brasil Republicano*, vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. *Do nacional-desenvolvimentismo à Política Externa Independente (1945-1964)*. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs) *O Brasil Republicano*, vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

WEBER, Max. *História Geral da Economia*. P.143-144. In: _ Ensaio de Sociologia e outros escritos. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

WEFFORT, Francisco Correa. *O populismo na política brasileira*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

ZANOTELLI, Claudio. *A CPI do Narcotráfico e as Redes Criminosas no Território Brasileiro: Um Balanço Provisório do Caso do Espírito Santo*. Vitória: UFES, 2001.

ZORZAL, Marta. *Trajetória político-institucional recente do Espírito Santo*. (Texto em arquivo .doc)

APÊNDICE I

SECRETARIADO MAX MAURO (1987-1990)

Secretaria	Nomeado	Perfil	Ocupações e/ou biografia
Administração e dos Recursos Humanos	José Cupertino Leite de Almeida Mar /87	Maxista	Foi assessor jurídico da PMVV entre 1970 e 1972 quando Max foi prefeito. Em 1983 assumiu a Procuradoria Geral do Estado por indicação de Max. Votou em Max na convenção do PMDB de 1982. Afastou-se para disputar vaga no TJ.
	Ednaldo Loureiro Ferraz 1988 - 1989	Técnico	Iniciou carreira como funcionário público na Secretaria de Segurança Pública. Ex-delegado. Advogado especializado em Direito Administrativo e Recursos Humanos. Foi subsecretário de Justiça no Governo Eurico Rezende. Considerado “Elcista” por Cunha – Bom trânsito junto ao Governo Federal. Foi subsecretário da Justiça do Governo de Eurico Rezende. Foi procurador efetivo e apoiou os procuradores no pedido de isonomia com os promotores. Enquanto que a sec. da Fazenda defendia ICMS mais brando para o café exportado acompanhou a PGE defendendo tributação normal (19/12/1989). Entrou em conflito com Teófilo e Albuíno. Saiu do governo após divergências com Max.
	Albuíno Cunha Azeredo 13/12/1989	Grande Capital	Ver Coplan
	Maria Berenice Pinho da Silva -1990	Técnico	A advogada mineira Carmem Lúcia Antunes Rocha, atualmente ministra do STF, foi cogitada para substituição, mas houve muita crítica pelo fato dela ser mineira (20/01/1990).
Secretaria de Planejamento COPLAN – Coordenação Estadual do Planejamento	Ricardo Ferreira dos Santos – mar/87 a dez/87	Camata	Secretário-executivo do GERES de 1979 a 1983 – Secretário de Agricultura de 1983 a 86 gov. Camata. Foi identificado como tecnocrata pelos ‘históricos’. Fez parte da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Vitória. Proximidade com lideranças do PT e com movimentos sociais (MST). Criticou a duplicação da CST e da Aracruz e o Plano Nacional de Reforma Agrária do governo Federal. Acusado de <i>camatista</i> e petista ao mesmo tempo, deu lugar a um funcionário da CVRD.
	Albuíno Cunha Azeredo Janeiro de 1988 foi anunciado como chefe da COPLAN	CVRD	Continuou recebendo salário da CVRD, onde foi Engenheiro e membro do Conselho de Administração da Companhia Vale do Rio Doce (foi afastado do Conselho em fevereiro de 1989 por Sarney). Sócio da Enefer junto com o irmão de Max. Ex-professor da UFES. Liberdade de ir e vir no governo Max (18/12/1988, p.3). Aparece cotado para Governador já em 21/12/1988.
	Sérgio do Amaral Vergueiro (em exercício) jun/88	CVRD	Engenheiro, funcionário da CVRD. Foi subsecretário de planejamento a pedido de Albuíno.
	José Teófilo de Oliveira (em exercício) fev/1990-1991	Técnico	Ver sec. Fazenda.
Fazenda	José Teófilo Oliveira 1987-1991	Técnico	Técnico do Ministério da Fazenda (continuou recebendo salário) Professor da USP – Superintendente da Secretaria de orçamentos e finanças da Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN), responsável pela elaboração e acompanhamento do orçamento da União. Ligado ao grupo de Mário Covas e ao vice-governador Carlos Alberto Cunha. Bom trânsito junto ao Min. Planejamento João Batista Abreu. Esteve envolvido na “anistia da páscoa”, quando empresas de Cachoeiro de Itapemirim foram anistiadas do pagamento de ICM. ⁷⁸⁹ Articulou verbas para o Transcol e para a Terceira Ponte.
Agricultura	Paulo Marcos Lomba Galvão mar/1987- fev/1990	Campanha/ Prefeitos	Perdeu eleição da prefeitura de Castelo para o Luiz C. Piassi (PDS, na época) – foi eleito em 1982 quando pela primeira vez o PMDB venceu eleições nesse município e priorizou a eletrificação rural e a construção de estradas vicinais – maçon – liderou, junto com Moulim e Adelson Salvador, o movimento municipalista que garantiu vitória de Max nas convenções do PMDB em 86. Saiu da prefeitura de Castelo para assumir cargo

⁷⁸⁹ TRÊS assessores do governo estão demissionários. A Gazeta. Vitória, 05 jun. 1988, p.2.

			de secretário. Aproximação com o José Ignácio (PSDB), que apoiou Collor. Não aceitou ir para o PDT por causa de Piassi. Saiu para disputar vaga na Câmara dos Deputados e rompido com o governador. Grupo do Sul.
	Cleber Bueno Guerra 1990-1991	Técnico	Foi subsecretário de agricultura. Engenheiro agrônomo formado pela Universidade Federal de Viçosa.
Comunicação extinta em dez 1987	Luiz Ferraz Moulin 1987	Campanha/ Prefeitos	Foi convidado por Max em 1976 para compor o PMDB Jovem com Rose de Freitas. Foi prefeito de Guaçuí em 1982. Articulou o movimento Municipalista de apoio à candidatura de Max.
Justiça	Sandro Chamon do Carmo 1987-1990	Igreja	Vice-presidente da OAB e membro da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Vitória. Filiou-se ao PMDB em 1982 e migrou para o PDT em 1990. Afastou-se do governo para disputar vaga na ALES.
Interior	Leodózio Antônio Paste 1987	Camata	Foi chefe de escritório da EMATER de Colatina. Foi chefe de escritório do IBC de Colatina. Presidente da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola (CIDA). Primo de Rita Camata – sai após declaração de “guerra” de Camata.
	Saturnino Rangel Mauro 1988	Maxista	Irmão de Max Mauro. Ex- engenheiro da CVRD, foi diretor do DER no governo Camata e demitido do cargo quando Moraes assumiu. Sócio de Albuíno nas empresas: Enefer, Itacal
	Ruzerte de Paulo Gaigher 1989-1990	Campanha/ Prefeitos	Filho de Darci de Paula Gaigher (deputado estadual 1963-67; ex-prefeito de Alfredo Chaves 1971-73). Foi prefeito de Alfredo Chaves. Apoiou Max na convenção em 1986. Filiou-se ao PDT em 1990 por indicação de Max. Saiu do Governo para disputar vaga na ALES.
	Sebastião Carreta 1990- 1991	Campanha/ Prefeitos	Ex-prefeito de Fundão. Ligado a Dilton Lyrio. Participava do grupo de Max no PMDB. Perdeu eleição em 1988.
Educação	Joaquim Beato 1987	Camata	Pastor da Igreja Presbiteriana. Secretário de Bem-Estar Sai Social no gov. Camata. Membro da Executiva Nacional da Sociedade Bíblica do Brasil. Membro da Frente Nacional Afro Brasileira. Em dez após longa greve magistério e alega ser devido a pressão de prefeitos e deputados. Teve seus pedidos esvaziados junto ao executivo o que intensificou os movimentos reivindicatórios. Sofreu pressão de políticos do PMDB e da UPES.
	José Eugênio Vieira 1988-1991	Técnico	Funcionário antigo da Secretaria de Administração e Recursos Humanos. Presidiu o Conselho Regional de Economia. Subsecretário de administração no governo Camata, quando foi também chefe de gabinete da Secretária de Administração Joanita Lima. No início do governo Max foi nomeado subsecretário de Administração. Filiou ao PDT em 1990.
Indústria e Comércio (1989 Serviços, Ciência e Tecnologia)	Hélcio Rezende Dias 1987-1991	Empresariado	Presidente da Federação das Indústrias do Espírito Santo. Membro do conselho administrativo do Banes e dos conselhos deliberativos do Ceag e da Suppin. Resultado de “entendimentos entre Max e o empresariado” (18/12/1988).
Saúde	Gilson Caroni 1987- mai/1988	Campanha/ Prefeitos	Pertenceu ao antigo PTB e ficou como 2º suplente de dep. Federal em 1966 pelo MDB – Vice prefeito de Cachoeiro de Itapemirim em 1976 e prefeito de 1978 a 1983 – Secretário da Casa Civil de 1983 a 1985 - Conselheiro do Tribunal de Contas indicado em 1985. Saiu para disputar prefeitura de Cachoeiro.
	Nilton Gomes Oliveira 1988-1990	?	Médico, ingressou no movimento estudantil e militou no PC do B. Ocupou a cadeira de professor de ortopedia na UFES em 1976. Participou de movimento que reabriu o sindicato dos médicos na década de 1970. Foi tesoureiro do sindicato quando Vitor Buaiz era o presidente. Deixou o cargo de Superintendente Regional do INAMPS.
	Jarbas Ribeiro de Assis Júnior 1990-1991	?	Foi chefe do Centro de Saúde de Vitória. Filiou-se ao PDT.
Sec. Trabalho (em 1989 incorpora a Sec. Ação Social)	Gerson Florêncio Diniz 1987-1988	Movimentos Sociais	Ex-presidente do sindicato dos trabalhadores da Construção civil – presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria . Ao final de 1988 não era mais porta voz dos trabalhadores junto ao governo nem interlocutor do governo junto aos trabalhadores. “Além de não ser convocado para diversas reuniões, tem sua Secretaria apenas ‘no papel e no nome’” (05/06/1988).
	José Francisco de Barros	Campanha/Pre feitos	Irmão do Dep. Jório de Barros (Colatina); produtor rural; foi prefeito de Baixo Guandu até 1988; Amigo pessoal de Max; deu

	1989		apoiou a Albuíno. Representante do “Grupo do Norte”. Filiou-se ao PDT em 1990, saiu para disputar cadeira na ALES.
	Adão Geraldo da Cunha 1990	Maxista	Foi diretor do Instituto Estadual do Bem Estar do Menor (IESBEM), depois assumiu o cargo de chefe de Gabinete e reassumiu novamente em dezembro de 1988 o IESBEM.
Ação Social (em 1989 incorpora-se a Sec. Trabalho)	Myrtes Bevilacqua Corradi 1987-1988	Camatista	Presidente da UPES em 1973. Vice-presidente da Confederação dos Professores do Brasil, da Federação Latino Americana dos Trabalhadores em Educação. Membro do diretório regional e nacional do PMDB. Foi indicada por Sarney para organizar a Comissão do Conselho Nacional da Condição Feminina. Devido à disputa com Vasco em Vila Velha aliou-se a José Moraes e a Camilo Cola. Perdeu a eleição para dep. Federal com 9.321 votos ficando na 20ª colocação. Indicada por acordo entre os grupos de Max e Camata e saiu após a ruptura entre esses grupos.
Transportes e Obras Públicas	Sérgio Ceotto 1987-jun/1988	Campanha/ Prefeitos	Fundador do PMDB em Colatina – perdeu as eleições para prefeito em 1982. Foi Secretário do Interior e Transportes de 1983 a 1986 no governo Camata. Foi escolhido pelos prefeitos que apoiaram Max, como candidato a Vice, mas por imposição de José Moraes, de quem é inimigo político, renunciou em favor de Carlos Alberto Baptista Cunha. Foi eleito presidente do Diretório Regional do PMDB em 1986. Representante do “Grupo do Norte”. Deixou o governo em 1989 para se candidatar. Por ser antibrizolista, em 1990 aproximou-se do PSBD e de José Ignácio, que deu apoio a Collor.
	Luiz Antônio Polese 1988- jan/1990	Campanha/ Prefeitos	Perdeu a eleição para deputado estadual com 7.865 votos ficando na 26ª posição. Entre 1987 e 1988 foi Diretor de Crédito Rural e Industrial do BANESTES. Vereador por Colatina, sua indicação contou com o aval de Sérgio Ceotto. Representante do “Grupo do Norte”. Não acompanhou a orientação sobre o PDT e migrou para o PSDB. Adversário político de José Moraes e do dep. Jório de Barros. Entregou a secretaria devido às interferências de Albuíno Azeredo. Atritos com José Eugênio, articulações em suas bases, e Aloísio Gobbi (2 escalão – ex-presidente da Comdusa) que o acusava de reter recursos do sistema aquaviário. Identificado como esquerda do PMDB, chegou a participar de “comícios e festinhas pró-Lula”. ⁷⁹⁰ Migrou para o PSDB.
	José Teófilo	Técnico	Ver Secretaria da fazenda.
	João Luiz Menezes Tovar Março/1990-1991	Empresariado	Pertenceu aos quadros do DNER entre 1966 e 1968. Foi Presidente da CETERPO; Sócio diretor da Metron Engenharia e Plena Imóveis; Presidente do Sindicato das Empresas de Construção Civil. Filiou-se ao PDT.
Casa Civil	Djalma Monteiro da Silva 1987	Camata	Diretor da Federação da Agricultura (1975-1980). Fundador da Associação dos Cafeicultores. Prefeito de Alegre em 1982 pelo PDS. Entrou no PMDB a convite de Camata e Moraes. Foi secretário da Indústria e Comércio no gov. Camata. Saiu em função do conflito entre Max e a dupla Camata-Moraes.
	Sérgio Ceotto 1988-1990	Campanha/ Prefeitos	Ver Secretaria de Transportes.
	Juracy Magalhães Gomes 1990-1991	Maxista	Perdeu a eleição para deputado estadual com 7.075 votos ficando na 34ª posição. Cachoeiro de Itapemirim. Adversário político de Theodorico Ferraço. Foi subsecretário da Educação e Subsecretário da Casa Civil. Secretário da Executiva Regional do PMDB.
Casa Militar	Cel. Luiz Sérgio Aurich 1987	Campanha/ Prefeitos	De 1973 a 1977, quando era capitão, foi delegado municipal em Colatina. Nomeado para diretor do Detran entre 1983 e 1985 por Camata e exonerado por José Moraes por apoiar Max como candidato a governador. Foi candidato a dep. Federal. Maçon grau 18 – consenso dentro do grupo político de Colatina (22/12/1988, p.15)
	Cel. Elídio Celante 1989	Técnico	Foi comandante da PM e atuou ativamente na expulsão de 30 policiais entre 1987 e 1988.
	Cel. Luiz S. Aurich 1990-1991	Campanha/ Prefeitos	-
Sec. Segurança Pública	Paulo Sérgio Reis 1987	Maxista	Entrou no MP em 1967. Presidente da Associação Espiritossantense do Ministério Público e dirigente da

⁷⁹⁰ MÃO dupla. A Gazeta, Vitória. 11 nov. 1989, p.6.

			Confederação Nacional do Ministério Público. Amigo de infância de Max. Sofreu pressão das polícias civil e militar.
	Cel. Luiz S. Aurich 1989	Campanha/ Prefeitos	Ver Casa Militar
	Cel. Elídio Celante 1990	?	?
Meio Ambiente (criada em 1988)	Luiz Moulin	Campanha/ Prefeitos	Ver Secretaria de Comunicação
	Almir Bressan Júnior 1988-1991	Técnico	Biólogo e maçom. Ocupava o cargo de subsecretário. O subsecretário de meio ambiente passou a ser Paulo Vieira Pinto – Grão Mestre da Grande Loja do ES.
Organização e Descentraliza- ção Administra- tiva	Joanita Lima	Empresariado	Economista ligada ao empresariado. Foi chefe do dep. Técnico da COPLAN. Funcionária do BANDES; Criou o Prodest.
	Sérgio Ceotto 1989-1990	Campanha/ Prefeitos	Pediu demissão em caráter irrevogável em março de 1990.
Chefe de Gabinete	Atílio Juffo - 1987	Maxista	Participou a partir de 1967 da organização dos movimentos comunitários, ao lado de Max – Vice-prefeito de Vila Velha de 1970 a 1972 quando Max foi prefeito – Membro do diretório municipal do PMDB em Viana e delegado à convenção Regional de Viana – articulador e coordenador da Campanha de Max. Tornou-se diretor presidente da Ceasa.
	Adão Geraldo Cunha	Maxista	Ver Secretaria do Trabalho
	Carlos Dorsch Dezembro de 1988	Maxista	Ajudou a fundar o MDB em Domingos Martins em 1966, quando era funcionário da EMATER. Indicado por Max, foi funcionário do Ministério da Reforma Agrária e Desenvolvimento (MIRAD) durante as negociações da ocupação da Acesita. Acompanha Max desde que foi prefeito de Vila Velha. Foi vereador da Serra pelo MDB. Foi procurador Geral do Estado em 1982. Filiou-se ao PDT e saiu do cargo para disputar vaga de deputado federal.
	Mário de Souza Lima	Técnico	Foi membro da diretoria do Departamento de Imprensa Oficial (DIO).
BANESTES	Renzo Dietze 04/05/1987	?	?
	João Felício Scárdua 14/01/1988	?	Continuou recebendo salário da Perdigão onde foi um dos diretores – Ex-presidente da Cobal, foi diretor da Fundação de Assistência ao Estudante (FAE). Presidente do Banded entre 1987 e 1988. Diretor presidente do BANESTES entre 1988 e 1989.
	Arizio Varejão Passos Costa 05/09/1989	?	?
Procuradoria Geral da Justiça	João Valdetaro Netto	?	Promotor de Justiça. Nasceu em Santa Leopoldina e criou-se em Vila Velha.
Procuradoria Geral	Aroldo Limonge	Grande Capital	Advogado da CVRD por 10 anos.

APÊNDICE II

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - COMISSÕES INTERNAS

COMISSÕES INTERNAS – 1987-1988

Comissão de Finanças, Economia, Orçamento e Tomada de Contas: Paulo Hartung (PMDB – Presidente), Heraldo Musso (PFL – Vice-Presidente), Alcino Santos (PDS), Ângelo Moschen (PT), Antônio Pelaes (PMDB), Paulo Lemos (PMDB), Ronaldo Lopes (PFL)

Suplentes: Enivaldo dos Anjos (PFL), João Coser (PT), Jorge Anders (PMDB), José Tasso (PFL), Salvador Bonomo (PMDB), Valci Ferreira (PMDB)

Comissão de Constituição e Justiça, Serviço Público e Redação: Armando Viola (PMDB – Presidente), Dário Martineli (PFL – Vice-Presidente), Arildo Cassaro (PMDB), Levi Aguiar (PMDB), Salvador Bonomo (PMDB), Dilo Binda (PFL), João Coser (PT),

Suplentes: Antônio Pelaes (PMDB), Cláudio Vereza (PT), Heraldo Musso (PFL), Hugo Borges (PMDB), Jório de Barros (PMDB), Waldemiro Seibel (PFL), Paulo Hartung (PMDB)

Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social: Nilton Gomes (PFL – Presidente), Douglas Puppim (PMDB – Vice-Presidente), Jorge Anders (PMDB), Fernando Santório (PMDB), João Martins (PC do B), José Tasso (PFL),

Suplentes: Ronaldo Lopes (PFL)

Comissão de defesa do Consumidor, e do Meio Ambiente: Enivaldo dos Anjos (PFL – Presidente), Luiz Santana (PDT – Vice-Presidente), Jório de Barros (PMDB), Valci Ferreira (PMDB), Hugo Borges (PMDB), Luiz Carlos Santana (PDT),

Suplentes: Douglas Puppim (PMDB), Fernando Santório (PMDB), Jorge Anders (PMDB), Waldemiro Seibel (PFL)

COMISSÕES INTERNAS – 1989-1990

Comissão de Constituição e Justiça, Serviço Público e Redação:

Lúcio Merçon (PFL - Presidente), Antônio Moreira (PFL), Rainor Breda (PFL), Dilton Lyrio (PMDB), Salvador Bonomo (PMDB), Rubens Camata (PMDB/PRN), João Coser (PT),

Antônio Pelaes (PMDB - suplente), Arildo Cassaro (PMDB – suplente), Cláudio Vereza (PT – suplente), Dário Martineli (PFL – suplente), Waldemiro Seibel (PFL – suplente), Paulo Lemos (PMDB – suplente)

Comissão de finanças, economia, orçamento e tomada de contas:

João Gama (PMDB/PDT - Presidente), Ângelo Moschen (PT), Dário Martineli (PFL), Douglas Puppim (PMDB), Hugo Borges (PMDB), Paulo Hartung (PMDB/PSDB), Paulo Lemos (PMDB/PDT), Waldemiro Seibel (PFL), Nilton Gomes (PFL),

João Coser (PT – suplente), Jório de Barros (PMDB – suplente), José Tasso (PFL – suplente), Levi Aguiar (PMDB/PSDB – suplente), Salvador Bonomo (PMDB – suplente),

Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social:

Antônio Pelaes (PMDB), Fernando Santório (PMDB), Luiz Piassi (PFL/PDT), Nilton Gomes (PFL), Valci Ferreira (PMDB), Hugo Borges (PMDB – suplente), João Gama (PMDB – suplente), Lúcio Merçon (PFL – suplente), Luiz Santana (PDT – suplente),

Comissão de defesa da Cidadania e dos Direitos Humanos:

Arildo Cassaro (PMDB/PDT),
Antônio Moreira (PFL – suplente)

Comissão de defesa do Consumidor, de Proteção do Meio Ambiente, de Agricultura, de Abastecimento e de Reforma Agrária:

Douglas Puppim (PMDB), Arildo Cassaro (PMDB), José Tasso (PFL), João Martins (PC do B), Luiz Santana (PDT), Cláudio Vereza (PT – suplente), Luiz Piassi (PFL/PDT – suplente), Rubens Camata (PMDB/PRN – suplente),

APÊNDICE III - Deputados Estaduais – ALES – 11ª Legislatura 1987-1990

Nº	Candidato	Partido 1	Migração no mandato	Votos nominais	%	Votos válidos (%)	Padrão de carreira		Base eleitoral	Principais identificações e/ou ocupações
							Es-tado	Soc. civil		
1	Nilton Gomes	PFL	-	25.381	2,29	3,12		X	Grande Vitória; Colatina	Radialista/Ligação com Gérson Camata; Fund. "Vamos dar as mãos"; Teve apoio de Amarílio Caiado, pres. Estadual da UDR.
2	Paulo César Hartung Gomes (reeleito)	PMDB	PSDB	17.343	1,56	2,13	X		Grande Vitória; Guaçuí	Ligado a Luiz Moulin prefeito de Guaçuí; Movimento Estudantil
3	Fernando Inácio Santório	PMDB	PDT	17.044	1,53	2,09	X		Cariacica	Médico; Filho do Ex- pref. Vicente Santório.
4	Valcy José Ferreira de Souza (reeleito)	PMDB	PTB	16.127	1,45	1,98	X		Itapemirim	Comerciante; Contador; 1972 ver. Arena; foi líder de governo de Camata e Moraes na ALES. Camatista.
5	José Tasso Oliveira de Andrade	PFL		15.391	1,38	1,89	X		Cachoeiro de Itapemirim	Dep. Fed. Arena 1970
6	Jório de Barros Carneiro	PMDB		15.011	1,35	1,84	X		Baixo Guandu; Colatina	Médico; Dono de Hospital; irmão de Chico Barros que foi prefeito de Baixo Guandu e assumiu a sec. trabalho em 1989 após deixar o cargo.
7	Douglas Puppim (reeleito)	PMDB		13.426	1,21	1,65	X		Alfredo Chaves	Médico; Sec. Saúde Camata; Maçon - Camatista
8	Arildo José Cassaro	PMDB	PDT	13.029	1,17	1,60	X		Vitória; Serra; São Gabriel da Palha (SGP)	Fazendeiro/ Filho de ex-prefeito (SGP) assassinado/ Engenheiro/ Sec Obras João Batista Mota pref. Serra (assassinado)
9	Dilton Lyrio Neto	PMDB	-	12.972	1,17	1,59	X		Fundão; Ibirapu; Aracruz	Advogado/ Bolsa de Valores/ Politico desde 1967/ Maçon e juiz do Tribunal do Grande Oriente do Estado.
10	Paulo Lemos Barbosa	PMDB	PDT	12.613	1,13	1,55	X		Alegre	Diretor do CAUFES entre 1974 e 1976; Bancário; Ex-prefeito de Alegre; Secretário de Estado entre 1976 e 1978; Teve o apoio de Moraes para "atrapalhar a

										candidatura de Hartung” (28/01/1987)
11	Levi Aguiar de Jesus Ferreira	PMDB	PSDB	12.528	1,13	1,54	X		Vila Velha	Pastor/ Advogado/ Político desde 1975 Arena
12	Cláudio Humberto Vereza Lodi - subst. por Perly Cipriano de 03/10/1988 a 28/02/1989	PT	-	11.859	1,07	1,45		X	Vila Velha	Igreja; Líder Eclesiástico Ass. Pessoas c. Deficiência; Moradia; Com. de Possesiros
13	Salvador Bonomo (reeleito)	PMDB	PDT	11.300	1,01	1,38	X		Nova Venécia	Advogado; Peq. Prop. Rural;
14	Dilo Binda (subst. por Antônio Moreira)	PFL	-	11.135	1,00	1,36		X	Colatina; Itaguaçu	Médico/Pref. Colatina 1988
15	Armando Batista Viola (reeleito)	PMDB		10.768	0,97	1,32	X		Baixo Guandu; Linhares	Advogado; político 1967- Foi vereador e prefeito de Baixo Guandu; Camatista
16	Luiz Carlos Santana	PDT		10.093	0,91	1,24		X	Castelo; Cachoeiro de Itapemirim	Médico; Movimento Ecologia; Radialista; locutor Esportivo; “afilhado” político de Camilo Cola
17	Jorge Alberto Anders – subst. por Rubens Camata	PMDB	PSDB	10.076	0,90	1,23	X		Vila Velha	Filho ex-pref. Vila Velha; Pref. V.V. 1988
18	Hugo Borges (reeleito)	PMDB		10.044	0,90	1,23	X		Guarapari	Comerciante; contador; jornalista; pref. Guarapari 1973-77; Camatista.
19	Enivaldo Euzébio dos Anjos – subst. por Rainor Breda	PFL		9.831	0,88	1,20		X	Barra de São Francisco	Pai foi oficial de Justiça; Advogado; Escrivão judiciário; Radialista; pref. B. S. Fco. 1988; diretor da Federação de Desportos Estadual (seu tio foi presidente também) e do Santos Futebol Clube de sua cidade. Oposição a Max e a Camata-Moraes.
20	Luiz Carlos Piassi	PFL	PDT - PTB	9.401	0,84	1,15	X		Castelo	Fazendeiro; Servidor Público; Ver. Arena 1970 e Pref. 1976.
21	Waldemiro Seibel	PFL		9.384	0,84	1,15	X		Afonso Cláudio; Laranja da Terra	Produtor rural e pq. Ind. Cerâmica; Liderança Igreja Luterana; Ver. 1970, 74, 78, 82 - MDB;
22	João Gama Filho (reeleito)	PMDB	PDT	8.773	0,79	1,07	X		Linhares	Ex-deputado; Médico; teve apoio de Nyder Barbosa

23	Antônio Pelaes da Silva (reeleito)	PMDB	PRN	8.659	0,78	1,06	X		Vitória; Mimoso do Sul	Foi func. do Tribunal de Contas/ Ligado a Carlos Alberto Cunha (vice-gov.); Ver. Vitória 1976; Dep. Est. 1981 (vaga de Castelo Mendonça); 1982 reeleito; 1986 vice-pref. Vitória. Camatista
24	João Francisco Martins	PC do B	-	8.248	0,74	1,01		X	Vila Velha; Muniz Freire	Func. Banco do Brasil
25	Heraldo Barbosa Musso (reeleito) - subst. por Lúcio Merçon	PFL		7.796	0,70	0,95	X		Aracruz	Prefeito de Aracruz 1977 e 1988; Ver. ARENA 1966; Pref. 1976; Dep. Est. 1982 pelo PDS
26	Dario Martinelli	PFL		7.248	0,65	0,89	X		São Gabriel da Palha; Santa Teresa	Pref. 1970; dir. pres. Fundação Hospitalar de SGP; Fazendeiro; adv.; dir. adm. Cooperativa de Agricultores Industrial; Ver. 1966, pref. 1970 e 76 ARENA; Fazia parte do grupo de Élcio Alvares.
27	Ronaldo do Espírito Santo Lopes	PFL		7.014	0,63	0,86		X	Linhares	Empresário, Fazendeiro; servidor publico; advogado; "admiração por Camilo Cola" (17/05/1987, p.3).
28	Antônio Ângelo Moschen	PT	-	6.501	0,58	0,79		X	Colatina; São Domingos	Sindicato Trab. Rurais Colatina; pres. FETAES; dir. CUT-ES
29	João Carlos Coser	PT	-	6.297	0,56	0,77		X	Vitória	Mov. comunitário; Ex-pres. Sindicomerciários e da CUT-ES
30	Alcino Santos (reeleito)	PDS	-	5.688	0,51	0,69	X		Vitória, São Mateus e Colatina	Dep. Estadual PSP - 1962, ARENA - 1966, PDS; Fiscal de rendas sec. Fazenda
	Antônio Moreira	PFL	-	6.971			X		Nova Venécia	Pref. Nova Venécia; Dep. Est. 1982
	Rainor Breda	PFL	PDS	6.824			X		Alfredo Chaves	Fazendeiro; Político desde 1977
	Lúcio Merçon	PFL	-	6.237			X		Castelo	Político desde 1958; dep. Est. 1982.
	Rubens Camata	PMDB	PRN	8.050			X		Marilândia	Irmão (05/06/1988) do ex-gov. Gérson Camata; funcionário público; foi sub-secretário de obras públicas no início do governo Max.

Candidatos eleitos			340.980	30,76	41,92				
Candidatos não eleitos			424.391	38,29	52,24				
Total de Votos Nominais			765.371	69,05	94,09				
Votos de Legenda			48.005	4,33	5,90				
Votos nominais+Legenda			813.376	-	100				
Votos Brancos			233.553	21,07	-				
Votos Nulos			61.364	5,53	-				
Votos Totais apurados			1.108.293	100	-				

NOTA DE ESCLARECIMENTO

Ocupação das terras da Acesita

Governo tem posição oficial do Mirad

O Governo do Estado, tendo em vista os últimos acontecimentos envolvendo a ocupação de uma área da Acesita Energética S/A em Corrego do Macuco, no município de Conceição da Barra, presta à opinião pública os seguintes esclarecimentos:

1 — Desde que tomou conhecimento da ocupação, que teria sido registrada na madrugada do último dia 4, o governador Max Mauro tem enviado todos os esforços no sentido de que se encontre uma solução pacífica que atenda aos interesses das partes envolvidas.

2 — Dos entendimentos coordenados pelo governador, resultou proposta de acordo para a desocupação da área, aceita pelos trabalhadores sem-terra e pelo Mirad, que consistia na permanência de somente 90 famílias, sendo 60 das atuais ocupantes e 30 oriundas de Nova Venécia.

3 — Em vista do agravamento da situação nos últimos

dias, com desencontro de informações, desencontros e medidas conflitantes entre as decisões anunciadas pelo Governo federal e as adotadas pela sua estatal, a Acesita, no que diz respeito à questão, o governador Max Mauro solicitou uma posição oficial do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (Mirad) na manhã de sexta-feira (dia 16). No início da noite do mesmo dia, o Ministério assegurou que foram retomadas as negociações com os dirigentes da Acesita e do Banco do Brasil (controlador) no sentido de que seja revista a decisão da empresa de exigir a retirada das 60 famílias que ainda permanecem no local.

Vitória, 17 de setembro de 1988

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

TELEX

PALACIO ANCHIETA - VITORIA ES
TLX 2366/88 16.09.88 1105 HS

CÓPIA

TELEX

EXMO. SR.
LEOPOLDO BESSONE
MINISTRO DA REFORMA AGRARIA

TELEX

PEÇO INFORMAR AO GOVERNO DO ESTADO A RESPEITO DA DECISAO DESSE MINISTERIO UG APOS ENTENDIMENTO HAVIDO COM A ACESITA-ENERGETICA S/A VG SOBRE OCUPACAO AREA REFERIDA EMPRESA EM CORREGO DO MACUCO NO MUNICIPIO DE CONCEICAO DA BARRA (ES). CARECO ESSA INFORMACAO DIANTE CONTATO MANTIDO COM A JUIZA DA COMARCA DE CONCEICAO DA BARRA QUE ME COMUNICOU TER RECEBIDO EX PEDIENTE NESTA DATA DO ADVOGADO DA ACESITA ENERGETICA S/A SOLI CITANDO EXECUCAO LIMINAR DE DESPEJO DA REFERIDA AREA. AGUARDO RESPOSTA URGENTE FACE SITUACAO REINANTE, FICANDO DESDE JAI AGRACEDICIDO.

MAX FREITAS MAURO
GOVERNADOR DO ESTADO

TELEX

SG/MIRAD BRASILIA 1692 150988

EXMO. SR.
DF. MAX FREITAS MAURO
DD. GOVERNADOR DO ESTADO DE VITORIA-ES

TLX/SG/MIRAD/NR 389/160988 - EM RESPOSTA TLX VOSSINCIA NR 2366/88 DE 16.09.88, DE ORDEM DO SR. MINISTRO LEOPOLDO BESSONE, CUMPRE-SE INFORMAR:

1. DECISAO MINISTERIO DESDE PRIMEIRO MOMENTO EH DE BUSCAR-SE SOLUCAC PROBLEMA VIA NEGOCIAL, NAO POUFANDO PARA TAL ESFORCOS INCENTES EM DIALOGAR COM TODAS AS PARTES DIRETA E INDIRETAMENTE ENVOLVIDAS NO PROBLEMA.

2. NO SENCO DAS ACOES DESENVOLVIDAS, OBTVE-SE UMA AREA, ONDE OS OCUPANTES PODERIAM SER ALIADOS, ENQUANTO SEU GOVERNO, CONFORME ENTENDIMENTO DE V. EXA. COM LIDERANCAS DOS SEM-TERRA, OS ATENDES-SE EM SEU PROGRAMA AGRARIO.

3. CONFIRMADA A DECISAO DA EMPRESA ACESITA ENERGETICA EM COTER CUMPRIMENTO AA LIMINAR DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE, COM PEDIDO AA MERETISSIMA JUIZA DE AFASTAMENTO DE TODAS AS FAMILIAS, SENHOR MINISTRO RETORNOU NEGOCIAÇÕES COM DIRIGENTES EMPRESAS E ACIONISTA CONTROLADOR, NO SENTIDO DE QUE SEJA REVISTA TAL DECISAO, ANTE ACATAMENTO SEM TERRAS JAI CONFIRMADO, DE AFASTAMENTO DA AREA OCUPADA DCS EXCEDENTES.

APEH MOMENTO NAO RECEBEMOS NOTIFICACAO OFICIAL SOBRE O RESULTADO DESTA NEGOCIACAO, ENEMEA, OFICIOSAMENTE, FOMOS INFORMADOS DE QUE O SR. MINISTRO SERIA ATENDIDO. CDS SDS

TELEX

MARIO FARIAS VILELA
SECRETARIO GERAL/MIRAD

Nota Oficial Governo do Estado do Espírito Santo, telegrama enviado e recebido por Max Mauro ao Ministério da Reforma Agrária acerca da ocupação da ACESITA – A Gazeta. Vitória. 18 set. 1988.

ANEXO II - FOTOGRAFIAS



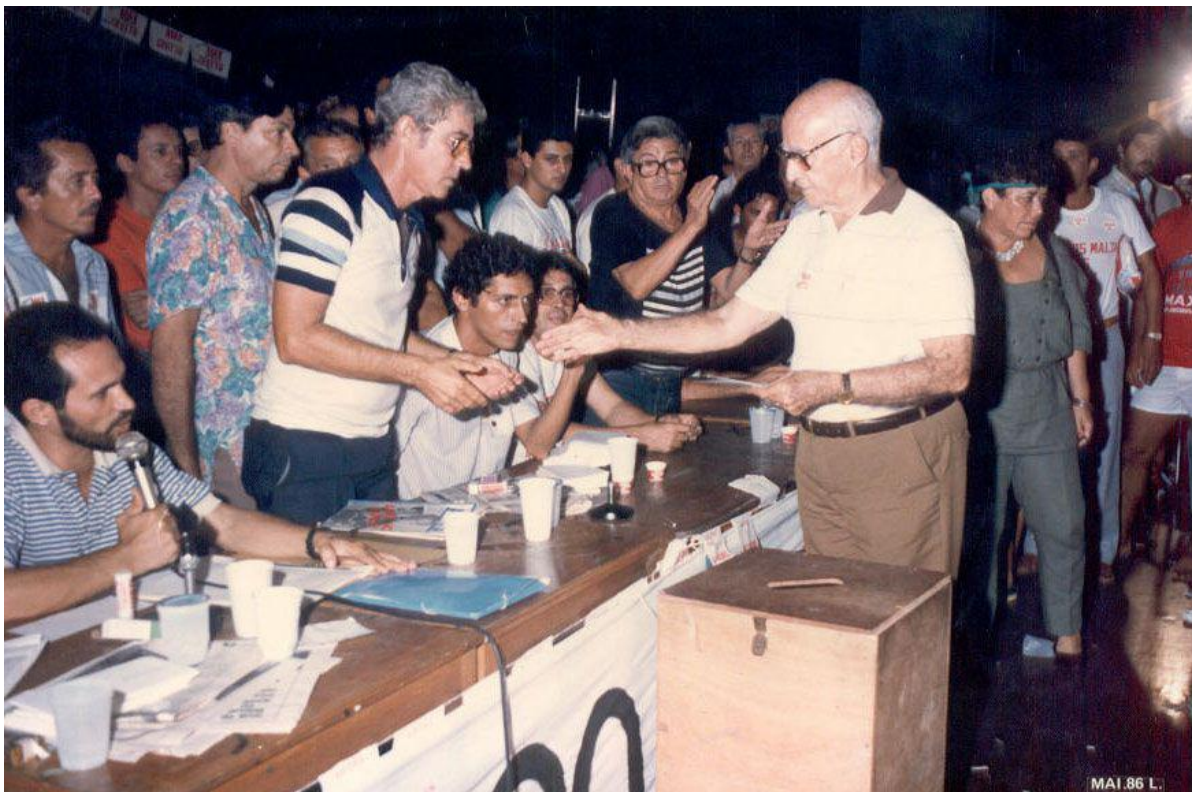
Max Mauro aos 12 anos fazendo campanha para o pai, Saturnino (apud MACEDO, 2008).



Convenção do PMDB em 1986, ao centro da imagem o empresário Camilo Cola (de óculos) e atrás dele o marqueteiro contratado Nelson Mendes (apud MACEDO, 2008)



Convenção do PMDB de 1986, realizada no Ginásio do Álvares Cabral (apud MACEDO, 2008)



Convenção do PMDB de 1986 – Paulo Hartung à esquerda com o microfone na mão, ao seu lado em pé, Carlos Alberto Cunha recebe o voto de João Calmon, ao lado de Cunha Luiz Moulin (?) e por último, compondo a mesa, Nelson Aguiar de óculos (apud, MACEDO, 2008).



Camilo Cola, Max Mauro e Gérson Camata: a MACACA (apud MACEDO, 2008).



Bonecos gigantes utilizados na campanha do PMDB representando a MACACA (Max Mauro, Camilo Cola e Gerson Camata) – 1986 (apud MACEDO, 2008)



À extrema esquerda Carlos Guilherme Lima, presidente do Banestes, Camilo Cola. No centro o governador José Moraes. À direita de boné Gérson Camata e Max Mauro (apud MACEDO, 2008).



Debate promovido pela TV Tribuna em 1986. À esquerda, os candidatos Rubens Gomes, Max Mauro. Ao centro, o jornalista Luiz Eduardo Nascimento. À direita, Élcio Álvares e Arlindo Vilaschi (apud MACEDO, 2008).